

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS/DDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)

TESE

URBANIZAÇÃO E FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA NA
CIDADE DE CAMPO GRANDE-MS: INDUSTRIALIZAÇÃO,
RELAÇÕES DE TRABALHO E TERRITORIALIZAÇÃO ÉTNICA

MARIO NEY RODRIGUES SALVADOR

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS/DDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)**

**URBANIZAÇÃO E FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA NA
CIDADE DE CAMPO GRANDE-MS: INDUSTRIALIZAÇÃO,
RELAÇÕES DE TRABALHO E TERRITORIALIZAÇÃO ÉTNICA**

MARIO NEY RODRIGUES SALVADOR

Sob Orientação do Professor Doutor
Andrey Cordeiro Ferreira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para obtenção do Título de Doutor em Ciências.

Rio de Janeiro-RJ
Outubro de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S182u Salvador, Mario Ney Rodrigues , 1983-
Urbanização e formas de resistência indígena na
cidade de Campo Grande-MS: industrialização, relações
de trabalho e territorialização étnica / Mario Ney
Rodrigues Salvador. - Rio de Janeiro, 2020.
155 f.: il.

Orientador: Andrey Cordeiro Ferreira.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2020.

1. territorialização. 2. industrialização. 3.
Resistência étnica. I. Ferreira, Andrey Cordeiro,
1978-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Finance Code 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

MARIO NEY RODRIGUES SALVADOR

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 16/10/2020.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof. Dr. ANDREY CORDEIRO FERREIRA (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Prof. Dr. SÉRGIO PEREIRA LEITE (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. TONICO BENITES (UFRR)

Prof.^a Dr.^a IZABEL MISSAGIA DE MATTOS (UFRRJ)

Prof. Dr. LUIZ HENRIQUE ELOY AMADO (EHESS, França)

DEDICATÓRIA

À Valquiria Rodrigues Prado, minha esposa. Aos meus pais Neide Rodrigues e Plácido Salvador. Aos meus irmãos Aldoney, Joanice, Eleunice e Maria Nilce.

AGRADECIMENTOS

O Rio de Janeiro era “outro mundo”! Mas depois veio Costa Rica, Estados Unidos, México, Bolívia, Argentina, Uruguai, Zimbábue, e então Lalima se viu representada pelo mundo! Quem diria! De Lalima para o mundo!

Esta obra simboliza a vitória de um Terena, humilde e de origens pobre, a alcançar um dos mais nobres títulos da academia brasileira. Através deste trabalho o “filho de Téo e de Neide” veio a se tornar Doutor em Ciências, em uma das mais renomadas universidades públicas do Brasil, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em um de seus mais conceituados programas de pós-graduação, o CPDA.

Agradeço primeiramente a Deus, a quem eu recorri em diversos momentos da vida, quando não mais tinha forças para caminhar com minhas próprias pernas. Costumo sempre dizer que minhas conquistas vieram, sim, pelo esforço, pela dedicação, pelo trabalho, pela persistência, mas nos momentos mais difíceis, não fui eu capaz, e nesse momento recorri à minha fé. Senhor, obrigado!

De todas as etapas vividas, do ingresso no mestrado à escrita do último capítulo da tese de doutorado, e durante esse árduo trabalho, talvez nenhuma foi tão lacrimajante do que escrever estas páginas de agradecimentos. Não pude conter as lágrimas ao recordar cada etapa da minha vida, desde a saída da aldeia, aos 12 anos, até os dias atuais, ocupando o cargo efetivo de Professor EBTT, no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Lembrei de cada passo, cada pingo de suor derramado, cada dificuldade superada, de cada momento de alegria, e principalmente, de cada pessoa que vivenciou comigo os tristes e os bons momentos. Quero aqui estender meu profundo agradecimento a todos aqueles, que porventura lerem este trabalho, e lembrar que em algum momento nos cruzamos: professores, amigos, companheiros de trabalho, colegas de faculdade! Certamente você faz parte deste trabalho, porque na estrada da vida nada é por acaso!

Contudo, não posso deixar de me dirigir de forma especial àqueles que são protagonistas, junto comigo, desde o princípio, nessa história. Essa conquista não é só minha. Essa conquista é, acima de tudo, da minha esposa Valquíria, do meu pai Plácido (Téo) e da minha mãe Neide, e também dos meus irmãos Aldoney (Léca), Joanice (Zana), Eleunice (Leô) e Maria Nilce (Sula). Essa conquista é do meu tio Adolfo e da minha tia Aurora. Essa família esteve presente comigo na fé, no carinho, no amor e na força! Gratidão!

Não menos especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Andrey Cordeiro Ferreira, pela dedicação, apoio e pelos debates que me proporcionaram aprender cada vez mais. Além disso, pela amizade e pelo trabalho que construímos e desenvolvemos nesses anos. Além de mestre, para mim é exemplo de vida e prova de que as condições de origem não são limites para sonhar e vencer. Obrigado, Andrey!

Externo também meus agradecimentos especiais aos todos os professores e equipe do CPDA, que contribuíram para este trabalho se tornasse realidade. Aos colegas de turma, aos amigos “cepedeandos” que compartilharam comigo seus conhecimentos. Gratidão especial, ainda, aos amigos com quem compartilhei “AP”, e que se tornaram minha família no Rio de Janeiro: Miguel Jordão, Gerardo Cerdas, Carmen Andriolli (hoje professora do CPDA, que orgulho!) Joyce e Liandra Caldasso. Grato por fazerem parte da minha história.

Por fim, agradeço, na mesma intensidade de apreço e carinho a todos os indígenas das aldeias urbanas de Campo Grande, dos acampamentos, aos amigos, aos parentes, obrigado pelo apoio, pelas entrevistas, pelas informações. Aos meus amigos da base, Prof. Leosmar Antonio, Prof, Rogério Ferreira, Prof. Odair Gabilon, que continuam enriquecendo a luta indígena e compartilhando com o mundo seus conhecimentos. Gratidão ao povo Terena, Guarani, Kadiwéu e membros dos demais grupos que se encontram na condição de “urbano” em Campo Grande.

RESUMO

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. **Urbanização e Formas de Resistência Indígena na Cidade de Campo Grande-MS: industrialização, relações de trabalho e territorialização étnica**. 2020. 155p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

Esta tese é um estudo dos indígenas no contexto urbano de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo é analisar a relação entre a urbanização/proletarização indígena e a formação das aldeias urbanas, entendido aqui como expressões de um processo de territorialização étnica da cidade, ou seja, de ocupação dos diversos espaços da cidade pelos indígenas. Nas décadas finais do século XX, Campo Grande testemunhou um crescimento significativo da sua população indígena, que foi em busca de trabalho e moradia na cidade. Nesse contexto, a industrialização da capital do estado de Mato Grosso do Sul, impulsionado pela Lei do PRODES (Lei Complementar nº 29, de 25 de outubro de 1999, instituiu o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande que resultou na criação dos Polos Empresariais e na revitalização do Núcleo Industrial e do Anel Rodoviário), foi ao encontro da demanda indígena, criando postos de trabalho e oportunidades de emprego. Contudo, a inserção precária e marginal nas periferias da cidade, e principalmente a falta de moradias, levaram os indígenas a organizarem-se e a fazer “ocupações” de áreas urbanas, consolidando, assim, os “acampamentos”. A reivindicação de melhores condições de vida para a permanência na cidade junto ao poder público resultou na formação das “aldeias urbanas”, sendo a primeira inaugurada em 1999 e outras três na década seguinte. A partir desse movimento, considerado aqui como um “despertar étnico”, houve um processo de “etnicização” dos espaços urbanos, ou seja, a presença indígena nos espaços político, econômico, social, cultural e simbólico, que se traduzem em mudanças no equilíbrio das relações de poder.

Palavras chave: territorialização, industrialização, resistência.

ABSTRACT

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. Urbanization and Forms of Indigenous Resistance in the City of Campo Grande-MS: industrialization, labor relations and ethnic territorialization. 2020. 155p. Thesis (Doctorate Degree in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Department of Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

This thesis is a study of indigenous people in the urban context of Campo Grande, capital of the state of Mato Grosso do Sul. The objective is to analyze a relationship between urbanization / indigenous proletarianization and the formation of urban villages, understood here as expressions of a process of ethnic territorialization of the city, that is, the occupation of the various spaces of the city by the indigenous people. In the final decades of the twentieth century, Campo Grande witnessed a significant growth in its indigenous population, which went in search of work and housing in the city. In this context, an industrialization of the capital of the state of Mato Grosso do Sul, driven by the PRODES Law (Complementary Law No. 29, of October 25, 1999, instituted the Incentive Program for Economic and Social Development of Campo Grande which resulted in the creation of the Business Centers and the revitalization of the Industrial Nucleus and the Ring Road), met the indigenous demand, creating jobs and employment opportunities. However, the precarious and marginal insertion in the peripheries of the city, and especially the lack of housing, led the indigenous people to organize themselves and to make “occupations” in urban areas, thus consolidating the “camps”. The categories of better living conditions for staying in the city with the public authorities resulted in the formation of “urban villages”, the first being opened in 1999 and another three in the following decade. From this movement, considered here as an “ethnic awakening”, there was a process of “ethnicization” of urban spaces, that is, the indigenous presence in the political, economic, social, cultural and symbolic spaces, which translate into changes in the balance power relations.

Keywords: territorialization, industrialization, resistance.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: <i>Timeline</i> da industrialização e aldeias urbanas	21
Figura 2: Atividades econômicas em Campo Grande (2017).....	44
Figura 3: Tabela de equipes de futebol indígena.....	136

FOTOS

Foto 1: Acampamento Santa Mônica e Foto 2: Acampamento Vila Romana.....	62
Foto 3. Acampamentos indígenas.....	63
Foto 4: Aldeia Urbana Marçal de Souza e Aldeia Urbana Darcy Ribeiro	64
Foto 5: Certificado de Treinamento de Ronaldo Delfino e Maria Lúcia.....	102
Foto 6: Barracos de indígenas Terena na Vila Bordon em Campo Grande-MS	111
Foto 7: Acampamento no Bairro Tiradentes (tornou-se aldeia urbana Marçal de Souza)	118
Foto 8. Escola Municipal Tumune Kalivono e Memorial da Cultura Indígena	127
Foto 9: Asfalto da Aldeia Urbana Marçal de Souza.....	128
Foto 10. Aldeia Urbana Marçal de Souza.....	129
Foto 11: Roça indígena na aldeia Água Bonita	132
Foto 12: Barracos na aldeia Água Bonita.....	134
Foto 13: Casas construídas pela Prefeitura e terreno adquirido por indígena	134
Foto 14: Acampamento Estrela da Manhã	139
Foto 15: Kohixoti kipaé (dança da ema)	142
Foto 16: Feira indígena.....	144
Foto 17: Estátua “mulher indígena” – inauguração.....	145
Foto 18: Monumento indígena no Parque das Nações Indígenas.....	145

GRÁFICOS

Gráfico 1: Censos e taxas de crescimento populacional do Estado de Mato Grosso (1872-1980).....	71
Gráfico 2: População urbana e rural de Mato Grosso do Sul (1950-2010).....	72
Gráfico 3: Taxa de crescimento da população de Campo Grande	73
Gráfico 4: Dados históricos da população rural e urbana de Campo Grande-MS	74

MAPAS

Mapa 1: Localização do acampamento Santa Mônica	37
Mapa 2. Localização dos Polos Empresariais e Microrregiões.....	39
Mapa 3. Mapa de calor - localização da população indígena em Campo Grande.....	58
Mapa 4. Mapa das microrregiões de Campo Grande.	59
Mapa 5: Aldeia Urbana Darcy Ribeiro e acampamento Estrela da Manhã.....	113
Mapa 6: Mapa turístico de Campo Grande.....	127

Mapa 7. Aldeia Urbana Água Bonita	131
---	-----

TABELAS

Tabela 1: Unidades empresariais locais em Campo Grande (CNAE 2.0 – 2010/2014).....	45
Tabela 2: Empresas industriais ativas em Campo Grande por segmentos – 2018	46
Tabela 3: Participação de Campo Grande sobre o total de estabelecimentos e emprego industrial em Mato Grosso do Sul– 2018	46
Tabela 4: estabelecimentos instalados no Núcleo Industrial	47
Tabela 5: Polo Empresarial Norte – empresas incentivadas.....	48
Tabela 6: Polo Empresarial Paulo Coelho Machado – empresas incentivadas	50
Tabela 7: Polo Empresarial Oeste – empresas incentivadas.....	50
Tabela 8: empresas incentivadas do Anel Rodoviário	52
Tabela 9: resumo da situação do Polo Empresarial Oeste.....	53
Tabela 10. Comparativo da população indígena de Campo Grande em relação outras cidades.	55
Tabela 11. População indígena por bairro na cidade de Campo Grande-MS (2010).....	57
Tabela 12. População indígena urbana em Campo Grande (1991-2010).....	59
Tabela 13: Principais propriedades territoriais controladas por companhias estrangeiras: 1909	75
Tabela 14: Propriedades rurais pertencentes às principais empresas estrangeiras: 1923	77
Tabela 15: Charqueadas em Mato Grosso – 1923.....	77
Tabela 16: Formação das reservas indígenas Terena e Guarani – início do século XX.....	78
Tabela 17: Experiências de trabalho do indígena Terena Denilson Gregório.....	100
Tabela 18: Prefeitos de Campo Grande (1993 – 2014)	116

LISTA DE SIGLAS

AGEHAB – Agência de Habitação Popular
AFIC – Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande
AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AMI – Associação dos Moradores Indígenas
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEINF – Centro de Educação Infantil
CF – Constituição Federal
CMDI – Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CPDA – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais e Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
EBTT – Ensino Básico Técnico e Tecnológico
FCO – Fundo Constitucional do Centro Oeste
FIEMS – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMS – Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário e Pesquisa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal
INIGRAN – Universidade da Grande Dourados
ISSQN – Imposto sobre serviços de qualquer natureza
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
JBS – José Batista Sobrinho S.A.
MNP – Movimento Nacional de Produtores
MIB – Movimento Indígena Brasileiro
MS – Mato Grosso do Sul
PLANURB – Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano
PHS – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PR – Paraná
PRODES – Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande
PSDB – Partido Socialista Democrata Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SP – São Paulo
TI – Terra Indígena
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

CONVENÇÕES

Os trechos em *itálico*, sem aspas, foram usados para se referir a falas de interlocutores, a termos em idioma estrangeiro e para colocar em evidência trechos ou palavras que consideramos relevante no contexto da ideia desenvolvida. Os trechos sublinhados e em **negrito** são para enfatizar a ideia e a relevância dos termos/trechos em questão. As aspas duplas são usadas nas noções e conceitos de outros autores, bem como, para destacar o uso metafórico de palavras ou expressões.

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I – Territorialização e resistência étnica na cidade de Campo Grande-MS	44
1.1. Sobre o conceito de <i>situação histórica</i>	45
1.2. Dialética da relação entre industrialização, urbanização e mão de obra étnica.	46
1.3. Privilégio e segregação: facetas da urbanização indígena em Campo Grande	51
1.4. Caracterização do capitalismo industrial de Campo Grande	54
1.5. Morfologia da sociedade indígena urbanizada de Campo Grande.....	69
1.6. A situação histórica dos “acampamentos e aldeias urbanas”	75
1.7. Considerações finais preliminares.....	82
Capítulo II – Capitalismo, Territorialização e Resistência indígena no século XX.....	66
2.1. Aspectos conceituais da territorialização capitalista-estatal	86
2.2. Colonização e pressões demográficas	90
2.3. Privilégio e segregação na territorialização externa.....	95
2.4. Os povos tradicionais e o avanço do capitalismo mundial	106
2.5. Crise do indigenismo e “levante indígena” nos anos 1970	114
2.6. Considerações finais preliminares.....	120
Capítulo III – Estratégias de territorialização indígena, capitalista e estatal em Campo Grande-MS	124
3.1. Relações de trabalho, precarização e formas de adaptação/colaboração	127
3.2. Territorialização fragmentada/dispersa e aglomerações familiares no contexto urbano de Campo Grande	140
3.3. A formação de acampamentos, aldeias urbanas e poderes políticos.....	115
3.4. Considerações finais preliminares.....	162
Capítulo IV – Territorialização étnica e mudanças nas relações de poder	124
4.1. Aldeias urbanas e territórios indígenas urbanos: características, infraestruturas e aspectos socioambientais.	126
4.2. Índícios da “eticização” dos espaços urbanos	137
Considerações Finais	147
Bibliografia.....	150

Introdução

Trajetória

Sou Terena, nascido na Aldeia Lalima, município de Miranda-MS. Sou o segundo dos 5 filhos (2 homens e 3 mulheres) de Neide Rodrigues e Plácido Salvador. Minha mãe é a primeira filha de Vergínia Gomes (*in memoriam*) e Bernardino Rodrigues, de um total de 8 irmãos (5 mulheres e 3 homens). Meu pai é o segundo filho de Paulina Lopes de Almeida (*in memoriam*) e Bartolo Salvador (*in memoria*), de um total de 7 irmãos (4 homens e 3 mulheres). Desse grupo descendem outras dezenas de filhos, filhas e netos, que somados aos sobrinhos, sobrinhas, cunhados, cunhada e agregados, compõem minha família, na antropologia é chamado de família extensa.

A Aldeia Lalima está localizada a 40 km ao sul da cidade, nas margens do rio Miranda. Vivi minha infância na aldeia até 1995, onde estudei até a 4ª série do ensino primário. Nessa época, não havia a possibilidade de prosseguir os estudos na aldeia, pois não havia a oferta do ensino fundamental, nem o médio. Lembro-me apenas que eu tinha muita vontade de continuar os estudos, mas essa decisão não cabia a mim, senão aos meus pais. Antes disso, nos anos 80, duas tias, irmãs da minha mãe, já haviam se deslocado para Campo Grande para trabalhar como domésticas e lá haviam se casadas e tinham residência fixa na capital. Creio que meus pais foram convencidos de que eu poderia tentar, e juntamente com minha tia Aurora decidiram que eu ia morar com ela.

Em 1996, aos 12 anos de idade fui, então, para Campo Grande, morar com a tia Aurora (Terena) e o tio Adolfo (homem “branco”), que juntos tinham uma filha e dois filhos (Franciane, Adolfo Filho e Gerson). Embora já tivesse conhecido a cidade em outras ocasiões, a passeio e com meus pais, esse primeiro ano na capital, longe dos meus familiares mais próximos, foi um grande choque cultural, a cidade era um ambiente totalmente novo e muito diferente das minhas origens, mas eu estava convencido dos meus objetivos.

Estudei a 5ª série na Escola Estadual Prof. Emygdio Campos Widal, fiz aí minhas primeiras amizades, mas a minha mãe não assegurou estar conformada com a ideia, tendo em vista a nossa separação ter sido um tanto abrupta (ainda não havia telefone na aldeia e raramente meus pais tinham condições de ir até Campo Grande, e meus tios de ir até a aldeia). No primeiro ano em Campo Grande fiquei 6 meses sem ver meus pais, o que sem dúvida foi emocionalmente muito dolorido. Em razão disso, decidimos que eu iria morar em Miranda, não na aldeia, mas na cidade, ficando, assim, mais próximo de Lalima e mais acessível para meus pais, com maiores chances de nos encontrarmos.

Em 1997 fui morar com minha tia Rita (Terena) e o tio Teófilo (Terena), na aldeia Passarinho em Miranda, juntamente com meus 7 primos (4 mulheres e 3 homens). Desde aí até a escola fazíamos um percurso de aproximadamente 6,5km diários. Estudei a 6ª série na Escola Estadual Dona Rosa Pedrossian e, nos anos seguintes, ficou decidido que eu voltaria a morar novamente com meus tios em Campo Grande. A distância que percorríamos todos os dias foi um fator favorável nessa decisão, mas a chegada do posto telefônico na aldeia também contribuiu, já que se tornou possível a comunicação a longa distância com mais facilidade.

Em 1998 retornei para a casa da tia Aurora e fui fazer a 7ª e 8ª séries na Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira. Após o turno das aulas, já com 14/15 anos, costumava ajudar minha tia nos seus empregos de doméstica (varria o quintal, lavava a calçada, passava roupas, lavava louças, entre outros afazeres). Com isso conquistei meu próprio espaço nas casas de família, passando a fazer trabalhos esporádicos de limpeza de quintal, de piscina,

lavagem de carro, vendedor de salgados, etc. Não perdi a oportunidade, nessa época, de fazer meu primeiro curso de informática e de inglês, nos projetos sociais que surgiram.

No ano 2000 iniciei o ensino médio na Escola Estadual José Barbosa Rodrigues. Para ganhar a vida na cidade, tendo em vista que ainda não era maior de idade e não tinha emprego formal, além dos trabalhos já citados, costumava capinar terrenos e com isso garantia algum dinheiro para as despesas pessoais. Em várias ocasiões fiz isso junto com meu pai, quando ele ia para Campo Grande. Ao completar 18 anos, não consegui ser admitido no exército, mesmo com a afirmação de que queria servir o exército só para poder sair da casa dos meus tios. Mas ainda no primeiro semestre do último ano do ensino médio, em junho de 2002, já com a certidão de reservista, consegui meu primeiro emprego de carteira assinada na função de “serviços gerais” na empresa LF Prestadora de Serviços e Decorações, uma empresa de serviços terceirizados. Nessa ocasião fui trabalhar na Sede Regional do INCRA/MS, na limpeza e conservação do prédio. Passei a estudar o 3º ano do ensino médio à noite e trabalhar durante o dia.

Em 2002 conclui o ensino médio e prestei o vestibular da UFMS para Jornalismo, mas não consegui ser aprovado. Por incentivo de funcionários da FUNAI de Campo Grande, prestei o vestibular e fui aprovado no curso de Administração, na UNIGRAN, na cidade de Dourados, no sul do estado, mas optei por não fazer o curso e continuar trabalhando. Tentei novamente o vestibular de inverno da UFMS em 2003, sem sucesso. Em 2004 fui aprovado na UNIDERP, em Campo Grande, para o curso de Matemática, e na UCDB para o curso de Administração. Nesse período, como terceirizado eu havia sido transferido do INCRA para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS) para trabalhar como auxiliar de almoxarifado, embora continuasse registrado na função de “serviços gerais”.

Em 2004 iniciei o curso de Administração na UCDB e nesse mesmo ano, em abril, houve processo seletivo para o programa de estágio remunerado a graduandos, no TRE-MS, com vagas na área de Administração (inclusive a remuneração de estágio era maior que meu salário como terceirizado, para um trabalho de meio período). Candidatei-me para uma das vagas, prestei a prova escrita e fui aprovado. Mesmo sendo um trabalho por tempo determinado, não objetei em pedir demissão da empresa terceirizada e assumi o estágio, visando adquirir conhecimentos práticos na área. Nesse mesmo ano, surgiu outra oportunidade de estágio remunerado no INCRA, para onde voltei na condição de estagiário. No período da manhã trabalhava no INCRA, no período da tarde no TRE-MS e à noite cursava a graduação. No prédio do INCRA em Campo Grande funcionava a sede regional do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), cuja sede nacional ficava em Brasília. Após findar o estágio no TRE-MS, surgiu então a oportunidade de estagiar no IICA, com remuneração bem acima do que somavam INCRA e TRE juntos. Saí do estágio no INCRA, mas continuei trabalhando no mesmo prédio, com os beneficiários de assentamentos rurais. Passei praticamente todo o período da graduação nesses três órgãos, como estagiário.

Minha trajetória acadêmica e profissional foi sendo acompanhada pela empresa terceirizada, onde eu havia trabalhado, que além de serviços de limpeza e conservação, também prestava serviços administrativos. Foi então que, no início de 2007, quando venceram a licitação da Administração Regional da FUNAI em Campo Grande, me consultaram quanto ao interesse em voltar a trabalhar naquela empresa e prestar serviços na FUNAI. Foi nessa oportunidade que deixei de ser estagiário e voltei ao trabalho formal, trabalhando diretamente com a população indígena, prestando serviços administrativos. O contrato da empresa com a FUNAI durou cerca de 6 meses e foi rescindido por falta de pagamento e eu fui removido para o escritório da empresa, onde trabalhei por pouco tempo no setor de emissão de notas fiscais, até pedir demissão novamente, em outubro de 2007.

Cinco meses depois, em março de 2008, entrei na Brasil Telecom *Call Center*, empresa de telemarketing, no cargo de “agente de atendimento” a clientes da telefonia móvel.

Mas as experiências no INCRA e no TRE-MS haviam despertado em mim o interesse em prestar concursos para o setor público. No primeiro ano da faculdade fiz minha primeira viagem de ônibus à Brasília para prestar o concurso do TSE, e daí em diante prestei dezenas de concursos para nível médio e superior, sendo a maioria no Mato Grosso do Sul. Terminei minha graduação em 2007 e em 2008 fui aprovado no concurso da Prefeitura Municipal de Campo Grande, para o cargo de Assistente Administrativo de nível médio, fui convocado e assumi em agosto de 2008 na Secretaria Municipal de Saúde, onde exerci minha função numa Unidade Básica de Saúde (posto de saúde). Eu continuava ainda morando com a família da minha tia.

Mas o gosto pelos estudos e a vontade de prosseguir na pós-graduação fez com que eu continuasse atento aos processos seletivos. Em 2009 surgiu a grande oportunidade, através da ação afirmativa da Fundação Ford, que lançou edital para concessão de bolsas de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior. Encaminhei projeto de pesquisa ao edital, mas por conhecer a concorrência, fiz sem muita expectativa. Fui surpreendido ao ser selecionado para a segunda fase, a de entrevista, a ser realizado na cidade de São Paulo. Nessa ocasião, realizei um grande sonho da minha vida, o de viajar de avião pela primeira vez. Quando finalmente saiu o resultado, recebi um e-mail comunicando que eu havia sido selecionado para ser bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, podendo escolher qualquer universidade e programa do meu interesse, no Brasil ou no exterior. Solicitei exoneração da Prefeitura Municipal e “mergulhei” nessa nova empreitada. Se, por um lado, eu era tomado pela euforia dessa nova conquista, minha mãe era tomada pela preocupação, porque para ela eu estava me distanciando cada vez mais. Foi então que escolhi cursar o mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no CPDA, recebendo todo o apoio do programa e da Fundação Ford. Em 2009 fui morar no Rio de Janeiro (que só tinha visto pela televisão). Como bolsista da Fundação Ford voei mais longe, literalmente, conheci a Costa Rica (país de um grande amigo com quem vivi alguns anos, Gerardo Cerdas, estudante também do CPDA), apresentando trabalho acadêmico, e os Estados Unidos, realizando curso de inglês. Por coincidência, o professor Andrey Cordeiro Ferreira, que passou a ser meu orientador, havia desenvolvido sua dissertação de mestrado e tese de doutorado estudando os Terena no Mato Grosso do Sul, e juntamente com ele tive a oportunidade de participar do estudo antropológico de identificação e demarcação da Terra Indígena onde nasci, Lalima, e Pílad Rebuá, em Miranda-MS. Além disso, como mestrando, conheci várias cidades brasileiras através dos compromissos acadêmicos. Ingressei no doutorado e tive a oportunidade de fazer intercâmbio no México. Na pós-graduação comecei a focar nos concursos para professor do ensino superior. Minha primeira experiência foi como professor substituto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, de 2017 a 2019, e depois de várias tentativas, no ano passado, em 2019, fui aprovado para o cargo de professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). Atualmente sou Professor EBTT do IFMS.

Essa descrição breve da minha trajetória tem aqui a finalidade também de demarcar minha relação com o tema da pesquisa. Quando cheguei em Campo Grande, em 1996, os indígenas haviam erguido, no ano anterior, o primeiro “acampamento indígena”, que viria a se tornar a aldeia Marçal de Souza, em 1999. É claro que aos 12 anos eu sequer fazia ideia da magnitude desse movimento, e sequer passava pela minha cabeça que no futuro eu viria a estudar esse tema. Coincidentemente, eu era mais um dentre milhares de indígenas que chegaram na década de 1990, em Campo Grande, em busca de oportunidades de trabalho, estudo, tratamento de saúde, e que ocuparam de forma sistemática o espaço urbano da cidade. Além de três tias, irmãs da minha mãe, foi para Campo Grande meu avô, por parte de pai, para tratamento de saúde, juntamente com a esposa, minha avó, e meu tio, irmão mais novo do meu pai, juntamente com a esposa. Depois foram primos, tios e tias por parte de pai, e com

eles participei no ano de 2004, na ocupação e formação do acampamento no Bairro Noroeste, que veio a se tornar, em 2007, a aldeia Darcy Ribeiro. Demarquei lá um terreno, mas desisti da empreitada tendo em vista que se tornou incompatível a vida na situação de barracos no acampamento e a faculdade, e isso poderia comprometer meus objetivos de seguir na graduação. A urbanização/proletarização foi um processo que eu vivi e senti na pele. Durante 13 anos, morando em Campo Grande, acompanhei de perto as significativas conquistas da população indígena urbana: depois de externalizarem suas condições precárias, a prefeitura e o estado criaram as aldeias urbanas, os indígenas conquistaram espaços nas políticas públicas e se tornaram mais visíveis no espaço urbano como um todo. Vi surgir a aldeia urbana Marçal de Souza, Darcy Ribeiro e Água Bonita. Senti na pele a falta de políticas públicas para os indígenas em contexto urbano e de assistência na saúde e educação, principalmente por parte da FUNASA (na época) e FUNAI, que se recusavam a atender a população indígena da cidade. A FUNAI financiou parte da minha graduação, mas outros acadêmicos indígenas não tiveram a mesma sorte. A propósito, estudar a “urbanização indígena” (no sentido metafórico) é também reviver parte da minha história, e é também uma forma de dar visibilidade às lutas e anseios de famílias que buscam por direitos.

Tema e objeto

Esta tese dedica-se ao estudo dos indígenas no contexto urbano de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul (MS), Brasil. Analisaremos a urbanização/proletarização indígena e sua relação dialética com a formação das aldeias urbanas para mostrar como esses processos são a expressão de um processo de territorialização étnica da cidade. Nosso foco é o estudo da mudança no equilíbrio das relações de poder como desdobramento da exacerbação da exploração étnica e precarização das condições de vida, decorrente da reestruturação econômico-produtiva no final do século XX e início do século XXI, ou seja, em sentido amplo, como desdobramento do desenvolvimento capitalista. A urbanização/proletarização indígena materializou os *acampamentos* e *aldeias urbanas* e esses processos foram concomitantes à construção dos polos industriais/empresariais.

Esta proposta de pesquisa surgiu a partir de um diálogo entre meu orientador e eu na etapa final do curso de mestrado em Ciências Sociais, em 2011, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro quando – após um período de pesquisa de campo por ocasião do estudo etno-histórico e antropológico para caracterização de ocupação tradicional de dois territórios Terena no estado de Mato Grosso do Sul – fomos instigados pelos relatos orais e pelo contexto etnográfico a realizar um estudo sobre a intensificação do processo de urbanização/proletarização indígena na cidade de Campo Grande-MS.

Esse termo – urbanização/proletarização indígena – é operacionalizado nesta pesquisa para referir-se ao resultado de um processo de territorialização externa *coercitiva* (de caráter capitalista-estatal), que levou os indígenas para as cidades, materializando um processo de ocupação dispersa geograficamente e fragilizada do ponto de vista econômico e organizativo. A urbanização/proletarização indígena ganha aqui um sentido semelhante à “urbanização brasileira”, ou seja, é a imposição da vida urbana às sociedades indígenas na condição subalternizada e periférica. Ao considerarmos que a “urbanização brasileira” foi um processo autoritário, imposto e vertical, de transformação urbano-industrial, provocando o deslocamento forçado da população brasileira do meio rural para os centros urbanos (processo de *desterritorialização* da população rural), ao alcançar as sociedades indígenas materializou o processo de urbanização/proletarização indígena com características semelhantes.

A categoria *urbanização/proletarização indígena* refere-se, ainda, ao processo oposto e precedente da *territorialização étnica*, portanto, equivalente à noção de *desterritorialização*, isto é, ao processo que arranca os indígenas de suas territorialidades, não necessariamente da aldeia ou da Terra Indígena (TI), mas de qualquer territorialidade pré-existente, imputando-lhes o caráter homogêneo/urbano/citadino. A *urbanização/proletarização* como equivalente à *desterritorialização* é a pré-condição da territorialização étnica, não no sentido positivo, mas no sentido de que ela provoca fluxos migratórios de indígenas que vão se alocando de forma fragmentada/dispersa dentro da cidade.

Entendemos a *territorialização étnica* como o processo de resistência, é o “despertar” indígena perante a situação de invisibilidade no contexto urbano. O termo é usado no sentido positivo, para expressar a postura ativa e o protagonismo indígena frente às situações de marginalização e segregação. A *territorialização étnica* não se confunde com *urbanização indígena*.

A partir da década de 1990, houve um aumento significativo da população indígena na cidade de Campo Grande motivado, dentre outras razões, pela busca por trabalho assalariado. A capital era percebida como um lugar de oportunidades de emprego e renda, de melhorar as condições de vida, de colocar os filhos em melhores escolas, de ter acesso fácil aos serviços de saúde, entre outros benefícios que a cidade poderia oferecer. Aqueles que experimentavam da vida urbana compartilhavam suas experiências com parentes e amigos nas suas aldeias de origem, difundindo a ideia da cidade como um lugar de oportunidades. No entanto, além da condição étnica, a maioria dessas pessoas não tinha estudo (baixa escolaridade) nem experiência para a maioria dos trabalhos urbano-industrial, sendo mão de obra tecnicamente de caráter rural/braçal. A construção civil e os trabalhos domésticos foram a porta de entrada para a maioria. Como uma família indígena pequena tem, por baixo, em média cinco membros, a renda obtida nesses trabalhos garantia-lhes apenas um lugar marginal na sociedade urbana. No entanto, mesmo diante das dificuldades, o *vitimismo* não prevaleceu. A década de 1990 foi marcada por um *despertar étnico* frente à situação de segregação étnicossocial e de invisibilidade a que foram submetidos, fruto da hierarquização histórica da sociedade pelo capital.

A pesquisa etnográfica, a observação e a análise das relações interétnicas e dos discursos, apontaram para o fato de que está em curso na cidade de Campo Grande um amplo processo de *eticização* dos espaços urbanos, físico, econômico, cultural, político e simbólico (eticização esta promovida principalmente pela etnia Terena, mas também pelos Guarani e Kadiwéu e, em menor número, membros de outros grupos).

A compreensão do sentido desses fluxos econômicos e étnico-sociais, e sua consequente manifestação em um processo de territorialização étnica depende da devida análise da reestruturação econômico-produtiva e do desenvolvimento capitalista. Para isso é necessário optar por caminhos teóricos que valorizem a dimensão socio-antropológica da relação entre seus principais processos (industrialização, relações de trabalho e formação das aldeias urbanas). O capitalismo transformou realidades nativas por todo o mundo ao materializar casos de exploração, violência, expropriação e pobreza, bases para seu desenvolvimento. Isso tem se revelado nas situações de migração e deslocamento dessas populações em escala mundial (WALLERSTEIN, 2006). Daí a importância de pensar a territorialização étnica como um problema empírico inerente ao desenvolvimento do sistema capitalista do qual decorre o problema teórico da mudança no equilíbrio das relações de poder (passagem da situação de “invisibilidade” para a plena “visibilidade” no contexto das relações sociais). A territorialização étnica é uma afronta à ordem instituída pelo capital.

O tema da territorialização é tratado na antropologia por autores como Andrey Cordeiro Ferreira (2007), Vanderléia Paes Leite Mussi (2006) e João Pacheco de Oliveira Filho (1998). Suas abordagens, empírica e teórica, da relação entre sociedades indígenas,

formação do Estado nacional e desenvolvimento capitalista, contribuíram para a construção de um novo olhar sobre os indígenas em contextos urbanos, e a definitiva inserção do problema sociológico da *territorialização étnica* à luz da teoria da dependência, do sistema-mundo, de autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Immanuel Wallerstein.

Aspectos morfológicos e problematização

No que se refere às populações indígenas, a capital Campo Grande ficou conhecida nacionalmente pelo movimento étnico que deu origem às chamadas *aldeias urbanas*. Em 1995, aproximadamente cem famílias indígenas, sendo a maioria da etnia Terena, que viviam e trabalhavam na cidade, ocuparam um terreno urbano abandonado, pertencente à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), localizado no Bairro Tiradentes, na periferia da capital, e construíram seus barracos, fundando o primeiro acampamento indígena urbano clandestino.

Esse fato rapidamente tomou conta das primeiras páginas de jornais e dos noticiários televisivos na época, e **pela primeira vez evidenciou a presença indígena na cidade**, mesmo eles estando lá desde meados do século XX, escancarando a marginalização étnica, a situação de pobreza econômica, a discriminação, o preconceito e a vulnerabilidade social, característicos dessa população urbana. O objetivo da “ocupação” era mostrar o colapso da situação étnica e chamar a atenção do poder público para o crescimento da população indígena urbana que seguia ofuscado pela invisibilidade que a cidade lhes reservara.

Após muitas negociações, tentativas de despejos, resistência e lutas políticas, em 1999 a área ocupada foi regularizada e reconhecida pelo poder público municipal, tornando-se a primeira aldeia indígena urbana do Brasil, recebendo o nome de “Marçal de Souza”, em homenagem a um líder guarani, assassinado no ano de 1983.

Esse fato ilustra que a presença indígena em Campo Grande-MS, nos últimos vinte e cinco anos, se destaca pela existência das chamadas *aldeias urbanas e acampamentos*. As *aldeias urbanas* explicitam de maneira contundente a ocupação étnico-territorial de Campo Grande. Atualmente são quatro localidades identificadas como aldeias urbanas: Marçal de Souza, Darcy Ribeiro, Tarsila do Amaral e Água Bonita, além do Indubrasil. Nesta última, os indígenas não estão em um território contínuo como nas demais. *Indubrasil* é um bairro com aglomerações familiares e um grande número de indígenas vivendo dispersos pelo bairro.

Essas aldeias estão localizadas em diferentes regiões da capital, tendo em comum sua localização periférica. Todavia, não são os únicos locais em que os indígenas estão presentes. Além das cinco aldeias urbanas já reconhecidas e regularizadas pelo poder público, pudemos registrar outras cinco ocupações de áreas urbanas denominadas de *acampamentos* (duas formadas majoritariamente por indígenas e as demais sendo compartilhada também com os não-índios). Além dessas concentrações, dezenas de indivíduos e famílias indígenas vivem espalhados em diversos bairros da cidade, como aponta o mapeamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Tabela 11)

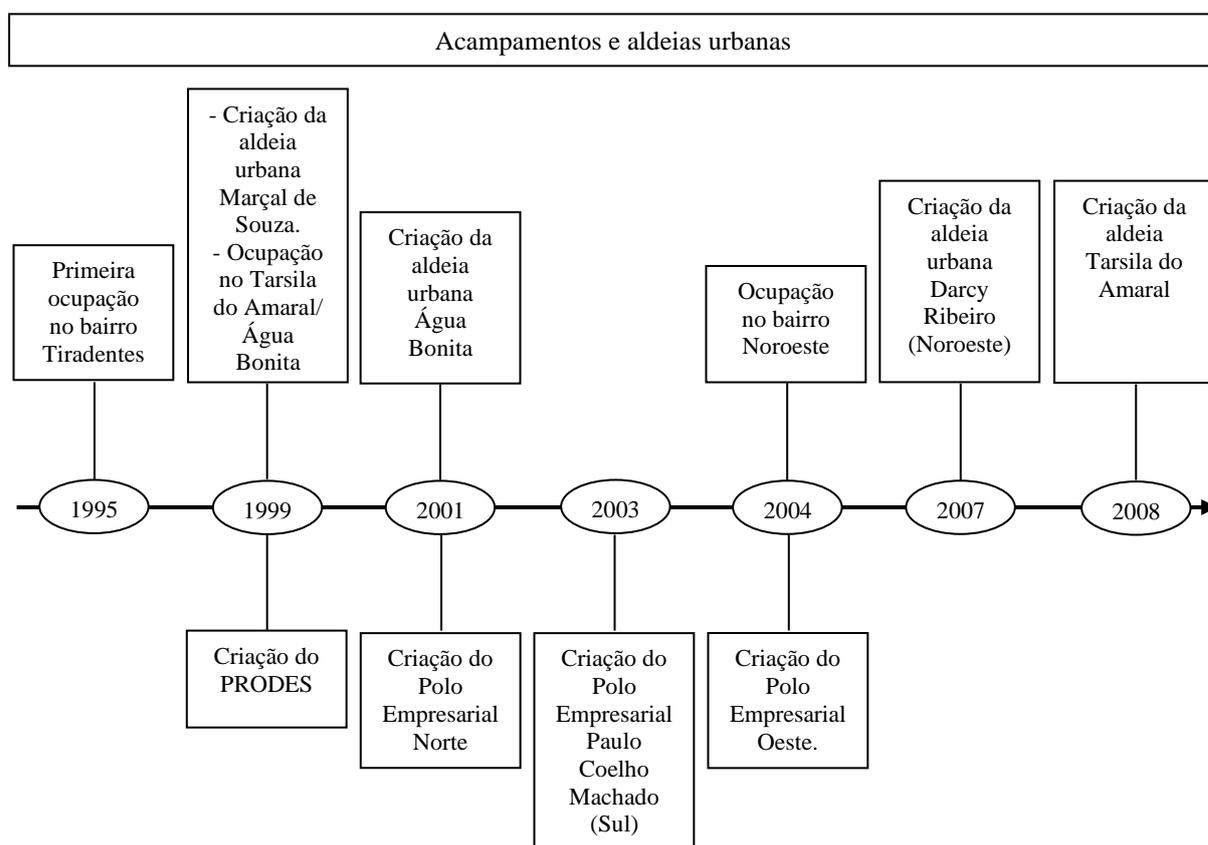
Mas olhar para esse contexto é olhar também para as relações de *trabalho assalariado*. A valoração do trabalho assalariado, tanto pelos indígenas quanto por nós para fins de problematização da territorialização étnica, evidenciou a *industrialização* como um terceiro processo direta e indiretamente responsável presença indígena na cidade. A conformação desse processo de territorialização foi o indício que nos levou a investigar a relação entre indústria, trabalho assalariado e aldeias urbanas. Não só as aldeias, mas os acampamentos se formaram no entorno das regiões industriais e a simultaneidade desses objetos nos levou a crer que a industrialização contribuiu com a formação das aldeias urbanas por estimular, direta ou indiretamente, as relações interétnicas de trabalho assalariado e a exploração da mão de obra indígena. Embora nem toda a mão de obra nativa estivesse empregada nos

empreendimentos industriais, dada às próprias limitações do setor e dessa mão de obra, por exemplo, no domínio de tecnologias, a primazia analítica dispensada à reestruturação industrial/empresarial, em detrimento de outros setores, foi dada pelo próprio contexto etnográfico, pela notoriedade empírica e por suas possibilidades teóricas.

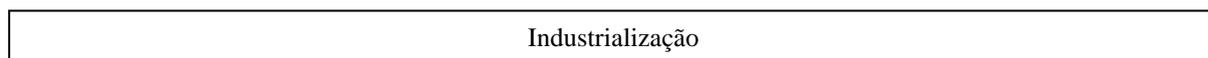
O crescimento exponencial da população indígena urbana coincide com uma onda de incentivos do poder público à industrialização e ao desenvolvimento econômico da capital, formalizado e oficializado através do Programa para Incentivos ao Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (PRODES), em 1999, que consolidou os chamados “polos empresariais” e “incubadoras municipais”, bem como, melhorou a infraestrutura do “núcleo industrial”, presente na capital desde 1977.

Para mostrar a simultaneidade desses processos, elaboramos uma *timeline*, que não inclui no lado da industrialização a criação do núcleo industrial em 1977, nem o Anel Rodoviário (que contorna a cidade e onde concentra grande número de empresas e indústrias), por não se encaixarem, pelo critério data de criação, nessa temporalização. Mas destacamos que é neste período que também receberam seus maiores incentivos à industrialização.

Figura 1. Timeline da industrialização e aldeias urbanas



* De 1999 em diante há mais incentivos ao núcleo industrial e à região industrial do Anel Rodoviário



Logo nos primeiros levantamentos etnográfico e documental verificamos que o surgimento dos *acampamentos* e a *formação das aldeias urbanas* acompanharam a criação dos *polos empresariais* e a revitalização do *núcleo industrial* (regiões específicas destinadas à instalação de indústrias e empresas diversas). A concomitância entre territorialização indígena

e a industrialização em Campo Grande, apresentada na figura 1, reforçou nossas intenções de análise pelo método dialético.

O processo de ocupação de áreas urbanas, a construção de acampamentos e a criação de aldeias urbanas não trouxe à tona apenas a condição étnica subalterna. Esse fato demarcou o ápice de uma nova postura que os indígenas passaram a adotar a partir de então. Isso se mostrou de forma concreta em novas ocupações territoriais, e na ocupação do espaço político, cultural, simbólico e econômico.

Cabe frisar que esses acontecimentos na cidade se constituíram de forma contraditória e ao mesmo tempo complementar a uma outra situação que também havia explodido no campo: as *retomadas*¹ dos territórios tradicionais. Contraditório porque no mesmo instante em que uma parcela dos indígenas luta pelo território tradicional (demarcação, reconhecimento e/ou ampliação), outra parcela luta pela terra na cidade. Ao mesmo tempo em que um grupo tenta garantir o direito de permanecer na aldeia e viver da terra (da agricultura, da pesca, das atividades tradicionais), outro grupo está lutando pelo direito de se inserir e viver na cidade (de forma digna através do trabalho assalariado). É complementar porque a luta pela terra na cidade se configura como uma extensão da luta pela terra no campo, inclusive no que tange às estratégias de ocupação e organização política. Ambos é uma questão de direito, de “ser indígena” independentemente do ambiente escolhido para viver.

As aldeias urbanas se consolidaram não apenas como uma conquista étnica, mas como uma apropriação estatal-capitalista desse fenômeno que viu no movimento de luta indígena por território na cidade a oportunidade de atender a demanda da indústria com mão de obra, atender a reivindicação indígena na cidade e, ainda, fragilizar a luta pela terra no campo através do apoio à urbanização indígena, quer dizer, arrancando do contexto da luta pelo território tradicional uma quantidade expressiva de mão de obra (a maioria jovens) que poderia estar sendo aplicado em prol das *retomadas*.

A ocupação do **espaço territorial**, ou seja, a formação das aldeias urbanas, é apenas um aspecto da *etnicização* e da *territorialização étnica*. Os indígenas ocuparam o **espaço da política pública** para reivindicar melhores condições de vida, formular demandas específicas, criaram organizações jurídicas, construíram alianças com governantes e atores políticos e hoje controlam espaços estratégicos (secretarias, coordenadorias, órgãos como a FUNAI e a SESAI) dentro da estrutura do Estado. A instituição de lideranças (a figura de cacique, por exemplo) e a criação de organizações indígenas elevou o patamar das relações políticas. Os indígenas ocuparam também de forma mais enfática o **espaço cultural**: a língua, a dança, o artesanato, as pinturas e grafias, os jogos, a agricultura, todos esses elementos emergiram e tornaram parte da cultura e do turismo urbano, fortalecendo a presença indígena na cidade. Além disso, a força étnica ainda pode ser notada de forma **simbólica** nos reconhecimentos públicos das autoridades e também nas esculturas, nos nomes de ruas, praças e parques. E por fim, a territorialização do **espaço econômico** através das relações de trabalho e consumo.

Desse modo, a escolha do campo e do problema a ser investigado não se deu de forma aleatória, mas baseou-se na percepção de que a cidade de Campo Grande havia passado por um processo de reestruturação industrial/empresarial que impulsionou a *urbanização indígena*, trazendo em seu bojo a intensificação das relações interétnicas. Em outras palavras, a expansão do capitalismo industrial no século XXI efetivou-se através da reestruturação econômico-produtiva, em que parte da força de trabalho indígena foi urbanizada, produzindo, por relações contraditórias, o que estamos chamando de *territorialização étnica*.

O processo de territorialização étnica é entendido como a ocupação do espaço físico, cultural, econômico, social e político urbano, que produz mudanças recíprocas múltiplas

¹ A categoria “retomada” é utilizada pelos Terena para representar uma ação concreta de entrada ou ocupação por parte dos índios das terras reivindicadas como tradicionais. (ver Ferreira 2007).

(entre pessoas, e entre pessoas e instituições) e não apenas unilaterais, de sentido único. Refere-se não apenas ao crescimento quantitativo e à presença física dos indígenas, mas à construção de um *ethos* urbano multiétnico, pluriétnico e interétnico. Trata-se da expansão étnica de ordem objetiva e material, bem como, de ordem subjetiva e simbólica que resulta em mudanças tanto para os indígenas quanto para a cidade e cidadãos como um todo.

Por **reestruturação econômico-produtiva** entendemos um processo de emergência de novas situações/relações de produção estabelecidas pela dinâmica global do sistema capitalista, com efeito, direto ou indireto, sobre os recursos e a organização do processo produtivo nacional/local. As dinâmicas econômicas locais no mundo globalizado devem ser tomadas como partes integrantes da economia-mundo (ver Wallerstein). A industrialização de Campo Grande e, por conseguinte a de Mato Grosso do Sul, é analisada sob esta condição, a luz da reestruturação produtiva global, e da própria crise do capitalismo, que intensificou a exploração dos recursos naturais e do trabalho nos países cujos elementos são abundantes.

Do que foi apresentado até aqui, podemos fazer algumas colocações preliminares. A industrialização enquanto instrumento histórico de expansão do capital e de exploração de mão de obra se constituiu de forma **ambígua** como base do processo de territorialização étnica do espaço urbano e da urbanização/proletarização, de modo geral. A complementaridade entre a demanda de trabalho nas indústrias e a oferta de mão de obra indígena reafirmou a importância do trabalho assalariado para a economia doméstica indígena e da mão de obra indígena para o mercado de trabalho industrial.

A territorialização étnica no campo das relações de trabalho assalariado não se expressa na mesma intensidade da territorialização do espaço físico, no sentido do equacionamento das relações de poder, visto que a reestruturação econômico-produtiva continua determinando o lugar da mão de obra indígena no contexto internacional da exploração do trabalho. Ainda assim, a força de trabalho indígena está presente no mercado de trabalho e no mercado de consumo de bens e serviços, fato que lhes assegura o exercício do papel de contribuinte do Estado, através do recolhimento de impostos, e o papel de demandantes de serviços e direitos como qualquer cidadão.

Ao mesmo tempo em que a territorialização étnica do meio urbano significa trazer para dentro da cidade as especificidades indígenas, ou seja, ampliar os limites territoriais como forma de resistência ao processo de colonização/civilização, é também uma abertura para absorver novos elementos culturais através do intenso processo de interação étnica, sem perder do horizonte a condição de indígena.

Além disso, os indígenas no espaço urbano de Campo Grande nos anos recentes explicitaram as tensões cotidianas (o preconceito, a questão da identidade e da cultura, as relações de dominação/subordinação) e epistemológicas (reintroduzindo no debate conceitos construído a partir do estudo do contato interétnico, porém, sob outra perspectiva²), a partir da postura ativa dos indígenas, colocando desafios às ciências sociais. Longe de querer estabelecer qualquer relação de causalidade entre os processos aqui analisados ou qualquer pré-julgamento, queremos mostrar que a reestruturação produtiva e crescimento da população indígena urbana expressam a dinâmica e o encontro de processos e grupos em constante movimento. Isso nos levou a perguntar: o que representa esse atual fenômeno da urbanização indígena e em que este processo contribui para a compreensão das transformações sociais dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul e quais são seus efeitos?

Da forma como o campo de pesquisa se apresentou, tanto a cidade influencia os processos de organização, as formas culturais e estratégias políticas dos indígenas quanto os indígenas influenciam a vida cotidiana da cidade, o processo produtivo urbano-industrial e as políticas de Estado. A realidade observada em Campo Grande mostra os indígenas se

² A assimilação, aculturação, integração, civilização, a ideia da incapacidade indígena.

“apropriando”, interagindo e determinando os processos de territorialização, e não simplesmente na condição passiva de meros receptores de novos traços culturais.

Produção bibliográfica e crítica teórica

A produção bibliográfica sobre os indígenas urbanos na cidade de Campo Grande ainda é incipiente, mas não se pode dizer que há um “vazio” epistemológico. Há uma série de estudos e cada um dos autores teve suas preferências e motivações temáticas, razão pela qual acabaram priorizando determinados assuntos em detrimentos de outros.

No Brasil, pesquisas sobre os indígenas em contexto urbano tem se intensificado apenas nos últimos anos, e ainda assim, de forma bastante fragmentada. Um clássico da literatura sobre os Terena no contexto urbano é a obra de Roberto Cardoso de Oliveira, *“Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes”* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968). Nessa obra, em que tratou da experiência do contato interétnico dos Terena no contexto urbano de Campo Grande, Cardoso de Oliveira contribuiu para uma nova visão sobre a situação de interação entre índios e não índios. Diferentemente do que vinha sendo produzido pela teoria de aculturação/assimilação – por autores como Herbert Baldus (1937), Kalervo Oberg (1949) e Fernando Altenfelder Silva (1949) – Cardoso de Oliveira (1962) entra no debate com os estudos sobre *contato interétnico*. Sua contribuição nesse foi de que a situação de “urbanização” nem levava à perda da identidade, nem promovia a assimilação dos índios à sociedade nacional. Através da teoria de *fricção interétnica*, transferiu a ênfase dado à questão cultural para a questão sociológica, dando maior importância às relações sociais para a compreensão das sociedades em contato.

A nível nacional, depois do trabalho de Cardoso de Oliveira (1968), raros estudos sobre os indígenas em contexto urbano foram feitos. O próprio Cardoso de Oliveira orientou nos anos 80 três dissertações de mestrado com o tema da “urbanização indígena”. São elas: *“A descida do Rio Purus: uma experiência de contato interétnico”*, de Marcos A. Lazarin (1981); *“Índios proletários em Manaus: el caso de los Sateré-Mawê citadinos”*, de Jorge Romano (1982); *“Identidad Étnica y Regional: Trayecto constitutivo de una identidad social”*, de Leonardo H. G. Fígoli, (1982). Destas, conseguimos encontrar o arquivo apenas da obra de Romano (1982). Ao examinar outros autores³ que leram estas obras foi possível identificar que os indígenas em contexto urbano desempenhavam atividades de baixa qualificação e que a organização social dos indígenas na cidade pautava-se na “concentração em bairros específicos”, como registrou Lazarin (1981) e Romano (1982). Ainda dos anos 80 tem-se a dissertação de Yara Maria Brum Penteadó (1980) intitulado *“A condição urbana: estudos de dois casos de inserção do índio na vida cotidiana”*.

Nos anos 1990 pudemos registrar uma tímida retomada do debate, e nos anos recentes voltou a circular na academia, nos eventos acadêmicos/científicos, nos jornais, revistas e canais digitais de comunicação, compondo um conjunto maior de produção literária (artigos, dissertações e teses). Os artigos de NANEM, *at all* (1995 e 1996), enfatiza a migração indígena e tratam da experiência indígena em trabalhar fora das terras de origem, encontrando no meio rural ou nas cidades ofícios marginalizado e de natureza braçal. Outras publicações relacionam os de OLIVEIRA FILHO (1996), artigo; PATRÍCIO (2000), dissertação; SILVA (2001), dissertação; BAINES (2004), artigo; LACERDA (2004), tese; PONTE (2009), tese; NUNES (2010), artigo; CAMARGO (2011), dissertação; COSTA (2011), dissertação; MUSSI (2011), artigo; SANTOS (2011), dissertação; BEZERRA (2012), dissertação

³ NAMEM, Alexandro Machado. Relato de dois processos migratórios entre os indígenas brasileiros.

OLIVEIRA (2014), artigo; PASCUET e FAVERO (2014) in Oliveira e Cohn (2014), artigo; SOUZA (s/d), artigo;

A tese de Graziella Reis de Sant'Ana (2010), intitulado "*História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena*", faz uma abordagem sobre a "*etnopolítica Terena*" a partir do "*Associações Indígenas*", que segundo ela, implica em falar de "*incorporações e ressignificações*" nativas. Podemos dizer que a ênfase do seu estudo é nos **processos políticos e relações sociais**. Já a tese de Vanderléia Paes Leite Mussi (2006), sob o título de "*As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)*", centra-se na análise da **continuidade/ruptura** dos laços étnicos. Nas palavras de Mussi (2006, p. 26), a tese estuda o "*deslocamento*" e as "*estratégias de inserção, reinvenção, adaptação e/ou ressignificação por eles ao longo do século XX*", centrando-se na análise da "*continuidade ou ruptura das relações existentes entre os índios Terena que moram na aldeia e os 'patrícios' que moram na cidade*". Na cidade, os indígenas são investigados em suas "*estratégias de negociação e incorporação de novos elementos culturais*". O processo de territorialização está, assim, condicionado a uma abordagem **histórico-cultural**. Um terceiro trabalho que se propõe a analisar os indígenas urbanos é a tese de José Resina Fernandes Júnior (1997), intitulado "*Índio urbano em Campo Grande: conflito cultural e estratégias de sobrevivência*". Em que pese um título atrativo, a abordagem do indígena "no contexto urbano", o tema ficou submerso em uma densa abordagem do contexto rural. O objetivo da tese, segundo o próprio autor foi, discutir e analisar "*o processo sucessório e a situação socioeconômica da agricultura familiar praticada pelo índio Terena, agricultor por excelência, em sua forma de viver frente aos problemas de seu território*" (FERNANDES Jr., 1997, p. 24). O enfoque pretendido à comercialização dos produtos na "*feirinha indígena*" ficou subordinado ao contexto rural como ele mesmo coloca: "*Evidentemente, está se buscando desenvolver um estudo do Terena como agricultor familiar, frente à modernização da agricultura e o isolamento que ela provoca, avaliar seu modo próprio de produzir, enfim, suas técnicas de se relacionar com a terra*" (*ibidem*). O autor reafirma seu objetivo na página seguinte:

O objetivo principal deste trabalho é estudar a forma de agricultura praticada pelos índios da etnia Terena, frente a modernização excludente da agricultura empresarial e, mediante a pesquisa, oferecer alternativas de solução através do desenvolvimento sustentável, com pequenas adequações em sua forma de sociabilizar a agricultura de subsistência praticada pelos Terena no Estado de Mato Grosso do Sul. (FERNANDES Jr., 1997, p. 25).

Sendo assim, fica evidente a abordagem **socioeconômica** adota pelo autor para tratar o tema dos indígenas urbanos.

Nesse conjunto de textos existe uma diversidade de temas que cada um se propôs a enfatizar, dentre os quais urbanização indígena, migração indígena, políticas públicas, fluxos de deslocamentos, identidade étnica, mudança cultural e relações de trabalho. Como podemos observar, somente a partir dos anos 2000 é que houve maior interesse por indígenas em contexto urbano, ainda assim, sem muitos trabalhos sistematizados ou de maior abrangência, sendo a maioria artigos e dissertações. O foco nas relações de trabalho e na economia indígena contemporânea também foi bastante limitado.

Os principais conceitos e ideologias (assimilação, aculturação, integração, civilização, mestiçagem) que permearam a relação entre Estado, sociedade nacional e sociedade indígena foram lapidados e debatidas no limiar da política de intensificação do contato interétnico, e alimentaram uma concepção de sociedade brasileira em que aos indígenas caberiam ou a integração (uma espécie de "desaparecimento ascendente", ou seja, a identidade indígena seria diluída no modo de vida dos "brancos" e os índios se tornariam civilizados) ou a

extinção (a inadaptabilidade levaria ao fim progressivo dos grupos). Estas noções foram disseminadas na sociedade brasileira criando uma concepção distorcida sobre os indígenas.

Na bibliografia brasileira observamos argumentos comuns entre os autores de que o processo de “urbanização indígena” ocorreu em razão das precárias condições de subsistência a que foram expostas as reservas indígenas e a falta de oportunidades de trabalho assalariado nas proximidades das aldeias. Além disso, outras questões foram determinantes para que muitos indígenas fossem tentar a vida na cidade: pouco rendimento das outras atividades econômicas dentro das aldeias, precarização da condição socioeconômica, ausência de serviços e infraestrutura (como escolas de qualidade, atendimento adequado à saúde, moradia adequada, transportes precário para ir à cidade), busca por melhores condições de vida e alternativas de trabalho, busca de tratamento de saúde, ausência de políticas públicas do Estado adequadas e que favoreçam a permanência nas aldeias, escola para os filhos, assim como, engajamento em lutas políticas pelos direitos indígenas (movimento indígena), entre outros.

Pelo mundo, o avanço do capitalismo global sobre os nativos fez destes alvos privilegiados na busca pela compreensão das mudanças e transformação social, culturais, política e econômica. Sendo assim, pesquisas que tratam da influência da expansão capitalista sobre populações nativas também têm sido recorrentes na literatura internacional. Vejamos os principais motivos que tem levado esses grupos para os centros urbanos: a perda dos territórios tradicionais para o Estado dentre os Maasai, na Tanzânia, obrigou-os a abandonar suas atividades tradicionais e a trabalhar como seguranças particulares na cidade de *Dar es Saalam* (OLE KALUNGA, 2002); o esgotamento de recursos, em razão de fraca colheita causado pela seca, somado ao crescimento da demanda por mão de obra com a expansão industrial e urbana, ou mesmo o enfrentamento de situações de constrangimento social, como gravidez precoce, por parte das jovens mulheres trabalhadoras domésticas de casas de família em Delhi, na Índia (MULLICK, 2002); a precária situação econômica, ausência de serviços sociais (saúde e educação) e infraestrutura (estradas, eletricidade e sistemas de distribuição de água), somado a conflitos tribais, guerra e militarização na Cordilheira em Filipinas, levou uma massa populacional indígena a dedicar-se a inúmeras atividades econômicas para garantir a sobrevivência na cidade de Baguio, Filipinas (CACHO e CARLING, 2002); a perda do território para construção de usina hidrelétrica e a vulnerabilidade social provocado pelo desastre ambiental dentre os Embera, na Colômbia, obrigando-os a aceitar, como compensação da perda de seus territórios, casas nos distritos de Esmeralda, Coquera, Sahagún e La Apartada, sujeitando-se aos inúmeros problemas sociais e vulnerabilidade econômica (ZAPATA, 2002); a marginalização das áreas rurais e a falta de terras para cultivo entre diversos grupos no México (Mazahua, Otomí e Triqui, Maya e Zapotec), forçando-os a responder com processos de urbanização, indianizando a cidade e sobrevivendo das mais diversas atividades econômicas (VARRASCO V., 2002); a redução e a limitação do acesso a terras pelo Estado chileno desde final do século XIX, impedindo as mulheres Mapuche, na maioria das vezes, a fazer parte do processo de herança, e com isso, forçando-as a dedicarem-se como trabalhadoras domésticas na cidade de Santiago, Chile (BELLO M., 2002).

Outros exemplos da situação histórica de exploração dos nativos encontram-se na obra de Immanuel Valerstein, “*Social Change: The Colonial Situation*” (1966), que tratou do processo da mudança em sociedades coloniais no contexto mundial de modernização, analisando processos migratórios de trabalhadores indígenas africanos para os centros econômicos mais desenvolvidos na África. Nestes estudos, datados de meados do século XX, vale destacar a importância das indústrias na concretização dos processos migratórios. A pressão europeia sobre os Tonga, de Moçambique, materializados em acordos internacionais de controle no recrutamento de mão de obra, levou-os a trabalhar nas minas na África do Sul (HARRIS, 1959). A maioria dos homens adultos (entre 60 e 75%) deixava suas famílias para

trabalhar em áreas urbanas, promovendo a descontinuidade dos laços tribais. Esses exemplos mostram a dimensão internacional do problema que aqui se propõe a investigar.

Ao fazer o balanço da literatura, a impressão gerada é de que os indígenas são vítimas da exclusão. Sendo assim, é bastante pertinente a revisão das respostas dadas ao processo de ocupação indígena dos espaços urbanos. O processo de territorialização indígena sugere a compreensão de situações que vão além da “*busca de trabalho e melhores condições de vida*” dada pelos próprios índios e analisada sem muito aprofundamento pelos autores. Analisar a presença indígena nas cidades a partir destes aspectos é, certamente, reduzir as possibilidades epistemológicas do problema. Embora isso não falte com a verdade, buscamos problematizar outro ponto de vista, enfatizando o protagonismo indígena, ao observar situações que fogem do controle das instituições dominantes, dando margem a lutas e formas cotidianas de resistência. Nosso recorte, portanto, da “urbanização” como fruto da expansão do sistema capitalista tem relevância não apenas no sentido das forças de subordinação, mas principalmente na emergência de um “despertar étnico” e formas de resistência que tem reposicionado os indígenas na estrutura das relações de poder.

Justificativa:

O presente trabalho se justifica por algumas razões. Os estudos sobre os indígenas do Mato Grosso do Sul revelam que a exploração da força de trabalho indígena e o trabalho assalariado ocuparam lugar importante no (re)ordenamento da economia e das sociedades indígenas ao longo da história, mas poucos autores se dispuseram a refletir a temática indígena por esta perspectiva, menos ainda sobre indígenas no contexto urbano. Em Campo Grande, as relações de trabalho assalariado têm sido estratégicas (mas não exclusivas) para a inserção dos indígenas na cidade. Usado não apenas para suprir as necessidades básicas de subsistência, o trabalho foi a chave para demandar outros direitos (educação, saúde, moradias, assistências básicas, etc.) do poder público.

A territorialização étnica do espaço urbano de Campo Grande é internacionalmente significativa. O estado de Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do país, o que faz a escolha de Campo Grande como espaço de estudo da urbanização indígena um local de importância não apenas nacional, mas também internacional. Além disso, Campo Grande ganhou visibilidade ao abrir espaços para a criação das “aldeias urbanas” e ter políticas voltadas para os povos indígenas urbanos.

Há a necessidade de desconstruir estereótipos. Esteve entranhada no tecido social a ideia da integração e da civilização como alternativas corretas e necessárias na relação com os povos indígenas. A concepção eurocêntrica e colonial de sociedade que se espalhou pelo Brasil, da Europa como o centro do conhecimento, da cultura, e do que mais avançado existia entre os povos do mundo, subestimou a capacidade dos índios. Os diversos modos de vida, a diversidade de línguas e formas de comunicação, as diferentes formas de se relacionar com outros grupos e com a natureza, a diversidade de técnicas e tecnologias de navegação, de construção e de subsistência, todo um conjunto de conhecimentos e capacidades dos índios, característicos da pluralidade étnica do Brasil, não foram suficientes para evitar que os índios fossem considerados “incapazes”. A ideia da “incapacidade” foi usada para legitimar a necessidade do regime tutelar e de instituições intermediadoras entre os índios, o Estado e a sociedade. (FERREIRA, 2007, LIMA, 1995)

A territorialização étnica de Campo Grande mostra que considerar os “*índios verdadeiros*” como aqueles pertencentes exclusivamente à *floresta/natureza* é tão equivocado quanto conceber *índio na cidade* como sinônimo de *índio civilizado/integrado/aculturado*. O mesmo raciocínio serve para combater a ideia de que *índio na aldeia* é sinônimo de *ausência*

de urbanidade/“modernidade”. É preciso romper com as concepções equivocadas que prevaleceram por mais de um século sobre os indígenas no Brasil e informar à sociedade que as mudanças culturais são processos “normais” de sociedades em interação. Mais do que construir conceitos teóricos, é preciso antes de tudo, fazer uma leitura realística do que está posto às Ciências Sociais e sugerir interpretações que contemple os índios atuais.

Necessidade de preencher a lacuna existente no estudo dos indígenas no contexto urbano. O estudo da territorialização indígena tem utilidade teórica e social. Os indígenas residentes nas cidades estão longe de ser a inspiração dos etnógrafos, estudiosos e pesquisadores de populações indígenas. A mesma lacuna é encontrada sobre os impactos das transformações econômicas aos indígenas contemporâneos. Pouco se tem problematizado sobre as transformações econômicas regionais e os impactos gerados para as populações em situações subalternas. É necessário redefinir a noção de economia indígena no século XXI, dado que a economia indígena era correntemente classificada como “economia ou agricultura tradicional” (SALVADOR, 2012). Esta definição não é suficiente para dar conta das características contemporâneas e da realidade socioeconômica indígena atual. As ocupações nas indústrias, por exemplo, assim como outras ocupações na cidade, são partes da realidade que compõe essa economia.

Até hoje paira sobre a sociedade nacional uma postura preconceituosa e altamente pejorativa sobre os índios, visão que os congela no tempo e no espaço, opondo-os à vida urbana e relegando-os ao atraso, à pobreza, à ignorância, ao arcaico e à primitividade (BAINES, 2004; BALANDIER, 1951). O preconceito levou, na visão do antropólogo Stephen Baines, à falta de estudos sobre estas populações: “*Criou-se assim uma situação de invisibilidade, como se os índios urbanizados simplesmente não existissem*” (BAINES para *ONG Repórter Brasil*). João Pacheco de Oliveira Filho (2003, p.167) afirma que “*o trauma provocado no europeu pelo encontro de uma forma tão radicalmente distinta de humanidade*” consolidou o “índio” como uma categoria estática, “*expressão completa da simplicidade, do passado, da primitividade [...] que o senso comum repete e consagra incessantemente*”. Boa parte da comunidade científica tornou-se, em certo sentido, cúmplice da propagação desta errônea concepção ao não disponibilizar à sociedade interpretações adequadas das transformações sociais e culturais indígenas. Ao contrário, assistiu os livros didáticos impregnar na memória coletiva uma separação ideológica equivocada sobre o índio e o “homem branco”, imputando-lhes estereótipos que estão arraigados no tecido social.

O *índio* foi romantizado como um ser da *floresta/natureza*, e ao mesmo tempo hostilizado pela ideia de um ser *atrasado*, ao passo que o “*homem branco*” era percebido como sinônimo de *cidade/civilização/progresso*. Esta noção, construída e propagada historicamente, perpetuou a incapacidade analítica da sociedade de compreender a realidade tal como ela é, nas suas dinâmicas e transformações cotidianas.

A análise do processo de territorialização étnica de Campo Grande tem relevância ao ser visto como parte do contexto da emergência de *diferentes formas de resistência e insurgência indígenas*⁴, rotuladas e simplificadas por muitos autores na categoria “movimento indígena”, que explodiram no Brasil a partir dos anos de 1970, questionando os processos de dominação, exploração e exclusão dos grupos étnicos (FERREIRA, 2007). Desde então, os indígenas, cada vez mais politizados e conscientes das perdas sofridas, externalizaram, nas décadas finais do século XX, as ambiguidades e contradições da política indigenista oficial e

⁴ Quando falamos de *resistência indígena* nos referimos às formas “organizadas” de resistência indígena (que se desenvolveu a partir dos anos 1970), uma vez que houve diferentes formas de resistência, como por exemplo, fuga dos indígenas das aldeias das missões jesuítas, insubordinação a este modelo de integração indígena, alianças individuais/familiar clientelista com fazendeiros, entre outros. Foram formas “isoladas” de resistência. A partir dos anos 1970 se observa novas formas de resistência, bem mais planejada, organizada e de amplitude regional e nacional.

as perdas acumuladas pelo avanço do capitalismo. A atuação política e organizada dos grupos étnicos deu início a uma nova fase na história das relações interétnicas e contribuiu para o agravamento da “crise” do indigenismo oficial (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988), culminando, teoricamente, com o fim do regime tutelar promulgado na Constituição Federal (CF) de 1988⁵.

Essa nova postura étnica conformou-se num “levante indígena” a partir dos anos 1970, e trouxe à tona o caráter antiassimilacionista (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972) das lutas e resistências que vieram a materializar-se também no processo de territorialização étnica de Campo Grande, em contraposição ao caráter colonialista, assimilacionista e civilizatória que permearam as relações e as ações de incorporação indígena à sociedade nacional (OLIVEIRA FILHO, 2006) durante décadas.

No caminho que levou à construção desta tese, a única certeza foi a de que nossas intenções de pesquisa e concepções teóricas seriam confrontadas com a realidade empírica, e isso levaria, necessariamente, a algum tipo de mudança, seja ela completa, seja parcial, do projeto de pesquisa inicial. Cabe aqui mencionar e justificar a mudança realizada durante a pesquisa que, embora mínima, foi substancial para um novo rumo da tese e para a construção de um argumento, talvez, mais consistente, sobre o problema sociológico encontrado.

Trata-se da reformulação do termo “urbanização indígena” como um dos termos norteadores da pesquisa. Não poderíamos incorrer no risco de analisar o fenômeno da territorialização étnica do espaço urbano sob construções teóricas de tempos e espaços diferentes, porque isso também implicava numa interpretação da própria identidade e cultura étnica. Claro que lançar mão da “*urbanização indígena*” significava assumir também parte de seus significados definidos a partir de um ponto de vista teórico-histórico. A *urbanização indígena* foi dada como a mobilidade aldeia-cidade, inserção definitiva e irreversível na estrutura socioeconômica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1960), migração e acomodação num sistema de classes e, no melhor dos casos, tribalismo e permanência da identidade étnica primitiva no contexto urbano (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968). Nessa análise os indígenas aparecem com pouca ou nenhuma influência sobre o ambiente no qual estavam inseridos, muito diferentes do que havíamos observado em Campo Grande a partir dos anos 1990.

Um segundo aspecto que nos levou reformular a categoria “*urbanização indígena*” diz respeito ao entendimento de que o processo de urbanização não é exclusivo aos grupos indígenas, mas trata-se de um fenômeno que ocorreu, sobretudo no espaço brasileiro, em dimensão muito mais significativa, tornando o uso da adjetivação *indígena* pouco consistente em razão de haver uma urbanização *brasileira*. A presença dos indígenas nas cidades é apenas uma parte desse processo mais amplo.

Por fim, é importante salientar que a reformulação nem de longe é uma ruptura com o próprio termo e seus significados, que continuam, sem dúvida, contribuindo com muitas abordagens, inclusive para as que aqui se colocam. Um exemplo disso é o argumento de Roberto Cardoso de Oliveira de que o processo de urbanização não conduz ao desaparecimento da identidade étnica, visto que continuam a praticar e a interagir entre si como se em suas aldeias estivesse. Esse argumento também reivindicamos e diversas vezes deixaremos isso claro na tese. Este “novo olhar” que pretendemos lançar sobre o processo da “urbanização” estaria inviabilizado sem esse conhecimento acumulado do termo. A “urbanização indígena” não significa, portanto, de nenhuma maneira, a “diluição” da etnicidade no contexto urbano, mas ao contrário, a construção de novas territorialidades a partir da reafirmação dessa identidade. É o que Barth (2003) coloca como “*fronteira étnica*”. Sobre isso, já fizemos a seguinte colocação:

⁵ Sobre este tema ver Constituição Federal, artigos 231 e 232.

Quando falamos de relações interétnicas significa que ambas as culturas em contato são influenciadas uma pela outra. Assim, tanto os indígenas absorvem elementos da cultura europeia quanto os *purutuye*⁶ absorvem elementos da cultura indígena. A ideia de “fronteira étnica” não significa uma barreira que separa as culturas em contato, que limita a interação; tal como foi formulado, o conceito permite entender que quanto maior a intensidade do contato interétnico maior a possibilidade de manutenção das fronteiras e continuidade das práticas nativas, isso porque, quanto maior o contato, mais visíveis se tornam as diferenças culturais. (SALVADOR, 2012, p. 36)

A abordagem que se propõe nesta tese, a de relacionar a ocupação étnica dos espaços urbanos com a industrialização ou, o processo de territorialização étnica com a reestruturação econômico-produtiva, inova no sentido de atribuir uma perspectiva socioantropológica a um tema que poderia adquirir perfeitamente uma perspectiva econômica. Não se trata de subjugar esta última, mas como está posto, a cidade de Campo Grande tem se transformado em um *campo* (Turner, 1971)⁷ de pesquisa privilegiado, explicitando e centralizando aí temas recorrentes na antropologia, tais como identidade, mudança cultural, política e poder, organização social e economia indígenas. Não se trata aqui de aprofundar as investigações nesses temas, mas de mostrar, ainda, as possibilidades de pesquisas que o processo de territorialização étnica oferece para o estudo da etnicidade contemporânea.

Contrastando com parte da literatura e dos relatos oficiais que têm tratado os indígenas apenas como sujeitos subalternos e meramente passivos da colonização, a tese da *territorialização étnica* estimula a percepção do papel ativo dos indígenas na construção e reconfiguração das cidades brasileiras e a postura (re)ativa frente às situações de exploração, privação, marginalização e dominação praticadas pelo capitalismo sob os auspícios obscuros da ideia de “desenvolvimento e progresso”.

Uma característica peculiar desta pesquisa, e fato cada vez mais recorrente no Brasil nas últimas décadas, é o de seu autor ser indígena e pertencer à etnia Terena. Por muitas décadas os indígenas foram privados do acesso aos cursos de graduação e pós-graduação, motivo que os condicionou a um lugar político, social, econômico, cultural e intelectual periférico na sociedade brasileira. Resulta disso que as recentes presenças étnicas nos espaços acadêmicos sejam vistas, ainda, como “exóticas” nas instituições científicas e tecnológicas do país. Embora esta não seja nem a primeira nem a única contribuição “étnica” ao campo das ciências sociais, representa, todavia, mais um estudo a somar-se à ampla produção acadêmico-científica desenvolvido por indígenas, imprimindo um “olhar étnico” às análises e reflexões até então dominados pelo pensamento dos não-índios. Além disso, esta presença “exótica” do pensamento Terena no campo científico é exemplo de como a territorialização étnica vem ocorrendo não apenas no espaço físico-territorial urbano, mas também em diversos espaços simbólicos e estratégicos para a construção da resistência indígena.

Contudo, essa proximidade étnica com a problemática em questão foi uma das grandes preocupações do autor para que não viesse a comprometer a lisura necessária a um trabalho científico. Nesse sentido, a neutralidade, o distanciamento do objeto e a objetividade necessários ao desenvolvimento da pesquisa científica (DURKHEIM, 2007) são princípios básicos que regularam a relação entre o autor pesquisador e os objetos nesta tese. Já o seu valor político fica como sugestão interpretativa, já que não deixa de ser no rol dos processos anticolonialistas, a expressão e a materialização de formas de resistência étnica em curso também no “campo científico”.

⁶ Termo usado na língua Terena para se referir ao “homem branco”/não indígena.

⁷ *Campo* como o ambiente principal de interação dos atores (TURNER, 1971).

Método e referências teóricas

Para compreender a relação entre o processo de territorialização étnica e a industrialização, intermediado pelas relações de trabalho, é preciso apreendê-los a partir de metodologias e abordagens teóricas que priorizem a ênfase no dinamismo e organicidade de todo esse processo, razão pela qual nos apoiamos principalmente no entendimento teórico sobre a *dialética*, produzida por Gurvich (1987), sobre *territorialização* escrita por Oliveira Filho (1996 e 1998), sobre *resistência e protagonismo étnico* de Ferreira (2007) e a crítica ao desenvolvimento capitalista, produzida por Wallerstein (2006), Marini (1973) e Santos (2011), e outros autores, sobre desenvolvimentismo. Essa crítica vem sendo endossada atualmente por um grupo seleto de intelectuais/lideranças indígenas, tanto via *atuação política*, através do discurso, quanto via *produção acadêmico-científica*, sinalizando para um processo de “territorialização étnica” do campo político-epistemológico, e conseqüentemente, para um notório reposicionamento étnico nos espaços das relações de poder. Nesse âmbito, destacamos intelectuais doutores como os Terena Luiz Henrique Eloy Amado, Lindomar Sebastiao Lili, Wanderley Dias Cardoso, e os Guarani, como Tônico Benites e Eliel Benites.

É importante que na produção do conhecimento científico tenhamos um fio teórico e metodológico condutor das análises e interpretações dos dados, dos fatos e das experiências que envolvem as relações humanas. A preocupação era de que pudéssemos mostrar a complexidade e, ao mesmo tempo, evitar interpretações rígidas, pela simples ciência que temos de que os objetos da pesquisa constituem partes da humanidade em movimento. Como as ciências humanas se constroem sobre os fenômenos sociais, é necessário encontrar um método que nos ajude não apenas nos esquivar dessas interpretações, mas que também evite que as reproduzimos.

Sendo assim, o uso da *dialética* como método de análise veio ao encontro dos anseios que tínhamos. As formulações para o uso da dialética como procedimento interpretativo foram retiradas da obra de Gurvich (1987) que inicialmente ressalta que:

A inspiração primeira da dialética autêntica é a demolição de todos os conceitos adquiridos, com vistas a impedir a sua ‘mumificação’; essa mumificação provém da sua incapacidade de captar as suas totalidades reais ‘em movimento’. Da mesma forma, a conceituação estática não consegue dar conta, simultaneamente, das totalidades e de suas partes. Ela não chega nunca a penetrar nas riquezas inesgotáveis do real, de que um dos setores importantes – o da realidade humana (social e histórica, em particular) – é captado, por sua vez, em um movimento dialético. (GURVICH, p. 9, 1987).

Para colocar em prática esse movimento dialético foi necessário o uso dos “*diferentes procedimentos operatórios de dialetização*” formulada por Gurvich (1987), “*procedimentos que correspondem, todos eles, ao método dialético, mas que são aplicáveis, seja de forma exclusiva, seja de forma concorrente, seja enfim de forma conjunta.*” (GURVICH, p. 177, 1987). A análise da territorialização étnica, portanto, apoiou-se nos cinco procedimentos operatórios: 1) *a complementaridade dialética*; 2) *a implicação dialética mútua*; 3) *a ambigüidade dialética*; 4) *a polarização dialética*; 5) *a reciprocidade de perspectiva*. (GURVICH, p. 177, 1987).

Oliveira Filho (1998, 2006) tem destacado a importância da dimensão territorial para a análise dos diferentes temas envolvendo as populações indígenas. Em um de seus textos ele afirma: “*A dimensão estratégica para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação é, a meu ver, a territorial.*” (OLIVEIRA, 1998, p.55). Em outro texto o território é visto “*como una clave analítica privilegiada para la comprensión de los modos de sociabilidad que presentan.*” (OLIVEIRA, 2006, p.132). E no

que se refere ao processo de territorialização ele coloca que “*El abordaje en términos de un proceso de territorialización permite describir e interrelacionar los reordenamientos ocurridos en múltiples niveles – en la morfología social, en los roles políticos, en las tradiciones culturales y en la construcción de identidades.*” (OLIVEIRA, idem).

Neste sentido, o autor citado chama a atenção para o fato de que o processo de territorialização “*jamais deve ser entendido simplemente de mão única, dirigido externamente e homogeneizador, pois a sua atualização pelos indígenas conduz justamente ao contrário, ou seja, à construção de uma identidade étnica individualizada [...]*” (OLIVEIRA, 1998, p. 60, grifo nosso). Devemos entender então que:

La intervención del Estado, sin embargo, debe ser estimada no como un factor determinante exclusivo, sino como una de las caras de una moneda, que muestra en su reverso las iniciativas indígenas – y no tanto las re-elaboraciones (reinterpretaciones y reordenamientos), sino también las creaciones e innovaciones. [...]

El proceso de territorialización no comprende únicamente las razones de Estado, pues ahí se expresan también los conceptos indígenas sobre tiempo, persona y naturaleza del mundo (OLIVEIRA, 2006, p. 132).

É aí que a tese da “territorialização étnica” encontra seu respaldo teórico, com a ressalva feita por Oliveira (2006). O “processo de territorialização⁸ étnica” é uma construção indígena de acordo com parâmetros próprios de capacidade organizativa, conhecimento do território e os atores do campo, autoconhecimento e experiências acumuladas nos processos de luta, em que as consequências da intervenção externa (expropriação territorial, precarização das condições de vida nas aldeias, industrialização e aproximação à esfera governamental) são reposicionadas a partir do movimento de ocupação dos espaços urbanos – territorial, econômico, político, social e cultural – de Campo Grande. As formas de resistência indígena se multiplicaram, no Brasil, com a crise do indigenismo estatal (Cardoso de Oliveira, 1988) e de suas proposições teóricas (civilização/assimilação), a partir dos anos 70. Configuravam-se, ainda, como parte da crise política do regime militar. Por outro lado, é bom lembrar que o levante indígena tem a ver também com o contexto das ações colonialistas, tais como a ocupação dos territórios indígenas, a degradação ambiental e a marginalização dos meios tradicionais de subsistência e a transformação dos indígenas em trabalhadores assalariados.

Nosso método de pesquisa foi o quanti-qualitativo, onde estarão presentes tanto interpretações baseadas em dados estatísticos quanto análises qualitativas do problema investigado. A metodologia baseia-se no diálogo entre três fontes de dados principais: a pesquisa bibliográfica-documental, a observação participante e entrevistas. Iniciamos pela **pesquisa bibliográfica** (livros, teses, dissertações, artigos, etc.), tanto de material impresso quanto digital. Acessamos diversos *sites* na internet onde são disponibilizados materiais, assim como, as bibliotecas virtuais e físicas. Foram fundamentais para o levantamento bibliográfico as bibliotecas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Católica Dom Bosco, as duas maiores do Mato Grosso do Sul.

A pesquisa bibliográfica objetivou basicamente contextualizar quatro conjuntos de temas principais: a) o desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul, as principais atividades econômicas, o processo de industrialização, a economia sul-mato-grossense nos anos 1990, os principais centros industriais, as frentes econômicas que se desenvolveram; b) a

⁸ A noção de territorialização construída pelo professor João Pacheco de Oliveira, visando esclarecer a relação da sociedade com o território, dentro do contexto de uma situação colonial, foi, de certa forma, reivindicada em vários trabalhos desenvolvidos sobre a realidade indígena no MS: Mura (2006); Ferreira (2007); Sant’Ana (2010); Castro (2010); Vargas (2011); Benites (2014).

população indígena no Mato Grosso do Sul, as principais atividades econômicas indígenas, as fontes principais de obtenção de renda, a mão de obra indígena nas principais atividades econômicas do estado, a mão de obra indígena ante a nova configuração econômica do Mato Grosso do Sul a partir dos anos 1990; c) o processo de industrialização e a alocação da mão de obra indígena na cidade, o processo migratório, a dinâmica de “idas” e “vindas” provocadas pela busca de trabalho; d) a maneira como a urbanização indígena e os contatos interétnicos foram abordados pela antropologia brasileira.

Recorremos ainda à **etnografia**. O trabalho etnográfico pressupõe a convivência por períodos extensos com o objeto pesquisado, sendo assim, lançamos mão da experiência vivenciada pelo autor em mais de 13 anos na cidade de Campo Grande. Esta experiência nos permitiu retratar de forma bastante qualitativa diversos acontecimentos sobre os indígenas em contexto urbano. A etnografia será importante para levantar informações acerca das relações estabelecidas entre indígenas e seu contexto de relações de trabalho, de ocupação, de rotina, de permanência/transferência entre postos de trabalho, de elementos culturais/tradicionais nas relações de trabalho e na vida cotidiana. A etnografia traz essa experiência do contexto dos indígenas residentes nas cidades de forma a visualizar suas reais condições no contexto urbano, tanto de infraestrutura externas (escola, postos de saúde, transporte, saneamento, etc.) quanto internas (condições de moradias, infraestrutura domiciliar, móveis e bens materiais conquistados).

Como instrumento de coleta de dados de análise utilizamos os *questionários*, abertos e/ou fechados, e *entrevistas* aos indígenas urbanos objetivando aprofundar as informações sobre o processo de urbanização (data, motivo, destino, quais membros da família estão na cidade, onde moraram/moram, quais as facilidades/dificuldades do emprego/desemprego na cidade ou no meio rural, etc.).

Uma outra técnica de pesquisa que já estamos acionando são as consultas às **fontes primárias**, de dados referentes aos dois elementos principais da pesquisa: a economia de Mato Grosso do Sul, especialmente a industrialização, e as populações indígenas. O banco de dados do IBGE é uma fonte importante a ser pesquisada e analisada. Os arquivos/relatórios das Inspetorias Regionais. Banco de dados da Funai e Funasa, órgãos que trabalham diretamente com as populações indígenas – Prefeitura Municipal de Campo Grande, Secretaria de Planejamento Urbano ou outro setor que possa fornecer dados relevantes. Uma análise profunda, detalhada e comparativa dos dados do IBGE vem sendo realizada, para tentar produzir outros dados a partir dos que temos disponíveis nesta instituição. Neste primeiro momento foram observados alguns mapas, dados, gráficos, números e tabelas. Dois temas específicos que serão consultados nos dados do IBGE são referentes à industrialização/estabelecimentos e população indígena, que pela primeira vez tem recebido uma atenção especial no Censo/2010.

Como a busca por trabalho assalariado é um aspecto chave no processo de urbanização indígena, selecionamo-lo como porta de entrada para o estudo dos indígenas no contexto urbano e da etnicidade contemporânea. Além disso, tal escolha deve-se ao fato de que o estudo do assalariamento da mão de obra indígena nas cidades não tem sido objeto de pesquisas científicas.

Estrutura do trabalho e capítulos

A tese se encontra estruturada da seguinte maneira:

No capítulo I trabalhamos o conceito de situação histórica através da análise da relação entre industrialização, relações de trabalho e formação dos acampamentos e aldeias urbanas. Procuramos mostrar que a territorialização étnica veio subordinado a um processo de

industrialização que segue a dinâmica estabelecida pelo capitalismo internacional. Lançamos mão, ainda, do conceito de territorialização de Oliveira (1998) para mostrar que a aliança Estado-capital enquanto territorialização externa proporcionou a emergência de um “despertar étnico” que atuou no sentido da mudança nas relações de poder.

O capítulo II trata do estudo da profundidade histórica do processo de territorialização étnica. Tratamos dos vários elementos políticos, sociais e econômicos que contribuíram para um “levante indígena”, um movimento organizado que lançaram as bases para um “despertar étnico” na cidade. O movimento que emerge no contexto urbano, como a formação de acampamentos e as aldeias urbanas, é um desdobramento das experiências acumuladas das lutas e encontros durante o desenvolvimento do processo de contato da população indígena com a sociedade nacional. Considerando seu caráter singular, argumentamos que esses processos se configuram como de contestação da situação de exploração e exclusão.

O Capítulo III aborda os diferentes tipos de territorialização, tanto aqueles dirigidos pelos indígenas, quanto aqueles dirigidos pelo Estado e pelo capitalismo. Argumentamos que urbanização/proletarização indígena produziu um processo de territorialização fragmentada/dispersa que garantiu uma posição subordinada dos indígenas no contexto urbano, levando a formação dos acampamentos. A criação das aldeias urbanas surge, assim, como um processo de territorialização dirigido pelo Estado e complementar a aos interesses do capital.

O capítulo IV consolida a ideia de territorialização étnica apresentando de forma descritiva e analítica a ocupação do espaço urbano pelos indígenas, tanto no que diz respeito ao processo político, cultural, econômico e social.

Capítulo I – Territorialização e resistência étnica na cidade de Campo Grande-MS

O índio quando veio pra cidade naquela época ele veio em busca de um sonho, um sonho da casa própria, um sonho de educar os seus filhos, um sonho de colocar os filhos na faculdade, então ele veio movido por grandes sonhos, aí chegou aqui então não era aquilo que a gente esperava né. Então foi um sofrimento muito grande, porque chegamos aqui, não tinha onde morar, as mulheres indígenas dormiam ali no chão na frente do Mercado, sabe, então era muito difícil. Foi aí que a gente começou a entender que nós não tinha que lutar só pela moradia e pela educação, mas sim por uma ocupação do espaço como um todo. (Enir Terena, ex-Cacique da Aldeia Urbana Marçal de Souza, in memoriam, grifo nosso)

A situação relatada na epígrafe revela o **sentimento de frustração** dos indígenas com aquilo que sonharam encontrar e construir na cidade de Campo Grande-MS. Nos últimos trinta anos, esse “sonho de uma vida próspera”, de conquistas financeira, material e profissional, tem sido diretamente responsável pelo deslocamento de centenas de famílias indígenas para as cidades. Entretanto, para a grande maioria, a realidade com a qual se deparam tem ficado aquém do imaginário de que nelas poderiam “melhorar suas condições de vida”. O “sofrimento”, a “falta de moradia” e o “abandono”, enfrentados pelos indígenas, conforme relatou Dona Enir, são situações concretas dessa frustração.

Mas o depoimento deixa explícito a emergência de um *despertar étnico*, quando entenderam que, diante daquela situação, precisavam **“ocupar o espaço urbano como um todo”**. Desde então, esse é um comportamento que tem sido adotado pelos indígenas na cidade de Campo Grande e que tem abalado a estrutura das relações de poder. Diante das evidências de que eles estão vivendo uma “nova história”, sentimo-nos desafiados em analisar desta, as verdades, complexidades, contradições e ambiguidades.

Neste capítulo iremos **caracterizar a situação histórica atual** da população indígena no contexto urbano de Campo Grande-MS. Seguindo o recorte temático apresentado na introdução, enfatizaremos os pilares centrais da tese: urbanização/proletarização e a formação das aldeias urbanas. Mediado pelas relações de trabalho, esses processos materializam a dialética entre reestruturação econômico-produtiva e territorialização étnica, e entre o desenvolvimento capitalista e a mudança no equilíbrio das relações de poder. Nosso objetivo é **contextualizar a “territorialização étnica” e identificar questões relevantes** para reflexões e construção dos próximos capítulos.

1.1. Sobre o conceito de *situação histórica*

Usaremos aqui o conceito de *situação histórica* (OLIVEIRA FILHO, 1998) como ferramenta metodológica para a análise das relações subjacentes ao universo da industrialização e territorialização étnica. Oliveira Filho (1988) descreve tal conceito da seguinte maneira:

[...] uso aqui a expressão situação histórica, noção que não se refere a eventos isolados, mas a modelos ou esquemas de distribuição de poder entre diversos atores sociais. (...) O que assim se designa é o resultado de uma análise situacional, pressupondo portanto o manuseio de situações sociais (no primeiro sentido) e da noção de campo. Trata-se de uma construção do pesquisador, uma abstração com finalidades analíticas, compostas dos padrões de interdependência entre os atores

sociais, e das fontes e canais institucionais de conflito (OLIVEIRA FILHO, 1988, p. 57 *apud* FERREIRA, 2007, p.51)

Tal conceito, segundo Ferreira (2007), é um desenvolvimento teórico da perspectiva da noção de *situação social* (ver Gluckman, 1958 in Feldman-Bianco, 2010) e, “*se apresenta assim como uma forma de constituir um padrão de relações a partir da análise das ações concretas dos atores sociais*” (FERREIRA, 2007, p. 51, grifo nosso). A análise de uma determinada *situação histórica* (OLIVEIRA FILHO, 1988) pressupõe, portanto, o uso de *situações sociais* construídas por atores sociais em um determinado *campo* de interações. Segundo Gluckman (1958),

A partir das situações sociais e de suas inter-relações em uma sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade (GLUCKMAN, 1958, p.239)

[...] uma situação social é, em algumas ocasiões, o comportamento de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. (GLUCKMAN, 1958, p.252, grifo nosso)

Esses conceitos auxiliam na formulação e compreensão da territorialização étnica a partir de diversas situações sociais que iremos descrever, clareando o “padrão de relações”, o “padrão de interdependência dos atores sociais” e a “mudança no comportamento dos indivíduos”, estabelecidos mutuamente no *campo* de interação (na cidade de Campo Grande). A noção de *campo* adotado aqui como instrumento essencial de análise situacional e construção da situação histórica foi apreendido do entendimento descrito por Marc J. Swartz (1968), no livro *Local Levels Politics*. Segundo este autor,

Um campo é composto de atores diretamente envolvidos no processo estudado. Seu escopo social e territorial e áreas de comportamento mudam quando atores adicionais entram no processo ou participantes anteriores retiram-se e quando eles reúnem novos tipos de atividades e/ou abandonam velhas na sua interação (SWARTZ, 1968 *apud* Ferreira, 2007, p.50).

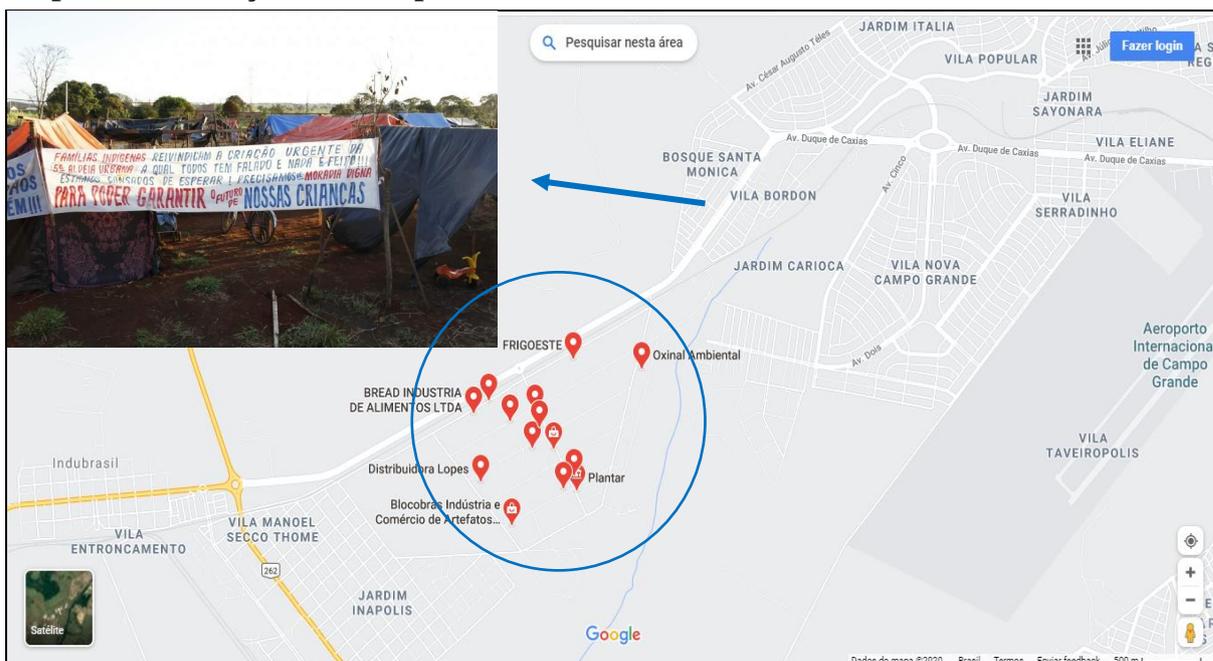
O emprego desta noção na obra de Ferreira (2007, p. 49) foi no sentido de demarcar unidades de ação política, e a extensão espacial e temporal do processo político. Aqui, além de fazermos uso nesse sentido, principalmente para caracterizar como “política” o padrão de ocupação étnica do território urbano a partir da experiência de construção da aldeia urbana Marçal de Souza, esse conceito é usado também por entender que a “dinâmica” de interação dos atores sociais e a introdução/exclusão de “atividades” concorrem para a mudança no escopo do *campo*. Isso vai ao encontro do que observamos em Campo Grande: o “despertar” indígena frente ao abismo cruel entre sonho e realidade materializou-se em ações concretas (ocupações) e abstratas (comportamento e atitude) provocando reações, portanto, dinamizando a interação que concorreram para mudança na estrutura do campo e no padrão de relações. Para completar, recorreremos ainda à noção de campo formulado por Victor Turner (1971), que o define como o “*ambiente principal de interação dos atores*”.

1.2. Dialética da relação entre industrialização, urbanização e mão de obra étnica.

“É por isso que estamos aqui, por causa das indústrias”.
(Paulo Basílio, trabalhador indígena Terena, acampamento Santa Mônica)

A fala de Paulo Basílio, trabalhador indígena Terena, ecoou estridente no sentido daquilo que hipoteticamente havíamos imaginado sobre os indígenas no contexto urbano de Campo Grande: a ideia de que o processo de industrialização e a busca por trabalho assalariado estariam influenciando no aumento da população indígena urbana da capital, mas não só isso, de que essa relação estaria na base de um processo de *territorialização étnica* (no sentido da construção de novas territorialidades dentro do contexto metropolitano). A declaração em si, de Paulo, não seria tão espantosa, não fosse o fato de ser feita sob um barraco improvisado, feito de alguns pedaços de madeira e coberto de lona, em um acampamento precário e clandestino construído pelos indígenas, na Vila Santa Mônica, periferia da capital, nas proximidades do Núcleo Industrial e do Polo Empresarial Oeste, importante região industrial da cidade. O local, que pertencia à Prefeitura Municipal, havia sido “ocupado” por 63 famílias indígenas da etnia Terena que trabalhavam na indústria de processamento de carne e confecções, principalmente. Em julho 2014 foi nossa primeira visita ao “acampamento”. Questionado sobre a possibilidade voltar à sua aldeia de origem, Paulo, de 37 anos, disse que pretende, mas que “*por enquanto não, porque lá não tem serviço*”.

Mapa 1: Localização do acampamento Santa Mônica



Fonte: Google maps

No mapa acima destacamos a localização do acampamento Santa Mônica e no círculo a localização do Polo Empresarial Oeste. Muitos indígenas residem no entorno do Polo Empresarial, na Vila Entroncamento, Manoel Secco Thomé, Jardim Inápolis, Jardim Carioca, Nova Campo Grande, Vila Bordon, Vila Serradinho, Jardim Itatiaia, Vila Popular, que aparecem no mapa.

Antes de prosseguir, é importante resgatar aqui uma distinção já realizada na dissertação de mestrado que é fundamental para a compreensão do discurso indígena. O termo *serviço* é usado como equivalente a *trabalho assalariado/remunerado*. Dessa forma, quando dizem que “*Na aldeia não tem serviço*”, “*Se não sairmos pra fora não arranjamos serviço*”, estão se referindo especificamente ao *trabalho assalariado*. Nesse sentido, as atividades tradicionais (a agricultura, a pesca, a caça, a coleta, o artesanato, etc.) não são consideradas

“serviço” porque não é remunerado, é tão somente *trabalho*. Assim, quando falamos do *trabalho indígena* estamos nos referindo ao conjunto de atividades realizadas pela mão de obra indígena, seja ele tradicional ou não, assalariado ou não, mas para os indígenas tem uma diferença entre *trabalho* e *serviço*, nem todo *trabalho* é *serviço* (SALVADOR, 2012).

A situação relatada marcou profundamente nossa entrada no campo da pesquisa. Ali, ao lado de grandes estabelecimentos industriais/empresariais, gigantes da cadeia de *commodities*, atuantes no mercado nacional e internacional, e que sobrevivem da exploração dos recursos ambientais e sociais, estabelecia-se, de forma precária, desumana, e sem nenhuma estrutura adequada, implorando moradia e dignidade, uma parte da energia motriz daqueles grandes negócios capitalistas: a mão de obra étnica.

Assim como Paulo, centenas de famílias indígenas chegaram em Campo Grande em maior volume a partir dos anos 1990 em busca de trabalho, “melhores condições de vida”, e serviços de educação e saúde. O desenvolvimento, nesse período, das indústrias da construção civil, de transformação, de alimentos e o setor de serviços favoreceu esse fluxo demográfico. No entanto, o fato da grande maioria desse contingente de mão de obra ser formado por pessoas de baixa escolaridade, com pouca ou nenhuma qualificação técnica, isso tem lhes garantido apenas os espaços marginais na cidade (físico, econômico e social, principalmente). O período de transição do século XX para o século XXI é marcado pela intensificação desses dois fluxos demográficos importantes: o crescimento da população indígena urbana e a reestruturação do setor industrial/empresarial, a industrialização.

Segundo o IBGE, em 1991 a quantidade estimada da população indígena urbana era de 1.214 pessoas, no ano 2000 esse número subiu para 4.620 e para aproximadamente 5.657 em 2010. Já a pesquisa de Vanderléia Mussi (2006) estima que em 1991 a população indígena urbana era de 3.832, passando para 11.672, em 2000, um aumento de mais de 300%. Estimativas de lideranças indígenas e autoridades governamentais apostam que essa população atualmente esteja entre 13 e 15 mil pessoas.

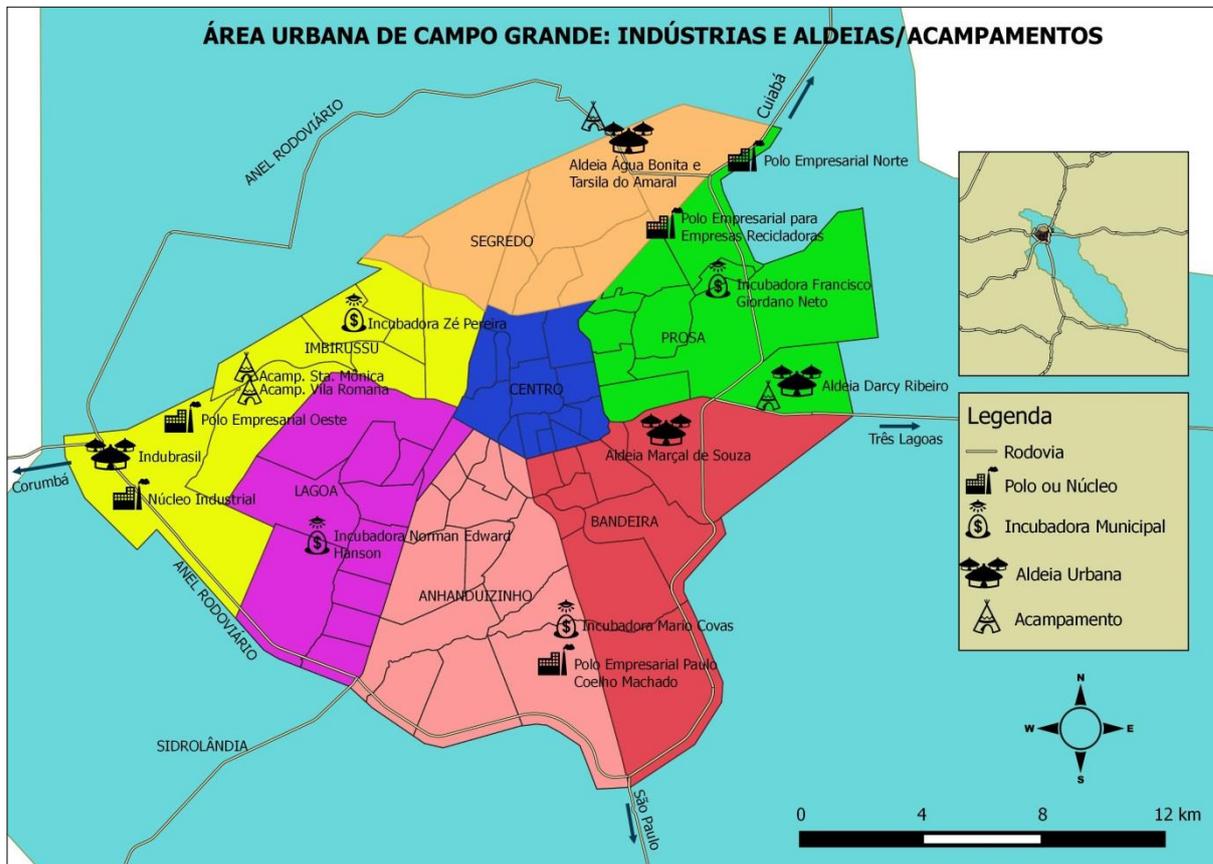
Dessa forma, os indígenas que chegam vão ocupando as regiões periféricas da cidade, principalmente nos arredores dos polos industriais. Formam o que chamamos de **aglomerações familiares**, que se caracterizam basicamente pela concentração de várias famílias consanguíneas nos bairros/vilas ou conjunto de bairros/vilas periféricos, mantendo-se próximos, porém num território descontínuo. Como exemplo podemos citar a quantidade expressiva de grupos familiares que foram morar nos bairros do Indubrasil, Popular, Guanandi, Aero Rancho, Tiradentes, José Abrão, entre outros, antes da formação das aldeias urbanas. Há situações, porém, de famílias ou indivíduos que foram viver na casa de patrões, ou que optaram por viver geograficamente mais “afastados” do grupo familiar compondo uma parcela significativa de indígenas **distribuídos/dispersos** pela cidade.

Vivendo em casas alugadas, em condições precárias, com baixos salários, muitos indígenas acabaram em situações ainda piores do que aquelas das quais fugiam de suas aldeias. Nessas condições, passaram a se organizar e a “ocupar” clandestinamente áreas “vazias” na cidade, reivindicando moradia e atenção por parte do poder público. É nesse contexto que surgem os chamados **acampamentos** indígenas que, com intervenção do poder público, vão se tornando em **aldeias urbanas**.

Observamos em nossa pesquisa de campo que essas **modalidades de territorialização** (aglomerações familiares, territorialização distribuída/dispersa, acampamentos e aldeias urbanas), foram então se formando no entorno das regiões industriais. Conforme levantamos entre os moradores do “acampamento” Santa Mônica, estabelecer-se próximo às regiões industriais tem suas vantagens, pois facilita encontrar aí oportunidades de trabalho, e que uma vez encontrada, estariam perto de suas “casas”, não sendo necessário fazerem uso de transporte público e, com isso, evitariam o *stress* das lotações nos horários de pico. É o que os indígenas vêm fazendo há décadas. Embora faça sentido do ponto de vista logístico para os

indígenas, havia uma série de questões implícitas que ainda precisam ser desvendadas. Após conhecer o campo da pesquisa, e levantar esses dados preliminares, elaboramos um mapa em que pudéssemos localizar esses fenômenos geograficamente.

Mapa 2. Localização dos Polos Empresariais e Microrregiões



Fonte: Mapa construído pelo autor (Plataforma QGIS).

Em junho de 2016, em outra ocasião de pesquisa de campo em Campo Grande, assistimos a uma reportagem do jornal local, no canal SBT, que relatava a situação precária dos indígenas residentes nas redondezas do Polo Empresarial Oeste e do Núcleo Industrial. Um dos entrevistados, o Terena Denir Félix, morador do Jardim Inápolis, na região do Indubrasil fez a seguinte fala: “a vinda nossa pra cá é isso, primeiramente é trabalho, e trazer os nossos filhos também pra estudar, se formar, pra ser alguém na vida”. Denir Félix foi identificado como “assistente de desmontagem”, trabalhador de uma das empresas no Polo Empresarial Oeste. A reportagem trazia a situação de três famílias que dividiam um mesmo barraco. Eram mais de dez pessoas, entre adultos e crianças compartilhando 3 peças. A situação nada diferia daquela relata por Dona Enir, quando ela se referia aos casos precários ainda dos anos 1990.

Na região do Imbirussu (parte amarelo do mapa), observamos que os acampamentos Santa Mônica, Vila Romana, a Aldeia Urbana do Indubrasil, bem como as dezenas de famílias que vivem dispersas nessa região estão concentrados no entorno do Polo Empresarial Oeste e do Núcleo Industrial. Na região do Segredo (de cor salmão no mapa), as aldeias urbanas Tarsila do Amaral e Água Bonita, o Acampamento Água Funda e as dezenas de famílias distribuídas nos bairros da região norte estão concentrados no entorno do Polo Empresarial Norte e do Polo Empresarial Para Empresas Recicladoras. Já na região do Bandeira e Prosa (nas cores vermelha e verde, respectivamente), as aldeias urbanas Marçal de Souza e Darcy

Ribeiro, e da mesma maneira, inúmeras famílias que estão distribuídas/dispersas nesse amplo espaço, encontram-se localizadas no traçado do Anel Rodoviário, região onde estão localizadas muitas grandes empresas e indústrias, desde a região do Indubrasil, passando pela parte sul da cidade, até a saída para Cuiabá.

Desde 1995, data da primeira “ocupação” que resultou na formação da Aldeia Urbana Marçal de Souza, a política adotada pelos indígenas tem sido praticamente a mesma: organizam as famílias que estão em condições vulneráveis, localizam a área ser ocupada, formam os acampamentos e solicitam junto ao poder público a regularização da área, a construção de casas e infraestruturas. Esse processo pode levar vários anos, com riscos iminentes de serem despejados e situações concretas de falta de estrutura e serviços básicos de saneamento, abastecimento de água e energia. A clandestinidade dificulta ainda mais o acesso a serviços de saúde, a crédito, ao emprego, e a outros direitos, já que não conseguem comprovar endereço. No entanto, mesmo nessas circunstâncias tão adversas, as diversas modalidades de territorialização continuam ocorrendo em função da contratação da mão de obra étnica pelas indústrias, pelo setor de serviços e pelo comércio.

O trabalho assalariado assume, portanto, um papel fundamental na construção das novas territorialidades indígenas. Esse tema está no centro de um complexo campo interétnico marcado por relações de exploração, dependência e reciprocidade construídos pelo capital.

A ilustração anterior (mapa 2), explicitou ainda outra característica importante dessa relação. Como pudemos visualizar, tanto os polos industriais/empresariais quanto os lugares de maior concentração da população indígena estão localizados na **periferia** da cidade. Mas essa localização periférica de ambos ocorreu por condições completamente opostas. Enquanto para as indústrias/empresas a periferização foi motivada pela obtenção de **privilégios**, para os indígenas a periferização foi condicionada pela **segregação**. A agudização dessa dicotomia pode ter contribuído para a emergência de um dos processos mais relevantes no que tange aos indígenas no contexto urbano. É o que passaremos a tratar nos próximos itens.

1.3. Privilégio e segregação: facetas da urbanização indígena em Campo Grande

Ao assumirmos o trabalho assalariado como pivô da “urbanização indígena”, o próximo passo foi buscarmos razões no campo econômico que ajudassem na compreensão desse fenômeno. A industrialização apareceu de forma empírica, conforme já relatamos, mas também como política, como veremos.

Os polos empresariais, as incubadoras municipais, o núcleo industrial e o Anel Rodoviário destacam-se imponente como “fachada” do progresso industrial/empresarial de Campo Grande. De fato, ao adentrarmos no Polo Empresarial Oeste, percorremos por vias asfaltadas, bem sinalizadas, de onde é possível visualizar amplos terrenos destinados às empresas. Energia, água e gás encanado são partes da infraestrutura do local.

Uma particularidade, todavia, que nos chamou atenção sobre o processo de consolidação desses locais é que o mesmo é marcado por “privilégios” concedidos pelo poder municipal aos capitalistas sob o argumento de incentivar o desenvolvimento econômico e social da capital. No dia 25 de outubro de 1999, na primeira gestão do então prefeito André Puccineli (1997-2000), foi promulgada a Lei Complementar nº 29, instituindo o Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (PRODES). De acordo com a Lei, os objetivos do Programa são:

- a) promover o desenvolvimento econômico, social, cultural, turístico e tecnológico do município;
- b) estimular a transformação industrial de produtos primários;
- c) proporcionar condições para a criação e ampliação de estabelecimentos mercantis de micro e pequenas empresas;
- d) oferecer para as empresas já instaladas no município

condições de desenvolvimento e expansão de suas atividades; e) viabilizar condições de instalação de novas empresas oriundas de outras regiões do país e do exterior. (PLANURB, 2015, p.112)

Mas o que mais nos chamou atenção são as modalidades de incentivos oferecidos pelo município de Campo Grande para atingir os objetivos do PRODES. O mesmo documento trouxe a seguinte informação:

As principais modalidades de incentivos oferecidos pelo município de Campo Grande são: a) doação de terrenos para a construção de obras necessárias ao funcionamento das empresas; b) execução de serviços de infraestrutura necessários à edificação de obras civis e de vias de acesso; c) redução e/ou isenção de tributos municipais; d) qualificação e intermediação de mão de obra. (PLANURB, 2015, p.112, grifo nosso).

A materialização dos dispositivos na referida lei aconteceu logo em seguida. Em 2001 foi inaugurado o Polo Empresarial Norte, em 2003 o Polo Empresarial Paulo Coelho Machado e em 2004 o Polo Empresarial Oeste. Nessa mesma década foram criadas ainda 4 incubadoras de empresas (espaço de apoio temporário e empreendimentos e/ou empresas que estão se inserindo no mercado): Incubadora Zé Pereira, Incubadora Francisco Giordano Neto, Incubadora Mário Covas e Incubadora Norman Edward Hanson, além da revitalização do Núcleo Industrial (fundado em 1977).

Os “incentivos” garantidos às organizações capitalistas interessadas em se instalar em nas regiões industriais foram ofertados em detrimento dos bens públicos (terrenos), da arrecadação municipal (redução ou isenção de tributos como IPTU e ISSQN) e da execução privilegiada de obras de infraestrutura a particulares, que também era (e sempre foi) uma demanda da população mais carente (primazia do privado sobre o público, do individual sobre o coletivo).

Destacamos, ainda, nessas modalidades de incentivos, a garantia de “*qualificação e intermediação*” de mão de obra que a prefeitura se propôs a fazer em prol das empresas. Com isso ela conseguiria exercer o seu “papel social”, garantindo conhecimento e acesso à emprego e renda aos cidadãos, atendia a necessidade de trabalho da população e atendia a demanda das indústrias por mão de obra. Este item da lei é uma peça fundamental no “quebra-cabeça” para a compreensão da territorialização étnica. Como veremos no decorrer da tese, a fixação dos indígenas no entorno das indústrias através da legalização das “ocupações” pelo poder público e a consolidação das aldeias urbanas não atende apenas os interesses indígenas, mas antes, vai ao encontro dos interesses capitalista-estatal.

Em contraste ao que sucedeu com as indústrias, dezenas de famílias indígenas e de baixa renda que sonham em ter seu terreno e casa própria devem se cadastrar nas agências de habitação municipal (EMHA)⁹ ou estadual (AGEHAB)¹⁰ e aguardar ser contemplados/sorteados. Da inscrição à contemplação o processo leva vários anos, e muitas famílias seguem sem nenhum resultado concreto. Enquanto aguardam a contemplação, a opção que resta é viver de aluguel ou de favor, que ao invés de “melhorar as condições de vida”, como esperam, acabam em situações ainda piores. Diante desse impasse não lhes restam outra solução senão partir para uma ação radical: é o que levou os indígenas a “ocuparem” as áreas públicas municipais na Vila Santa Mônica e Vila Romana.

O PRODES é, assim, uma construção ambígua e uma atitude sutil e inteligente de uso da *razão do Estado* (Oliveira, 1998), que expressa de forma dialética a relação capital-trabalho. Sob esta perspectiva, a “urbanização indígena” se encaixou com enorme perfeição

⁹ Agência Municipal de Habitação de Campo Grande.

¹⁰ Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul

no projeto desenvolvimentista do capitalismo, a ponto de, inclusive, a situação de exploração ser visto como “melhor” que a situação nas aldeias. Nesse sentido, a expansão do capitalismo se beneficia da situação de exclusão e dependência que ele mesmo constrói. Se por um lado o programa atendia o interesse econômico das empresas, por outro, a condição marginal e precária dos indígenas os induzia à integração na estrutura produtiva.

As contradições e reciprocidades entre capital e trabalho, e entre industrialização e exploração, contribuíram para a formação das aldeias urbanas e em profundas mudanças nas relações de poder entre os indígenas e a sociedade envolvente. O processo da industrialização de Campo Grande, e principalmente a presença indígena da capital, vem transformando a paisagem urbana e mudando o caráter da cidade, que mudou, por sua vez, suas formas de agir para incorporar esses grupos como parte de sua sociedade urbanizada (HANNERZ, 1986).

Podemos, assim, com base no que foi explicitado, formular outro **conceito de urbanização/proletarização indígena**. O que assim denominamos, a partir dessa exposição, é a ocupação dos bairros periféricos e a formação de aldeias urbanas e acampamentos em torno dos polos industriais/empresariais. Nessa configuração ela se consolida como um processo subalterno do ponto de vista econômico e social

Ao mesmo tempo em que as situações sociais relatadas indicam a subordinação aos interesses capitalistas, por outro lado elas são expressões de um complexo e amplo processo que está em curso na cidade de Campo Grande de mudança nas relações de poder, que perpassam pelo que convencionamos chamar de processo de territorialização étnica. Antes de trazermos com mais detalhes esse ponto, passemos a conhecer a realidade da indústria de Campo Grande.

1.4. Caracterização do capitalismo industrial de Campo Grande

Localizada na região central do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, chamada também de Cidade Morena¹¹, completou 120 anos em 2019. É a 22ª (vigésima segunda) cidade mais populosa do Brasil com população estimada de 895.982 pessoas (2019), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua localização estratégica, no centro do estado, ajudou a receber grandes investimentos em infraestrutura, desde que foi escolhida, em 1979, para ser a capital do estado. Duas rodovias federais (a BR 262, de leste a oeste e a BR 163, de norte a sul) e a estrada de ferro (que liga o estado de Mato Grosso do Sul ao estado de São Paulo) passam por Campo Grande (mapa 3). Para empreendimentos que buscam competitividade, expansão e consolidação no mercado, os benefícios e vantagens da localização, infraestrutura e logística transformaram a capital extremamente atrativa para os negócios. O desenvolvimento acelerado da cidade teve o impulso, no final dos anos 1970, com o pacote do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e em 1988, com uma das principais políticas de investimentos para o desenvolvimento da região Centro Oeste, o Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO).

No século XXI, a formação dos polos empresariais é a materialização de um amplo processo de reestruturação econômico-produtiva desenhado pelo contexto político-econômico dos anos 1990. A reestruturação econômico-produtiva do setor industrial/empresarial da capital, no final dos anos 1990 e nos anos 2000, foi favorecida, em grande medida, pelas transformações no cenário econômico nacional. A efetivação das políticas neoliberais nos anos 90 resultou em desempenho macroeconômico insignificante, e, além disso, intensificou

¹¹ É assim chamada por causa do seu solo roxo ou vermelho.

os danos sociais¹², produzindo maior pauperização da população brasileira. Esse notório desgaste foi propício para o fortalecimento das forças sociais antagônicas ao neoliberalismo. Nota-se, então, um aumento da pressão social, por parte das classes subalternas que levou as classes dominantes a incorporarem no seu projeto de expansão capitalista a “questão social”, consumando o que ficou conhecido como social-liberalismo. Mas o sonho de se obter maiores avanços contra o neoliberalismo veio pela mobilização política da classe subalterna, que escolheu por meio do voto um representante (Luiz Inácio Lula da Silva, em 2001) com histórico discurso antineoliberal. Todavia, esse projeto foi frustrado pela guinada do governo dito “de esquerda” aos princípios neoliberais, já em declínio. O esgotamento do liberalismo abriu caminho para o desenvolvimentismo, que sem romper com as estruturas dominantes e a supremacia da classe burguesa, se colocou tanto como uma política liberal quanto social. (CASTELO, 2012)

Isso resulta de um processo de reestruturação produtiva em escala mundial em que o Brasil optou por uma “*integração dependente e subordinada no imperialismo internacional*” (Ferreira, no prelo), chamado por Marini (1977) de subimperialismo brasileiro. Em um de seus textos chamado *Dialética da Dependência*, publicado em 1973, Marini associa o projeto subimperialista do Estado brasileiro ao *movimento de reordenamento da economia mundial capitalista* e demonstra que:

[...] tal movimento tinha suas raízes no fenômeno da exportação de capitais que, ao mesmo tempo em que integrava os sistemas produtivos e expandia o mercado de dinheiro, transformava a ordem monopolar no mundo capitalista em uma ordem hierarquicamente integrada. É nesta passagem para uma ordem multipolar que surgem as condições à emergência de um subimperialismo, como parecia ser, em meados da década de 1970, o caso do Brasil. (MARINI, 2012)

Quando analisado, portanto, na sua amplitude teórica, nota-se que as características que se apresentam na atual situação histórica da **indústria campo-grandense** é reflexo da opção do Estado brasileiro de se integrar de forma dependente e subordinado no imperialismo capitalista internacional. Essa forma de integração pode ser denominada, segundo Ferreira (no prelo), de “*imperialismo extrativo*”.

O imperialismo extrativo emergiu nos quadros de uma luta entre Estados centrais, periféricos e semiperiféricos, classes sociais, partidos, povos e coalizões. Ele foi o produto da luta de classes e projetos, possibilitando na América Latina a emergência de diferentes políticas estratégicas para enfrentar as crises do capitalismo e seus problemas estruturais. O imperialismo extrativo se configurou entre a crise e estagnação dos anos 1970/80 e antes da crise de 2008. (FERREIRA, no prelo)

Tanto Ferreira (ibidem) quanto Castelo (2012) argumentam que existe estreita congruência na política macroeconômica brasileira, cujo contexto começou a ser delineado na década de 1990, na gestão do presidente FHC e foi consolidado nos dois governos Lula e no primeiro governo Dilma, ou seja, o não rompimento com as estruturas de dominação do sistema capitalista, e mais, a ampliação de seus poderes políticos e econômicos. A forma como isso se consolidou no Mato Grosso do Sul pode ser percebido na reestruturação produtiva que aliançou agricultura/pecuária-indústria e capital-trabalho.

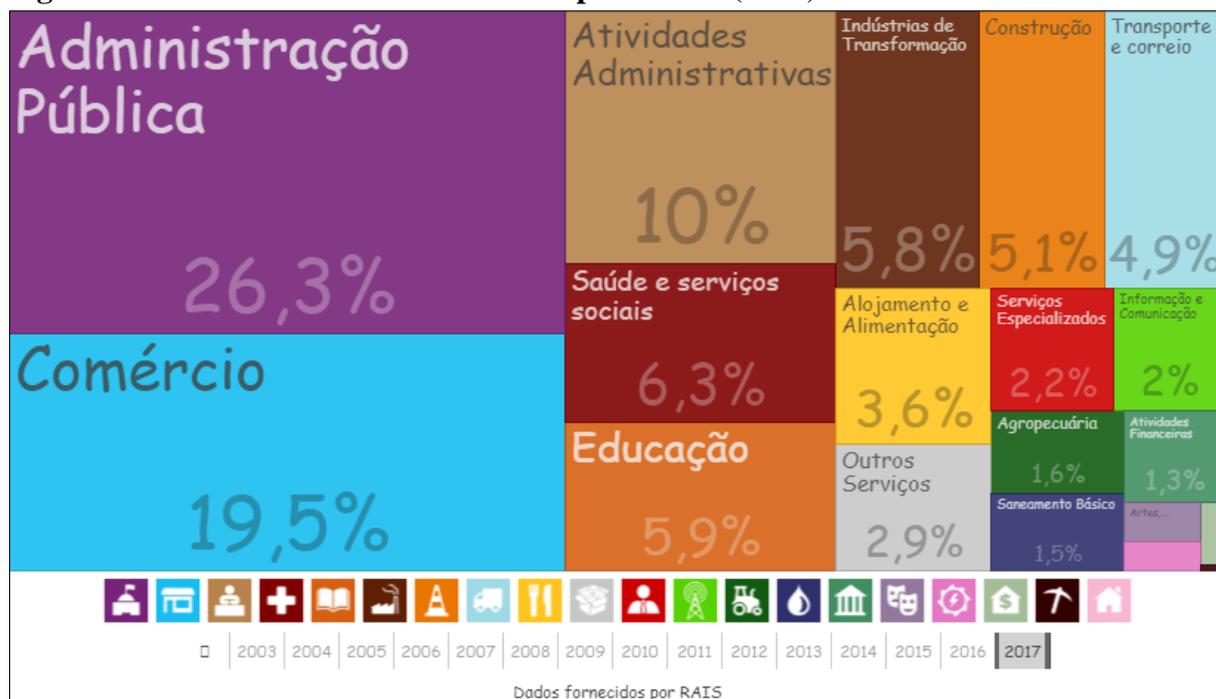
O estado de Mato Grosso do Sul tem atualmente PIB industrial de R\$ 21,7 bilhões, o que equivale a apenas 1,2% de participação no PIB industrial nacional (CNI, 2019). No estado a participação do PIB industrial na economia é de 22,2%. Os principais ramos da indústria do

¹² “aumento do desemprego estrutural e do pauperismo (absoluto e relativo) e perda de direitos sociais básicos, como a precarização das relações trabalhistas e a privatização de bens públicos, como saúde, previdência e educação”. (CASTELO Rodrigo, 2012)

estado, de acordo com o percentual do setor no “Valor da Transformação Industrial” (que corresponde à diferença entre o valor bruto da produção industrial e o custo com as operações industriais) das indústrias extrativas e de transformação, são: serviços industriais de utilidade pública (24,3%)¹³; construção (24,3%); alimentos (20,6%), derivados de petróleo e biocombustíveis (6,0%); celulose e papel (4,9%). (CNI/FIEMS, 2016). De alguma maneira esses ramos industriais se relacionam com os indígenas. Sobre os Terena, por exemplo, as demandas das grandes empresas por energia fizeram passar em seus territórios duas linhas de transmissão de energia e uma tubulação de gás (gasoduto Bolívia-Brasil). A construção civil se tornou uma das principais áreas de aplicação da mão de obra indígena. No ramo de alimentos, a soja e a criação de gado vêm incidindo diretamente não apenas no aspecto ambiental, mas na promoção de uma série de violências. Nesse mesmo caminho pode se mencionar a cana, o eucalipto e outras *commodities*. Portanto, não é apenas na cidade e na contratação de mão de obra indígena que a indústria se destaca, mas em toda a cadeia que sustenta o setor industrial, que de alguma maneira amplifica o sistema de exploração.

Atualmente o PIB industrial de Campo Grande-MS é da ordem acima de 3 bilhões, ocupando a primeira posição em produção industrial no estado. De acordo com os dados oferecidos pela RAIS, no ano de 2017 a participação econômica da indústria foi a sexta mais importante da cidade, ficando atrás da educação (5°), saúde e serviços sociais (4°), atividades administrativas (3°), comércio (2°) e administração pública (1°). Notoriamente o setor de administração pública e comércio é o mais representativo, como podemos ver a seguir.

Figura 2. Atividades econômicas em Campo Grande (2017)



Fonte: Plataforma DataViva (consultado em 2020)

No quesito emprego, Campo Grande registrou no ano de 2017 aproximadamente 265 mil vagas ocupadas (DATAVIVA/RAIS). O destaque é do ramo da administração pública (≅ 69.600), seguido do comércio (≅ 51.700), atividades administrativas (≅ 26.500), saúde e

¹³ SIUP, grupo que inclui as estatais responsáveis pela distribuição de serviços essenciais, como água e energia elétrica.

serviços sociais (\cong 16.800), educação (\cong 15.600), indústria de transformação (\cong 15.300), construção civil (\cong 13.600) e transporte e correio (\cong 12.900).

No ano de 2014, segundo o Cadastro Central de Empresas, Campo Grande contava com 25.836 unidades empresariais locais. Desse total temos, para esse mesmo ano, em nível de importância as atividades econômicas de: “comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” (10.599 unidades); “atividades administrativas e serviços complementares” (2.168 unidades); “outras atividades de serviços” (1.960 unidades); “atividades profissionais, científicas e técnicas” (1.621 unidades de); “construção” (1.464 unidades); “indústrias de transformação” (1.314 unidades) e “Transporte, armazenagem e correio” (1.295 unidades). Essa são as atividades com mais de mil unidades. A tabela abaixo apresenta o quantitativo total de acordo com o CNAE 2.0.

Tabela 1: Unidades empresariais locais em Campo Grande (CNAE 2.0 – 2010/2014)

Campo Grande-MS – Número de unidades locais – 2014		
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)	2010	2014
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	253	304
B Indústrias extrativas	22	25
C Indústrias de transformação	1.231	1.314
D Eletricidade e gás	18	19
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	53	82
F Construção	1.034	1.464
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	10.651	10.599
H Transporte, armazenagem e correio	1.102	1.295
I Alojamento e alimentação	1.300	1.491
J Informação e comunicação	595	675
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	497	536
L Atividades imobiliárias	236	365
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.300	1.621
N Atividades administrativas e serviços complementares	1.966	2.168
O Administração pública, defesa e seguridade social	98	98
P Educação	540	557
Q Saúde humana e serviços sociais	736	890
R Artes, cultura, esporte e recreação	329	373
S Outras atividades de serviços	2.030	1.960
T Serviços domésticos	-	-
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Total	23.991	25.836

Fonte: Cadastro Central de Empresas, 2014.

Um destaque que podemos fazer é da atividade econômica da construção, que é uma das que mais emprega a mão de obra indígena na cidade e tem significativa importância em termos de quantidade de estabelecimentos, sendo 5,6% do total. Junto com as indústrias de transformação (5,08% do total) equivalem a mais de 10% das unidades empresariais de Campo Grande. Para que possamos compreender melhor esses números são importantes saber o quanto que isso significa em termos de emprego. Para aproximar da nossa temática, selecionamos os segmentos industriais para que pudéssemos visualizar o cenário de empregos em que os indígenas estão inseridos.

Nessa outra tabela, com dados de 2018, é possível ver o número de empresas e empregados por segmento industrial, a partir dos dados do CAGED. Nela podemos observar a importância do segmento da construção civil no quesito do número de empregos. Quando comparamos esses números com o perfil da mão de obra indígena, podemos entender por que foi tão significativo o deslocamento dos indígenas para a cidade de Campo Grande. Esse contingente de mão de obra rural/braçal encontrou na cidade um segmento industrial propício

para sua aplicação. O trabalho assalariado na construção civil foi uma das principais portas para o processo de territorialização indígena de Campo Grande. Depois da construção civil vem o segmento de “alimentos e bebidas”, outro ramo importante para a mão de obra indígena, principalmente os frigoríficos.

Tabela 2: Empresas industriais ativas em Campo Grande por segmentos – 2018*

Segmentos Industriais	Empresas	Empregados
Construção	1006	13.480
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	94	1.217
Indústria da madeira e do mobiliário	113	796
Indústria de calçados	5	19
Indústria de produtos alimentícios e bebidas	352	7.714
Indústria de produtos minerais não metálicos	59	757
Indústria do material de transporte	28	177
Indústria do material elétrico e de comunicações	17	138
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	139	847
Indústria extrativa mineral	15	91
Indústria mecânica	86	703
Indústria metalúrgica	133	1.297
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	70	1.371
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	107	2.040
Serviços industriais de utilidade pública	54	4.875
Total	2.278	35.522

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS e CAGED. Elaboração: SFIEMS Gerência de Mercado – Coep. *Nota: O último dado oficial disponível para o total de empresas ativas é de 2017, obtido pela RAIS. Quanto ao número de empregados, o contingente resulta da soma da RAIS 2017 com os saldos mensais do CAGED 2018 (Até dezembro, último mês disponível).

Quando observamos esses números levando em consideração a representatividade da cidade de Campo Grande no cenário de Mato Grosso do Sul, podemos abstrair outras conclusões. Se observarmos com cautela, veremos por essa classificação do CAGED, que mais da metade das empresas de construção civil do estado de Mato Grosso do Sul estão localizados em Campo Grande, e que essa quantidade emprega 62% da mão de obra de todo estado nesse segmento no estado. Esse é outro número que reforça a importância da cidade de Campo Grande para a mão de obra indígena. Já o segmento de “alimentos e bebidas”, embora seja o segundo em número de empregados na cidade de Campo Grande, quando observado dentro do estado de Mato Grosso do Sul essa quantidade representa apenas 16%.

Tabela 3: Participação de Campo Grande sobre o total de estabelecimentos e emprego industrial em Mato Grosso do Sul– 2018*

Segmentos Industriais	Mato Grosso do Sul		Campo Grande		Campo Grande – Part. %	
	Empresas	Empregados	Empresas	Empregados	Empresas	Empregados
Construção	1.992	21.614	1006	13.480	51	62
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	204	3.260	94	1.217	46	37
Indústria da madeira e do mobiliário	363	2.701	113	796	31	29
Indústria de calçados	21	1.648	5	19	24	1
Indústria de produtos alimentícios e bebidas	1.016	47.510	352	7.714	35	16
Indústria de produtos	346	3.392	59	757	17	22

minerais não metálicos						
Indústria do material de transporte	77	438	28	177	36	40
Indústria do material elétrico e de comunicações	49	551	17	138	35	25
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	322	3.398	139	847	43	25
Indústria extrativa mineral	115	2351	15	91	13	4
Indústria mecânica	289	3.148	86	703	30	22
Indústria metalúrgica	485	4.399	133	1.297	27	29
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	175	14.377	70	1.371	40	10
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	295	5.330	107	2.040	36	38
Serviços industriais de utilidade pública	227	6.910	54	4.875	24	71
Total	5.976	121.027	2.278	35.522	38	29

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS e CAGED. Elaboração: SFIEMS Gerência de Mercado – Coep. *Nota: O último dado oficial disponível para o total de empresas ativas é de 2017, obtido pela RAIS. Quanto ao número de empregados, o contingente resulta da soma da RAIS 2017 com os saldos mensais do CAGED 2018 (Até dezembro, último mês disponível)

Parte significativa dos empreendimentos industriais de Campo Grande é facilmente localizada porque se concentram em regiões específicas da cidade, em locais estrategicamente escolhidos para suas instalações. Uma das regiões de destaque como polo industrial da cidade é o *núcleo industrial*, localizado no Bairro Indubrasil, na Microrregião do Imbirussu. Segundo a Secretaria de Planejamento Urbano da capital, este núcleo “foi implantado em 1977 pela Prefeitura Municipal, sendo posteriormente transferido ao Governo do Estado, responsável por sua administração” (PLANURB, 2010, p.83). Localiza-se em uma área de 200 hectares, na confluência da BR 262 (saída para Corumbá) e o Anel Rodoviário que dá acesso a BR 163 (ver mapa 2), conta com 80 lotes com pavimentação e drenagem na avenida principal, revestimento primário nas vias secundárias, ramal de gás natural. Atualmente 28 estabelecimentos estão instalados no Núcleo Industrial, conforme especificadas na tabela por nome e produto principal produzido.

Tabela 4: estabelecimentos instalados no Núcleo Industrial

	Estabelecimentos	Produto principal
1	Abatedouro de Aves Itaquirai Ltda.	Rações
2	ADM do Brasil Ltda.	Óleo de soja
3	Aubos Guano Ltda.	Fertilizantes
4	Agromineral Comércio de Produtos Minerais Ltda	Fertilizantes
5	BMZ Couros Ltda.	Curtimento
6	Cervejaria Mobier Ltda.	Cervejas e chopes
7	Diplomata AS Industrial e Comercial	Abate aves
8	Edyp Ind. e Com. de Máquinas Ltda.	Tampões para esgoto
9	Fazendeiro Nutrição Animal Ltda.	Sal mineral / Suplementos minerais
10	Frigorífico Linares Ltda.	Peixes
11	Gran Sapore BR Brasil S/A	Alimentos preparados

12	Indústria e Com. de Bebidas Funada Ltda.	Refrigerantes
13	L.P .C. Fundação e Usinagem Ltda.	Fundição de ferro
14	LPX Agroindustrial Ltda.	Farinha de carne
15	Macrofertil Ind. e Com. Fertilizantes Ltda.	Fertilizantes
16	Mineração Carandazal Ltda.	Pedras
17	Owens Corning Fiberglas A. S. Ltda.	Espelho
18	Pajoara Ind. e Com. Ltda.	Rações
19	Pauli Indústria Metalúrgica e Comércio Ltda.	Estruturas metálicas
20	Phytohelp Ind. e Com. de Fertilizantes e Agroquímica.	Fertilizantes
21	Qualimix Nutrição Animal Ltda.	Rações
22	Qually Peles Ltda	Curtimento
23	Química Central do Brasil Ltda.	Refino de óleo lubrificante
24	Reatores Brasil Ltda – Epp.	Transformadores
25	Soberana Peles Ltda.	Peles
26	Soprano Administração e Particip. S/A	Artefatos de metal (ferro, aço, bronze, alumínio)
27	Soprano Eletrometalúrgica e Hidráulica Ltda.	Artefatos de metal (ferro, aço, bronze, alumínio)
28	Tramasul - Tratamento de Madeiras Ltda.	Esquadrias de madeira

Fonte: FIEMS / IEL - Cadastro Industrial, dados de abril de 2015.

Grandes companhias multinacionais como a ADM, *Gran Sapore* e a *Owens Corning* mostram a importância do Núcleo Industrial e da internacionalização da indústria de Campo Grande. Um de nossos entrevistados, o Sr. Oíde, disse haver indígenas trabalhando na produção de óleo vegetal na indústria da ADM. Isso mostra também, como a mão de obra indígena se insere na divisão internacional do trabalho. Além disso, dos vinte e oito estabelecimentos descritos na tabela, seis são do ramo de alimento e bebidas e metade, ou seja, quatorze está diretamente ligado a alguma atividade do setor agrário, mostrando o peso do agronegócio para a indústria campo-grandense, principalmente a da cultura da soja e pecuária, que também se relacionam diretamente com os indígenas de forma distintas em ambientes distintos: no contexto rural os indígenas são inimigos, preguiçosos e atrapalha o “progresso” e a “produção”; na cidade é recurso essencial como mão de obra. Temos, então, nesse contexto da indústria, situações de ambiguidade e complementaridade, cujo capital operacionaliza de acordo com seus interesses.

Além do núcleo industrial, os chamados *polos empresariais* são importantes marcos do investimento recente na indústria campo-grandense. Atualmente três polos empresariais fazem parte do parque industrial da cidade e mais dois estão em fase de implantação.

O Polo Empresarial Miguel Letteriello (Polo Empresarial Norte) foi o primeiro a ser implantado seguindo a linha do PRODES, em 2001 (dois anos após ser inaugurado a primeira aldeia urbana, Marçal de Souza), na gestão do então prefeito municipal André Puccinelli. Situa-se na confluência da BR 163 como o Anel Rodoviário e está próximo a áreas urbanizadas que contam com serviços públicos (escolas, centros de saúde, CEINFs (Centros de Educação Infantil), rede de água, energia elétrica e linhas de transporte público). Possui área de 50 hectares, com 46 lotes, revestimento primário, drenagem pluvial em todas as vias e rede de esgotamento sanitário (Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2011). A importância do Polo Empresarial Norte para a cidade de Campo Grande pode ser vista pela ocupação quase total dos terrenos disponíveis. A tabela 5 abaixo lista as empresas incentivadas e beneficiadas pelo PRODES instalados neste local e os ramos de atividade em que atuam.

Tabela 5: Polo Empresarial Norte – empresas incentivadas

Empresas incentivadas	Ramo de Atividades
7M Alimentos Ltda.	Indústria alimentícia (alimentos naturais)

Alimenta Nutrição Animal Ltda.	Sal mineral e ração
BZB Nutrição Animal Ltda.	Fabricação de ração
Campo Doce Distr. de Produtos Alimentícios Ltda.	Comércio atacadista de doces
Cartonagem São José Ltda.	Embalagens de papelão
Eco Máquinas Ind. Com. Imp. Exp. Ltda.	Fabricação de máquinas para tijolos, blocos, painéis
Estrela Transportes e Tornearia Ltda.	Transporte de cargas
Expresso Flecha de Prata Ltda.	Transporte de cargas
Fábio Cortez Martins – ME	Indústria alimentícia (charques e embutidos)
Facchini S/A	Implementos rodoviários
Fialho & Fialho Indústria de Cosméticos Ltda.	Indústria de cosméticos
Futura Transportes Ltda.	Transporte rodoviário
GSC Administração e Participações S/A	Comércio varejista de veículos, peças, acessórios
Hidraomega Ind. Com. de Equip. Hidrául. Ltda.	Indústria e Comércio de Equipamentos Hidráulicos
Império do Gesso Forro e Decorações Ltda.	Fabricação de artefatos em gesso
Indústria de materiais plásticos Santa Maria Ltda.	Fabricação de embalagens plásticas
INPAN Ind. e Com. de Pães e Biscoitos Ltda.	Indústria alimentícia (pães congelados e biscoitos)
Kardol Indústria Química Ltda	Química fina e biodiesel
Kriativa Expositores Ltda.	Indústria de móveis comerciais
Liquida Suplementos Minerais Ltda.	Indústria de nutrição animal
Manejo Ind. Com. Imp. e Exp. de Sementes Ltda	Atividade agropecuária
Marlei Vilas Boas – EI	Fábrica de ração
MGS Foods Indústria e Comércio Ltda.	Indústria alimentícia
Montanha Com. de Peças e Equip. Rodoviários Ltda.	Revenda de caminhões e carretas rodoviárias
Mov Flex – Indústria de Móveis e Comércio Ltda.	Indústria e comércio de móveis
Multiflex Indústria e Comércio de Móveis Ltda	Indústria e comércio de móveis
Mylly Confeções Ltda – EPP	Indústria de confeções
Nilcatex Textil Ltda.	Indústria de confeções
Palmares Serviços Técnicos Industriais Ltda.	Serviços de limpeza técnica
Paulo Roberto Latine – ME	Torrefação e moagem de café
PLASTISUL – Plásticos reciclados Ltda.	Indústria de reciclagem de plásticos
Selofort Plásticos e Espumas Injetadas Ltda.	Ind. e com. de peças plásticas, injetadas e expandidas
Sementes Boi Gordo Ltda.	Agropecuário (com. atacadista e varejo de sementes)
Sementes Safrasul Ltda.	Produção e beneficiamento de sementes
Solutech – Soluções Tec. Agr. e Pec. Ltda.	Fabricação de micronutrientes para adubos
SPR Indústria de Confeção e Tecelagem Ltda.	Indústria de confeções e tecelagem
Tavares e Soares Ltda. – EPP	Distribuidora de cestas básicas
Thiene Engenharia e Comércio Ltda.	Equipamentos industriais
Tork Sul Com. de Peças e Máquinas Ltda.	Comércio de máquinas
Tortuga Cia. Zootécnica Agrária	Alimentos para animais
Volpi Industria de Móveis Ltda – ME	Indústria e comércio de móveis

Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2012.

Através da tabela anterior podemos perceber diferenças substanciais entre o Núcleo Industrial e o Polo Empresarial Norte. A ocupação desta se deu majoritariamente por micro e pequenas empresas atuando em diversas atividades como alimentos, transporte, móveis, máquinas e serviços diversos. O perfil dos Polos Empresariais, construídos nos anos 2000, diferente do Núcleo Industrial do final dos anos 1970, e a integração com as classes sociais marginalizadas, como é o caso dos indígenas, vai nos mostrar o que muitos autores chamaram “neodesenvolvimentismo” capitalista. Segundo Castro (2016),

O neodesenvolvimentismo e a frente que lhe dá sustentação aceitam a divisão internacional do trabalho e, com isso, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro em novos contextos históricos. Para Boito, o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda

veleidade de agir como força socialnacionalista e anti-imperialista. (CASTRO, 2016, p. 24)

Além disso, a industrialização que se desenvolveu em Campo Grande resumiu-se em estruturas para processamentos de baixa complexidade, na maioria das vezes, voltada para atender as demandas do mercado regional e da população urbanizada. Mas não ficaram ausentes os empreendimentos ligados ao setor rural, especialmente a produção de alimentos para animais de pequeno e grande porte.

dois anos depois, em 2003 foi criado o polo empresarial paulo coelho machado, com 42 lotes de 500m² cada, com foco também no atendimento das micro e pequenas empresas. os dados mais recentes referentes a este polo são de 2012 com a seguinte característica:

Tabela 6: Polo Empresarial Paulo Coelho Machado – empresas incentivadas

Empresas incentivadas	Ramo de Atividades
Alcântara Confeccões Ltda – ME	Indústria Confeccões
Campofer Ltda – ME	Comércio produtos siderúrgicos
Chaver & Manieri Ltda – ME	Comércio bebidas
Comercial Pires de Alimentos – ME	Supermercado
Gelattus Sorvetes Ltda	Indústria alimentos (sorvetes)
Ind. Com. de Massas Alimentícias Pallacio Ltda– ME	Indústria alimentos (massas)
L.C. Barros – ME	Indústria metalúrgica
Marmoraria Vitória Ltda – ME	Indústria mármores
Matias Flores – ME	Indústria alimentos (massas)
Neuma Souza Leite Damázio – ME	Depósito material construção
Ramos e Cominetti Ltda	Indústria produtos de limpeza
Santos e Moreira Ltda – EPP	Indústria alimentos
Silvana Pereira dos Santos Corrêa	Indústria confeccões
Vó Erminia Alimentos Ltda – ME	Indústria alimentos

Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2012.

Independentemente da situação final das empresas que estavam cumprindo exigência para instalação em 2012, a ocupação dos lotes neste polo foi de apenas 14 unidades. O documento publicado no site da Prefeitura Municipal, chamado Perfil Socioeconômico de Campo Grande, excluiu nos anos seguintes (2013, 2014 e 2015) os dados referentes aos empreendimentos instalados nos polos empresariais, publicando apenas os dados do núcleo industrial. Das quatorze empresas instaladas no polo empresarial Paulo Coelho Machado, metade, ou seja, sete, atuam no ramo alimentício.

Em 2004 foi construído o Polo Empresarial Conselheiro Nelson Bendito Netto (Polo Empresarial Oeste). Atualmente é o maior entre os polos empresariais em funcionamento, embora do total de lotes disponíveis apenas 1/5 encontram-se ocupados ou em fase de ocupação. Localizado ao lado do Núcleo Industrial, fez da região oeste o mais importante parque industrial da cidade com um total de 443 hectares e 82 empreendimentos instalados. Soma-se aos empreendimentos desta região o frigorífico da multinacional brasileira, JBS (antigo frigorífico Bordon, que inclusive deu nome à localidade, Vila Bordon), que emprega uma quantidade significativa da mão de obra indígena do acampamento Santa Mônica e dos bairros circunvizinhos. Deste também é importante observar mais uma vez os ramos de atividades em que as empresas aí instaladas atuam. Vale destacar que dentre os 71 empreendimentos incentivados pelo PRODES, 13 atuam no ramo de construção e 9 no de confeccões. Já o ramo de alimentos e transporte somaram 4 e 6, respectivamente.

Tabela 7: Polo Empresarial Oeste – empresas incentivadas

Empresas incentivadas	Ramo de Atividades
------------------------------	---------------------------

A4 Indústria e Comércio de Pias e Tanques Ltda.	Indústria de bacias sanitárias, lavatórios, tanques e pias
Andrea Pereira Lacet de Lima - ME.	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
Blocobras Ind. Com. de Artefatos de Concreto Ltda.	Artefatos de concreto
Brasáfia Ind. e Com. de Embalagens Ltda.	Tecidos, embalagens de rafia, fitas, fios, etc.
Braz Peli Comércio de Couros Ltda.	Indústria e comércio de couro bovino
Carandá Indústria e Comércio de Óleos Ltda.	Recuperação de óleos vegetais, minerais e animais
Casas Bahia Comercial Ltda.	Comércio varejista
Cativa MS Têxtil Ltda.	Indústria de confecções
Cervejaria Mobier Ltda	Indústria de bebidas
Cervejaria Pantanal Ltda - ME.	Indústria de bebidas
Comércio e Representações Bornholdt Ltda.	Armazenagem e distribuição de frigorificados
Concresul Ind. Com. de Artefatos de Concreto Ltda.	Indústria e comércio de artefatos de concreto
Concreto Três Lagoas Ltda.	Serviços de concretagem
Cruzeiro do Sul Encomendas Ltda.	Transportes de carga em geral
DMM Lopes e Filhos Ltda.	Comércio atacadista de materiais de construção
Ecoflake Indústria de Reciclagem Ltda.	Reciclagem de material plástico
Fábrica Química Petróleo e Derivados Ltda.	Lubrificantes automotivos em geral
Fibracampo Produtos em Fibra Ltda.	Indústria de polietileno
Francisco Giobbi Usina Sonora	Comércio atacadista de combustíveis e derivados
Geonativa Florestal Ltda	Produção de mudas
Guedes Importação e Distribuição Ltda.	Indústria de confecções
Hexa Eficiência Energética	Indústria de luminárias
High Tech Medical Ind. e Com. Ltda.	Confecções (paramentos médicos)
Hozana Vidal de Souza – ME	Fabricação de produtos de panificação, biscoitos
Ibiza Indústria de Estofados e Colchões Ltda.	Indústria de colchões e estofados
Imperial Distribuidora de Petróleo Ltda.	Distribuidora de combustíveis
Inovolar Comércio de Gessos Ltda - ME.	Indústria de artefatos de gesso
JD Locação de Máq. e Terraplenagem Ltda - ME.	Prestação serviços locação máquinas de terraplenagem
J. Cruz Engenharia Ltda.	Artefatos de cimento – serviços de engenharia
Kabriolli Ind. e Com. de Roupas Ltda.	Indústria de confecções
Kepler Weber Industrial S/A	Indústria metalúrgica
LCB Nutrição Animal Ltda.	Fabricação de alimentos para animais
Leva e Traz Transportes Ltda - EPP.	Transportes rodoviários de cargas
Manforth Indústria e Comércio Ltda.	Ind. com. de tintas automotivas e imobiliárias
Manutesul Manutenção de Bombas de Gasolina	Reforma de bombas e tanques de combustível
Móveis Romera Ltda	Centro de distribuição – móveis
M. Cassab Indústria e Comércio Ltda.	Alimentação animal
MS Ambiental Central de Esterilização Ltda.	Tratamento e deposição de resíduos perigosos
MS Cercas Comércio e Serviços Ltda.	Indústria de arames, cercas, grades, etc
NC Transportes Ltda – ME.	Transportadora de cargas
Nova Farma Ind. de Cosméticos e Com. Ltda.	Produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos
Oxinal – Oxigênio Nacional Ltda.	Usina de incineração de resíduos sólidos
Petroplus Sul Com. Exterior S/A.	Indústria química
Plantar Comércio de Insumos Ltda.	Comércio atacadista de insumos agropecuários
Podium Serviços Ambientais Ltda.	Gerenciamento de resíduos sólidos
Posco Ind. Comércio, Importação e Exportação Ltda.	Fabricação de produtos de limpeza
PW Máquinas Ltda.	Montadora de máquinas pesadas
RB Projetos e Assessoria Ltda	Prest. serviços e manutenção redes elétricas
RCA Ind. e Com. de Telhas de Concreto Ltda.	Indústria de artefatos e telhas de concreto
Refrigel Assistência Técnica Ltda- EPP.	Distribuição e assistência técnica
Rota Distribuidora Ltda.	Comércio atacadista produtos agropecuários
Sementes Conquista Ltda.	Comercialização de sementes de pastagens
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.	Centro de distribuição (comércio varejista)
Shoulder Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	Indústria de confecções
Sistal Engenharia e Construções Ltda - EPP.	Serviços de engenharia civil em geral
Spielmann & Spielmann Ltda	Resíduos de serviços de saúde

STEP – Sistema Ecológico de pneus e artefatos de borracha –MS Ltda.	Reciclagem de pneus usados
Sulmar - Sulmatogrossense de Refrigerantes	Indústria de bebidas
TAG Distribuidora de Combustíveis S/A.	Comércio de combustíveis e biocombustíveis
TDB Têxtil S/A.	Indústria de confecções
Terezinha Zandavalli de Figueiredo - ME.	Cozinha industrial, salão de eventos e refeitório
Tex Barreds Moda Ltda.	Indústria de confecções
THY Comércio, Importação e Exportação Ltda.	Fabricação de produtos de limpeza
Traço Indústria de Artefatos de Cimentos Ltda.	Fábrica de telhas de cimento
Transportes DJ Tomazelli Ltda.	Transportes
Traskiko Transportes Ltda - ME.	Transporte rodoviário de cargas
TRL Transportes Rodoviário de Cargas Ltda.	Transporte de mercadorias, armazenamento logístico
Uninter Informática Ltda.	Fábrica de equipamentos de informática
Universo Íntimo Ind. e Com. Vestuário Ltda.	Indústria de confecções
Usina de Asfalto Santa Edwirges Ltda.	Usina de asfalto
Valdac Ltda.	Indústria de confecções

Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2012.

Os Polos Empresariais e o Núcleo Industrial são áreas destinadas à instalação de empresas, que receberam incentivos do poder público (em forma de isenções fiscais, créditos, mão de obra qualificada) e infraestruturas (terrenos, energia, água, gás canalizado, vias asfaltadas, localização estratégica) a partir da criação do PRODES. No entanto, outra importante região de presença industrial é o Anel Rodoviário (ver mapa 2), que contorna a cidade e que tem recebido também alguns desses incentivos. No trajeto do Anel Rodoviário estão localizados importantes bairros de concentração indígena (conforme mapa 3) como Lageado, Centro Oeste, Moreninhas, Itamaracá, Tiradentes e Noroeste, que reforçam a relação entre mão de obra indígena e as indústrias/empresas, e também, a ideia da *periferização*, tendo em vista que ambos vão se fixando no entorno da cidade.

Tabela 8: empresas incentivadas do Anel Rodoviário

Empresas incentivadas	Ramo de atividades
Araçá Indústria de Carrocerias Metálicas Ltda.	Indústria e comércio de equipamentos rodoviários
Bertin Ltda.	Curtume
Bertin Ltda.	Fábrica de biodiesel
Bertin S/A.	Indústria frigorífica
Campo Grande Fertiliz. Orgânicos Ind. e Com. Ltda	Indústria e comércio fertilizantes orgânicos
COMTELAS - Comércio de Telas Ltda.	Fabricação de telas e artefatos de concreto
Gazin Ind. Com. de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Centro de distribuição
Hannah Engenharia e Construção Ltda.	Shopping center
IBEMDS - Indústria, Comércio & Logística Ltda.	Indústria comércio e transporte de bebidas
ICCAP Implementos Rodoviários Ltda.	Com. de peças e acessórios para veículos
JS Ovinos - Indústria e Comércio Ltda.	Abatedouro de animais de pequeno porte
Kampai Motors Ltda.	Comércio varejista de veículos
KM Transportes Rodoviários de Cargas Ltda.	Centro logístico de cargas
Luis Volirno Bertolin (LTB Transportes)	Central de transportes
Petpax Crematorium Ltda.	Crematório de animais
Progemix Programas Gerais de Engenharia e Construção Ltda.	Centro de convenções e eventos
Rápido Transpaulo Ltda.	Centro de distribuição e logística de cargas
Ribeiro & Ramos Ltda.	Marcenaria
SIPAV Sinalização e Recup. de Pavimentos Ltda.	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto
Soprano Administração e Participações S/A.	Indústria comércio importação e exportação
UNINGÁ - Unidade de Ensino Superior Ingá Ltda.	Centro universitário de ensino superior
Vetorial Siderurgia Ltda.	Siderurgia para produção de ferro-gusa

Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2012.

A característica dos polos empresariais mostra como determinados setores da economia, privilegiados nesse processo, estão em consonância com a inserção marginal da economia brasileira no cenário do capitalismo internacional, corroborando, assim, com a ideia do *subimperialismo* colocado por Marini (1973), que segundo ele, é conduzido pelo Estado brasileiro, dentro de um reordenamento da economia mundial capitalista.

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não é apenas acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional (MARINI, 2012, p.31)

As principais atividades econômicas que se desenvolveram no estado são a produção rural (produção agrícola e a criação de animais), a indústria, a extração mineral, o turismo e a prestação de serviços. Dentre estes podemos destacar as *commodities* agrícolas (cana de açúcar, soja e eucalipto) e a pecuária (Mato Grosso do Sul é um dos maiores produtores de gado do país). Parte do setor industrial se desenvolveu atrelada aos interesses do setor agropecuário da região, agravando, portanto, a situação econômica, territorial e ambiental indígena, ao aprimorar e introduzir novas formas de dominação e subordinação, através da alienação da mão de obra ao contexto urbano-industrial.

Ao resumir as informações sobre os Polos Empresariais e o Núcleo Industrial, observamos que, apesar da ligeira transformação do parque industrial da capital, a política de incentivos teve pouco impacto no preenchimento da área destinada à instalação das indústrias/empresas. Dos 441 lotes/terrenos disponibilizados, apenas 159 estavam sendo ocupadas, incluindo empresas instaladas, em instalação e com projetos aprovados cumprindo exigências, conforme mostra a tabela 9. Isso significa apenas 36% da capacidade. Esses dados reforçam mais uma vez a ideia apresentada de “privilégio e segregação” no contexto urbano de Campo Grande. Enquanto a população urbana (e aí não só a indígena) padece por falta de moradia, os terrenos doados pelo município para instalação dos empreendimentos capitalistas são subutilizados. Diante desse contexto é que se tornam também compreensivos as ações de “ocupações clandestinas” na cidade, na medida em que os privilégios do capitalismo ficam explícitos. Na relação com o Estado, há uma desigualdade de forças muito grande entre os capitalistas e a classe trabalhadora, sendo a primeira privilegiada em detrimento da segunda.

Tabela 9: resumo da situação do Polo Empresarial Oeste

Situação atual	Polo Empresarial Oeste	Polo Empresarial Norte	Polo Empresarial Paulo C. Machado	Núcleo Industrial
Área total (ha)	243	50	21	200
Número de lotes	273	46	42	80
Empresas instaladas	19	35	4	28
Empresas em instalação	17	3	2	-
Empresas com projetos aprovados cumprindo exigências	39	4	8	-

Fonte: Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2012.

No que tange ao trabalho assalariado e à industrialização, é importante observar que nesse mesmo período (final do século XX e início do século XXI) as relações de trabalho no

meio rural (local de grande presença de trabalhadores indígenas) e as formas de produção passaram a ser profundamente modificadas pela onda de transformações trazida pelo processo de reestruturação econômico-produtiva que se expandia em consonância com os interesses do capitalismo internacional. Ao introduzir novas tecnologias nos processos de produção, controle e gestão administrativa, a reestruturação econômico-produtiva incidu diretamente sobre a mão de obra, aumentou o poder das grandes corporações capitalistas e intensificou o domínio destas sobre os recursos ambientais, tensionando as relações sociais no campo.

Na dissertação de mestrado (SALVADOR, 2012), por exemplo, mostramos que historicamente os Terena e Guaranis no Mato Grosso do Sul exerceram trabalho assalariado principalmente nas fazendas e usinas sucroalcooleiras. Com a mecanização do corte de cana e a introdução de novas tecnologias no processo produtivo do etanol e açúcar, houve diminuição da oferta de trabalho aos indígenas que executavam os trabalhos manuais, especificamente na função de cortadores de cana. No caso dos Terena e Guaranis, hoje majoritários na cidade de Campo Grande, a **concentração fundiária** agravou a situação territorial e ambiental, visto que já se encontravam em territórios reduzidos desde o início do século XX¹⁴. O avanço do capitalismo através do agronegócio limitou a expectativa de solução da situação territorial ao travar os processos de demarcação de terras indígenas, por exemplo, aumentando com isso a tensão, os conflitos e a violência no campo¹⁵. Em função disso, a questão ecológica se apresenta como determinante na decisão de procurar nas cidades melhores oportunidades. Paralelamente, inúmeras empresas de diferentes segmentos industriais ligados ao setor agroextrativista, apoiados pelo PRODES, instalavam-se na capital e estimulavam a economia local, demandando mão de obra e, com isso, estimulando a urbanização.

O crescimento da economia brasileira a partir dos anos 2000 (média de 3,75% entre 2000 e 2008, segundo o IBGE) favoreceu desde as pequenas unidades produtivas (borracharias, restaurantes, lojas de roupas, hotéis, etc.) a grandes indústrias. A expansão e o surgimento de novas empresas nas cidades produziram um efeito crescente de oferta de emprego e renda e trabalho das mais diversas complexidades. Em Campo Grande foi notório o crescimento das indústrias de transformação, de produção de insumos, de beneficiamento de matérias primas, de produção de alimentos, e também, a construção civil, o comércio, serviços, serviços públicos e outros necessários ao atendimento da população urbana crescente, justamente por ser um estado chave para a expansão do agronegócio. Os investimentos no rural, inclusive de capital internacional, refletiu o crescimento industrial de cidades importantes, como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. A industrialização dessas cidades foi apoiada com políticas do estado e municípios através de incentivos fiscais e disponibilização de toda infraestrutura necessária à instalação de novas empresas.

Por outro lado, para as populações indígenas do estado, esse movimento produziu, além de outros, dois efeitos que vale destacar: 1) como os investimentos e a política do Estado brasileiro fortaleceram uma cadeia de interesses que envolvem o agronegócio e o setor agropecuário, os indígenas que vinham lutando pela demarcação de seus territórios tradicionais desde os anos 1980 no Mato Grosso do Sul foram severamente afetados pela sobrevalorização das terras, provocada pelo aumento da procura para a plantação de lavouras de soja e cana, principalmente. Não somente foi inviabilizado qualquer procedimento demarcatório, quanto houve pressão sobre os minúsculos territórios reservados, comprometendo ainda mais a situação ambiental, econômica e social dos indígenas; 2) esse

¹⁴ Ver tabela 15 no capítulo 2.

¹⁵ A demarcação dos territórios indígenas é uma reivindicação histórica de diversos grupos étnicos brasileiros, que foi garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Decreto 1775/96, que estabeleceu o prazo de 5 anos para sua efetivação.

movimento trouxe para as periferias de Campo Grande uma quantidade significativa da população indígena baseado no pretexto de que na cidade encontrariam trabalho e melhores condições de vida. O aumento da população indígena demonstrou que nem a cidade estava preparada para receber os indígenas, nem os indígenas estavam preparados para morar na cidade, resultando na marginalização e invisibilização étnica que precisou ser enfrentado por ambos.

1.5. Morfologia da sociedade indígena urbanizada de Campo Grande

No que tange à população indígena urbana, levando-se em consideração os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a comparação da cidade de Campo Grande com outras cidades brasileiras revela sua importância no cenário nacional como campo privilegiado e significativo para a abordagem do tema. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 10. Comparativo da população indígena de Campo Grande em relação outras cidades.

Municípios com maiores populações urbanas do país – 2010						
	Brasil		Centro-Oeste		Mato Grosso do Sul	
	Cidade	Total	Cidade	Total	Cidade	Total
1º	São Paulo	11.918	Brasília	5.941	Campo Grande	5.657
2º	São Gabriel da Cachoeira	11.016	Campo Grande	5.657	Aquidauana	1.405
3º	Salvador	7.560	Goiânia	2.132	Anastácio	1.249
4º	Rio de Janeiro	6.764	Cuiabá	1.608	Sidrolândia	1.203
5º	Boa Vista	6.072	Aquidauana	1.405	Dourados	688
6º	Brasília	5.941	Anastácio	1.249	Antônio João	576
7º	Campo Grande	5.657	Sidrolândia	1.203	Miranda	335
8º	Pesqueira	4.048	Aparecida de Goiânia	794	Nioaque	230
9º	Manaus	3.837	Dourados	688	Bonito	207
10º	Recife	3.665	Antônio João	576	Bodoquena	198

Fonte: IBGE

Conforme os dados, a cidade de Campo Grande tem a sétima maior população indígena urbana do país, à frente de cidades mais populosas como Manaus e Recife. Na região Centro-Oeste ocupa a segunda posição, estando atrás apenas de Brasília e à frente das demais capitais, Cuiabá e Goiânia. Outro dado interessante a se observar é que dentre as dez cidades com maior população indígena urbana da região Centro-Oeste, seis são do Mato Grosso do Sul. As outras quatro se distribuem entre Mato Grosso (Cuiabá), Goiás (Goiânia e Aparecida de Goiânia) e Distrito Federal (Brasília). No Mato Grosso do Sul, Campo Grande ocupa a primeira posição. O fato das cidades sul-mato-grossense configurarem-se entre as primeiras tem a ver com as transformações no cenário econômico (reestruturação da força de trabalho), interno e externo, das sociedades indígenas, como temos mostrado, mas outro fator relevante que deve se levar em consideração é que estas mesmas transformações econômicas também foram responsáveis pelo **alto índice de violências contra as populações indígenas no campo**, especialmente no Mato Grosso do Sul, onde a situação fundiária tornou-se o centro dos conflitos, que se somou à histórica desassistência estatal nas áreas da saúde, educação, ambiente e produção de alimentos.

O IBGE apontou no Censo 2010, com base na metodologia por amostra de domicílios, que no Mato Grosso do Sul mais de 14 mil indígenas, de um total de cerca de 73 mil, estão em áreas urbanas, sendo que em Campo Grande o número estimado foi de **5.657** indígenas. Já

as estimativas das lideranças indígenas urbanas e de autoridades governamentais afirmam que a população indígena de Campo Grande esteja entre **13 e 15 mil pessoas**. Tal população é composta majoritariamente pelos Terena, seguido de Guarani, Kaiowá e Kadiwéu, como grupos mais representativos. Esse número é uma estimativa das lideranças urbanas e dos órgãos do poder público, embora nem a Coordenação Regional FUNAI, nem a Prefeitura Municipal de Campo Grande, nem a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) possuam base de dados de quantificação desses indígenas. Os demais grupos – Guató, Ofaié-Xavante, Kinikinau e Atikum, entre outros, que vivem no Mato Grosso do Sul, são menos representativos.

Atualmente essa população encontra-se concentrada nas aldeias urbanas Marçal de Souza (205 famílias), Darcy Ribeiro, Água Bonita (190 famílias), Tarsila do Amaral (86 famílias) e Indubrasil (130 famílias), e nos acampamentos Santa Mônica (63 famílias), Vila Romana, Estrela da Manhã e Água Funda. As aglomerações familiares e aqueles que vivem dispersos pela cidade completam esse quadro. Conforme o IBGE, os indígenas estão localizados da seguinte maneira:

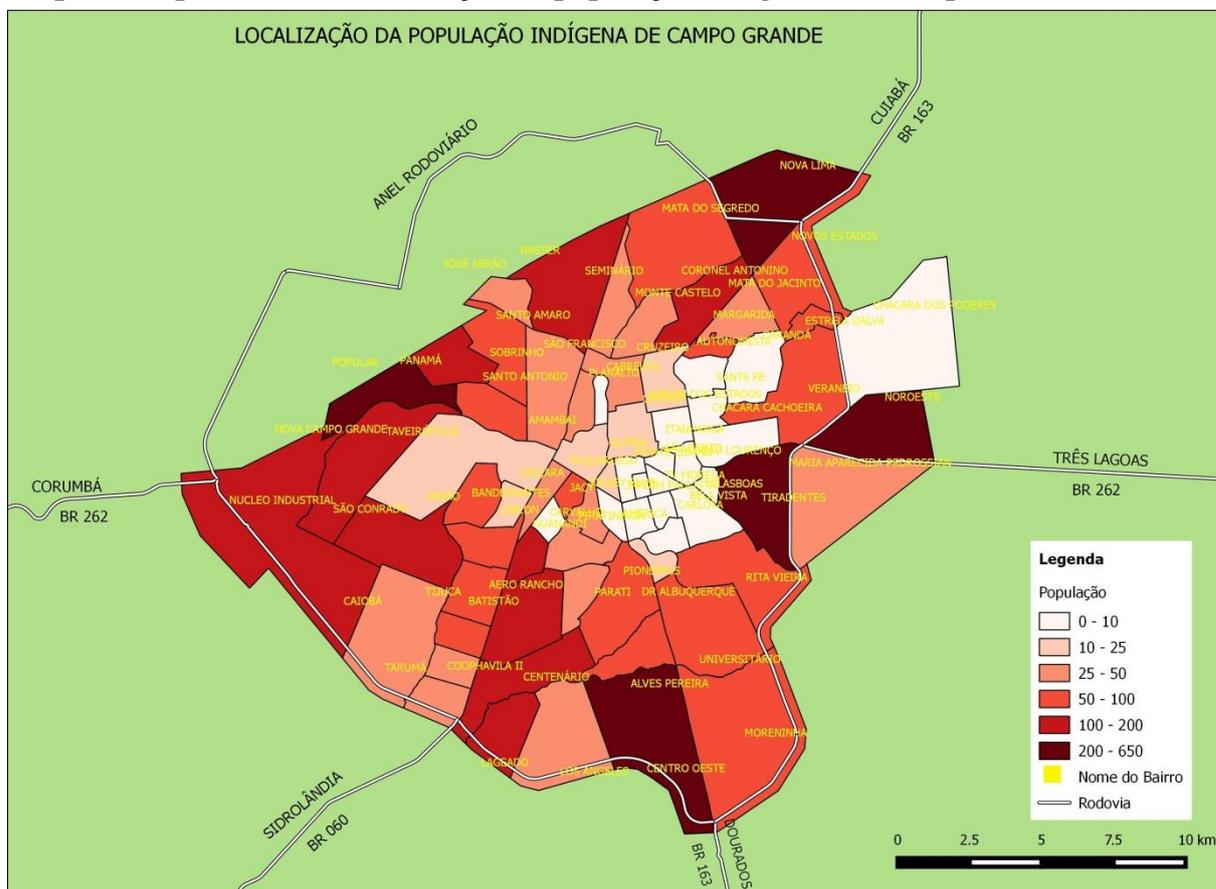
Tabela 11. População indígena por bairro na cidade de Campo Grande-MS (2010)

MICRORREGIÕES													
CENTRO		PROSA		BANDEIRA		SEGREDO		ANHANDUIZINHO		LAGOA		IMBIRUSSU	
Bairro	Qtde	Bairro	Qtde	Bairro	Qtde	Bairro	Qtde	Bairro	Qtde	Bairro	Qtde	Bairro	Qtde
Amambaí	24	Autonomista	7	Carlota	10	Coronel Antonino	142	Aero Rancho	173	Bandeirantes	29	Nova Campo Grande	109
Bela vista	5	Carandá	9	Dr. Albuquerque	22	José Abrão	36	Alves Pereira	85	Batistão	100	Núcleo Industrial	179
Cabreúva	6	Chácara Cachoeira	3	Jardim Paulista	10	Mata do Segredo	69	América	5	Caiçara	20	Panamá	152
Carvalho	17	Chácara dos Poderes	3	Mª Aparecida Pedrossian	54	Monte Castelo	46	Centenário	101	Caiobá	47	Popular	255
Centro	16	Estrela Dalva	57	Moreninha	90	Nasser	129	Centro Oeste	218	Coophavila II	31	Santo Amaro	98
Cruzeiro	17	Margarida	38	Rita Vieira	54	Nova Lima	477	Guanandi	104	Leblon	78	Santo ANTONIO	62
Glória	8	Mata do Jacinto	30	São Lourenço	3	Seminário	49	Jacy	6	São Conrado	148	Sobrinho	40
Itanhangá	2	Noroeste	579	Tiradentes	646			Jockey Club	42	Tarumã	32		
Jardim dos Estados	5	Novos Estados	71	Tv Morena	10			Lageado	183	Taveirópolis	24		
Monte Líbano	3	Santa Fé	7	Universitário	66			Los Angeles	49	Tijuca	70		
Planalto	29	Veraneio	54	Vilasboas	9			Parati	34	União	61		
São Bento	4							Pioneiros	53				
São Francisco	32							Piratininga	50				
								Taquarussu	60				
TOTAL	168	TOTAL	858	TOTAL	974	TOTAL	948	TOTAL	1.163	TOTAL	640	TOTAL	895

Fonte: IBGE/Censo 2010

Para complementar as informações sobre a população indígena urbanizada, elaboramos um mapa de calor na plataforma QGIS usando os dados da tabela anterior. Com isso, obtivemos uma imagem dos bairros de Campo Grande onde existe maior concentração da população indígena.

Mapa 3. Mapa de calor - localização da população indígena em Campo Grande.

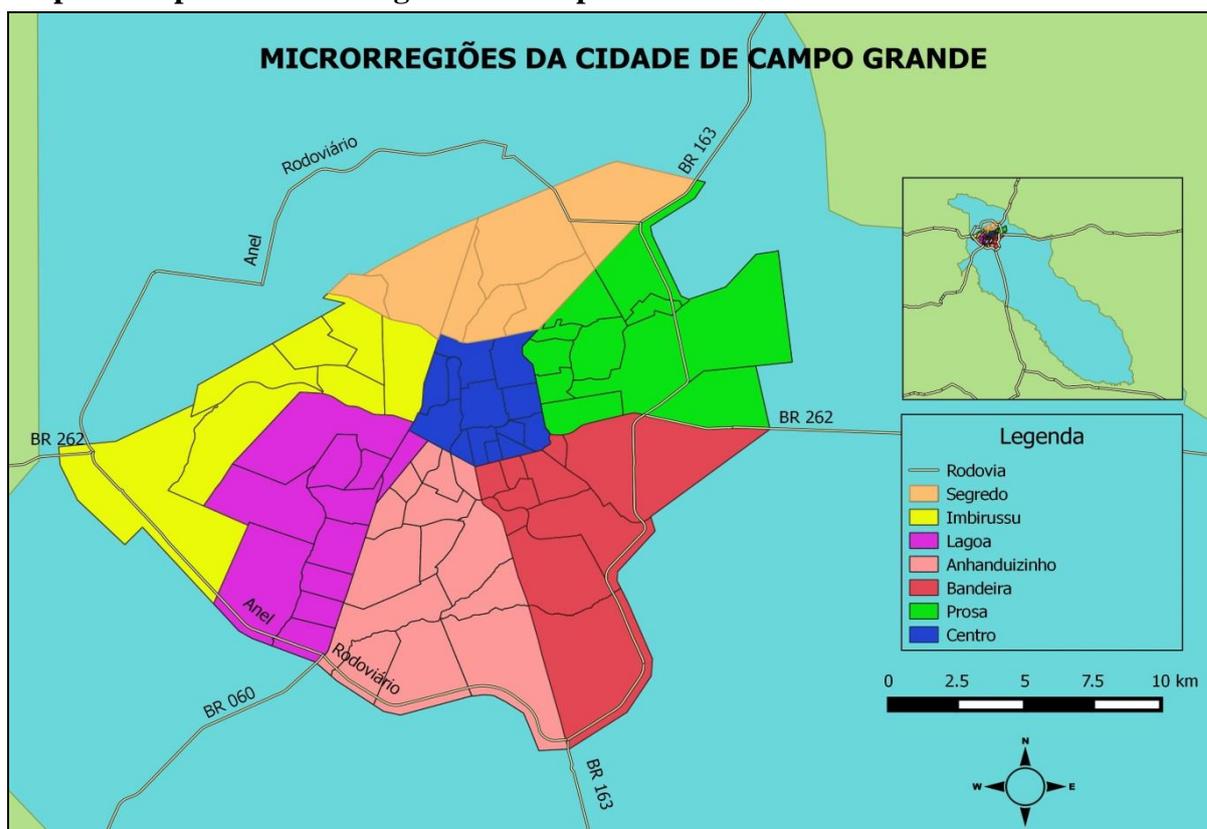


Fonte: construído pelo autor na plataforma QGIS com base nos dados do IBGE

No mapa acima podemos observar que, de acordo com os dados do IBGE, a população indígena está concentrada nos bairros periféricos. Sabemos que o censo oficial é contestado pelas lideranças e não é compatível com a estimativa populacional feita pela Prefeitura Municipal e outros órgãos como FUNAI e FUNASA sobre a população indígena, mas ainda assim, em consonância com essas mesmas estimativas, é visível o destaque das regiões onde estão localizados os acampamentos e as aldeias urbanas. No entanto, chama a atenção a quantidade expressiva de indígenas em outros bairros como Aero Rancho, Centenário, Lagoado, Alves Pereira e Centro Oeste, demarcando uma presença étnica significativa na região sul da cidade, onde não há acampamentos, nem aldeias urbanas, mas o predomínio da modalidade de territorialização que chamamos de aglomerações indígenas. Além disso, as cores de maior intensidade coincidem com as áreas industriais/empresariais.

O perímetro urbano de Campo Grande está dividido em sete microrregiões: Centro, Prosa, Bandeira, Segredo, Anhanduizinho, Lagoa e Imbirussu. As microrregiões são compostas pelos bairros e vilas. O mapeamento realizado pelo IBGE na tabela anterior considera os grandes bairros, que são compostos também por vilas menores. A seguir apresentamos a regionalização ilustrativa conforme descrevemos.

Mapa 4. Mapa das microrregiões de Campo Grande¹⁶.



Fonte: Mapa construído pelo autor (Plataforma QGIS)

Os dados da tabela 3 mostram, portanto, que os indígenas estão presentes em **todos** os 74 bairros de Campo Grande (ver também mapa 2), incluindo a região central e bairros “nobre” como Amambaí, Bela Vista, Itanhangá, Jardim dos Estados, Monte Líbano, São Bento, Chácara Cachoeira, Santa Fé, São Lourenço e TV Morena, por exemplo. Esses dados demográficos reafirmam, portanto, nossa colocação sobre a territorialização étnica. Embora a grande maioria esteja na periferia, a população indígena também está presente nos bairros “nobres”, ainda que em alguns casos na condição de empregado, mas há casos também de pessoas que tem sua própria casa nesses locais. Comparando os dados do IBGE, com as estimativas feitas por Vanderléia Mussi (2006), e pelas lideranças indígenas urbanas e autoridades governamentais, temos o seguinte quadro:

Tabela 12. População indígena urbana em Campo Grande (1991-2010)

População indígena urbana em Campo Grande (1991-2010)			
	1991	2000	2010
IBGE	1.214	4.620	5.657
Mussi (2006), lideranças indígenas urbanas e autoridades governamentais.	3.832	11.672	10.000 – 15.000

Fonte: tabela construída pelo autor

¹⁶ A área urbana da cidade é dividida em sete regiões denominadas Imbirussu, Segredo, Prosa, Lagoa, Anhanduizinho, Bandeira e Centro (conforme mostra o mapa 3). Com exceção do Centro, os nomes das demais regiões fazem referência a importantes cursos hidrográficos que cortam a cidade (córregos e rios).

Analisando os dados fornecidos por Mussi (2006), podemos observar que a população indígena aumentou em mais de três vezes em menos de uma década, entre 1991 e 2000, e que teve um provável aumento de quase 50%, segundo os dados, na década seguinte. Mas o fato mais interessante dessa tabela é que esse crescimento populacional não se deu em um período qualquer. É preciso lembrar que a “gestação” e a consolidação dos polos industriais/empresariais (o PRODES) também aconteceram entre 1991 e 2010, e, ao observarmos que grande parte dos indígenas foi para a capital em busca de trabalho nesse período, isso aumenta nossas evidências quanto ao papel fundamental da industrialização na consolidação de um processo de territorialização étnica da cidade.

1.6. A situação histórica dos acampamentos e aldeias urbanas

Como estávamos interessados em pesquisar a relação entre os indígenas e as indústrias, assim que voltamos para Campo Grande iniciamos nossa pesquisa etnográfica na região oeste da cidade, onde estão localizados o *polo empresarial oeste* e o *núcleo industrial*. A “entrada” por esta parte da cidade foi por uma razão muito simples: aí, especificamente na Vila Nova Campo Grande, mora uma tia, Maria de Fátima, irmã da minha mãe, originária da aldeia Lalima, município de Miranda-MS; ela é casada com Denilson Gregório (tio Maninho, como carinhosamente o chamamos), originário da aldeia Bananal, município de Aquidauana-MS. Esse casal já abrigou vários integrantes da família que foram arriscar a vida na cidade. Aliás, a rede familiar é um elo importante no processo de “urbanização”, configurando-se, portanto, como uma das características da **organização social** dos “índios urbanos”. Sempre que passamos por Campo Grande nos hospedamos em sua casa, não sendo diferente na época da pesquisa. Além de ser nosso ponto de apoio, de onde saíamos para vários pontos da cidade, foram também nossos informantes, companheiros de pesquisa e entrevistados.

Nossa primeira tarefa foi visitar o acampamento Santa Mônica, que na época acabara de ser edificada, na Vila Santa Mônica, que hoje, na data final do doutorado, já se encontram em fase de regularização. Visitamos o acampamento e conversamos com a líder do movimento, Vastir Eloy, tida pelos demais como **cacique**. Vastir é Terena, filha de pais Terena da aldeia Ipegue, município de Aquidauana. Nascida em Campo Grande, sempre manteve contato com a aldeia através das visitas que fazia aos avós. Vastir atuou dois meses na Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Prefeitura de Campo Grande, na administração do Prefeito, cassado, Alcides Bernal. Sua passagem pela Coordenadoria foi muito breve, mas o suficiente para colher informações sobre o local onde atualmente montaram o acampamento. Embora seja irmã de um advogado indígena e militante bastante atuante pela causa indígena no Mato Grosso do Sul, Vastir conta que foi extremamente difícil ganhar a confiança dos demais indígenas que chegaram em Campo Grande¹⁷. Como passou a maior parte de sua trajetória na cidade, conta que teve de construir a relação de confiança para depois atuar em favor dos indígenas. Vastir investigou a situação da área na Vila Santa Mônica e descobriu que o terreno pertencia à Prefeitura. Na ocasião da minha visita, as 63 famílias que acamparam no local estavam sendo visitada pelo presidente do bairro. Antes de comentar este episódio, queremos acrescentar mais um.

Em junho de 2014, nessa mesma oportunidade de conhecer as pessoas e as lideranças da região oeste da cidade, fomos à casa de um dos líderes da região do Indubrasil, o Sr. Oide.

¹⁷ Vastir Eloy, que foi cacique e fundadora do acampamento Santa Mônica, é irmã de Luiz Eloy, advogado indígena que atua em prol das causas indígenas, e atualmente integra a Coordenação da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). Além dos já citados, Simone Eloy, integra essa liderança de irmãos ocupando-se como assessora parlamentar do PSOL na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Sobre sua condição de líder ele nos informou o seguinte: “*Bom, eu trabalho com negócio de Associação, mas eles me colocaram como cacique no Indubrasil*”. Sob sua liderança estão 70 famílias, nesse Bairro, mais especificamente num local chamado “Entroncamento” (no ponto de intersecção entre a BR 262 e o Anel Rodoviário). Em outra ocasião, encontramos o Sr. Oíde no prédio da FUNAI, então, oportunizamos a ele uma carona até sua casa. No caminho nos contou que levava uma prestação de contas das famílias que haviam recebido sacolão doado pelo órgão. Contou ainda que, além da FUNAI, eles também recebiam alimentos doados pela CEASA, via Associação.

Essas duas situações sociais vão mostrando como os indígenas estão organizados e como se relacionam com as demais instituições. Os acampamentos e as aldeias urbanas são liderados pelo “cacique”, que tem sob seus cuidados uma determinada quantidade de famílias. A figura do “cacique”, a organização em “aldeia”, a busca por ajuda no órgão tutelar, são situações emblemáticas da extensão da estrutura organizacional, cultural e política que os acompanharam desde suas aldeias de origem. Mas ainda que seja legítimo e aceito dentro do sistema das relações sociais e institucionais, o mesmo não se pode dizer quanto aos trâmites burocráticos. Em 2007 o então cacique da Aldeia Marçal de Souza, Ênio Metlo, disse em entrevista que: “*Cacique é delegado, padre, resolve tudo. Às vezes, casal chega chorando. Cacique conversa, resolve*”¹⁸. Mas nem sempre esse modo tradicional cabe nas relações institucionais. Como podemos ver, os indígenas urbanos estão inseridos numa rede ampla de relações com outras instituições, públicas e privadas, (Prefeitura, FUNAI, SESAI, CEASA, Universidades, Secretarias de Governos, Câmara Legislativa, Assembleia Legislativa, Associações e organizações de diversa natureza). Por razões burocráticas para acesso a recursos e projetos, os indígenas não têm encontrado alternativas de fugir das “Associações”, conforme mostrou Sant’Ana (2004), o que pode terminar em conflito com as formas tradicionais de organização na cidade, como podemos observar entre o “Conselho de Cacique” da aldeia Marçal de Souza e a Associação de Moradores:

O Conselho tem modo diferente de trabalhar, nos modos tradicionais. O objetivo é andar na comunidade, manter a língua, os costumes, as danças. Zelar por isso e não deixar acabar. A Associação é uma entidade de branco, para buscar melhoria, como asfalto e rede de esgotos, que não tem ainda. Mas o presidente da associação não pode assinar, é o cacique que assina. Eu falo pro Adilson [outra liderança de Campo Grande]. Eles querem trabalhar só com as associações, que podem arrecadar dinheiro, fazer projetos. Tinha é que organizar conselhos tribais, para trabalhar com índio mesmo [...]. (Ênio Metelo, 20/04/07)¹⁹

As associações são, assim, instrumentos fundamentais para os indígenas concretizarem melhorias e benefícios para seus membros.

Sobre o aspecto **cultural**, as ações de “ocupação” e formação dos acampamentos e aldeias apoiaram-se fortemente na questão étnica. Ainda que mergulhados em um ambiente completamente distinto de uma aldeia rural, há um esforço contínuo de reproduzir na cidade as práticas culturais como a dança, a língua e os costumes. Mas é notória também a apropriação de elementos da cultura urbana, especialmente nos jovens, como por exemplo, nos modos de vestir, nas preferências musicais e alimentares.

Do outro lado da principal avenida que dá acesso a essas unidades industriais, cerca de 200 metros do acampamento Santa Mônica, a Vila Romana também entrou para a lista como mais uma área “ocupada” em Campo Grande por famílias de trabalhadores indígenas. Em ambos os casos, os ocupantes justificam a ação em razão das suas condições econômicas se

¹⁸ Entrevista concedida à Priscila D. de Carvalho, *in* Reporter Brasil

¹⁹ (ibidem)

transformarem insustentáveis, chegando a situações críticas de comprometimento do pagamento dos aluguéis, dos serviços de fornecimento de água e energia elétrica e, muitas vezes, de falta dos elementos básicos para a sobrevivência, como a alimentação, por exemplo.

Segundo informações colhidas junto às lideranças do acampamento Santa Mônica e Vila Romana, a maioria dos trabalhadores indígenas naquela ocasião estava empregada na indústria da carne, principalmente na empresa JBS, e na indústria de confecções (lingerie). Destacamos ainda a presença da mão de obra em outros ramos da alimentação e indústria da transformação.

Foto 1: Acampamento Santa Mônica



Fonte: www.campograndenews.com.br

Foto 2: acampamento Vila Romana



Fonte: www.mpf.mp.br

Se por um lado, a formação dos acampamentos lança esperanças de dias melhores, por outro, agudizam seus problemas e a situação de vulnerabilidade. É o que assistimos na mesma reportagem de junho de 2016, o indígena Terena Antonio Jorge, morador do Jardim Inápolis, periferia da cidade, enfatizou a demanda indígena por moradia: “Nós ‘tamos’ precisando é habitação. É as casa né. Você vê, nossa situação né, é precária aqui. Falta água né, encanada, luz, então a gente precisa esse, esse, habitação né”. Na ocasião, o indígena Donaldo Fernandes, acampado na Vila Romana disse ainda: “Nós ‘tamos’ aqui, pessoa que tem cadastro na EMHA desde mais de dez, vinte e cinco anos, e tem pessoa que tá passando é... pagando aluguel muito caro, a energia muito caro, então vai ficando difícil pra cada um. Então, esse é o motivo da ocupação neste lugar”.

Em outra matéria de julho de 2014, encontrado na *web*, o mesmo canal já havia dado a conhecer a situação precária que levou os indígenas a “ocuparem” um terreno da prefeitura na Vila Santa Mônica. Dona Edenice Francisco, indígena Terena, contou à reportagem que dividia com outras duas famílias o aluguel no valor de setecentos reais (R\$ 700,00) e que decidiu morar em um barraco de lona porque não aguentou arcar com esse custo. Outro indígena Terena, Francisco Rubens, que trabalha na função de “serviços gerais”, conta que morava em uma casa com outras três famílias para conseguir pagar o aluguel, mas ainda assim as demais despesas ficavam comprometidas. Vejamos o que ele disse na reportagem:

“Mil e duzentos reais por mês só de aluguel, fora água e luz. De luz vem cento e quarenta [reais], água veio cento e trinta [reais]. Quem salvou nós é a cesta básica do meu filho que ele ganha ali onde que trabalha né. Por isso, eu decidi vim pra cá, pra não pagar mais aluguel né, pra sobrar algumas coisinha pra nós né”. (Francisco Rubens, jornal do SBT/MS, 15/06/2014)

Essas condições, de exclusão e precarização, foram motivos suficientes para um “levante indígena urbano” e a organização de ocupações de áreas urbanas, dando origem aos *acampamentos*. A formação de acampamentos é ação radical e uma das estratégias acionadas

pelos indígenas para dar visibilidade à sua invisibilidade. Sobre isso, o Terena Arceniél, no acampamento Santa Mônica disse: *“só desse jeito pra nós sermos, vamos dizer assim, sermos vivo, sermos aparecido, porque da forma como eles vê os índio, os índios são visto de outra forma. Queremos ser visto na sociedade como índios em busca da sua sobrevivência”*.

O êxito das “ocupações” indígenas, segundo a indigenista Rebecca Albino da FUNAI em Campo Grande, deve-se ao fato de o município não conseguir suprir o crescimento da cidade e corresponder adequadamente ao êxodo rural. No entanto, ela afirma que: *“Eles conseguem ficar no local, mas vivem em condições precárias. Assim como outros brasileiros de baixa renda, eles saem da aldeia sem completar o ensino médio ou até o fundamental”*²⁰.

Em situação idêntica aos casos citados, e com histórias de vida semelhantes, encontram-se os indígenas no acampamento Água Funda, ao lado da aldeia urbana Água Bonita, na região norte, e no acampamento Estrela da Manhã, no Bairro Noroeste, região leste da cidade. Nesses locais, vivem em barracos extremamente precários, muitos com esgotos a céu aberto, falta de água e energia elétrica. Para suprir essas demandas contam com a solidariedade dos vizinhos ou precisam recorrer às alternativas clandestinas, como as “gambiarras” e os “gatos” (expressão popular usado para se referir à ligação clandestina de água ou energia). O acesso clandestino, principalmente à rede elétrica, traz grande risco à segurança das pessoas. As fotos abaixo são dos acampamentos indígenas Estrela da Manhã (foto superior), no Bairro Noroeste, e Água Funda (fotos na parte inferior), ao lado da aldeia urbana Água Bonita.

Foto 3. Acampamentos indígenas



Fonte: fotos do autor

²⁰ Declaração feita ao Jornal Midiamax, em 19/04/2018, (<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2018/aldeias-urbanas-a-dificil-missao-de-viver-na-capital-e-manter-a-cultura>), acesso em 25/04/2018.

A estratégia de “ocupação” e formação dos acampamentos não é recente. Na década de 1990, a **situação econômico-social dos indígenas em Campo Grande também** era a de famílias vivendo em condições precárias nas periferias da cidade, as aglomerações familiares ou famílias territorialmente dispersas. Muitas deviam prestações de aluguel e sofriam com os cortes frequentes dos serviços de fornecimento de água e energia elétrica por não pagamento. Em outras inclusive faltava alimentos. Além dessa condição, o tamanho e a infraestrutura de muitas das casas alugadas, além de pequenas, eram estruturalmente inapropriados para a habitação. Esta situação de **invisibilidade social e econômica** despertou nos indígenas a necessidade de se organizar. Dona Enir conta, como tudo começou para a formação do primeiro acampamento:

“Começou em 1992, com minha candidatura [a vereadora]. Para cuidar da minha candidatura eu tinha que andar. Então eu fui conversando com os indígenas que moravam no Sayonara, Popular, Tiradentes, Itamaracá, Alves Pereira, e fui vendo que eles viviam em situação de risco. Então descobri que o terreno onde hoje está a aldeia era da FUNAI e estava com posseiros. Passei a perguntar aos indígenas que encontrava sobre o que eles achariam de morar lá” (Enir Bezerra (in memoriam), www.midiamax.com.br, acesso em 26/04/2016).

Em 9 de junho de 1995, aproximadamente 100 famílias indígenas, sendo a maioria da etnia Terena, ocuparam um terreno público doado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande à FUNAI²¹, através de Lei Municipal nº 1.416, de 25 de janeiro de 1973. O local, conhecido como “Desbarrancado”, ficava localizado próximo ao Bairro Tiradentes, região leste da capital. O depoimento de Enir mostra a situação de **precariedade e exclusão** vivida pelos indígenas na cidade, antes de ingressarem no movimento que levou à ocupação da área do “Desbarrancado”. O evento de 1995 culminou com a formação da primeira aldeia urbana de Campo Grande, Marçal de Souza, e marcou a emergência de uma nova situação histórica dos indígenas na cidade, tema do próximo item.

Foto 4: Aldeia Urbana Marçal de Souza e Aldeia Urbana Darcy Ribeiro



Fonte: fotos do autor e de Sant’Ana (2010)

Como pudemos perceber, as **condições precárias** de vida urbana que predominaram entre os indígenas, principalmente em relação à moradia, trabalho e condições básicas de subsistência – dadas à **forma desordenada do deslocamento étnico** e à incapacidade da cidade de perceber e responder adequadamente a tal presença – condicionou-os a um “lugar social” de extrema marginalização e pobreza, que somados às experiências de preconceito, discriminação, exclusão e violência, resultou na emergência de um movimento étnico, radical e organizado, levando à formação dos *acampamentos indígenas* e posteriormente à consolidação das *aldeias urbanas*.

²¹ Fundação Nacional do Índio, criado em 1967 para substituir o Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

A consolidação das aldeias urbanas tem sua gênese, portanto, na segregação da população indígena que se contrastou com o tratamento privilegiado dado aos capitalistas industriais/empresariais. A situação de marginalidade econômico-social resultou num “despertar étnico”, abrindo caminho para a ocupação do espaço físico urbano, que por sua vez, ampliou-se para a luta política, a busca por visibilidade social e cultural, a reafirmação identitária, bem como, para a reivindicação de se reconhecer o papel histórico e econômico dos indígenas na construção da capital.

1.7. Considerações finais preliminares

Diante da exposição, argumentamos que a atual situação histórica atual na cidade de Campo Grande é marcada por um processo de resistência e “territorialização étnica”. Com essa expressão queremos enfatizar o componente étnico como um elemento estratégico no processo de ocupação dos espaços urbanos, e no reordenamento das relações entre os indígenas, a sociedade e o Estado. A experiência etnografada mostra que está em curso um processo de mudanças nas relações de poder, de “ocupação do espaço como um todo”, conforme destacou a ex-cacique Dona Enir e que mostraremos ainda nos capítulos subsequentes.

O esgotamento do neoliberalismo permitiu a “ascensão” das camadas marginalizadas, que foram inseridas, todavia, na condição de subordinados ao projeto de expansão do capitalismo, subordinadas, por sua vez, às dinâmicas internacionais. No Brasil e em várias partes do mundo as populações nativas não escaparam do poder de marginalização, dominação e exclusão provocadas pelo avanço do imperialismo capitalista. Os **interesses dos Estados nacionais foram subordinados às determinações do capital internacional** e os efeitos foram catastróficos nas sociedades étnicas, que milenarmente sobreviveram e se reproduziram, física e culturalmente, dentro de ecossistemas distintos e a partir de lógicas próprias de interação e relação entre si e com a natureza. O capitalismo encontrou nestes modos tão distintos de vida, localizados nos países periféricos (colônias), os elementos necessários para triunfar-se enquanto sistema dominante: terra, mão de obra e recursos naturais baratos.

Por outro lado, a materialização das contradições do desenvolvimento capitalista no agravamento das condições de vida dos indígenas, fruto da exploração da força de trabalho pelo capital, serviu de base para um “despertar étnico”, produzindo amplas e profundas mudanças no campo de interação social indígena. O acirramento e o sucesso da “explosão étnico-social”, no final dos anos 1990, tiveram influência do contexto econômico e político desse período de transição entre os séculos XX e XXI. Eventos importantes como a execução das políticas neoliberais no final dos anos 1990 veio seguido de fortes investimentos para o desenvolvimento nacional que resultou na reestruturação industrial/empresarial (industrialização) da cidade de Campo Grande.

Diante desse cenário, fazemos alguns questionamentos que pretendemos responder nos próximos capítulos. Quais motivos teriam levados os indígenas a submeterem a situações tão precárias no contexto urbano? Qual seria a gênese do “despertar étnico”, além da precarização econômica e social? O que pode estar por trás das estratégias estatais e capitalistas de “apoiar” a “territorialização étnica”? O que são as aldeias e de que forma elas estão integradas na cidade? A “eticização” vale também para o aspecto cultural? Como a identidade indígena tem se desenvolvido nesse contexto? Essas são algumas das questões que pretendemos responder.

Capítulo II – Capitalismo, Territorialização e Resistência indígena no século XX.

A situação histórica atual da população indígena na cidade de Campo Grande-MS, apresentada no capítulo anterior, é fruto do processo histórico de **territorialização capitalista-estatal** que se desenvolveu de forma objetiva e sistêmica após a Guerra do Paraguai (1866-1870), quando a região sul da antiga Província de Mato Grosso passou a pertencer definitivamente ao território brasileiro. Logo após a Guerra, que também envolveu a população indígena, o Estado brasileiro e o sistema capitalista **impuseram novos padrões de relações e de territorialização/desterritorialização**, modificando de forma drástica o modo de vida dos nativos. A implementação do **regime tutelar**, a criação das **reservas indígenas** e a construção de **infraestruturas** de expansão econômica (estradas, ferrovias, linhas telegráficas, fazendas, colônias e povoamentos, etc.) são exemplos concretos dessa mudança e também os principais mecanismos de dominação e controle, e de expropriação e exploração, que contribuíram para a **precarização econômico-social**, para o **aniquilamento político e cultural**, e para a **inserção marginal** da população indígena na estrutura de classes capitalista (ver CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968; MURA, 2006; FERREIRA, 2007).

A imposição sistêmica do modo de vida ocidental sobre os nativos é, certamente, um fato inquestionável na história brasileira. Porém, como explicar, por exemplo, a emergência de um “despertar étnico” na cidade de Campo Grande, ou seja, como explicar as recentes reivindicações indígenas por terra, moradia, espaços nas políticas públicas, condições para a manutenção da identidade e cultura indígena, etc., no espaço urbano? Para responder essas questões e compreender esses processos é preciso conhecer a profundidade histórica da relação entre os indígenas, a sociedade brasileira e o Estado nacional, e os tipos de territorialização empreendidas por cada um desses agentes. Segundo Little (2002, p. 254),

“O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado”.

Com base nessa premissa, faremos neste capítulo uma abordagem histórica da *urbanização/proletarização indígena*, mostrando como determinados fatos e processos históricos concorreram para um processo de *desterritorialização étnica*, que serviu, no entanto, como impulso, a partir de um “despertar étnico”, para a necessidade de apropriação da cidade com um todo, que teve início com a “ocupação” clandestina de áreas urbanas e a formação dos *acampamentos*, estendendo-se, em seguida, para o campo da política pública, da cultura, da educação, entre outros espaços. Faremos, então, um estudo da territorialização externa, dirigido pelo Estado e pelo capitalismo durante o século XX.

A urbanização/proletarização indígena emerge desse contexto como um processo de *dominação*, na medida em que foi imposta e determinante para a alocação fragmentada/dispersa dos indígenas no espaço da cidade, e subalternizada na estrutura capitalista. Por outro lado, esses mesmos fatos e processos históricos desencadearam um “levante indígena” generalizado de envergadura nacional no último quarto do século XX, graças à aproximação entre diversas lideranças indígenas, contribuindo para a emergência de um “movimento indígena” nacional. Com isso, torna-se explícito e latente a insatisfação indígena em relação às políticas indigenistas estatais e de expansão do sistema capitalista, e principalmente, no caso do Mato Grosso do Sul, em relação ao esbulho territorial que havia

sido imposta ao longo do século XX, e que dava sinais de agravamento, por exemplo, em razão da ascendência demográfica da população indígena a partir da década de 1950. Embora aqueles que rumaram para as cidades, nos anos 1980/90 buscavam escapar das pressões existentes dentro das aldeias, a situação de privação e carências não desapareceu no contexto urbano, ocasião em que se viram diante da necessidade de acionar a experiência insurgente do movimento indígena. É dessa forma que, na década de 1990, emerge o “despertar étnico” na cidade de Campo Grande, um ato de resistência, que materializa um processo de “territorialização étnica”. A territorialização étnica ganha, assim, o sentido de resistência na medida em descende de um processo (a urbanização/proletarização indígena) que simbolizou a recusa dos indígenas de permanecer sob o controle social, político e econômico do Estado nas reservas, e essa recusa de reproduz diante da invisibilidade socioeconômica produzida pelo capitalismo na cidade.

Trata-se de um estudo empírico-conceitual da *urbanização/proletarização indígena* e da *territorialização étnica*. Para realizar essa tarefa iremos caracterizar a territorialização construída pelo Estado ao longo do século XX e a territorialização construída pelos indígenas, dando ênfase à relação dialética entre o desenvolvimento capitalista e a mão de obra indígena, observando, ainda, as contradições e ambiguidades desses processos.

2.1. Aspectos conceituais da territorialização capitalista-estatal

Ouso parodiar Marini (2013) para dizer que “a história da urbanização/proletarização indígena na cidade de Campo Grande é a história do desenvolvimento capitalista no Mato Grosso do Sul²²”. Este último só veio caminhar a passos largos após a Guerra do Paraguai (1866-1870), quando o Brasil e outros países da América Latina buscavam se fortalecer enquanto Estado-nação, integrando-se (de forma subordinada) ao mercado mundial como fornecedores de alimentos e matérias-primas para as metrópoles. No cenário internacional, os primeiros passos do capitalismo sul-mato-grossense coincide com a intensificação do processo de industrialização e urbanização dos países europeus, a partir de 1875, bem como, com a expansão imperialista dos países “centrais” e a concentração de capitais obtida pela apropriação de parte da mais-valia produzida nos países “periféricos”, “*mediante empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicação em ações e, em menor medida, investimentos diretos*” (MARINI, 2013, p. 47-50). Essa correlação local-global na análise do desenvolvimento capitalista é uma forma de atribuir importância à “Teoria da Dependência” para pensar as relações circunscritas ao processo de inserção dos indígenas na sociedade de classes. Da mesma maneira que o desenvolvimento capitalista materializa relações assimétricas no cenário global, caracterizando, portanto, a desigualdade nas relações de poder entre os Estados-nação, e ainda configurando um sistema global de exploração dos países periféricos pelos países centrais (por um lado, dominação e imperialismo, e, por outro, subordinação e dependência), esse mesmo processo de relações desiguais tendeu a se replicar nas escalas sociais nos países periféricos do capitalismo, onde as alternativas encontradas pelas classes dominantes, para atender as demandas dos países centrais, foram a implantação de um violento processo de exploração/subordinação das classes dominadas, incidindo, no caso do Brasil, diretamente sobre as populações indígenas. A profundidade histórica da *urbanização/proletarização indígena* compreende, assim, a história do desenvolvimento

²² O texto original, publicado em 1969, diz: “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”

capitalista e a *situação colonial*²³ (BALANDIER, 1963). Compreender esse aspecto é fundamental para a compreensão da situação histórica atual. Segundo Balandier (1993, p.114),

“Seja qual for a doutrina adotada, as relações de dominação e de submissão existentes entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada caracterizam a situação colonial. E os autores que concentraram sua atenção sobre este aspecto mostram que a dominação política é acompanhada de uma dominação cultural”.

Segundo Oliveira (1998, p.56), a *presença colonial* é “*um fato histórico que instaura uma nova forma de relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural*” (OLIVEIRA, 1998, p. 54). Esta presença colonial significou em termos político a instauração do Estado-nação com seu aparato político-administrativo que regularia, dentre outros processos, as formas de ocupação do território e as modalidades de incorporação dos indígenas à sociedade nacional. Dentre os instrumentos político-administrativos de dominação e submissão utilizados pelo Estado (sociedade colonial) e de grande impacto para os grupos indígenas (sociedade colonizada) estão: a criação das *reservas indígenas* e o *regime tutelar*, no século XX.

Vejamos como Ferreira (2007) trata essas categorias:

O **regime tutelar** pode ser definido como um conjunto de dispositivos político-administrativos (calçados em signos/símbolos difusos) destinados a governamentalização²⁴ dos índios. A governamentalização tem dois objetivos: criar uma racionalidade na exploração dos povos colonizados, aproveitando os índios enquanto população, transformando-os em mão-de-obra para extrair-lhe o sobretrabalho. Ao mesmo tempo é uma forma de dominação que pautando-se não na lógica da soberania, mas na da gestão ou governo (ver Foucault, 2004) em que a preocupação central é deslocada da arte de manter o poder para arte de governar, porque o poder deixa de ter grandes ameaças internas ou externas (FERREIRA, 2007, p.68-69, grifo nosso).

Ainda Segundo este autor,

“O processo de constituição das reservas indígenas Terena marca o início de uma nova situação histórica: a da subordinação dos Terena a um novo tipo de regime tutelar, vinculado diretamente ao Estado e separado das relações com os outros povos e territórios do antigo sistema do Chaco/Pantanal.” (Ferreira, 2007, p. 132, grifo nosso).

Além de resultar numa profunda reconfiguração do campo político, a criação das **reservas indígenas** foi definitivamente, para os índios, a transformação mais profunda do aspecto territorial e econômico, visto que, enquanto ínfimos territórios foram sendo

²³ Ainda segundo Balandier (1963, p. 129), “*a situação colonial se modificou, e num ritmo cada vez mais acelerado; isto impõe, portanto, a necessidade de apreendê-la historicamente, de datá-la, de examiná-la até o momento de sua supressão*”.

²⁴ A governamentalização, da forma como foi empregada pelo referido autor, foi extraído da ideia de Foucault (2004) para o qual quer dizer: [...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança; a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros - soberania, disciplina, etc. - e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.”(Foucault, 2004, p. 174 *apud* Ferreira, 2007).

demarcados para os indígenas, outra vasta extensão territorial foi disponibilizada para os empreendimentos de expansão capitalistas (fazendas), de capital nacional e estrangeiro, explicitando a ampla desigualdade no acesso à terra e aos recursos naturais.

Segundo Oliveira (2006), três processos históricos de territorialização externos marcaram as populações indígenas: 1) as **missões religiosas**, que através da catequização imprimiram-lhes novos padrões de trabalho, de família, de residência, de sociabilidade, de expressão simbólica e identitária e de organização no sistema de autoridades; 2) a colonização dos territórios indígenas através do **avanço das fazendas**, sem alterar a estrutura de concentração fundiária descendente do sistema de sesmaria, que além de dar um caráter permanente no sistema de posse da terra e seu acesso regulado pelo sistema capitalista (lei de terras de 1850), restou aos indígenas apenas sobreviver sob as relações clientelistas e individuais de patronato com os donos das fazendas; 3) e a instalação do **regime tutelar**, ou seja, a política indigenista oficial que, através da agência indigenista, o “Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN”, criado em 1910, passou a controlar e administrar as terras, as relações sociais, a vida e os mecanismos de representação política dos indígenas (OLIVEIRA, 2006, p. 133-137).

Assim, a criação das **reservas indígenas** e do órgão estatal responsável pelo **regime tutelar**, no início do século XX, são expressões concretas da noção de *situação colonial* cunhado por Balandier (1963) e da *territorialização externa* demarcado por Oliveira (2006), pois materializa a relação de dominação/submissão entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada. Esses fatos significaram a instauração de uma *nova situação político-territorial* no estado do Mato Grosso do Sul com as quais os indígenas passariam a conviver.

Na “*situação histórica de reservas*” (Ferreira, 2007), os indígenas passaram a se relacionar diretamente com o Estado através dos Chefes de Postos, responsáveis pelos Postos Indígenas, subordinados às Inspetorias Regionais, e estas ao SPI²⁵. De acordo com Lima (1987), essa agência indigenista teve como objetivos:

- a) estabelecer de uma convivência pacífica com os índios; b) garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) estimular os índios a adotarem gradualmente hábitos “civilizados”; d) influir “amistosamente” na vida indígena; e) fixar o índio à terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) possibilitar o acesso e a produção de bens econômicos nas terras dos índios; h) empregar a força de trabalho indígena no aumento da produtividade agrícola; i) fortalecer as iniciativas cívicas e o sentimento indígena de pertencer à nação brasileira (Lima, 1987)

O decreto 10.652 de 16 de outubro de 1942 (Regimento do SPI) estabeleceu com clareza as finalidades e competências do órgão, cuja essência teve como base a ideia de “pacificação”, “proteção” e “assistência” aos índios. No entanto, para Lima (1992), essa ideia, da “pacificação” e “proteção”, foram “*eufemismos*” que maquiaram o avanço do poder do Estado sobre essas populações, contribuindo para sua dizimação (Sá, 2009). Ficou claro, no início do século XX – naquilo que Lima chamou de “*grande certo de paz*” (SOUZA LIMA, 1995), ou, das “*guerras de conquista*” pelas “*técnicas de pacificação*” (SOUZA LIMA, 1995; *apud* BICALHO, 2009 e LOPES, 2011) – a verdadeira face da ideologia positivista imperialista do Estado de **integração/civilização** indígena e o desejo de transformação deste em trabalhador nacional, subordinado às relações capitalistas, que possibilitaria, no cenário internacional, atender as demandas de matérias-primas e alimentos dos países centrais. Estas formas de agir e a ideia de “proteção” pregada pelo Estado significaram, por um lado, respeitar os modos tradicionais de vida indígena, mas por outro, retirava-lhes as condições necessárias para preservação e reprodução dos modos e cultura tradicional. A colonização e o

²⁵ O SPILTN foi criado em 1910, e passou a ser identificado apenas como SPI a partir de 1918 (Ferreira, 2007).

desenvolvimento capitalista levaram vários grupos à extinção, e aqueles que resistiram, sobreviveram em condições de pobreza rural generalizada.

Durante o século XX, o exercício do **poder** e **dominação** como princípios de ação do Estado sobre os grupos étnicos teve uma mudança significativa em relação à política de extermínio que vinha sendo praticada desde os primeiros contatos. O regime tutelar instituiu um modelo racional de gestão dos territórios conquistados e dos índios, a “*arte de governar*”, através do qual, usando da *razão do Estado* (Oliveira, 1998), transformou uma “situação-problema” (a existência dos indígenas) em recurso aproveitável (mão de obra) para suprir as necessidades do Estado nacional, construindo, contudo, realidades concretas de **exclusão** e **dependência** dos indígenas em relação ao Estado e ao capital, principalmente em razão da inviabilização/precarização das vias tradicionais de subsistência. A análise histórica mostra que a governamentalização exercida através do regime tutelar, como instrumento de dominação e poder de governo, favoreceu os interesses do capital ao criar o que Cardoso de Oliveira chamou de “*reservas de mão de obra*” (ver Ferreira, 2007). É interessante observar como essa estratégia histórica é recuperada pelos governantes locais como alternativa para atender a reivindicação dos indígenas no contexto urbano, criando aldeias urbanas, mas ao mesmo tempo, consolidando na cidade “reservas de mão de obra” para o capital industrial.

No caso dos Terena, por exemplo, Ferreira (2007) coloca que “*eles foram colocados na condição de camponeses pobres, proletários rurais e trabalhadores urbanos*” (FERREIRA, 2007, p.101). Oliveira Filho (1998), com base nas prerrogativas do Estatuto do Índio pontuou que: “*O estatuto do Índio enfatiza de forma bastante nítida a via camponesa como modo privilegiado de integração das populações indígenas na sociedade brasileira*”. (OLIVEIRA FILHO, 1998, p.19 *apud* FERREIRA, 2007, p.73). A singularidade deste campesinato em relação a outros tipos de campesinato, segundo este mesmo autor, é que: “*Além do controle coletivo sobre o meio básico de produção, há que ser destacado que tal campesinato é, por diversos meios, colocado como sendo diretamente subordinado ao Estado*” (OLIVEIRA FILHO, op.cit, p.20 *apud* op.cit). Ferreira (2007) coloca que “*o regime tutelar era ao mesmo tempo uma forma de territorialização e de estratificação (no sentido de atribuição de lugar na estrutura de classes)*” (FERREIRA, 2007, p.74).

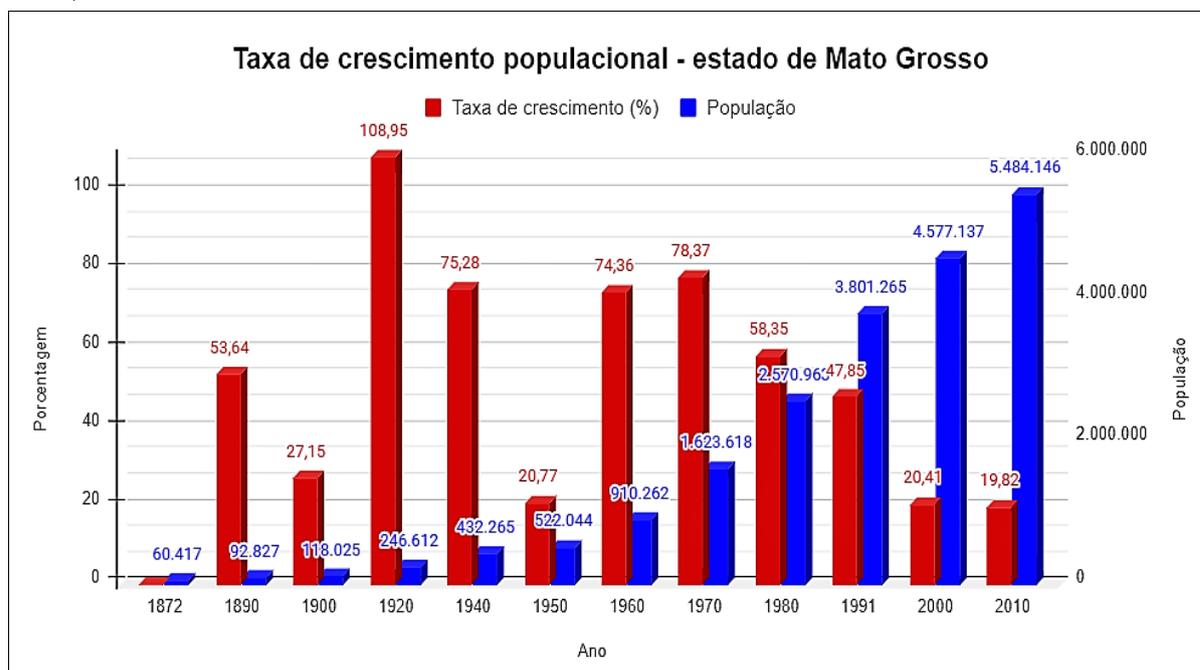
Além da expropriação territorial e do aniquilamento da economia tradicional, outro aspecto que garantiu esse “lugar” na estrutura de classes, na condição de “camponês pobre”, de “trabalhador rural/braçal”, e que influenciou o processo de urbanização/proletarização indígena (na condição de trabalhador urbano precarizado), foi a **dominação ideológica** através da imposição do conhecimento e cultura ocidental por meio das escolas. A educação/formação oferecida pelo SPI nas reservas, conforme experiência vivida pelo autor na reserva, até recentemente, limitava-se ao ensino primário, e de nenhuma maneira objetivava garantir aos indígenas amplo acesso às instituições de formação técnica ou superior, que lhes permitissem melhores empregos/espacos na cidade, na economia e/ou na sociedade.

Paradoxalmente, o SPI legitimou uma política estatal perversa de “integração” dos indígenas à sociedade nacional, ideologicamente “civilizatória”, visando unicamente mantê-los numa condição muito semelhante ao próprio contexto de escravidão e expropriação territorial que sobre eles prevaleceram logo após a Guerra do Paraguai, período que ficou conhecido como “*cativo*” (Cardoso de Oliveira, 1968, Ferreira, 2007), ou seja, os objetivos do SPI visaram manter os indígenas prioritariamente na **condição de sujeitos dominados/subalternos**. O decreto supramencionado deixou claro que as ações do SPI junto às sociedades indígenas pautariam na lógica positivista/integracionista através do *regime tutelar*.

2.2. Colonização e pressões demográficas

Após a Guerra do Paraguai (1866-1870), iniciou-se efetivamente a colonização da região onde atualmente é o Mato Grosso do Sul, e o Estado brasileiro tratou de garantir imediatamente a posse do território conquistado através da colonização: expansão das atividades econômicas, construção de obras de infraestrutura (de comunicação, transporte e abastecimento) e povoamento²⁶. O Mato Grosso do Sul é relativamente novo e irá completar 43 anos em 2020, foi desmembrado do estado de Mato Grosso no dia 11 de outubro de 1977 e elevado à categoria de estado no dia 1º de janeiro de 1979. Com o fim da Guerra do Paraguai, no final do século XIX, o sul de Mato Grosso passou a ser colonizado de forma mais sistemática através das fazendas, da construção das linhas telegráficas, da abertura de estradas e ferrovias, e gradativamente foram se formando as povoações, vilas e cidades. Os Censos demográficos do estado de Mato Grosso mostram que, de 1872 a 1980 (período que compreende pouco mais de um século e inclui três anos após a divisão do estado) a população cresceu a taxas elevadas, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Censos e taxas de crescimento populacional do Estado de Mato Grosso (1872-1980).



Fonte: construído pelo autor com base nos dados censitários do IBGE

Até 1980, a média de crescimento da população do estado de Mato Grosso ficou acima de 60% em um século, com destaque para o censo de 1920 que registrou alta de 108,95% em relação ao censo de 1900, e dos anos de 1940, 1960 e 1970 que ficaram acima de 70% em relação aos censos de 1920, 1950 e 1960, respectivamente.

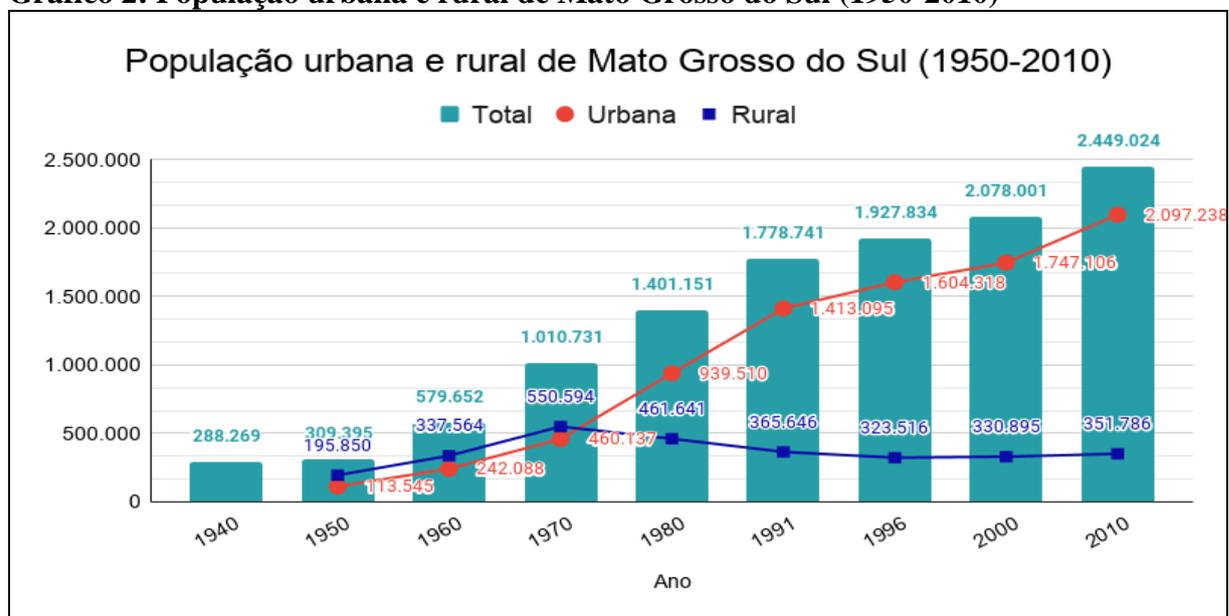
Vale lembrar que essa região não era um território “vazio”, mas antes, habitada por sociedades indígenas com modos de vida totalmente diferentes, que, inclusive, haviam tido participação **central** no apoio para que os portugueses vencessem a guerra contra os

²⁶ Até 1871 apenas Ladário, Corumbá, Paranaíba e Miranda obtinha o *status* de Vila na região sul de Mato Grosso. Outras localidades como Coxim, Nioaque, Aquidauana e Ponta Porã eram povoados inexpressivos ou apenas um destacamento militar. A cidade de Campo Grande, por exemplo, é resultado desse movimento de expansão e povoamento da região conquistada, sendo fundada em 1872.

espanhóis. Contudo, esse aspecto foi simplesmente ignorado pelo Estado e pelos novos colonizadores/invasores das terras indígenas, sendo aos nativos garantidos apenas um lugar **marginal** na nova sociedade que se formava. O período conhecido como “cativeiro” (posterior à Guerra do Paraguai e que vai até a criação das reservas indígenas) é a fase mais emblemática do menosprezo aos nativos²⁷. O crescimento populacional, ao longo do século XX, significou para os índios o aumento das pressões sociais, ambientais, territoriais, políticas, culturais e econômicas (Ferreira, 2007; Amado, 2019).

Assim, os dados demográficos trazidos aqui têm a finalidade de informar, estatística e temporalmente, sobre a formação da sociedade sul-mato-grossense, e em especial, apresentar a relação desse processo com o processo de *urbanização/proletarização indígena*. Embora o estado de Mato Grosso do Sul tenha sido criado apenas em 1977, seus dados populacionais, bem como da cidade de Campo Grande, apareceram pela primeira vez no censo de 1940²⁸, e como se caracterizava o Brasil nesse período, essa população era majoritariamente rural, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 2: População urbana e rural de Mato Grosso do Sul (1950-2010)



Fonte: construído pelo autor com base nos dados censitários do IBGE

O caráter rural prevaleceu até a década de 1970, momento em que podemos observar a inversão do gráfico e o crescimento acentuado da população urbana no estado. A diferença entre a população urbana e a população rural, em relação à população total, foi mais significativa na década de 1980. Aqui é importante demarcar que nesse período aumenta também o fluxo de deslocamento da população indígena para Campo Grande. Ainda que anteriormente já tivessem tido alguma experiência de contato com a cidade, muitos eram pioneiros, e foram ocupando o espaço urbano de acordo com a possibilidade de cada um ou de cada família, sem nunca pensar numa estratégia de construir um processo de territorialização étnica em que pudessem dialogar de igual para igual com o Estado, enfrentar o preconceito e garantir um espaço adequado para todos os indígenas. Ao circular por Campo Grande, é

²⁷ Na pesquisa realizada junto aos Terena no Mato Grosso do Sul, Ferreira (2007) coloca que o período de “cativeiro” significou “sua subordinação a esquemas de escravidão e trabalho forçado nas fazendas do Mato Grosso logo após a Guerra do Paraguai” (Ferreira, 2007, p.132)

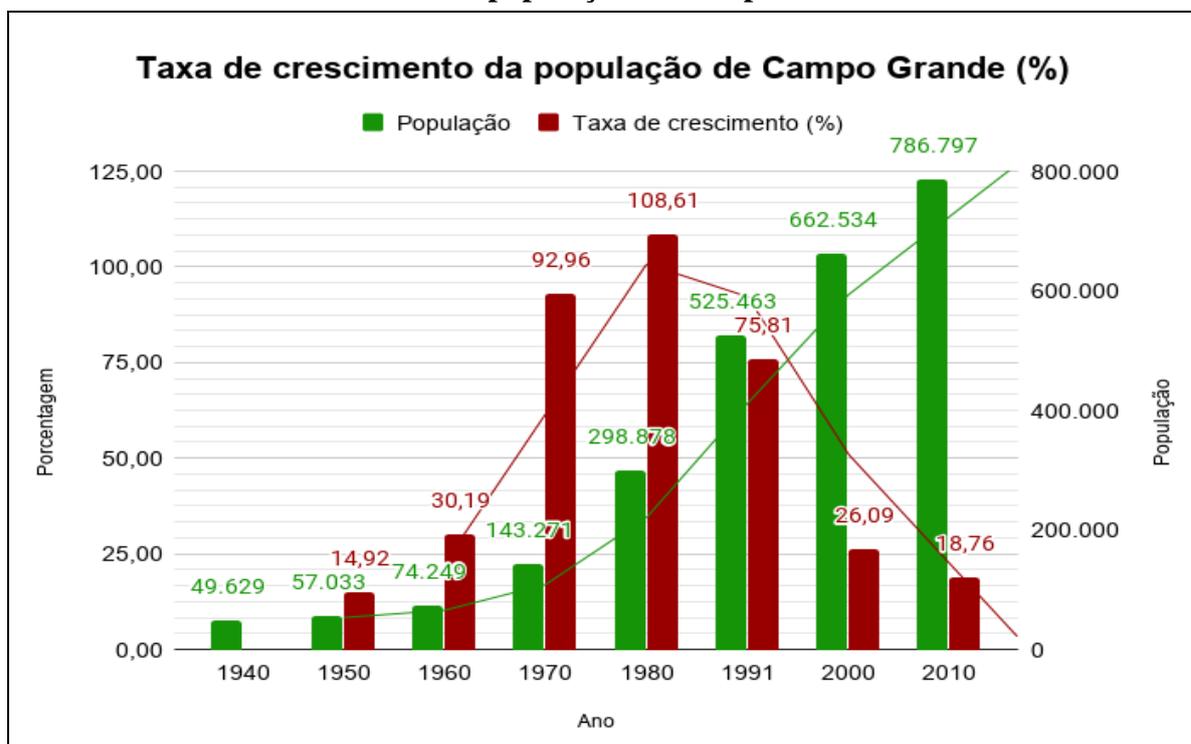
²⁸ Isso se deve provavelmente à emergência do movimento separatista nos primeiros anos do século XX. Mato Grosso do Sul só seria criado no ano de 1977.

possível encontrar inúmeras famílias que chegaram na cidade na década de 1980, que fugiram da situação de carências nas aldeias e foram atraídos pelas oportunidades oferecidas pela cidade.

Destacamos, então, que a urbanização que atinge a sociedade sul-mato-grossense atinge também a população indígena, e esse processo acontece exatamente no período anterior à emergência à formação dos *acampamentos* nos anos 1990 e 2000, deixando claro a relação entre urbanização/proletarização indígena e a formação das aldeias urbana. Ao consolidar um processo de urbanização da sociedade nacional, ou seja, no momento em que a sociedade sul-mato-grossense se torna majoritariamente urbana, essa urbanização ao atingir os indígenas, produziu a **desterritorialização**.

No primeiro censo, de 1940, a população de Campo Grande totalizava 49.629 habitantes, que significava 20,8% da população total do estado, apresentado no gráfico anterior. Nos censos seguintes, de 1950, 1960 e 1970, esse índice sofreu uma ligeira queda em razão da emancipação de outros municípios limítrofes como Rochedo (1949) e Terenos (1954), passando a representar 18,43%, 12,81% e 14,17%, respectivamente. Em 2010 a população da capital representou 32,13% do estado de Mato Grosso do Sul.

Gráfico 3: Taxa de crescimento da população de Campo Grande

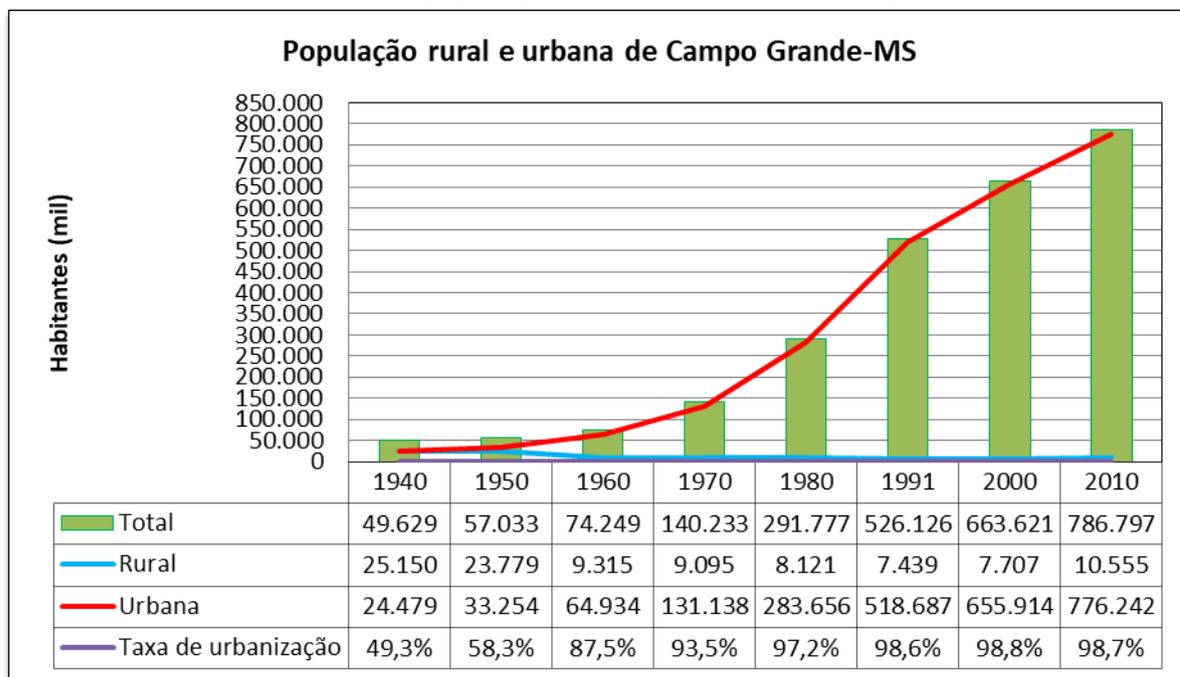


Fonte: construído pelo autor com base nos dados censitários do IBGE

No gráfico acima podemos observar que a alta taxa de crescimento populacional da cidade de Campo Grande coincide com os períodos mais significativos da urbanização do estado de Mato Grosso do Sul, nas décadas de 1970, 1980 e 1990. No entanto, enquanto a inversão do gráfico populacional (rural-urbano) do estado de Mato Grosso do Sul aparece no censo de 1970, em Campo Grande esse processo (população urbana maior que a rural) já se manifesta na década de 1950. Não é difícil imaginar por que Roberto Cardoso de Oliveira vai apontar a existência de indígenas já em meados do século XX em Campo Grande, já que a partir da década de 1950 com a urbanização do município, é provável que tenha se tornado atrativo tanto para quem buscava trabalho/emprego, quanto para aqueles que comercializavam

seus produtos nas ruas da cidade. Conforme pudemos apurar em nossa pesquisa de campo, o comércio de produtos indígenas na capital passou a ser realizado já na década de 1950 e 1960, quando os indígenas, fazendo o uso do trem de passageiros, partiam da região de Aquidauana para vender seus produtos em Campo Grande.

Gráfico 4: Dados históricos da população rural e urbana de Campo Grande-MS



Fonte: gráfico construído pelo autor com dados do IBGE

Entre 1950 e 1960 podemos observar a queda acentuada da população rural de Campo Grande e um crescimento que em média dobrou a população urbana entre uma década e outra até os anos 1990. Neste período também é relevante o primeiro salto da taxa de urbanização que permanece acima dos 90% depois dos anos 1970. Como a população rural praticamente se manteve abaixo das 10mil pessoas, pode-se dizer que o crescimento da população urbana tenha sido resultado tanto da migração (pessoas se deslocando de outras cidades e estados brasileiros) quanto do crescimento vegetativo. Mas o que esse volume populacional e essas transformações demográficas significaram na prática para os indígenas?

2.3. Privilégio e segregação na territorialização externa

Conforme relatos obtidos junto aos Terena, em 2010, no município de Miranda-MS, a abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início do século XX, levou à remoção de famílias indígenas de seus antigos locais de moradia que habitavam no traçado do projeto de construção da ferrovia. A construção das linhas telegráficas, como recurso essencial para a expansão econômica e garantir a comunicação da região com outras partes do país, também foi uma das primeiras estruturas que afetou diversos grupos nativos que habitavam as terras por onde passariam essas construções (Ribeiro, *apud* Alves, 2017), bem como, muitas rodovias e cidades foram construídas sobre territórios indígenas. Todos esses projetos de expansão econômica e consolidação do Estado nacional resultaram em novas frentes de **violência** e **extermínio** das populações indígenas, ou, na **exploração** de sua mão de obra.

Nas proximidades de Dourados e Ponta Porã a principal atividade econômica que se desenvolveu inicialmente foi a extração da erva mate pela Cia. Matte Laranjeira.²⁹ O professor Antonio Brand (2003) registrou que “*As concessões feitas à Cia. Matte Laranjeira atingiram em cheio o território dos Kaiowá e Guarani. Embora a mão de obra amplamente predominante nos ervais tenha sido paraguaia, ocorreu em várias regiões, o engajamento de índios Kaiowá e Guarani*” (BRAND *at all*, 2003). A expansão capitalista e o impacto desses empreendimentos na expropriação dos nativos podem ser observados, ainda, de forma implícita no relato de Zamberlan (2009): “*A erva mate serviu para os primeiros passos do grande capital no espaço mato-grossense auxiliar no povoamento da região através da Companhia Matte Laranjeiras, que influenciou o surgimento de povoados e pequenas vias de transporte rodoviário e ferroviário*” (ZAMBERLAN, p.123, 2009).

Além dos ervais, o território sul-mato-grossense foi propício para a atividade pecuária. Por todo o estado notou-se o avanço das fazendas e com elas as concentrações de terras, que encontrou nos indígenas a forma de suprir suas necessidades de mão de obra para fazer o desmatamento, a construção das cercas, a formação das pastagens, o cuidado dos animais, as plantações de alimentos, etc. O sul da antiga província de Mato Grosso tornou-se “livre” para ocupação no período pós-guerra, e os mais interessados foram os fazendeiros que buscavam terras para seus rebanhos (BRAND, 2003), consolidando, assim, um processo de territorialização baseado na manutenção da estrutura de concentração fundiária (OLIVEIRA, 2006). Na região do atual Mato Grosso do Sul isso se mostrou bastante evidente, conforme dados encontrados na obra de Corrêa (1995) sobre a situação fundiária nas primeiras décadas do século XX. Os dados são das principais propriedades controladas pelo capital internacional, e representa bem a característica inicial da ocupação territorial no estado.

Tabela 13: Principais propriedades territoriais controladas por companhias estrangeiras: 1909

Nomes	Municípios	Proprietários	Área (ha)
Descalvado	S. Luiz de Cáceres	Brazil Land Cattle and Packing Co.	881.053
Rio Branco	Corumbá	Companhia Anonyma Rio Branco	541.726
Alegre	Corumbá	Brazil Land Cattle and Packing Co.	484.209
Pantanaís do Nabileque	Corumbá	Fomento Argentino	726.077

Fonte: Corrêa, 1995 *apud* Marques 1923

Na região onde atualmente estão os Terena e Guarani, nos municípios de Miranda, Aquidauana, Ponta Porã e Bela Vista, nos dados de 1923 também fica evidente o regime de **concentração de terras** e o **predomínio da presença de empresas estrangeiras**, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 14: Propriedades rurais pertencentes às principais empresas estrangeiras: 1923

Localidade	Empresa	Extensão (ha)
Cáceres	Brazil Land Cattle and Packing Co.	884.231
Corumbá		763.508

²⁹ Terminada a guerra com o Paraguai, o governo imperial iniciou imediatamente gestões no sentido de demarcar em definitivo as fronteiras com a república vizinha, constituindo-se, em 1872, uma comissão mista de limites, sob a chefia do coronel Rufino Enéias Gustavo da Fonseca Galvão (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, p.163, 2002). Tão logo terminados os trabalhos de demarcação, em 1874, Tomás Laranjeira [auxiliar que trabalhava com o coronel Rufino], com pequeno recurso a mão, traz do Rio Grande do Sul gente afeita ao preparo da erva-mate dando início à exploração das matas, empregando o braço paraguaio especializado e barato do pós-guerra. [...] Anos depois de iniciados os trabalhos, Laranjeira recebe da Corte autorização para a exploração, através do decreto n. 8.799, de 9 de dezembro de 1882 (GUIMARÃES, p. 217, 1999).

Três Lagoas		759.087
Campo Grande		146.379
Três Lagoas	The Brazilian Meat Co.	311.010
Aquidauana		5.000
Corumbá	Fomento Argentino Sud-Americano	726.077
Miranda	Fazenda Francesa	242.456
Corumbá		172.352
Miranda	The Miranda Estancia Co.	219.506
Corumbá	Sud-Américaine Belge S.A.	117.060
Corumbá	S.A. Rio Branco	549.156
Bela Vista	Empresa Mate Larangeira	164.590
Ponta Porã		106.436
Três Lagoas	The Agua Limpa Syndicate	180.000

Fonte: Corrêa, 1995 *apud* Marques 1923

Apenas a *Brazil Land Cattle and Packing Co.*, em pouco mais de dez anos passou dos 880 mil e chegou a ter sob seu domínio mais de 2,5 milhões de hectares. Outro caso ilustrativo desse modelo de ocupação que podemos destacar é no município de Miranda, que em 1923 apenas duas Companhias (Fazenda Francesa, The Miranda Estancia Comapny) ocupavam 84% do que é o seu território hoje. Atualmente esse município possui cerca de 547.536 hectares. Desse total, 461.962 pertenciam, na década de 20, a apenas duas companhias estrangeiras. Esse dado histórico da presença do capital internacional na fase inicial da colonização dessa região vai ao encontro da afirmação de Marini (2013) no que tange à inserção periférica dos países Latinos Americanos na economia mundial, mas principalmente no sentido daquilo que ele coloca como caminhos encontrados pelo capitalismo para expandir-se para além das limitações do comércio internacional, quer dizer, uma vez que o mercado atinge seu limite, o capitalismo precisa encontrar alternativas para continuar sua expansão. E essas alternativas foram encontradas facilmente nos países colonizados, visto que necessitavam de investimentos para consolidarem-se como Estadações. A formação das grandes fazendas no Mato Grosso do Sul revela como o Brasil serviu não apenas como fonte de alimentos e matéria-prima, mas também como campo de expansão do capitalismo via investimento em terras e apropriação da mais-valia através da exploração da força de trabalho local. Na região de Miranda, a fazenda Miranda Estância é uma velha conhecida dos indígenas Terena, que até os dias atuais continuam a prestar serviços nesse estabelecimento rural, embora se encontre com território já bastante reduzido.

Essa síntese da formação das fazendas serve aqui para demarcar a magnitude global da interferência capitalista sobre as populações indígenas, que mais tarde veio a se intensificar com a expansão das atividades agrícolas e a produção de *commodities*, tais como soja, cana-de-açúcar, milho, algodão, entre outros.

O interesse por terras no Mato Grosso do Sul, além de almejar outros recursos geradores de riqueza, se apoiava em um dos maiores negócios de exportação já existente na época, o mercado da carne³⁰, tendo em vista o processo de urbanização e industrialização por qual passava a Europa. A demanda internacional, por alimentos e matérias-primas, e a “disponibilidade” de terras nessa região impulsionou o advento das fazendas de criação de

³⁰ “Em meio à natureza exuberante do Pantanal mato-grossense, quase escondidas pela vegetação, elevam-se ruínas que costumam intrigar os turistas e os próprios moradores da região. Não se trata dos restos de uma antiga civilização perdida na floresta, nem de um templo construído para a adoração dos deuses. Foi o que sobrou de um grande empreendimento agroindustrial cuja existência poucos brasileiros conhecem: a fábrica de Descalvados. Quando a indústria brasileira apenas engatinhava, produzia-se ali, em plena mata, derivados de carne bovina em larga escala – produtos de alta qualidade destinados, prioritariamente, ao mercado europeu”. (GARCIA, 2008, destaque nosso).

gado e favoreceu o desenvolvimento de um dos primeiros empreendimentos industriais de processamento de carne do estado, os “*saladeiros*”³¹, inicialmente “*ligados ao comércio importador-exportador de Corumbá*”³² (cujo transporte era de base fluvial), *recebendo, portanto, um impulso maior a partir da linha férrea ligando o sul de Mato Grosso (até Porto Esperança), ao resto do país pelo interior, no ano de 1914.*” (CORRÊA, p.116, 1995). Na região onde atualmente se encontram os Terena funcionaram dois saladeiros: um no município de Aquidauana (Saladeiro Aquidauana) e outro no município de Miranda (Saladeiro Pedra Branca), conforme dados de 1923.

Tabela 15: Charqueadas em Mato Grosso – 1923

Localidade		Nome
Rio Paraguai	Cáceres	Saladeiro Descalvado
	Corumbá	Saladeiro Baguary
		Saladeiro Corumbá
		Saladeiro Rebojo
	Porto Murtinho	Saladeiro Barranco Branco
Saladeiro Matto Grosso		
Rio S. Lourenço	Coxim	Saladeiro Alegre
Rio Cuiabá	Poconé	Saladeiro São João
	Cuiabá	Saladeiro Cuiabá
E.F. Noroeste do Brasil	Miranda	Saladeiro Pedra Branca
	Aquidauana	Saladeiro Aquidauana
	Campo Grande	Saladeiro Campo Grande
		Xarqueada Elizeu Cavalcanti
		Xarqueada Salustiano de Lima
		Xarqueada Antonio Ignacio da Silva
		Saladeiro Rio Pardo
		Saladeiro Esperança
	Três Lagoas	Saladeiro Serrinha
		Xarqueada Matto Grosso
		Xarqueada Santa Luzia
		Xarqueada Villa Velha
		Xarqueada Tombo

Fonte: CORRÊA, p. 117, 1995 *apud* MARQUES, 1923.

Além das fazendas, os saladeiros foram um dos primeiros locais em que a mão de obra indígena foi inicialmente empregada. No trabalho de campo, quando da realização do estudo antropológico para identificação e demarcação das terras indígenas Terena, Pílad Rebuá e Lalima, no município de Miranda-MS, realizado em 2012, numa entrevista coletiva na aldeia Lalima com indígenas de 60 anos ou mais, vários deles relataram que trabalharam e muitos inclusive moraram com seus familiares (pais, avós, irmãos) nesses estabelecimentos industriais de processamento de carne. Além disso, afirmaram que o trabalho nas fazendas continua sendo uma das principais fontes de renda de diversas famílias indígenas até os dias atuais.

A mão de obra e os territórios indígenas foram alvos privilegiados desse processo vertical e impositivo de territorialização externa. Para consolidar o domínio dessa região, onde atualmente é o estado de Mato Grosso do Sul, o Estado brasileiro precisou garantir não apenas a colonização do território, mas principalmente segurança, mão de obra e suprimentos (alimentos) para esses projetos de territorialização. A criação das **reservas indígenas**, no

³¹ “Indústrias que salgavam carne (em forma de xarque) e couros, aproveitando ainda ossos, chifres, crinas e gordura” (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 2002).

³² Cidade localizada na divisa do Brasil com a Bolívia e nas margens do rio Paraguai.

início do século XX, foi ao encontro dessas necessidades, pois além de liberar o território conquistado para a formação das fazendas e dos povoados/vilas/cidades, o confinamento dos indígenas em áreas reduzidas contribuiu para o aniquilamento das formas de autonomia e, conseqüentemente, para a subordinação da mão de obra étnica ao sistema capitalista e controle do Estado. (FERREIRA, 2007; BRAND, 2004; PEREIRA, 2007; MURA, 2006; LANDA, 2005)

Se, por um lado, uma parcela da sociedade foi beneficiada pelo acesso livre a grandes extensões de terras, por outro, os verdadeiros donos, os originários da terra, foram confinados em pequenas reservas criadas pelo Estado, contrastando-se com as fazendas em extensão e densidade demográfica. Nas três primeiras décadas do século XX, portanto no mesmo período em que o capital internacional ganha espaço no território sul-mato-grossense, são também criadas as reservas indígenas no Mato Grosso do Sul: três até 1905 e as demais só após a criação do SPI (em 1910). A tabela a seguir permite conhecer os principais dados dessas reservas: nome, grupo étnico predominante, tamanho e ano de criação.

Tabela 16: Formação das reservas indígenas Terena e Guarani – início do século XX

Aldeia	Etnia	Hectares	Ano de criação
Cachoeirinha	Terena	3.200*	1904
Bananal-Ipegue	Terena	7.200**	1904
Lalima	Terena	3.600	1905
Capitão Vitorino	Terena	2.800	1922
Moreira-Passarinho	Terena	171	1925
Buriti	Terena	2.000	1928
Limão Verde	Terena	2.500	(?)
Amambai	Guarani	3.600***	1915
Dourados	Guarani	3.600	1917
Caarapó	Guarani	3.600	1924
Pirajuy	Guarani	2118	1928
Limão Verde	Guarani	900****	1928
Porto Lindo	Guarani	1.649	1928
Sassoró	Guarani	2.000	1928
Taquaperi	Guarani	2.000	1928

Fonte: elaborado a partir de: Oliveira (1968, p.47); Cavalcante (2014, p.54)

*Foram demarcados 2260 hectares.

**Foram demarcados 6337 hectares

***Foram demarcados 2429 hectares

**** Estão em posse dos indígenas 668 hectares

Ao compararmos o tamanho das reservas com o tamanho das principais fazendas do início do século XX no Mato Grosso do Sul, fica notório o tratamento desigual e secundário dado aos indígenas. Enquanto em diversos municípios (tabela 13) as grandes fazendas dominavam territórios acima de cem mil hectares (100.000 ha), as reservas indígenas Terena e Guarani, que abrigavam muito mais pessoas, atingiam o máximo de 3.600 ha cada, sendo a única exceção a aldeia Bananal-Ipegue, no município de Aquidauana, com 6.337 ha. Essa discrepância na ocupação do território, no nosso entendimento, é fundamental para compreender o estrangulamento das sociedades indígenas, que quando somado a outros fatos e processos históricos motivaram o processo de urbanização/proletarização indígena.

Segundo Lima (1995),

Além de liberar espaços para colonos, o processo de aldeamento visava também controlar os índios, submetendo-os a lógicas de desenvolvimento norteadas pela ideologia positivista do órgão [SPI]. Pensava-se que o estilo de vida indígena, tido como arcaico, estava destinado a desaparecer e era, portanto, necessário integrar os

indígenas na estrutura produtiva do Estado, na qualidade de trabalhadores nacionais (MURA, 2006 *apud* LIMA, 1995).

Posto isto, é preciso fazer aqui um esclarecimento. Se compararmos a *situação histórica de reservas* à época anterior à Guerra do Paraguai – do “*território livre*” (1543-1775), ou mesmo do “*cerco*” (1776-1849) e “*aniquilamento*” (1850-1870) – **é absurdamente drástico a redução do território sofrida pelos Terena e Guaranis**, principalmente pelo não reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, dos seus papéis fundamentais que garantiram aos portugueses o domínio sobre essas terras (Ferreira, 2007). Por outro lado, se pensarmos no período posterior à Guerra, quando os indígenas viviam na “*situação histórica de cativo*” (1880-1904), embora de tamanho reduzidos, **as reservas garantiram minimamente a manutenção do que sobrou da cultura e costumes, como também pôs fim ao regime de escravidão e trabalhos forçados nas fazendas** (Ferreira, 2007; Salvador, 2012)³³.

No entanto, Pereira (2012) coloca que:

Entre 1928 e 1977 nenhuma nova área de terra foi destinada à ocupação dos Kaiowá e Guaraní. Em todo esse período, o SPI e depois a FUNAI atuaram no sentido de promover o deslocamento das comunidades para o interior dessas reservas, com a intenção de liberar os espaços para a implantação das fazendas. (Pereira, 2012)

Até porque, conforme pontuou Lima (1987), na visão do SPI, a condição de *índio* era passageira, e seria superada na medida em que fosse “integrado” à sociedade nacional. Deslocar os indígenas que ainda viviam de forma livre, ou que se encontravam na condição de “cativos” nas fazendas, para dentro dos territórios demarcados gerou situações de conflitos e tensões entre os indígenas, como relata Pereira (2012) neste trecho.

Nas páginas iniciais de seu clássico trabalho, “Aspectos Fundamentais da Cultura Guaraní”, Schaden (idem) registra as dificuldades de convivência entre parentelas recolhidas na reserva de Amambai, mas oriundas de distintos *tekoha*³⁴, nem sempre aliados. Registra, inclusive, a expulsão dos Guaraní pelos Kaiowá, que recusavam os membros dessa etnia como corresidentes na reserva. Tensões e conflitos entre parentelas fazem parte do histórico de todas as reservas (Pereira, 2012).

A situação apresentada por Pereira (2012) também é válida para ao caso dos Terena. Como podemos observar na tabela 8, a aldeia Moreira-Passarinho é um território minúsculo de 171 ha e está localizada ao lado da cidade de Miranda. Com o crescimento populacional, as famílias indígenas foram gradativamente delimitando seus “terrenos” dentro da reserva, dando à aldeia uma característica de bairro periférico da cidade. Com isso, surgiram inúmeros casos de **conflitos territoriais internos**, seja com relação ao limite dos “lotes”, seja pela (in)definição de quem é o verdadeiro dono de determinados “lotes”, seja pela impossibilidade

³³ Isso era comum entre os Terena, conforme relatou Rondon: “São comumente explorados pelos fazendeiros. É difícil encontrar um camarada Terena que não deva ao seu patrão os cabelos da cabeça (...) nenhum ‘camarada de conta’ poderá deixar o seu patrão sem que o novo senhor se responsabilize. E, se tem ousadia de fugir, corre quase sempre o perigo de sofrer vexames, pancadas e não raras vezes a morte, em tudo figurando a política como coparticipante de tais atentados”. (RONDON, 1949, p. 83)

³⁴ Segundo Cavalcante (2014), “A definição do conceito de *tekoha* é tema de caloroso debate no campo da etnologia e da história indígena. Em síntese, considero-a como uma categoria que expressa um dos níveis da organização social kaiowá e guarani que engloba algumas famílias extensas unidas por forte aliança política e religiosa. Além disso, o termo é utilizado para se referir ao espaço territorial onde tais relações sociais se desenvolvem no plano histórico”.

de ter liberdade para plantar ou criar animais, tendo em vista que o espaço é insuficiente, para ficarmos em alguns exemplos.

Tem-se que, nessa situação histórica, com a pressão demográfica externa e interna, com os recursos ambientais cada vez mais escassos decorrente da delimitação do território em que os indígenas pudessem transitar, ou seja, com a criação das reservas, suas condições socioculturais e econômicas sofreram ligeiras degradações. Diante de imperativas necessidades de sobrevivência, decorrente da **precarização** das condições de vida nas reservas, os indígenas foram obrigados submeter-se às relações capitalistas, na condição de **trabalhador precarizado** (temporário/sazonal, diarista, mensalista, empreiteiro, meeiro, entre outras formas de exploração do trabalho), consolidando-se, assim, como uma camada étnica/rural empobrecida e marginalizada da sociedade brasileira, e dependentes do capitalismo e do Estado.

Na pesquisa de mestrado, ao estudar as relações de trabalho entre os indígenas Terena e as usinas sucroalcooleiras no Mato Grosso do Sul (SALVADOR, 2012), mostramos que os empreendimentos capitalistas, especialmente as fazendas, os saladeiros e a usina Santo Antônio (primeira usina de açúcar e álcool do estado, instalado em Miranda) encontraram na força e no vigor indígena, e na habilidade para o uso de ferramentas e trabalhos braçais, a fonte ideal para a expansão de suas atividades econômicas. Além disso, de forma complementar, nas reservas, o SPI, com o pretexto de “*incentivar a agricultura entre os índios*”, criava as condições para a reprodução dessa mão de obra, que aos poucos ia sendo liberada para o mercado de trabalho regional (SALVADOR, 2012).

A territorialização capitalista-estatal significou, ainda, a formulação e implementação de um projeto político-ideológico sólido que legitimaria as ações do Estado: o **regime tutelar**. Com isso, a política de extermínio indígena, por exemplo, tão cara ao Estado brasileiro, foi deslocada do “ataque físico” para o “ataque ideológico”, ou seja, as práticas genocidas foram substituídas pelo discurso de que o indígena iria desaparecer à medida que fosse “**integrado**” à sociedade nacional. Nenhuma outra situação expressaria tão bem o desfecho dessa ideia quanto a *urbanização/proletarização indígena*, a retirada dos indígenas de seus já reduzidos territórios (desterritorialização) e sua diluição genética e cultural no mundo dos “brancos”. Este seria o ápice da tão almejada “**civilização**” dos índios, da “**assimilação**” étnica dos valores, dos hábitos, da cultura, da educação, dos costumes, do modo de vida do dominador, e principalmente do *trabalho* (não somente para a subsistência, mas para a geração de riqueza e lucros). Ao analisarmos a política indigenista estatal executada durante o século XX, é possível inferir que o Estado, apoiando o desenvolvimento capitalista, buscou esses objetivos: confinar, precarizar, subordinar, expropriar e extinguir gradativa e sutilmente os grupos étnicos, interferindo o quanto possível para acelerar a “integração/civilização” e, no melhor das hipóteses, a *urbanização/proletarização*.

Esses processos de territorialização (criação das reservas indígenas e regime tutelar estatal), ao mesmo tempo em que trouxeram **alento** à situação de escravidão, consolidaram também o controle sobre os grupos étnicos e asseguraram a expansão dos projetos econômicos, com uso da força de trabalho indígena, concretizando, assim, o domínio territorial nessa região. Mas quem de fato arcou com os maiores prejuízos foram os indígenas na situação de reservas, visto que receberam um tratamento marginal por parte do Estado. Vejamos, por exemplo, esse trecho de Cardoso de Oliveira (1976).

Nas aldeias em que o SPI está localizado, a impressão que se tem é de que muito pouco se cuida da economia comunitária, i.é, dos próprios índios, preterindo-a favor do que chamaremos de economia do posto. (...) A verdade é que existe uma preocupação muito grande sobre a produção do Posto, i.é, daquela decorrente do trabalho financiado pelo SPI, seja no que se refere as roças, ao tratamento do gado ou a extração de madeira ou casca de angico. Este trabalho é normalmente realizado

pelos próprios índios, especialmente pagos para isso (...). Explicam os Encarregados que essa produção é revertida em melhoramentos para o Posto e para a Aldeia. (...) Poucas são as famílias que se beneficiam da produção do Posto, seja recebendo sementes em quantidades apreciáveis, seja contando com reprodutores de boa raça para melhorar seu lote de reses (Cardoso de Oliveira, 1976, p.95, *apud* Ferreira, 2007, p.151).

O trecho em questão apresenta vários elementos que, quando associados aos apresentados anteriormente, reforçam a ideia de que a urbanização/proletarização indígena foi uma construção social e tem suas origens nas condições de precarização e marginalização criados pelo Estado. O cuidado dos encarregados do SPI com o a economia do Posto em detrimento da economia comunitária mostra exatamente o caráter marginal com que a subsistência indígena era tratada. Podemos observar no trecho que as práticas do SPI se baseavam na “proteção” e “melhoramento” do posto, da economia do posto, dos negócios para a manutenção do posto, em detrimento da economia comunitária, e, portanto, dos indígenas, usando para isso a mão de obra indígena. O trabalho para o posto vai criando uma espécie de hierarquização econômica interna entre aqueles que “**são pagos**” e aqueles que nada se beneficiam da produção do posto.

A atuação pífia do SPI não se limitou no desenvolvimento do Posto em detrimento da comunidade, conseqüentemente no melhoramento da vida de alguns em detrimento da maioria, mas na precarização das reservas e da economia doméstica pela falta de incentivos e recursos (financiamentos) como podemos observar neste ofício enviado pelo chefe da 5ª Inspeção Regional de Campo Grande, no dia 15 de junho de 1966, ao chefe do Serviço Federal Agropecuário de Mato Grosso:

Cientes que somos, de que o Posto Agropecuário de Terenos possui em condições recuperáveis, arados de tração animal e um pequeno trator de esteira, e sendo propósito da Quinta Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios incentivar a agricultura entre os índios sob sua jurisdição e não dispondo a mesma de meios suficientes para tal, solicitamos ao Sr. Chefe do S.F.P.A de Mato Grosso a cessão definitiva dos referidos arados e trator, a fim de que possamos desenvolver um programa de maior alcance para tornar autosuficientes as famílias indígenas do Sul de Mato Grosso. (Ofício 87/66 – IR/5 do SPI)

Além da **escassez de recursos**, o abandono e a desassistência aos indígenas, que resultavam inclusive em mortes, eram garantidos pela negligência dos agentes do SPI. No memorando nº 416, de 26 de junho de 1957, do chefe da Inspeção Regional em Campo Grande, endereçado ao Agente do SPI Joaquim Nogueira de Matos, em Aquidauana encontramos a seguinte situação:

Acuso o recebimento do vosso M/M nº 12, acompanhado pelas receitas passadas pelo médico do Ambulatório dos Pescadores, nesta cidade, estranhando-se porem, a demora na remessa das receitas, bem como vossa negligencia em não levar, em tempo, ao ambulatório, os índios que alega terem falecidos à míngua de recursos, que é falta imperdoável da vossa parte, como servidor que é, e cujas limitadas atividades permitem tempo suficiente, ao menos para acudir aos índios enfermos que eventualmente aparecem nessa cidade. Desnecessário acrescenta que esta chefia e espera o cumprimento mais ativo das vossas atribuições. Juntas remeto as receitas solicitadas.

O conflito descrito no comunicado entre o chefe da IR e o agente do SPI mostra dois aspectos que queremos destacar da política do SPI. Pelo conteúdo da resposta podemos inferir que o “agente” fez uma acusação justificando a morte de indígenas pela **falta de recursos**, cuja responsabilidade de repasse era do SPI. Outra questão clara se observa no fato de que

houve “*demora na remessa das receitas*”, e isso teria implicado nas mortes de indígenas. De qualquer maneira, a situação relatada mostra o “abandono” dos indígenas sob os cuidados do SPI, seja por falta de recursos, seja pela negligência de seus funcionários.

A atuação fracassada do SPI já começou a ser sentida logo no início da década de 1930, quando muitos postos indígenas foram desativados no Brasil por falta de recursos, deixando os indígenas desassistidos, e seus territórios a mercê de invasores e da violência no campo. De 67 postos, caiu para cerca de 15 a 19 entre 1930 e 1933. Com o crescimento da população indígena na década de 1950, o SPI novamente apresentou dificuldades financeiras, chegando seus funcionários a ter seus salários reduzidos e falta de pagamento (LIMA, 1995; BARBOSA, 2016).

Barbosa (2016) coloca que,

Oportunamente, encarregados dos postos indígenas começaram a explorar os índios e as terras em proveito próprio, a fim de completar seus salários. Esta prática vai se exacerbar entre o final de 1950 e início de 1960, adotando uma perspectiva empresarial centrada na exploração de recursos naturais e do trabalho dos indígenas (BARBOSA, 2016, p. 83)

Diante de profundas crises financeiras e de imagem ante a opinião pública, decorrente de diversas denúncias de corrupção no SPI, e violências praticadas contra os indígenas, os militares, aproveitando-se do Golpe de 64, extinguiram o órgão e criaram a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), através da Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Segundo Barbosa (2016, p. 85), “*A FUNAI representaria um órgão indigenista associado à política desenvolvimentista e de expansionismo do Governo Ditatorial, em comunhão com a ideia de controle vinculada à Doutrina de Segurança Nacional*”. A segunda metade do século XX marca, portanto, principalmente a partir da criação da FUNAI, uma política indigenista estatal ainda mais alinhada aos objetivos do desenvolvimento e expansão capitalista.

A década de 1970 foi marcante para o Brasil, que após o período conhecido como “milagre econômico” (de crescimento exorbitante da economia), passava por uma situação de elevação da inflação e precisava se reencontrar economicamente. Nesse contexto os militares criam como alternativas: o Plano Nacional de Desenvolvimento I (1972-1974), com o objetivo de preparar a infraestrutura de transporte e telecomunicações para o desenvolvimento do país, expandir a indústria naval, siderúrgica e petroquímica, e fazer investimentos na área de ciência e tecnologia; e o Plano Nacional de Desenvolvimento II (1975-1979), cujo objetivo foi o de estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia.

Para a cidade de Campo Grande e o estado de Mato Grosso do Sul isso resultou concretamente na construção do Núcleo Industrial, em 1977, e no programa Proálcool, que objetivaram apoiar o desenvolvimento da região e, conseqüentemente, atingir os objetivos programados nos Planos de Desenvolvimento. Além disso, o pacote da Revolução Verde também afetou diretamente as populações do campo, especialmente as indígenas, que além de serem consideradas pela FUNAI como empecilho para o progresso e o desenvolvimento da nação, a assistência deste órgão estatal foi totalmente incompatível com o modo de vida das populações indígenas, suas crenças, cosmologias e formas de se relacionar com a natureza. A FUNAI ao compactuar das essências da Revolução Verde (modificação genética das sementes, mecanização da produção, uso intensivo de produtos químicos como fertilizantes e pesticidas, introdução de novas tecnologias de plantio, irrigação e colheita, produção em massa para otimizar a produção) levando esse pacote tecnológico para dentro das aldeias, foi extremamente conivente com o poder de destruição das culturas, dos modos de vida, da autonomia, etc., pelo capitalismo.

Devido a essas condições, que perduraram durante todo o século XX sobre os indígenas, de falta de investimento na produção econômica interna das reservas, de desassistência nas áreas da saúde e educação, de pressões ambientais e sociais, de exploração tanto pelo capitalismo, quanto pelo próprio órgão estatal que tinha por dever dar proteção e assistência, não é de se estranhar, portanto, o fato desses elementos se tornarem, juntamente com a questão territorial, bandeiras de lutas e de reivindicações indígenas, que vieram a explodir no final dos anos 1970, e se fortaleceram na década de 1980, no contexto da crise da ditadura militar, da decadência do indigenismo oficial e da redemocratização, culminando com a consolidação da Constituição Federal, em 1988.

Antes de adentrarmos nesse debate, consideramos conveniente trazer uma parte da literatura internacional que analisa o avanço do capitalismo e sua relação com as sociedades indígenas/nativas pelo mundo. Se, por um lado, o caso da urbanização/proletarização indígena na cidade de Campo Grande possa parecer um problema insignificante em termos de proporção quantitativa, e qualitativa para a compreensão da sociedade, ao somar-se a outros casos semelhantes ao redor do mundo percebemos que sua magnitude política, sociológica e epistemológica é muito maior, o que justifica o item a seguir.

2.4. Os povos tradicionais e o avanço do capitalismo mundial

Neste item trazemos alguns exemplos que enfatizam a subordinação da população étnica mundial ao sistema capitalista como resultante do processo violento de colonização e da desigualdade nas relações de poder, bem como, da dinâmica global do desenvolvimento do capitalismo, construído ao longo de várias décadas, cujo custo econômico-social não justifica o “desenvolvimento” presente nos projetos dos Estados-nações modernos. O texto de *Johnson ole Kaunga* (2002) mostra que a perda das terras tradicionais contribuiu para a vulnerabilidade, discriminação e preconceito dos Maasai, na cidade de *Dar es Saalam*, Tanzânia, África. Não se sabe ao certo em que momento os Maasai começaram a migrar para os centros urbanos. No entanto, *ole Kaunga* afirma que o motivo se deve à perda das terras ancestrais para políticas de conservação e outras prioridades do desenvolvimento nacional (*national development priorities*). A decisão de deixar seus lugares de origem apoia-se no argumento de que a perda da terra tem interrompido e destruído as possibilidades de manutenção (*livelihoods*) dos Maasai, inviabilizando o sustento através das formas tradicionais. Ao mesmo tempo, tal decisão representa uma “reação” frente à situação econômica subalterna a que foi submetida o grupo, como podemos observar no seguinte trecho do texto:

It is clear that land loss by the Maasai community has triggered their movement to urban centers [...] The movement of the Maasai to urban centers needs to be understood as a self-created mechanism and strategy to cope with poverty pressure, past and present conservation policies, and development and investment policies that neither favor nor support their livelihoods (ole Kaunga, 2002).

A expansão do capitalismo, que nos diversos Estados-nação colonizados florescem sob o argumento de projetos de desenvolvimento indispensável à economia nacional, e que na Tanzânia emergiu sob o rótulo de *políticas de conservação e políticas de desenvolvimento e investimento*, que se somou ao enfrentamento da seca e pobreza, resultou para os Maasai na inviabilização da subsistência através das vias tradicionais e na necessidade de criar mecanismos e estratégias de sobrevivência para o enfrentamento das novas condições,

especialmente a econômica, a eles impostas. Migrar para a cidade tem sido o difícil caminho encontrado pelos grupos étnicos afetados pelos interesses claramente alheias às realidades locais³⁵.

A maioria dos homens Maasai, cerca de 90% deles, se emprega como seguranças particular ou familiar, uma tarefa que, por suposto, é apreciado pela maioria, pois conecta ao seu papel e característica tradicional de guerreiro Maasai e a sua atividade tradicional de pastores (*pastors*). Na cidade, todavia, por não possuir formação escolar são ainda mais vulneráveis e explorados. A maioria não possui contrato formal de trabalho, sendo os acordos verbais os únicos que regem as relações de trabalho, que por sua vez são sempre favoráveis aos empregadores, e seus direitos, inclusive o salário, ficando sempre a mercê destes. Os Maasai são explorados na cidade por suas desesperadoras condições econômicas, por falta de conhecimentos e por sua condição de minoria marginalizada. Seus exploradores sabem que suas vozes não serão ouvidas. Com baixos salários e péssimas condições de trabalho, os Maasai são obrigados a morar em favelas e subúrbios das cidades, e poucos tem conseguido boas condições de trabalho e melhores condições de vida. Além disso, com seus trajes de guerreiro Maasai, também são explorados como atrativos turísticos, promovendo comercialmente hotéis e restaurantes. Por outro lado, a presença dos Maasai trouxe novos elementos para a cidade, transformando o cotidiano urbano, como por exemplo, o uso de suas habilidades com as ervas medicinais os fazem ser bastante procurados. Outro aspecto é o corte de cabelo ao estilo de guerreiro Maasai (Maasai warrior style).

Em Delhi, capital da Índia, e na região de Jharkhand, estado a leste deste mesmo país, Samar Bosu Mullick (2002) mostra como o desenvolvimento do capitalismo contribuiu para o processo de desintegração tribal. A região de Jharkhand se tornou foco de industrialização nos anos 1950 por sua riqueza mineral, recursos naturais como água e floresta e a possibilidade de oferta de mão de obra barata. Através de programa industrial do governo e políticas de desenvolvimento, se levou a cabo a devastação dos recursos naturais como florestas e recursos aquáticos, que alimentavam a vida de povos tradicionais, assim como o campo espiritual e cultural. O cenário de esgotamento de recursos e desintegração social, somado à expansão industrial e crescimento das cidades na Índia, que aumentou a oferta de trabalhos, favoreceu a migração de mulheres em busca de subsistência na cidade. O aparente sucesso da vida na cidade atraiu outros familiares e amigos. O texto de Mullick (2002) analisa o choque intercultural das mulheres trabalhadoras domésticas provenientes da região de Jharkhand. A crescente industrialização e urbanização ajudou o crescimento da classe média. Este aumento da riqueza, de comerciantes e industriais, de casais trabalhando fora, aumentou a necessidade de trabalhadoras domésticas. Na cidade o retrato é de exploração de trabalho por longas horas e sem folgas, uma vez que as empregadas vivem na própria casa de seus empregadores. Cerca de 50mil garotas provém apenas da região de Jharkhand, sendo a maioria cristã, vivem casos de maus tratos, trabalhos forçados, informalidade trabalhista, espancamento, assédio sexual e estupro. Embora essas garotas enviem dinheiro para suas famílias, esse recurso fica longe de salvar a situação econômica da vila, refletindo tão somente em um alto custo econômico e social para satisfazer as necessidades e a ganância da corrente industrialização e urbanização. Muitas mulheres casam-se com pessoas de fora da tribo e então perdem seus direitos na tribo. Em realidade não é uma migração autônoma porque nem emancipa a mulher nem a torna livre da sua escravidão econômica e social associado a sua identidade como mulher tribal. Exemplos assim nos deixa claro o processo de construção das vítimas do desenvolvimento.

³⁵ No caso da Tanzânia, os Maasai denominam de “Ilashumba” os beneficiários direto do desenvolvimento moderno e da existência do governo.

Na cidade de Baguio, Filipinas, onde mais da metade da população, cerca de 60%, da cidade é indígena, a urbanização étnica se deve à dificuldade econômica causada pela perda de fontes de manutenção/sobrevivência, ausência de serviços sociais básicos (saúde e educação), conflitos tribais ou guerra e militarização, provocando uma extrema situação de pobreza como retratam Geraldine Cacho e Joan Carling (2002). Embora a alimentação seja suficiente, há uma necessidade crescente por dinheiro para pagar medicamentos e educação. A falta de infraestruturas básicas como estradas, eletricidade e sistemas de distribuição de água, atividades e fontes de sustento também contribuem para a migração para a cidade. Todavia, se olharmos esses problemas de perto, percebemos que resultam de interesses alheio à realidade local. A migração para Baguio começou com a construção da cidade em 1900, sendo mais intenso no primeiro e segundo período do *boom* da mineração na província de Benguet. Na Segunda Guerra Mundial, a situação piorou com a ocorrência de epidemias, guerra tribal e militarização da Cordilheira. Além disso, existe uma falsa ideia da cidade como centro de educação, governo, comunicação, comércio, turismo e serviço social, vida melhor e mais fácil, uma vez que apenas 35% dos migrantes (profissionais liberais, trabalhadores do governo, comerciantes, donos de negócios) têm trabalho estável e uma vida decente. Os outros 65% sofrem de extrema pobreza, subemprego ou desemprego. Esta marginalização deve-se muito a suas limitações enquanto profissionais para o mercado, uma vez que não frequentaram a escola e suas habilidades estão limitadas às atividades tradicionais, como a tecelagem, que já enfrenta o problema da concorrência com produtos importados. Com oportunidades de emprego cada vez mais escasso e habilidades reduzidas, são obrigados a recorrer a outras alternativas de sobrevivência: as mulheres vendem frutas na rua, outros se tornam limpadores e jardineiros de famílias ricas, velhos e crianças pedem esmolas ou catam lixos. Os homens têm trabalhos temporários na construção civil, cuja demanda é maior apenas no verão. Na época de chuvas só há trabalho de construção se houver deslizamento e reparo de rodovias. Como estão à margem da sociedade, sem assistência adequada e suficiente, estes indígenas não tem moradia e são obrigados a construir casas com restos de materiais em áreas públicas ou privadas das periferias da cidade. Nesta situação são classificados como invasores, podendo ser despejados e suas casas demolidas pelas autoridades. O temor de serem expulsos de suas casas se deve em razão da disputa de espaços com megaprojetos de turismo do governo local, estradas, lojas, hotéis necessários a atender o mercado de turismo e a grandes capitalistas. Como estão às margens dos serviços básicos, como sistema de distribuição de água e eletricidade, a alternativa para usufruir desses serviços é a clandestinidade, que por sua vez, já se encontra ameaçada com a privatização. Mas um dado interessante é a manutenção de suas relações com seus locais de origem. Os indígenas que vivem na cidade mantêm suas casas na vila e retornam sazonalmente para plantio e colheita, assim como para casamentos, funerais, festivais indígenas, etc., mantendo-se próximos aos parentes e a aldeia. Na cidade vivem agrupados, como vizinhos, falam sua língua, inclusive as crianças, praticam seus rituais e mantêm cooperação mútua, embora este tenha enfraquecido.

A construção de barragem para usina hidrelétrica em território indígena Embera, na Colômbia, é outro exemplo da dinâmica econômica local-global e do choque de interesses que terminam majoritariamente na marginalização, exclusão e construção de graves problemas para sociedades étnicas. Os Embera “morreram” com a chegada do que o Estado chama de “desenvolvimento”. Como os megaprojetos atraem mão de obra, o território indígena virou um “grande bar” e as meninas se tornaram vítimas da prostituição. As transformações ambientais provocadas pela construção da barragem da hidrelétrica expuseram os Embera à vulnerabilidade social, tornando-se ainda mais crítico pela ausência de política estatal para os povos indígenas, para o desenvolvimento sustentável, para a manutenção da multiculturalidade, pluriétnica e biodiversidade. Todas essas situações não estão

desconectadas do contexto das transformações econômicas, seja por via do Estado seja pela via do mercado.

Sobre a realidade indígena mexicana, a autora Tania Varrasco V. (2002) apresenta um texto sobre a etnicidade, identidade e pobreza em cidades mexicanas argumentando que a migração indígena para os centros urbanos se deu em razão da marginalização das áreas rurais somado a uma ideia da cidade como local de emprego e renda. A situação dos indígenas do México é bastante emblemática quando tentamos visualizar o problema a partir da lógica da expropriação, marginalização, urbanização e “reascensão” de grupos étnicos na contemporaneidade porque a autora coloca que os indígenas estão *indianizando a cidade* (VARRASCO V., 2002). De fato, em uma experiência vivenciada pessoalmente pudemos presenciar a força da indianidade no contexto urbano de várias cidades mexicanas, especialmente nos estados do sul deste país, tais como Chiapas, Campeche e Yucatán. De acordo com a autora, a migração para a Cidade do México em 1950 ocorreu devido a falta de terras para cultivo e perspectiva de emprego. Na cidade ganharam espaços como carregadores, pedreiros e artesãos. As mulheres se tornaram trabalhadoras domésticas e as crianças passaram a ser lavadores de carros. Todavia, o retrato mais visível dos indígenas urbanos no México é a de vida precária e sem acesso a serviços. Em Cancun, a população indígena urbanizada, majoritariamente os Maya, compõe a principal força de trabalho da cidade e também o grupo com serviços precários de eletricidade, água, drenagem, escolas e centros de saúde insuficientes para a demanda gerada pela migração. Na região litorânea do Golfo do México, na região conhecida como a Zona de óleo, 31% da população é indígena Zapotec e principal força de trabalho. Desde 1950 migram para a cidade e habitam nas casas construídas pela companhia da refinaria, onde a contaminação é o principal problema. Esse contato com a cidade mudaram os valores culturais e sociais das cidades, como é o caso dos Zapotec e Mayas. As mulheres da primeira geração mantêm a língua e contato com suas comunidades de origem. A segunda e terceira geração se reconhecem enquanto Zapotec e Maya, mas já não fala mais a língua e suas relações com familiares das comunidades são bastante distantes. A segunda geração subiu relativamente de nível, pode se dizer que são agora de classe média. Os grupos Mazahua, Otomí e Triqui mantêm língua e cultura, se identificam como indígenas e mantêm sistemas sociais comunitário através de relações tradicionais que, todavia, não garante a eles escapar da pobreza. Esses três é o mais concentrado em setor informal. A perda da língua dentre os Maya e Zapotec os tornou invisível no senso. A manutenção da cultura gera discriminação.

No Chile, o avanço do Estado sobre os territórios tradicionais Mapuche, a redução e degradação das terras comunitárias causadas pelo sistema de posse imposto pelo Estado a partir do final do século XIX, resultou na falta de terras para o processo de herança entre as jovens mulheres, forçando o processo de migração para a cidade, principalmente para a capital Santiago e para as cidades de porte médio. O trabalho doméstico é a porta de entrada, pois está ligado às atividades apreendidas na família e na comunidade. Na cidade vivem uma série de desvantagens e deficiências derivado da situação de dominação e exclusão, condições de pobreza e privação material, frequentemente sofrendo discriminação e marginalização social. Todavia, criam redes para resistir à discriminação e racismo. Nos anos 90, o ativo movimento indígena demandou direitos em termos de identidade, território e autonomia e ação do estado com políticas diferenciadas e programas para os indígenas urbanos. Algumas cidades criaram programas para atender as populações indígenas, como creche étnica, livrarias e centros culturais (BELLO M., 2002).

Harris (1959) escreveu sobre o fenômeno da emigração de trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul. O autor apontou fatores culturais e políticos

para tal processo. Dentre os fatores políticos estão uma série de acordos internacionais³⁶, especialmente com autoridades e instituições portuguesas, cujo objetivo principal era o controle privilegiado no recrutamento em larga escala de trabalhadores Tonga. O monopólio das autoridades portuguesas sobre a mão de obra em Moçambique incluía a passagem obrigatória das importações moçambicanas pelo porto de Lourenço Marques. Segundo o acordo, pelo menos 47,5% do tráfico de importação por via marítima deveria passar por este porto. Em troca algumas garantias eram concedidas: “*direct monetary payments per native recruited, guarantees to repatriate clandestine emigrants, maximum contract time, and permission to establish Portuguese Native Affairs inspection and tax-collecting facilities (Curadoria)*” (HARRIS, 1959 in WALLERSTEIN, 1966, p.91) Apesar desta política de rígido controle sobre a emigração dos trabalhadores moçambicanos, os portugueses não conseguiram evitar que muitos trabalhadores permanecessem ilegais e clandestinos nas minas da África do Sul. Mas o contexto dentro de Moçambique também chamou a atenção do autor em relação aos trabalhadores Tonga. Nos anos 1950, milhares de homens Tonga residiam longe de suas casas por necessitar de trabalho assalariado. Somente na cidade de Lourenço Marques encontrava cerca de 20.000 trabalhadores temporários provenientes do meio rural de Moçambique nas funções de “*porters, servants, washboys, and office boys*” (HARRIS, 1959 in WALLERSTEIN, 1966, p.92). Nos primeiros vinte anos do desenvolvimento industrial, as minas dependiam quase inteiramente da mão de obra nativa da Costa Leste africana. Uma das explicações para o número alarmante de três quarto da mão de obra ser de origem Tonga é a capacidade deles de permanecer por muito mais tempo no local de trabalho que outros grupos. O processo de mudança social, como a transformação dos Tonga em trabalhadores assalariados, deve ser encarado como um fenômeno complexo: “*The conversion of the Thonga into migrant wage-earners is the result of complex pressures applied by the Europeans upon an equally complex matrix of primitive social institutions*”. (Harris, 1959, p.95). A submissão ao trabalho assalariado tem ainda fortes contribuições das condições sociais, naturais e tecnológicos própria dos nativos:

“Although the traditional Thonga household is accurately described as a self-contained economic unit, such a characterization ought not to be accepted as also meaning that the unit was self-sufficient in the sense of being secure and adequate to all its bio-culturally established needs. The technological inventory of the Thonga in relation to the environment in which it had to operate was a unreliable instrument for satisfying the basic economic requirements of the population. Irregular rainfall, prolonged droughts, and epidemics of cattle diseases led frequently to famine conditions”. (HARRIS, 1959, p.95)

Como se pode observar, mesmo tendo a possibilidade de ser uma unidade autônoma, não considerando apenas os Tonga, mas os nativos inseridos na sociedade atual, a autonomia (no sentido de manutenção e autossuficiência sem as mínimas interferências do meio externo) não garante a segurança de todas as necessidades, inclusive as de médio e longo prazos. Isso implica que, como resultado da pressão externa (*complex pressures*), a migração laboral Tonga é resultado do conjunto das condições sociais nativas somadas às necessidades do sistema econômico, o que resulta no que consideramos como reciprocidade de demanda:

“This feature of Thonga social structure [social stratification] neatly coincided with requirements of the European economy, since it predisposed a numerically preponderant segment of the Thonga population, consisting of underprivileged males, to accept intrusive opportunities for altering their traditionally subordinate position within the social-economic hierarchy” (HARRIS, 1959, p.96).

³⁶ Exemplo de acordos: Modus Vivendi of 1901; the Transvaal – Moçambique Convention of 1909; e o Portuguese – South African Convention of 1928.

Isso demonstra que a mudança social e a migração para os centros captadores de mão de obra são resultados do conjunto dos diversos fatores (político, econômico, social e natural) e dos eventos históricos diretamente envolvidos, como o colonialismo.

Van Valsen (1961) faz uma abordagem da migração do trabalho como um fator positivo para a continuidade da sociedade tribal Tonga, da África. A maioria dos homens adultos (entre 60 e 75%) deixava suas famílias para trabalhar em áreas urbanas. A exportação da força de trabalho colocava as áreas Tonga numa situação relativamente próspera em relação a outras áreas tribais. Trabalhar fora fazia os Tonga pertencer a dois ambientes econômico e social contrastantes e distinguíveis, não separados de forma rígida. De um lado, as aldeias de origem, onde estariam propensos a se aposentar e onde seu *status* era amplamente definido pelo nascimento, e de outro, as áreas urbanas onde trabalhavam (frequentemente onde passavam a maior parte de sua vida adulta) e onde seu *status* não dependia de seu nascimento, e ainda o fato de serem negros. Havia objeções entre os Tonga em levar sua família para a área urbana.

É interessante observar que o autor prefere o termo *labour migrants* a *urbanization*, pelas seguintes razões: segundo Van Valsen (op. cit.) usar o termo *urbanization* implicaria abordagem de outra dimensão, de estudo intenso utilizando-se de métodos antropológicos adequados de coletas de dados e análise adequada de anos de vida urbana dos Tonga; no entanto, a permanência definitiva no contexto urbano era fator raro; além disso, os anos vividos na cidade não caracterizam os Tonga como urbanizados, uma vez que mantinham vínculos sociais e econômicos com suas aldeias de origem. A integração na economia industrial e urbana, especialmente quanto à seguridade social era somente parcial.

Esses breves retratos da situação dos povos indígenas/nativos mundiais mostra a tendência do capitalismo de formar uma **“reserva étnica internacional de mão de obra”**, garantindo, assim, sua expansão através da exploração da força de trabalho e dos recursos desses povos. Em cada situação/país os problemas se explicitam em formas e intensidades diversas. Mas na profundidade dos problemas observamos, ainda que implícita, a presença dos interesses (capitalistas) que transcendem as fronteiras nacionais.

2.5. Crise do indigenismo e “levante indígena” nos anos 1970

Oliveira (2006) procurou responder quais eram as possibilidades dos indígenas de interferir nos processos de territorialização, tomar iniciativas, ampliar suas possibilidades, frente à estrutura do regime tutelar.

“Frente a la estructura tutelar, los indígenas se encuentran ante tres alternativas concretas. La primera, que para simplificar y diferenciar definiremos como “indios funcionarios”, es que los indígenas entren en juego de las relaciones clientelísticas establecidas con los indigenistas, encontrando ahí canales de acceso al uso de recursos colectivos y a la acumulación de bienes materiales y prestigio. La segunda, que llamaremos de “asambleas indígenas”, se refiere a la movilización por tierra y asistencia. La tercera, que llamaremos de “organización indígena”, busca crear mecanismos modernos y colectivos de gestión territorial y desarrollo. Hay también otras alternativas – que involucran en su mayoría formas de movilidad individual o familiar – fuera de la relación tutelar, estableciendo relaciones de clientela con agentes externos al campo indigenista, buscando apoyos materiales e institucionales en otras instancias gubernamentales o junto a empresas y particulares. Las oportunidades de que disponen equivalen, en términos formales, a las de cualquier otro ciudadano brasileño”. (OLIVEIRA, 2006, 137).

No Mato Grosso do Sul é notório o desenvolvimento dessas alternativas frente à crise do indigenismo estatal. O processo de *urbanização indígena* nos anos 1970 e 1980 contribuiu de forma exemplar naquilo que Ferreira (2007) chamou de *co-gestão indígena*, que é a participação dos indígenas na gestão de órgãos estatais, especialmente aqueles que atuam diretamente com a população indígena. Iniciou-se com a ocupação da FUNAI, no período supracitado, mas estendeu-se, nos anos 1990 e 2000, para diversos outros órgãos como FUNASA (depois SESAI), Câmara de Vereadores, Prefeituras, Secretarias Estaduais e Municipais. Contudo, se, por um lado, funcionam como forças antitutelares e possibilita maior controle dos mecanismos de dominação e poder, por outro, tais alternativas trazem também conflitos, fragmentação e polarizações dentro do movimento indígena. A análise do Movimento Indígena Brasileiro (MIB), em especial do movimento indígena no Mato Grosso do Sul, permite observar esses elementos.

O MIB, enquanto “movimento organizado”, é bastante recente, no Brasil. Segundo Baniwa (2006) e Bicalho (2009), a forma organizada e politizada do MIB tornou-se visível a partir da década de 1970. A imposição de um novo modo de vida, que descende da situação de reservas e do regime tutelar³⁷ (de apropriação dos recursos naturais, de mudança nas relações sociais, de imposição de nova organização política e cultural.) durante mais de cinco séculos, a invasão territorial, o genocídio, o estrangulamento do sistema tradicional de subsistência, a imposição religiosa, a discriminação, a destruição dos recursos naturais, a disseminação da pobreza entre os indígenas, o ataque à saúde indígena, a desestruturação social, etc., lançaram as bases para um *levante indígena* e para a “mobilização indígena organizada” do final dos anos 1970.

Bicalho (2009) sugere que tenha havido uma “*tomada de consciência*” dos grupos indígenas quanto às precarizações provocadas pela política indigenista estatal e à profunda crise econômico-social a que foram submetidos. Nos anos 80 explodiu o *protagonismo étnico* apoiado por diversas organizações. A Igreja Católica, depois de muito contribuir com a colonização e com a formação do Estado Nacional através da catequização (que resultou no massacre de milhares de indígenas em todo o país), apoiou logisticamente, através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a realização das reuniões de lideranças indígenas de todo Brasil. Esses encontros fortaleceram os grupos étnicos que passaram a propor e exigir que a *condição étnica* fosse minimamente reconhecida e respeitada pelo Estado e pela sociedade nacional. No final dos anos 70 e início dos 80, o regime militar já dava sinais de declínio, abrindo caminho para as propostas de redemocratização do país. Com isso o MIB ganhou fôlego e os indígenas vislumbraram a possibilidade de garantir seus direitos na nova Constituição do país.

O SPI, após uma série de irregularidades administrativas e denúncias de corrupção, foi substituída pela FUNAI, em 1967. Modificou o nome do órgão, mas não renovou a política indigenista praticada pelo Estado. A postura político-ideológica estatal continuou sendo a da integração/assimilação dos indígenas à comunhão nacional, ordenamento estes da Constituição de 1934 e 1967. Apesar de constar nos textos das Constituições brasileiras do século XX e de ser “*assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes*” (CF/1967), os conflitos históricos envolvendo a questão territorial mostram que tal garantia não prevaleceu nas relações entre indígenas e não indígenas. Recentemente, a luta pela terra tem se tornado um campo minado, com fatos recorrentes de massacres, violências, ameaças, preconceitos e diversos outros tipos de ataques à população indígena.

A partir dos anos 70 os indígenas passaram a confrontar de forma mais incisiva a política autoritária e vertical do Estado em seus territórios. A “*tomada de consciência*”

³⁷ Ver Ferreira, 2007.

(BICALHO, 2009) serviu para aproximar os indígenas, em nível regional e nacional, em torno de pautas comuns, de direitos coletivos, buscando sempre maximizar o “empoderamento” frente ao indigenismo oficial. No entanto, não se pode dizer que está em curso no Brasil um movimento pela “autonomia”, quando ainda se tem, inclusive nos grupos e lideranças mais “radicais”, propensões ao diálogo, alianças e cooperação com forças políticas com princípios notavelmente antagônicos. Ainda que a “tomada de consciência” signifique esse grande avanço para as lutas indígenas, esse período é marcado também pela emergência da estratégia da *co-gestão indígena* (Ferreira, 2007) e da ideia de que as condições indígenas seriam sensivelmente melhoradas na medida em que o Estado fosse ocupada pelos índios, conhecedores dos caminhos burocráticos e capacitados, obviamente, para a tarefa da administração. No Mato Grosso do Sul, isso se mostrou latente na disputa pelo controle do órgão tutelar (a FUNAI), materializando, assim, as contradições do MIB. Ao mesmo tempo em que determinados grupos se colocavam contrários à política estatal e ao regime tutelar, outros visualizam como alternativa o controle do Estado e suas instituições de poder.

A mobilização das lideranças indígenas nacionais, no final do século XX, convergiu para a formação de uma organização indígena própria, capaz de reunir as demandas indígenas e de representar os mais diversos grupos indígenas nas relações institucionais. No final dos anos 1970 surgiu a UNI (União das Nações Indígenas), uma das principais organizações indígenas representativa desse movimento, de resistência e de contraponto ao órgão tutelar.

Deste período, Bicalho (2009) destaca a emergência de várias lideranças indígenas que tiveram presença marcante no cenário político brasileiro e na luta em defesa dos direitos de seus povos, dentre os quais se destacam Mario Juruna, Álvaro Tukano, Marcos Terena, entre outros. A atuação, enquanto indígenas e representantes de grupos tradicionais, garantiu o “empoderamento” dessas lideranças e o acúmulo de um capital político-simbólico até hoje reconhecido nacional e internacionalmente, mas que, por outro lado, serviu como estopim para a reconfiguração das bases dos movimentos locais, como é o caso, por exemplo, do líder indígena Marcos Terena, do Mato Grosso do Sul.

Marcos Terena se destacou, nos anos 80 e 90, como representante do povo Terena no cenário político. A trajetória de Marcos, enquanto indígena e liderança, mostra a força o *poder simbólico* (Bourdieu) construído ao longo de sua carreira. Formou-se em Administração, serviu a Força Aérea Brasileira, aprendeu a profissão de aviador, foi um dos fundadores do movimento indígena e um dos articuladores dos direitos indígenas na Assembleia Constituinte. Dentre as principais atividades destacam a participação e organização de diversos eventos envolvendo a temática indígena (organizou a Conferência Mundial dos Povos Indígenas, 1992; discursou na Conferência Regional das Américas, 2006); ocupou vários cargos na esfera pública (assumiu a gerência do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília em 2007; foi Chefe de Gabinete da Fundação Nacional do Índio; é membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz; é Presidente do Comitê Intertribal e Coordenador do programa VIATAN – Central de Informações indígenas; é Coordenador do Fórum Indígena Internacional sobre Biodiversidade e do tema Conhecimento Tradicional e Espiritualidade na Cátedra Indígena Internacional). É reconhecido internacionalmente por defender os povos indígenas e lutar pelos seus direitos (é articulador dos direitos indígenas junto à Organização das Nações Unidas, à Organização dos Estados Americanos e aos programas dos bancos de fomento multilaterais). Dedicou-se às causas indígenas na posição de líder indígena, e por essa razão passou a viver em Brasília, capital federal, sendo isso o fator do distanciamento da base de sustentação da liderança.

Todavia, o que se pode observar entre seus conterrâneos é que, o enfrentamento às instituições de poder somado ao acúmulo de capital político-simbólico levou-o a ocupar, com pouca objeção crítica, estes mesmos espaços de poder (de dominação e aniquilamento dos povos indígenas), ou seja, tomou posse de um saber e deixou ser incorporado por este saber,

compatibilizado aos interesses do capital. Tornar-se parte do sistema que outrora combatia, sem qualquer estratégia coletiva de ocupação desses espaços de poder, foi, certamente, na visão de lideranças locais, a abertura do abismo entre o líder Marcos Terena e a base, em que as opções individuais apenas contribuíram para a criação de um campo de conflitos. Há uma crítica e uma forte resistência por parte de várias lideranças não só no Mato Grosso do Sul, mas em todo o Brasil, no que tange à projeção de Marcos Terena como líder e representante dos povos indígenas no Brasil e no exterior. Não se trata de uma posição meramente política de grupos específicos, mas de fato um aspecto crucial que pode orientar novas direções e reconstruções do movimento indígena brasileiro.

Segundo várias lideranças Terena do Mato Grosso do Sul, as situações enfrentadas atualmente pelos indígenas não carecem de lideranças “*estrelas*”, mas de “*guerreiros*” que vivenciam o dia a dia da comunidade. Fica claro neste discurso a tensão interna do movimento indígena, que não exclui a tensão também com o Estado. As reformulações etnopolíticas recentes são consequências exatamente do agravamento da tensão entre representante e representados, que ao longo da história deixaram as importantes ações e intervenções serem ofuscadas por um pareamento de interesses. A tensão pode ser vista em relação ao Estado enquanto tutor, e vai se estender para dentro do movimento indígena no questionamento da atuação de importantes lideranças, como a mencionada acima.

Ainda que importante para o Movimento Indígena, a atuação “isolada” de lideranças indígenas torna-se propício à prevalência da subjetividade, da individualidade e do interesse privado do que ao fortalecimento do MIB. Diante disso, novas lideranças do movimento Terena, e também do MIB, observou que o *status* e o poder conquistado por Marcos não convergem com as atuais necessidades indígenas. O que várias lideranças no Mato Grosso do Sul questionam é que o “estrelismo” separou o líder de suas comunidades, e tal distância impossibilita acompanhar as demandas atuais dos povos indígenas (que não diz respeito somente à questão territorial). O que se pode observar nas reorganizações etnopolíticas como a dos Terena, é a preocupação de manter as lideranças vinculadas à sua base.

O “isolamento” de lideranças de suas bases é propício para o Estado acionar estratégias de cooptação, integração ao aparelho do Estado, oferta de cargos públicos, como forma de “calar a voz” de lideranças importantes. No exemplo aqui tratado, o capital político-simbólico garantiu uma posição estável no aparato do Estado, mas não garantiu esta mesma estabilidade diante do povo ao qual pertence e representa. O caso Marcos Terena é bastante emblemático nesse sentido.

É ilusão pensar que a Constituição Federal de 1988 marcaria o fim das injustiças contra os povos indígenas no Brasil. O Brasil herdou, desde o período colonial, raízes e estruturas socioeconômicas das classes dominantes (da nobreza, das oligarquias, e, por fim, da elite capitalista) cujos sistemas e estratégias de dominação e manutenção do poder permaneceram atuantes mesmo com a promulgação da Constituição, numa espécie de *continuum* da obsessão de intelectuais pelo positivismo de Auguste Comte. Nem precisamos dizer ao leitor que o problema (que estimula a emergência de movimentos insurgentes) está, exatamente, na patologia estrutural e intelectual que acompanhou a formação do Brasil desde 1500, e que culminou com a ideia de que uma Constituição “democrática” pudesse efetivar a crença (utópica) do Estado como ente regulador social e promotor do desenvolvimento. Ignorar esta não-ruptura com a herança patológica significa alienar os indivíduos ao sistema e aniquilar as infinitas possibilidades de ação. Além disso, seguirá gerando expectativas, nada mais nada menos, e infelizmente, a uma massa de ignaros, míopes, reféns de sua ambição materialista, e a inúteis ditos intelectuais cuja sabedoria foi relegada, deixando somar-se a uma multidão de “tapados” que não veem para além do próprio umbigo. Nem de perto me refiro aos analfabetos e iletrados, mas à massa – de doutos e “letrados” e outros que se acham burgueses – incapazes de romper-se com a mera dualidade e partidarismo político

contemporâneo, menos ainda, com o sistema que os domina. Enquanto isso, a ambiciosa elite do poder, escancarados inimigos do povo, ditos “representantes do povo” na democracia elitista, apoiado pelos autointitulados “produtores de riqueza” e *promoters* do “desenvolvimento”, agem tão em desacordo com a Carta Magna, que é possível crer que ela não existe (e de fato não existe para quem dela realmente precisa).

Ainda assim, acreditando mais uma vez no Estado, os indígenas fizeram constar na Constituição Federal dois artigos comprometendo-o a “reparar” os danos, garantir direitos e assumir responsabilidades, como forma de amenizar os irreparáveis quatro séculos de destruição, dominação e etnocídio³⁸. Certamente um dos mais perfeitos contratos sócio-legal dentre os Estados-Nação do mundo moderno, a Constituição brasileira produziu a expectativa de colocar fim nos séculos de injustiças contra os povos indígenas. Mas tudo se resumiu na expectativa, pois quem a opera está lá (no poder), há mais de quatro séculos, e não há razão, certamente, para abdicar de seus interesses. A Constituição se tornou um conjunto de ordenamentos menosprezados por inúteis e escarniciosos ditos “representantes do povo” e “homens da lei”, corruptos, que violam não só os direitos indígenas, mas os direitos de todo o povo brasileiro. A prova disso está todos os dias nos telejornais. É ilusão, portanto, esperar que haja justiça por quem historicamente sobreviveu da injustiça e da dominação.

Diante da continuidade da invisibilização social, econômica e cultural indígena (razão da violência, insegurança, injustiça social e territorial, e do retrocesso nos seus direitos), marcantes no período posterior à Constituição de 1988, surgiram dentre os povos indígenas organizações etnopolíticas próprias, e diversas formas de resistência, com propostas e posturas políticas mais consistentes, grupos mais conscientes, mobilizados, articulados e cientes da necessidade da construção de ações e estratégias de *lutas* conjuntas, com a participação ampla e efetiva dos seus membros. Seria ingenuidade crer que a situação de subalternidade fosse resultado da ausência do Estado. Ao contrário disso, a situação indígena atual só tem sentido no contexto da ação do Estado, e mais, de um Estado cujos interesses seguem alinhados aos do capital, desde o princípio, como já mostramos neste capítulo. Por outro lado, também é importante salientar que a experiência do Movimento Indígena Brasileiro (MIB) hoje, de enfrentamentos e construção de posições políticas, é desproporcional à experiência secular do colonialismo Estatal. São forças incomparáveis e extremamente assimétricas. Ainda assim, as *novas formas de organizações* não deixam de representar avanços de experiências iniciadas em outros momentos da luta indígena (que iniciou em final dos anos 1970).

O “despertar étnico” dos indígenas no contexto urbano tem, portanto, sua profundidade histórica também nesse processo de mobilização que se levantou nos anos 1970. Sua emergência se deu no contexto do surgimento de diversas formas de resistências anticolonial no final do século XX. O confinamento levou os indígenas a construir novas territorialidades, o regime de tutela provocou *forças antitutela* (FERREIRA, 2007), o aniquilamento étnico abriu portas para a autoafirmação étnica, a expropriação forçada fez emergir a luta pela terra e o movimento organizado. Assim, diversas formas de resistência indígena, que se reforçaram nas contradições do próprio sistema, emergiram e se multiplicaram desde final dos anos 1970, no Brasil, e deram “corpo” ao fenômeno caracterizado aqui como um *levante indígena*. A urbanização/proletarização indígena descende desse contexto.

³⁸ Não se trata aqui de “levantar a bandeira” pró-indígena, mas de reconhecer historicamente que nenhuma política, por melhor que seja, recompensará as perdas dos grupos indígenas.

2.6. Considerações finais preliminares

A problematização da *profundidade histórica* do processo de territorialização étnica de Campo Grande mostrou que a gênese da ocupação étnica dos espaços urbanos não se restringe tão somente ao processo de criação dos polos empresariais/industrialização (industrialização), mas está diretamente vinculada às experiências de *territorialização externa* (OLIVEIRA, 2006) vivida pelos indígenas ao longo do século XX, materializadas graças à aliança entre Estado e capital. A inserção dos indígenas em um *lugar social* marginal, precário e de pobreza rural, resultou num movimento de resistência contestatório, mas, ao mesmo tempo, complementar aos interesses capitalistas, ou seja, a urbanização/proletarização indígena. A relação que se estende para o contexto urbano caracteriza-se, assim, pela continuidade e aprimoramento dessa relação histórica de dominação e dependência.

A territorialização externa estatal-capitalista mostrou que o “boom” de ocupação dos espaços urbanos de Campo Grande tem estreita ligação com a forma como se efetivou a colonização e a interação entre índios e sociedade nacional no século passado, mas principalmente com o lugar na estrutura de classes capitalista reservado aos indígenas: trabalhador assalariado pobre, desprovido dos recursos básicos para subsistência autônoma e dependente do sistema de exploração.

A industrialização chegou como mais uma agravante neste processo complexificando a situação vivenciada pelos nativos. A vocação rural do estado de Mato Grosso do Sul se viu profundamente alterado pela modernização da indústria. Isso refletiu de forma singular no município de Campo Grande, consolidando seu processo de urbanização iniciado na década de 1950. Além disso, a industrialização foi determinante para a reestruturação produtiva e ao processo de urbanização. A mão de obra indígena que havia sido planejada para atender o mercado regional rural tornou-se ociosa com o advento da indústria e enfrentava grandes dificuldades para se inserir no contexto da urbanização.

Deste período podemos destacar dois aspectos que podemos correlacionar dialeticamente com a formação de territorialidades indígenas no espaço urbano: 1) o liberalismo econômico assumido pelo governo militar vai ao encontro das necessidades de expansão capitalista dos países centrais, facilitando a introdução de capital externo na indústria brasileira e a emergência de empresas multinacionais, responsáveis pela concentração de capital (MARINI, 2012); 2) mesmo que a política de industrialização tenha se firmado como setor da vez em termos de investimentos, a dimensão territorial do país que lhe garantia a “disponibilidade” de terras fazia da agricultura um setor estratégico para a economia nacional.

O estado de Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, atrás apenas do Amazonas. Essa população vive em pequenas *reservas* criadas no início do século XX pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), sendo o restante de seus **territórios usurpado**, transformado em fazendas e disponibilizados à exploração econômica. Os recursos ecológicos que pudessem garantir a soberania dos grupos foram reduzidos drasticamente, transformando a população indígena em uma massa pobre do meio rural, disponível ao mercado de trabalho regional. Contribuiu para isso o crescimento demográfico indígena nas reservas, potencializando a segregação, os conflitos, a precariedade e a violência interna em razão do confinamento territorial. A esse contexto soma-se o título de estado com maior índice de violência contra a vida da população indígena no campo (assassinatos, tentativas de homicídios, ataques de milícias armadas, etc.), além da *violência simbólica*³⁹ (omissão do Estado, falta de qualidade na prestação dos serviços públicos, impunidade, ataque aos direitos adquiridos, entre outros). Isso ajuda a entender por que das sete cidades do Centro-Oeste com

³⁹ Ver Pierre Bourdieu. O Poder simbólico. 1989

maior população indígena, quatro estão no Mato Grosso do Sul. O movimento aldeia-cidade (FERNANDES JR., 1997) não é apenas um movimento voluntário, mas é subjacente ao ambiente violento que condicionou os indígenas a buscar um ambiente melhor.

No centro deste debate está a *formação do mercado étnico de mão de obra* que vem desafiando a ordem do capitalismo exploratório na cidade e a compreensão da etnicidade contemporânea. A *introdução do trabalho assalariado* nas sociedades indígenas, como instrumento da territorialização estatal-capitalista, revelou-se antagônico ao servir também como instrumento para a territorialização indígena, tornando-se, dessa forma, numa espécie de “espada de dois gumes”. Esta e outras estratégias de territorialização externa usadas para “civilizar” e “integrar” os índios, foram responsáveis por marginalizar e oprimir, e ao mesmo tempo tornaram-se ferramentas para o enfrentamento das situações hostis impostas pelo sistema e pela sociedade envolventes.

Por um lado, a consolidação das fazendas formou uma camada social privilegiada pelas grandes concentrações de terras, que lhes garantiu poder político e econômico; por outro, a delimitação de pequenos fragmentos do território tradicional em formas de “reservas” criou o regime de “confinamento” e “controle” da população nativa, comprometendo completamente o seu modo de vida, baseado na circulação e uso de territórios muito mais amplos. O século XX, no sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) é, portanto, o período mais intenso da subordinação étnica aos interesses estatais-capitalistas.

Mas a **urbanização/proletarização indígena** que se desenvolveu a partir do processo histórico de territorialização capitalista-estatal, ao contrário do que talvez houvesse sido idealizado, não representou só dominação, como parece evidente, mas foi também um processo de **insubordinação e resistência**, e de **cooperação e reciprocidade**. Enquanto situação imposta, a urbanização/ proletarização indígena se equipara à situação de reserva e ao regime tutelar, mas ela é, ao mesmo tempo, insubordinação e resistência a estes últimos tendo em vista que, entre a imposição de viver na aldeia e a imposição de viver na cidade, a opção pela vida urbana acaba sendo mais vantajosa porque é uma espécie de “fuga” do processo de dominação, e ainda apresenta melhores alternativas: mais recursos disponíveis, maior acesso aos serviços públicos, menor controle social, maiores chances de encontrar trabalhos assalariados, etc. Relatos etnográficos e estudos científicos mostraram que os indígenas **não** foram meramente “*polos determinados*” no processo de colonização (ver Ferreira, 2007), mas mesmo na **condição subalterna** na estrutura das relações de poder, também foram **protagonistas** de sua própria história. A dependência do capitalismo, produzido pela territorialização capitalista-estatal, à primeira vista, é uma situação unicamente desvantajosa. No entanto, como essa relação é também de cooperação e reciprocidade, os indígenas apoiaram nesses aspectos para construir novas territorialidades, novas relações, inclusive para se apropriarem dos espaços urbanos, dando outro caráter ao processo de urbanização/proletarização indígena. Isso se mostrou de forma concreta, a partir da década de 1990, na cidade de Campo Grande, através do processo denominado aqui de *territorialização étnica*, fruto de um “despertar étnico” ante situações de precarização e marginalização.

Entender esse princípio como estratégia de dominação é fundamental, porque o objetivo não foi o de “proteger” os índios muito menos exterminá-los, mas garantir um contingente étnico subalterno, sempre por um fio do colapso social e econômico, para que de nenhuma maneira objetasse um trabalho qualquer, a um preço qualquer, a uma condição qualquer, e assim, contribuir valiosamente com sua mão de obra para a consolidação da ocupação do seu próprio território.

Capítulo III – Estratégias de territorialização indígena, capitalista e estatal em Campo Grande-MS

Neste capítulo estudaremos os diferentes **tipos de territorialização** (dispersa/fragmentada, acampamentos e aldeias urbanas) construídos pelos indígenas e pelo Estado na cidade de Campo Grande, mostrando como esses processos foram se desencadeando até implicar em um amplo processo de *territorialização étnica*. E todas essas fases, as **relações de trabalho assalariado** são centrais e determinantes não só para suprir as necessidades indígenas, mas principalmente para a formação dos acampamentos e aldeias urbanas. No caso dos indígenas, mostraremos como esses diferentes tipos de territorialização implicam, ainda, em diferentes padrões de relações com a cidade e com as instituições de poder. Esses processos materializam de forma objetiva a *eticização* dos espaços da cidade, e lançam as bases para reforçar a tese da *territorialização étnica*.

Essa análise mostra que a urbanização/proletarização indígena (apresentada no capítulo anterior) ao se consolidar em um processo de territorialização fragmentada/dispersa (em que prevaleceu a exacerbação da exploração e precarização socioeconômica), contribuiu para a emergência de um processo de territorialização voluntário/espontâneo, no qual aparece de forma explícita o **componente étnico**, e que dá origem aos acampamentos indígenas, principiando o processo de territorialização étnica. Depois, com a intervenção do Estado, são criadas as aldeias urbanas, ao mesmo tempo e nas mesmas localidades (regiões da cidade) em que são criados os polos industriais/empresariais. Ou seja, de um lado, têm-se os indígenas, construindo um processo de territorialização voluntário/espontâneo, e que se transforma em um movimento urbano insurgente (“ocupação” de áreas urbanas), e do outro, tem-se o capitalismo ganhando terreno (através dos polos empresariais/empresariais) e buscando incentivos do Estado para sua expansão e desenvolvimento.

Nesse contexto, entendemos que a formação dos acampamentos indígenas e a criação das aldeias urbanas são processos distintos. Enquanto os *acampamentos* se consolidam como um processo de territorialização dirigido pelos indígenas, a formação das *aldeias urbanas* é notavelmente um processo de territorialização dirigido pelo Estado, e dialeticamente complementar ao processo de territorialização capitalista (construção dos polos industriais/empresariais), ou seja, é uma leitura estratégica de conjuntura por parte do Estado que, por um lado, visa atender aos interesses indígenas, e por outro, atende também a demanda do capital por contingente de mão de obra.

A motivação histórico-teórica que nos permitiu fazer essa leitura é a que já foi formulada por Roberto Cardoso de Oliveira (1968), no sentido de mostrar que a forma de inserção dos indígenas na sociedade nacional se justifica e se concretiza com base nas necessidades do capital. Em toda história da colonização brasileira os indígenas foram tratados de forma marginal, com respostas incisivas (matança) àqueles que tentaram dificultar o avanço do Estado, do colonialismo interno e do capitalismo, mas os indígenas não poderiam ser totalmente extintos, visto que eram conhecedores do território, estratégicos para as guerras e essencial para o avanço e reprodução do capital (OLIVEIRA, 2006; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978). O que Cardoso de Oliveira (1968) chamou de “*reservas de mão de obra*” foi uma constatação extremamente plausível dessa ideia do “aproveitamento” da força de trabalho indígena.

Ao voltarmos para a situação histórica atual, dos indígenas no contexto urbano de Campo Grande, notamos que a lógica desse processo se repete ao constatarmos que a formação das aldeias urbanas também se materializou pela necessidade do capital de criar

“reservas de mão de obra” dentro da cidade, preferencialmente nos arredores das regiões industriais. Dessa forma, ao garantir moradia e território, o Estado não atende apenas as reivindicações indígenas, mas ao exercer sua função pública (de atuar em prol da coletividade), favoreceu a expansão do capital e a exploração da mão de obra étnica. A questão de fundo dessa intervenção estatal está no fato de que ela se materializa de forma absolutamente desproporcional, agudizando a desigualdade promovida pelo capitalismo. Assim como o tamanho das reservas indígenas no contexto rural contrastou com o tamanho das fazendas, sendo muito menor para uma quantidade muito maior de pessoas, na cidade a política de habitação para as populações indígenas seguiu a mesma lógica, com as casas e os lotes/terrenos das aldeias urbanas contrastando com os terrenos doados para as empresas capitalistas. Enquanto os incentivos dados pelo Estado ao capital (através do PRODES) visaram garantir o seu desenvolvimento e expansão, as políticas públicas voltadas para os indígenas (e para a população mais pobre da cidade), na sua essência, permitiram tão somente a sua reprodução enquanto mão de obra, refletindo-se de forma minúscula na qualidade de vida e no alcance daquilo que os indígenas imaginavam como “*melhores condições de vida*”.

Usamos aqui como suporte teórico a noção de *territorialização* desenvolvida por Oliveira (1998) em seu estudo sobre os indígenas do Nordeste, mais especificamente a partir da questão que ele considera paradoxal, “*o surgimento recente (duas décadas!) de povos que são pensados, e se pensam, como originários*” (OLIVEIRA, 1998, p. 48). A incorporação das sociedades indígenas dentro de uma *situação colonial*, segundo ele, é sem dúvida, uma das transformações mais radicais sofridas pelos nativos. É nesse ponto que ele coloca que:

Foi para destacar a amplitude e a radicalidade de tal mudança [...] que foi formulada a noção de territorialização. [...] Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 54-55)

Tal noção traz elementos sólidos que nos auxiliam na compreensão do processo de transição entre uma *territorialização fragmentada/dispersa*, e, portanto, fragilizada em termos organizativos e em capacidade de respostas para o enfrentamento das demandas indígenas no meio urbano, para aquilo que chamamos de *territorialização étnica*, e que engloba, em certo sentido, os elementos da “*reorganização social*” apresentados por Oliveira (1998). Para reforçar sua formulação, Oliveira (1998) ainda faz a seguinte colocação:

“O que estou chamando aqui de processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo (no Brasil seria as comunidades indígenas) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando suas formas culturais (inclusive as que se relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)”. (OLIVEIRA, 1998, p.56).

O que pretendemos demonstrar é que a “*reorganização social*”, elaborada a partir da noção de territorialização, implica, conseqüentemente, numa reestruturação das relações de poder. Como apoio teórico neste ponto, trabalharemos com a noção de *poder estrutural* de Eric Wolf, isto é:

“o poder manifesto em relações e que não opera apenas internamente aos contextos e domínios mas também organiza e orquestra os próprios contextos e especifica a direção e distribuição de fluxos de energia. Em termos marxianos, refere-se ao poder

de distribuir e alocar trabalho social. É também a modalidade de poder com a qual Michel Foucault se preocupava quando falou de ‘governança’, significando o exercício da ‘ação sobre a ação’”

A noção de campo formulado por Swartz (1968)⁴⁰ ajuda a entender, por exemplo, as transformações do processo de territorialização indígena a partir da intervenção do Estado. Neste sentido se observa dois movimentos paralelos e complementares: o primeiro é a atuação do governo municipal como coadjuvante do desenvolvimento capitalista, oferecendo todo o apoio necessário para a instalação das indústrias; o segundo é um movimento de intervenção para criar unidades territoriais urbanas (“aldeias urbanas”), usando aquilo que Oliveira (1998) chama de *razões do Estado*. Ou seja, o movimento voluntário de ocupação do espaço urbano (protagonismo indígena) se consolida tanto pela reivindicação indígena quanto pela complementaridade dos interesses dos atores envolvidos.

Para entender o processo de *territorialização étnica*, como uma nova fase da história indígena em Campo Grande, é preciso compreender os diferentes **tipos de territorialização** que marcaram o processo de inserção indígena na cidade, bem como, a natureza das relações subjacentes a esse universo. Isso implica em atentar-se tanto quanto possível para as contradições, ambiguidades e complementaridades desses processos. Nos próximos itens iremos lançar mãos dos relatos orais, das histórias de vida, da etnografia e dos registros de conversas informais como metodologia de abordagem e análise.

3.1. Relações de trabalho, precarização e formas de adaptação/colaboração

No aspecto econômico, as relações de trabalho assalariado apareciam como uma das bases do movimento étnico de territorialização do meio urbano, fato que nos chamou a atenção por não se tratar de algo pontual, mas de um elemento transversal da história indígena, já mencionado na pesquisa de mestrado (SALVADOR, 2012), sendo, portanto, *central* nas relações interétnicas. Ainda que outras razões tenham inicialmente motivado a ida para Campo Grande, tais como tratamento de saúde, busca por melhores escolas, formação universitária ou engajamento e luta política, por exemplo, o trabalho assalariado (formal ou informal) tornou-se inevitável e essencial, já que a permanência na cidade estaria necessariamente condicionada à obtenção de algum tipo de renda. Mesmo àqueles com renda proveniente de outras fontes, como aposentadoria, pensão, auxílios, programas sociais, etc., o trabalho assalariado foi fundamental para complementação financeira e manutenção das famílias.

Neste item iremos analisar este aspecto através das experiências de trabalho dos indígenas no contexto urbano. Fizemos uma série de entrevistas com homens, mulheres, jovens, adultos, abarcando pessoas que chegaram em Campo Grande antes, durante e depois da década de 1990. Pudemos constatar que a formação profissional (graduação e pós-graduação) tem consequências diretas na melhoria da posição socioeconômica, dentro de uma determinada escala social, mas ainda assim, isso está condicionado à inserção no mercado de trabalho na área de formação, como profissional de nível superior. No campo das relações de trabalho também é possível perceber a diversificação, ao longo do tempo, das áreas de atuação/inserção indígena, mas a ampla maioria dos trabalhadores indígenas ganha entre 1 e 2 salários mínimo.

Iniciei essa abordagem no meu grupo familiar, a partir da experiência e história daqueles que foram para Campo Grande em função do trabalho. Minha primeira entrevistada, e uma das primeiras da nossa família a fixar-se na capital foi Aurora Rodrigues (tia), com quem fui morar, em 1996. A tia Aurora contou que começou a trabalhar aos 14 anos, em

⁴⁰ Ver capítulo 1, item 1.1 desta tese.

1981, como empregada doméstica na Fazenda Santa Rosa, que fica ao lado da nossa aldeia, Lalima. Como todo jovem de Lalima daquela época, aprendeu apenas a ler e escrever na escola primária da aldeia, dirigida pela FUNAI. Aos 16 anos, em 1983, foi para Campo Grande trabalhar na casa da patroa, dona da fazenda, juntamente com outra índia Terena, jovem, também de Lalima.

A decisão de se mudar para Campo Grande, segundo ela, foi por conta da situação de pobreza e carência por qual passava a família na aldeia. A intenção era ajudar os pais na criação dos demais irmãos, enviando parte do dinheiro do trabalho de doméstica. A verdade é que raras vezes isso foi de fato feito. Logo conheceu Adolfo Bareiro, “homem branco”, com quem se casou e teve 3 filhos. Com isso, parou de trabalhar de doméstica para cuidar da própria casa e filhos, mas continuou fazendo serviços avulsos como lavar, passar e costurar roupas, ajudando, assim, o esposo, com as despesas da casa. Quando os filhos chegaram na idade escolar, Aurora voltou a trabalhar fazer trabalhos domésticos, como diarista. Como podemos ver, a maior parte de sua vida em Campo Grande foi dedicada à atividade de doméstica, mas aprendeu o ofício de costureira e atualmente tem seu próprio ateliê. No entanto, o que ganhou como doméstica e o que ganha como costureira é suficiente apenas para as despesas cotidianas.

Depois de Aurora, foram para Campo Grande duas de suas irmãs (Maria de Fátima e Claudete)⁴¹, a primeira nos anos 80 e a segunda nos anos 90. Ambas, solteiras, foram para trabalhar como domésticas, e do mesmo modo que Aurora, casaram-se em Campo Grande. Maria de Fátima com um indígena Terena da aldeia Bananal, conforme já relatamos, e Claudete com “homem branco”, tiveram filhos e até hoje estão na cidade. Tanto rapazes quanto moças solteiras casam-se, às vezes, com pessoas “não-índias”, mas há inúmeros casos de matrimônio entre indígenas que se conheceram em Campo Grande. É o caso, por exemplo, dos irmãos de Aurora, João, José e Rosalino, que através dela também foram para a capital, na década de 1990, para trabalhar nas chácaras dos japoneses⁴², nas lavouras de hortaliças. Muitos indígenas têm em comum essa passagem com os japoneses. O trabalho executado por esses jovens na época, em Campo Grande, a era o trabalho da roça, de caráter rural/braçal, bem como, o de comerciante de verduras nas feiras livres. Em Campo Grande eles moravam em casas cedidas pelo patrão, no local do trabalho. Nos finais de semana juntavam-se às irmãs em suas casas. A discriminação e o preconceito levaram muitos indígenas a tentar dissimular sua origem étnica. Nesse grupo de irmãos, por exemplo, era comum eles fazerem permanente no cabelo como forma “se aproximar da moda da cidade”. João casou-se com uma índia Terena, chamada Marilene, da aldeia Cachoeirinha. José casou-se com uma Kadiwéu, também chamada Marilene, da aldeia Alves de Barros. E Rosalino casou-se com uma índia Terena, da aldeia Água Azul, chamada Luzia. Todas essas jovens trabalhavam de domésticas em casas de família na capital. Aos poucos cada um foi regressando para suas aldeias de origem.

Aqui é importante registrar que a maioria das trabalhadoras indígenas domésticas não teve registro em Carteira de Trabalho. A precarização das relações de trabalho, principalmente da atividade doméstica fez parte da vida dos indígenas até recentemente. Além disso, o fato de, tanto os homens quanto as mulheres morar no emprego, não raras vezes trabalhavam além do horário ou fora de horário.

⁴¹ Maria de Fátima é casada com Denilson Gregório e parte suas histórias já foi relatada no capítulo 1.

⁴² Campo Grande é uma importante cidade de imigração japonesa. Em toda a história da imigração japonesa em Campo Grande, foram criados 23 núcleos. A primeira foi Chacrinha, fundada em 1914. As seguintes foram Mata do Segredo (1917), Bandeira (1918), Imbirussú (1920), Mata do Prosa (1924), Cascudo (1925), Mata do Ceroula (1926), Rincão (1927), Buracão (1929), Lagoinha (1939), Salobra (1939), Córrego da Anta, Patelinho, Rochedinho (1940), Indubrasil, Sidrolândia (1941), Bonfim (1942), Rio Negro (1953), Quebra Coco (1955), Yamato (1956), Várzea Alegre (1959), Dois Irmãos (1959) e Três Barras (1960). In: <https://www.nippo.com.br/4.imigracao_japonesa/18.php>, acesso em 24/03/2020.

Outro caso da família que podemos usar para tratar das relações de trabalho é a do tio Maninho (Denilson Gregório), a quem mencionamos brevemente no capítulo I. Aproveitamos para dizer que Denilson Gregório foi peça chave durante nossa pesquisa de campo ao servir como acompanhante, informante e tradutor da língua Terena, além de contar-nos detalhes de sua história de inserção na cidade de Campo Grande. Através dele fizemos vários contatos com indígenas provenientes da TI Taunay/Ipegue, seu local de origem.

Aqui iremos destacar sua trajetória com ênfase nas relações de trabalho. Antes de se mudar para a capital, Denilson trabalhou como cortador de cana nas usinas. Na aldeia também havia estudado apenas o ensino primário. Em 1986, aos 17 anos, foi para Campo Grande, e em 1988 conseguiu seu primeiro emprego no “Frigorífico Bordon”, como auxiliar de desossa, onde trabalhou por 2 anos e 6 meses. Ao ser demitido, seu segundo emprego foi na “Rede de Conveniências Cordil 24 horas”, de propriedade, na época, da fábrica de refrigerantes Coca-Cola, onde trabalhou como auxiliar de entregador de bebidas, por cerca de 7 anos⁴³. A “Cordil” foi vendida e desmembrada da Coca-Cola, e com isso Denilson perdeu também o emprego. As lojas da “Cordil” passaram a ser administradas por proprietários individuais, e Denilson foi contratado por uma dessas lojas, cuja razão social é “Pró-vida Representações Comerciais Ltda”. Na “Pró-vida” seu trabalho continuou sendo a mesma do tempo da “Cordil”, inclusive o salário, mas sua função era (ironicamente) a de “subgerente”. Sua experiência mais breve, que encontramos em sua Carteira de Trabalho, foi a de auxiliar de abate na “Comaves”, de nome fantasia “FrangoVit”, onde trabalhou por apenas 3 meses. O motivo dessa passagem breve, segundo nos contou, foi o fato de não se adaptar à função, visto que começou a sentir dores, os braços ficavam inchados em decorrência do esforço repetitivo na linha de produção. Mas essa não foi a primeira vez que teve problemas de saúde em razão do trabalho. Durante o período em que trabalhou na Coca-Cola, passou por uma cirurgia do ombro para retirada de parte do tecido lombar que ficou comprometido devido o excesso de peso (engradados de bebidas) carregado no ombro durante vários anos. Depois da passagem breve pela FrangoVit (Comaves), Denilson ingressou na empresa de engenharia Cobel, onde trabalhou por 2 anos como servente de pedreiro, ajudando na reforma do Aeroporto Internacional de Campo Grande. Terminado a reforma, passou a trabalhar como terceirizado nas empresas prestadoras de serviços de manutenção predial dentro do aeroporto, desde o ano 2000. Mesmo quando essas empresas foram trocadas, seguindo a lei de licitações (Lei 8.666/93), ele conseguiu permanecer no aeroporto através da sua rede de contatos e também em razão da assiduidade e qualidade do seu trabalho. Permaneceu na manutenção por 10 anos, passando por várias empresas (tabela 9) até ingressar na RP, empresa de serviços aeroportuária, da função de auxiliar de rampa (carregador de bagagens), em 2010. Todas essas funções foram registradas em Carteira, e o ganho poucas vezes passava do salário mínimo, melhorando a remuneração entre uma empresa e outra através dos adicionais e benefícios (vale transporte, adicional noturno, vale alimentação, sacolão, salário família, entre outros).

Para complementar a renda, nas horas/dias vagos ou nos finais de semana, costuma fazer “bico”⁴⁴ como cortador de grama, limpador de terrenos, ajudante de pedreiro, eletricista, entre outras atividades, ou até mesmo fazendo outro trabalho periodicamente regular. Sua rede de contatos dentro do aeroporto, por exemplo, possibilitou atualmente estar em três funções: como atendente de caixa no estacionamento do aeroporto (no contra turno), zelador do estacionamento (3 vezes por semana) e carregador/descarregador de malas das aeronaves (trabalho principal). É comum encontrar indígenas nessa rotina de trabalho, seja fazendo

⁴³ Nosso informante afirma que ficou 7 anos na Cordil. Não encontramos os comprovantes, a Carteira de Trabalho antiga. Fazendo o cálculo com as datas, esse período é de aproximadamente 5 anos.

⁴⁴ Termo usado para referir-se a um trabalho extra, diferente do que usualmente executa. Muitos indígenas fazem “bico” nos dias de folga para complementar o ganho do mês.

“bicos”, seja assumindo dois ou mais empregos, para complementar a renda. Nessa situação é impossível pensar em descanso ou férias. Muitos passam vários anos trabalhando diariamente.

Tabela 17: Experiências de trabalho do indígena Terena Denilson Gregório

Empresa	Data de Admissão	Função
Frigorífico Bordon	1988	Auxiliar de desossa
Coca-Cola	1989	Auxiliar de entregador
Pró-vida Representações Comerciais	02/01/1996	Subgerente
Comaves Ind. e Com. de Alimentos	27/11/1997	Auxiliar de abate
Cobel Construtora Obras Eng ^a .	01/03/1998	Servente
Engelétrica Tecnologia de Montagem	01/02/2000	Manutenção
Orion Tecnologia e Manutenção	01/08/2000	Manutenção
Interway Engenharia e Serviços	06/04/2004	Manutenção
Tecman Serviços Técnicos Prediais	06/04/2004	Manutenção
RP Atividade Aux. Transporte Aéreo	24/05/2010	Auxiliar de rampa

Fonte: dados coletados junto ao entrevistado

Nem todos os trabalhadores indígenas conseguiram construir uma trajetória de relações de trabalho regular, com Carteira de Trabalho assinado, sem ficar muito tempo desempregado, como Denilson. Muitos ficam bastante tempo na informalidade, trabalhando como diaristas, e no caso da construção civil, por exemplo, trabalhando como diarista e recebendo por quinzena. Na função de pedreiro e de servente de pedreiro isso é bastante comum, sendo uma das áreas de forte incidência da informalidade. Denilson e sua esposa não fizeram parte do movimento de luta por moradias porque conseguiram, com muito esforço, comprar o próprio terreno, no Bairro Nova Campo Grande, próximo ao Núcleo Industrial/Polo Empresarial Oeste. O cotidiano desta família retrata a de muitas famílias indígenas de Campo Grande. Atualmente Denilson trabalha no aeroporto, sua esposa e sua filha trabalham de doméstica, e seu filho faz curso de enfermagem. Mora com eles um sobrinho que trabalha de motorista/entregador numa loja de materiais de construção, e que precisa enviar dinheiro para a esposa e filhos que ficaram na aldeia. Não há crianças pequenas na casa. Todos saem nos dias úteis da semana para o trabalho, reencontrando-se à noite e nos finais de semana. Mesmo com várias pessoas trabalhando, as despesas da casa também aumentam, e nem sempre é possível guardar dinheiro. Então, é raro encontrar uma família indígena que conseguiu juntar alguma reserva estando em Campo Grande, visto que esse processo (de despesas e investimentos) se reproduz com a chegada e crescimento dos filhos.

No Jardim Inápolis, região do Indubrasil, nas redondezas do Núcleo Industrial e do Polo Empresarial Oeste, conversamos, em 2016, com o senhor Ronaldo Delfino, indígena Terena, 41 anos, originário da aldeia Lagoinha, Terra Indígena Taunay/Ipegue. Ronaldo mora em uma casa própria, de 5 peças (2 quartos, sala, cozinha e banheiro), e um terreno de 10m x 25m, que conseguiu graças a um Programa de Habitação Popular. Ele é casado com Maria Lucia Vicente Delfino e juntos possuem 5 filhos. Ele era Vice-Presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Inápolis e Pastor da Igreja Evangélica o Brasil Para Cristo. Ronaldo e esposa chegaram em Campo Grande em 1995, quando ainda não tinham filhos. Antes de se mudarem em definitivo, porém, ele “experimentou” a cidade várias vezes, trabalhando esporadicamente na capital, morando ora com a tia e ora com o irmão (ia pra cidade, ficava um tempo, depois retornava para a aldeia). Ao se decidir morar na capital, ficou por 2 anos consecutivos na casa do irmão.

A estratégia de “**experimentar a cidade**” antes de tomar uma decisão definitiva de se mudar é muito utilizada pelos indígenas. Geralmente, um integrante da família vai primeiro,

tenta arranjar trabalho, fazer contatos, e depois analisam com os demais membros a chance de terem “sucesso”. Ter um familiar na cidade com quem contar é um aspecto importante, porque acaba sendo o principal suporte tanto para dar apoio com moradia (muitos vão morar com parente) quanto no processo de arranjar trabalho (a “indicação” é uma estratégia importante da inserção indígena no mercado de trabalho).

Ronaldo e esposa foram para Campo Grande em busca de trabalho, pois, segundo ele, na aldeia era difícil encontrar “*serviço*”, e a única opção acaba sendo as usinas (como cortador de cana). Em Campo Grande, desde que chegaram fixaram-se nas redondezas do Núcleo Industrial e do Polo Empresarial Oeste, na região do Indubrasil, porque havia ali muitas oportunidades de trabalho. Logo ele conseguiu emprego na “Qually Peles”, empresa processadora de couros bovinos (curtume), onde trabalhou por 5 anos. Iniciou trabalhando no setor de “*graxaria*” e depois passou para a “*moagem*” de subprodutos de origem animal usado para a fabricação de ração. Ao ser demitido, Delfino foi trabalhar na “JBS Couros”, onde buscou qualificar-se e aproveitar as oportunidades de “crescimento” dadas pela empresa. Fez curso de “*operador de empilhadeira*” e atualmente atua nessa função. Em 2016 recebia cerca de R\$ 1.300,00 de salário, registrado em sua Carteira de Trabalho, mais benefícios.

Além de Delfino, sua esposa Maria Lúcia também estava trabalhando em uma indústria de confecções como *costureira*, graças ao curso de capacitação de “costura industrial” realizado pela Funsat (Fundação Social do Trabalho de Campo Grande). Através da Funsat, a Prefeitura Municipal cumpria com seu dever estabelecido pela lei do PRODES, ou seja, de garantia de mão de obra “qualificada” para as indústrias/empresas que se instalassem nos Polos Industriais/Empresariais, no Núcleo Industrial e no Anel Rodoviário. Ronaldo e esposa nos apresentaram com orgulho seus certificados de qualificação, como comprovação de sua habilitação para exercer a função de operador de máquina e costureira, respectivamente⁴⁵.

Durante nossa pesquisa de campo, nos diálogos realizados com trabalhadores indígenas de diferentes faixas etária, pudemos notar que a política de treinamento e capacitação de mão de obra através de cursos técnicos não só são ações muito bem vista pelos indígenas, como são ações reivindicadas junto ao poder público para que tenham condições melhores de trabalho e renda. A fala de Ênio Metelo vai nesse sentido.

“Aqui a oferta é maior, mas falta qualificar mão-de-obra. Tem muitos que trabalham na changa, em trabalhos não especializados como pedreiro, jardineiro, vigilante. A maioria das mulheres são empregadas domésticas ou vendem na feira. Mesmo para quem termina o ensino médio, ter trabalho é difícil. Nós indígenas nunca conseguimos trabalhos nos grandes supermercados, no shopping. (ONG Repórter Brasil, 2007)

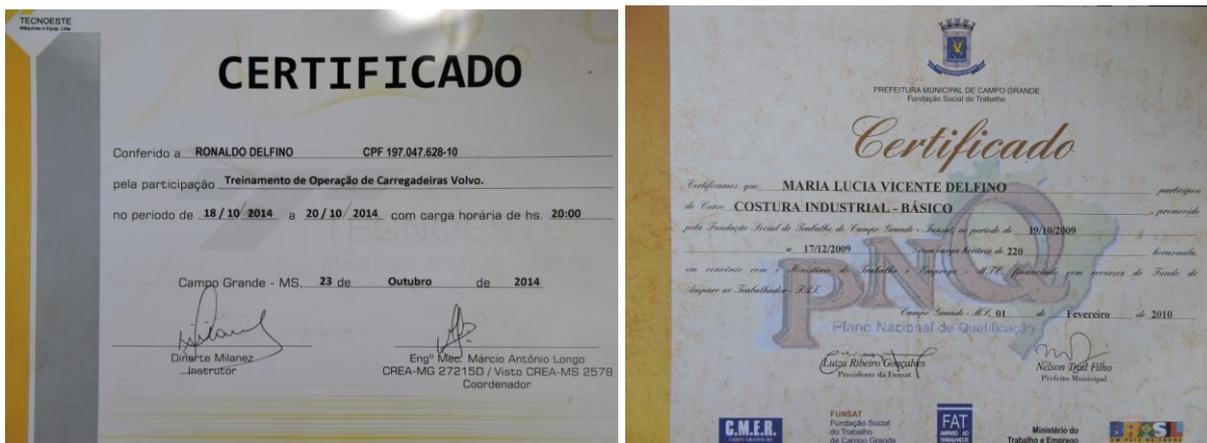
Vanderléia Mussi (2006), em sua tese de doutorado também registrou reivindicações nesse sentido, que haviam sido solicitados no ano de 1996, na aldeia urbana Marçal de Souza quando esta ainda estava na fase de acampamento.

“No dia 02 de setembro de 1996 o Presidente da Associação de Moradores do Bairro Desbarrancado – Lote 13 e o seu vice, Natalício de Souza, fizeram um levantamento junto às famílias do bairro, a fim de reivindicar um curso profissionalizante, que seria oferecido aos moradores, a fim de prepara-los melhor para inserirem no mercado de trabalho urbano. O documento foi encaminhado aos órgãos governamentais e não governamentais” (MUSSI, 2006).

⁴⁵ Antes de finalizar a tese recebi com tristeza a notícia do falecimento de Ronaldo Delfino, e de sua mãe, ambos em decorrência de contaminação com o novo Coronavírus. Ronaldo, sua esposa e seu pai, o Sr. Paixão, foram importantes personagens desta tese, contribuindo com valiosas informações sobre suas vidas na cidade.

Para as lideranças e trabalhadores indígenas qualificar a mão de obra é de extrema relevância para a permanência indígena na cidade. Mas o que é visto como “vantagem” pelos índios, nós entendemos também como política estatal complementar aos interesses do capital, em detrimento das condições sociais, econômicas e culturais indígenas, o que é, sob esse ponto de vista, extremamente desvantajoso, porque a fixa a população indígena na cidade em realidades completamente opostas a uma situação anterior, da vida em aldeia. Enxergar esse aspecto só pelo viés econômico é incompleto e limitado, porque mesmo na condição de “empregado” a situação econômico-financeira é, muitas vezes, uma desvantagem.

Foto 5: Certificado de Treinamento de Ronaldo Delfino e Maria Lúcia



Fonte: foto do autor

Assim, arranjar trabalho assalariado nas indústrias não significa, de imediato, a melhoria das condições de vida. É o que mostra esse trecho do texto de Carvalho (2007).

A cozinha da família é embaixo da árvore. Ali, a avó termina de dar almoço às crianças. O barraco de lona preta fica a poucos metros, e as outras casas da família estão a três quarteirões, no bairro Jardim Inápolis, região industrial de Campo Grande conhecida como Indubrasil. Os avós mudaram para perto dos filhos. Os homens da família estão empregados na indústria de couro: o filho trabalha no corte, o cunhado nas máquinas, o genro separa o couro da carne. Na casa da filha, o genro descansa na rede do trabalho "no faqueiro", no turno que vai das 5 da tarde às 5 da manhã, folgas aos domingos. O frigorífico que fica a dois quilômetros dali, dá pra ir de bicicleta e o horário da noite é melhor, porque ele ganha adicional noturno.

Como se pode notar, trabalho assalariado e precarização são faces de uma mesma moeda. Os indígenas sofreram um processo de desterritorialização violento, impositivo, que fez com que fossem inseridos de forma precária e marginal na cidade. Mas ainda assim, não é possível afirmar que o capitalismo represente para os indígenas apenas dominação/imposição, senão, não presenciáramos reivindicações territoriais e políticas públicas específicas no contexto urbano, ao invés do fortalecimento da luta pela terra e por direitos no contexto rural. Significa, então, que estaríamos diante de três relações, nos três domínios, ou seja: há uma relação contraditória, que é inerente ao próprio desenvolvimento capitalista, quer dizer, da reestruturação econômico-produtiva instituída pela criação do PRODES, em que prevê “promover o desenvolvimento econômico, social, cultural turístico e tecnológico do município”, mas que acaba materializando um resultado inverso, de situações sociais semelhantes ao descrito anteriormente; ao mesmo tempo, é ambíguo, visto que a pessoa não está ali para se emancipar em relação a essa estrutura de dominação, mas o que este buscando, em certo sentido, é uma demanda que é complementar à demanda do próprio capital.

No acampamento Santa Mônica entrevistamos, em 2014, o casal Paulo Basílio Francisco e Nereide Joaquim Francisco, ambos Terena da aldeia Bananal, município de Aquidauana. Antes de irem para Campo Grande, eles foram morar em Sidrolândia (cidade a 60 quilômetros da capital) para trabalhar na empresa “Seara”, indústria de frangos. Chegaram em Campo Grande em 2012 e foram morar com o irmão de Nereide, antes de alugar uma casa. O motivo pelo qual se mudaram para a cidade, segundo eles, foi a busca por trabalho. Nereide trabalhou na linha de “corte de peito” de frango e Paulo na “pendura” (parte do processo em que se coloca o frango nos ganchos para ser limpo). Em Campo Grande conseguiram trabalho na empresa “JBS Friboi”, uma das empresas presentes na região do Indubrasil, antiga Bordon. Nereide exerce a função de “refiladora” (corte de carne). Paulo está na atividade de “limpeza industrial”. Antes de ingressar na indústria de carne exerceu a função de ajudante de pedreiro. O salário atual (2014) pago pela JBS no regime CLT é de R\$ 840,00/mês (pouco mais de um salário mínimo), podendo chegar a R\$ 1.200,00/mês com as horas extras. Nenhum deles exerce outra ocupação fora da empresa. Segundo relataram, a maioria dos moradores do acampamento Santa Mônica trabalha na empresa JBS, ocupando funções semelhantes às suas, bem como, no setor de “embalagens” e na “expedição”. Questionado se pretendem voltar para a aldeia de origem, a resposta é negativa, com a ressalva de “*pelo menos por enquanto*”. Segundo eles não há oportunidades de trabalho na aldeia de origem e isso seria um fator impeditivo. Já a líder do acampamento na época, Vastir Eloy, informou que havia mulheres do acampamento trabalhando, ao lado, no Polo Industrial/Empresarial Oeste, principalmente na indústria de confecções.

Outro diálogo detalhado sobre relações de trabalho foi feito, em 2016, com o indígena Jairo Vieira, de 27 anos, Terena, morador da aldeia urbana Darcy Ribeiro, no Bairro Noroeste. Jairo é da aldeia Lalima, município de Miranda-MS e chegou em Campo Grande em 2000. Já estavam em Campo Grande seus avós paternos, um tio (com quem morou) e um irmão. Foi para a capital com o objetivo de continuar seus estudos, mas acabou não concluindo o ensino médio. Em Campo Grande casou-se com uma indígena Terena da aldeia Ipegue, município de Aquidauana, com a qual teve dois filhos. Em sua trajetória como trabalhador indígena, segundo nos relatou, passou pela função de servente de pedreiro, serviços gerais, abastecedor e depois lavador de ônibus. Nesta última, trabalhava em uma das concessionárias de transporte público urbano da capital. Foi nessa empresa (Consórcio Guaicurus) que, por curiosidade, tornou-se auxiliar de eletricista de automóvel (ônibus). Após ser demitido, conseguiu emprego na função de eletricista de automóvel na empresa “Auto Elétrica Noroeste”, onde trabalha até os dias atuais. No ano da entrevista sua remuneração era composta pelo salário de R\$ 1.020,00 (mil e vinte reais) mais hora extra. Mesmo estando o casal há bastante tempo na cidade, não perdeu o vínculo com suas aldeias de origem. Mas ao ser questionado se pretende voltar para as aldeias, ficou pensativo e logo respondeu que o problema da aldeia é a falta de trabalho. Por esse motivo crê que não voltaria tão logo. Em 2004 Jairo participou ativamente na formação do acampamento indígena no Bairro Noroeste.

A história de vida do senhor Osmar Coelho, funcionário da FUNAI, vai em outra direção do que até então colocamos. Osmar conta que seus pais e ele foram para campo Grande quando ele tinha mais ou menos 12 ou 13 anos, ainda nos anos 1970. Inicialmente foram morar na casa de um parente na vila Planalto, pai do Marcos Terena, chamado Felipe Justino Marcos. Moraram com ele por aproximadamente 2 meses até que sua mãe conseguiu em emprego de doméstica e nesse intervalo ele trabalhava também como vendedor de picolé, engraxate e lavador de carros. Ele conta que na rua sofria preconceito por ser indígena, por dominar pouco o português. Osmar é servidor público concursado na FUNAI e nos contou como foi esse processo desde quando chegou em Campo Grande.

“Aí então comecei, fiz o ‘exame de admissão’, que é quando sai da quarta série para entrar no quinto ano, na escola Guia Lopes, não me lembro o nome, mas eu fiz o quinto ano lá...[depois] eu estudei na escola estadual campo-grandense, aí nesse intervalo eu consegui um serviço na Telems, de serviços gerais, e aí eu fui para a aeronáutica, fiquei 4 anos na aeronáutica, e pra mim como índio foi muito importante porque aprendi a conviver com pessoas de outros estados, pra mim foi diferente, modo de agir, e pra mim foi importante porque aprendi a respeitar e aprendi a ser respeitado, porque lá é uma questão de hierarquia, então foi uma escola pra mim. Aí meu desejo era ser militar, mas em função da faixa etária, então, não podia mais fazer curso de cabo, formação de sargento etc. etc. etc. Aí foi quando retornei, o Marcos, era meu primo, da força aérea, estava fazendo curso de piloto, ele foi pra Brasília, a gente já estava na década de 70, ele foi para Brasília, aí ele me convidou pra ir pra Brasília, aí fui. Aí lá consegui uma bolsa de estudo, aí na ocasião, lá ele morava na Casa do Ceará, que era uma instituição filantrópica e que tinha um convênio com a FUNAI, e aí começamos a estudar entre os indígenas, estudava Terena, Bacairi, Urubu e a tribo do Araguaia, Carajás. E aí então começamos a estudar, batalhar. Aí uma certa vez o diretor, era muito amigo da gente, professor Jaime, era diretor do departamento de Educação [da FUNAI] de Brasília, mandou a secretária dele fazer a inscrição dos índios [para prestar um concurso da FUNAI]. E aí eu fui resistente, eu não vim para trabalhar com índio, eu vim aqui pra estudar, ter uma formação em uma outra área. Aí a secretária falou: é ordem do diretor, professor Jaime, que os índios tem que fazer a prova, é a oportunidade que você tem de trabalhar junto com teus parentes, né. Eu tive uma resistência, eu não vou estudar. Ela disse, se você não estudar você vai voltar para a aldeia, pra tua área de origem. Aí eu falei com o Marcos, a gente considerava como um orientador da gente porque ele era o mais velho, mais experiência. Ele disse, eu aconselho você fazer, faz a prova, de repente você vai ser aprovado. Então, foi que eu fiz a prova com várias pessoas, foi em 79, eu fiz o concurso para técnico indigenista, na FUNAI em Brasília, aí fui aprovado e vários índios foram aprovados na ocasião, assim como ‘não-índigenas’ foram aprovados para trabalhar com povos indígenas em todo o Brasil.”

Como técnico indigenista, Osmar passou por várias experiências com diversos grupos étnicos em Goiás, Maranhão e Roraima até conseguir sua transferência para o estado de Mato Grosso do Sul, trabalhando inicialmente como Chefe de Posto na aldeia Limão Verde e depois indo desempenhar sua função na unidade regional de Campo Grande. Por ter estudado, conseguiu ser aprovado no concurso, e com isso construir uma trajetória diferente de outros indígenas, oportunizando para os filhos melhores escolas, infraestrutura de moradia, formação universitária, etc.

Em Campo Grande observamos vários casos de indivíduos que aparentemente “lograram êxito”, o que não significa que tenha sido fácil atingir os objetivos ao qual foram para a cidade, mas que conseguiram realizar o sonho da casa própria, os filhos concluíram o ensino superior, estão relativamente satisfeitos com suas posições no mercado de trabalho e com suas conquistas materiais. Esse grupo de famílias é formado geralmente por indígenas funcionários públicos, seja da FUNAI, da prefeitura, do estado, ou ainda profissionais liberais, como advogados, enfermeiros, professores, entre outros. Nessa condição, pode se dizer que eles acessam determinados “ambientes”, possuem determinados “privilégios” que a outros indígenas ainda são limitados em razão das condições financeiras, culturais e/ou sociais. O movimento aldeia-cidade (FERNANDES JR., 1997) não é apenas um movimento voluntário, mas é subjacente ao ambiente violento que condicionou os indígenas a buscar um ambiente melhor.

Podemos dizer, através dos diversos relatos e experiências que nos foram compartilhadas, que os indígenas transitam dentro de espaço que podemos chamar de um *campo interétnico de relações de trabalho urbano*, que é basicamente todo o espaço urbano da cidade de Campo Grande. Esse espaço compreende não apenas o ambiente do vínculo de trabalho *stricto sensu* (a empresa e seu âmbito formal, ou o local de execução do trabalho), mas todos os ambientes de circulação dos trabalhadores indígenas, incluindo, portanto, as vias públicas, seus locais de moradia, os espaços de lazer, as instituições religiosas, as reuniões e encontros de natureza diversa, pois são nesses locais, de predomínio das relações sociais informais, que muitas relações de trabalho se originam, contribuindo para a *etnicização* dos espaços das empresas. A lógica que tem prevalecido entre os indígenas, por exemplo, é o uso da “rede étnica de contato” como forma de conseguir ou indicar um emprego. O campo informal é a principal fonte e estratégia de territorialização étnica do mercado de trabalho. As instituições públicas (o Estado) e os espaços políticos também entram no rol dos ambientes que compõem esse campo quando atuam no sentido de garantir direitos, mas principalmente quando agem de forma estratégica para favorecer o capital (por exemplo, garantindo a oferta de mão de obra barata, qualificando trabalhadores através de cursos de capacitação, criando políticas de incentivos à instalação de empresas). Embora o *campo interétnico de relações de trabalho urbano* restrinja-se territorialmente à cidade de Campo Grande, seu escopo atravessa fronteiras ao se ter como cenário o desenvolvimento capitalista em nível global. Esse campo se constitui, portanto, pela relação dialética entre três principais conjuntos de atores: as organizações capitalistas, o Estado e suas instituições, e os trabalhadores indígenas.

A observação sistematizada do índio no ambiente urbano tem colocado questões importantes para a etnologia indígena e para os estudos das sociedades contemporâneas pós-coloniais. Os múltiplos trajetos, individuais e/ou familiares, retratam a pluralidade de situações em que se engajam os indígenas na cidade. Para uns a cidade representa um campo de oportunidades que, quando bem aproveitado, possibilita construir uma vida mais amena, de maior ganho financeiro, de crescimento educacional familiar, de menor dependência do Estado, etc.; para outros, o que poderia ser a “rota de fuga” do abandono social, do confinamento territorial e da opressão constantes nas aldeias de origem, foi, no entanto, a cristalização da subalternidade no seu contexto neocolonial, ou seja, a marginalização territorial e social urbana, a alienação ao trabalho, a dependência financeira e do trabalho assalariado para manutenção familiar, a prisão ao mercado de trabalho, etc.

Embora a situação de vida precária dos indígenas urbanos fosse resultado de todo um sistema de exploração da mão de obra étnica, é justamente essa condição que alimentou a luta pelo direito de viver na cidade e continuar submetendo-se às relações de trabalho assalariado. Esse aspecto tirou os indígenas da fragmentação social e invisibilidade étnica e contribuiu para o protagonismo que lhes colocou numa nova posição de poder, apropriado, todavia, de forma sutil e estratégica também pelo capital e pelo Estado para concretizar o domínio do capital sobre a força de trabalho étnica.

A *produção* da qual sobrevive a atividade industrial e demais setores da economia depende da *reprodução* da mão de obra. Este ponto é importante para a proposição desta tese uma vez que introduzimos o componente étnico na questão da reprodução da mão de obra, levando-nos a valorizar ainda mais a *comunidade doméstica* como sistema econômico e social fundamental da reprodução física (MEILLASSOUX, 1976). A dimensão *trabalho* dentro da comunidade doméstica indígena nos apresenta como fundamento do comportamento e mobilidade social de populações tradicionais no séc. XXI, principalmente porque a conjuntura atual dos seus territórios originais passa por transformações significativas ao serem alcançadas por elementos “modernos” e por cada vez mais serem inseridos num contexto de subordinação econômica trazido pelo capitalismo (venda da mão de obra em troca de salário).

Se antes não foi possível a concretização da escravização indígena em sua plenitude, atualmente a dominação é possível através da exploração direta ou indireta da força de trabalho. Essa dimensão tem sua origem e relevância analítica sistemática em Marx, quando do surgimento do capitalismo e de suas características exploratórias através da produção de excedentes, chamado por Wolf (2005) de *relacionamento assimétrico* entre as classes. Wolf (2005, p.423) vai dizer que “*A essência do capital está na sua capacidade de mobilizar o labor social ao comprar a força de trabalho e pô-la em funcionamento*”, o que exige um mercado onde a força de trabalho pode ser comprada e vendida como mercadoria. Na definição de Sandroni (1994, p.353) “*Trabalho assalariado é típico do modo de produção capitalista, no qual, o trabalhador, para sobreviver, vende ao empresário sua força de trabalho em troca de um salário*”. Essas definições são típicas e recorrentes da sociedade contemporânea na qual a necessidade de sobrevivência rege a mobilização do trabalho inclusive na dimensão territorial. Estas menções vêm ao encontro do que se conhece sobre o trabalho tradicional, baseado em cooperação e ajuda mútua, característicos das sociedades indígenas tradicionais. O capitalismo e a industrialização, como fatores determinantes na transformação e dominação/subordinação daqueles que detêm a força de trabalho, foi determinante, junto com a política de colonização no Brasil, para a criação desse mercado ou reservas de mão de obra. Os elementos característicos da sociedade moderna – industrialização e o avanço tecnológico – decorrente do desenvolvimento capitalista, fundamentam a entrada no contexto das populações nativas contemporâneas a dimensão do trabalho baseado na troca por salários. Uma análise de “índios na cidade”, como extensão dos efeitos dos “tempos modernos” (Charles Chaplin), sob as condições socioculturais alheias às de origem (a cidade), praticando ofícios “estranhos” aos de costume toma, nesse sentido analítico do trabalho, uma perspectiva marxista de análise. No entanto, considerando que os grupos indígenas não estão isolados nas suas relações sociais, de que são partícipes e integrantes de uma sociedade ampla e complexa, e que a presença ou ausência do Estado são determinantes nas condições sociais, isso permite trazer a abordagem durkheimiana do *fato social* em que o comportamento das pessoas é independente de suas vontades individuais, mas estabelecidos pela sociedade e que para tanto deve apresentar as características de *generalidade, exterioridade e coercitividade*. (Durkheim, 2003, 2008).

Nas complexas relações sociais da sociedade indígena “moderna”, como no fenômeno que pretendemos analisar, em que *grupos étnicos* se apresentam como um dos agentes envolvidos e uma vez que as fronteiras territoriais nativas foram ultrapassadas (através do movimento aldeia-cidade), podemos deparar com velhos conceitos como aculturação, civilização, urbanização, ao tentar identificar as fronteiras e manutenção da cultura e tradição. Nesse sentido, creio ser importante recuperar a noção de *fronteira étnica* de Barth (2000) para referir-se ao novo *campo de relações intercultural* vivenciado pelos indígenas em questão: a cidade. A dinâmica de interação tanto no seu ambiente do trabalho quanto nas relações cotidianas do meio urbano, o *contato interétnico*, onde ressurgem as discussões de etnicidade e identidade, permite aplicar a ideia de “*fronteira étnica*” na medida em que esta não pressupõe a limitação do contato, mas traz a noção de que quanto maior o contato intercultural maior a possibilidade de manutenção das *fronteiras*, das diferenças culturais e continuidade das práticas nativas (Barth, 2000).

Os relatos vão mostrando a importância das relações de trabalho e das indústrias para o processo de *territorialização étnica* da cidade. As ações que levaram à expansão capitalista (como, por exemplo, a criação do PRODES) produziram efeitos de diferentes formas e escalas. Uma delas é a recente situação histórica de territorialização do espaço urbano decorrente da **realocação da mão de obra indígena no contexto das relações de trabalho**, deixando de ocupar majoritariamente o meio rural para ocupar espaços também nos centros

industriais. Para entender melhor esse processo, é importante entender outros tipos de territorialização. É o que faremos no próximo item.

3.2. Territorialização fragmentada/dispersa e aglomerações familiares no contexto urbano de Campo Grande

Na década de 1970, e mais precisamente nos anos 1980 e 1990, afirmação esta que fazemos com base nos relatos orais, nos dados censitários e no conhecimento prévio que este autor tem do problema e campo da pesquisa, intensificou-se o deslocamento dos indígenas para as cidades, principalmente para a capital Campo Grande. Nos diálogos que tivemos com nossos informantes, entrevistados, amigos e parentes, que se deslocaram para a cidade por alguma razão, todos foram unânimes em justificar esse deslocamento dizendo que a vida na aldeia “*é difícil*”, porque não tem “*serviço*”, porque o trabalho da roça não é mais uma atividade segura (devido à seca prolongada e à falta de chuva no tempo certo, comprometendo, assim, a colheita) e que a única opção de trabalho lá são as *changas* nas fazendas ou os contratos temporários nas usinas. Tal situação gera insegurança econômica e contribui para a expropriação dos indígenas. Em 2007, Priscila D. de Carvalho, em um trabalho para a ONG Repórter Brasil, registrou a fala de Ênio Metelo, Terena, morador da aldeia urbana Marçal de Souza embora, relatando o que acabamos de mencionar:

“Cheguei em 1978. Viemos atrás de melhores condições de vida, de trabalho. A terra nas aldeias já não estava produzindo mais nada. Nas aldeias, agora tem oitava série, mas antes não tinha. Então, como ia por filhos na faculdade? Meu primeiro filho está no quartel agora. Lá no interior, o trabalho era no corte de cana, ou nas fazendas. Nas fazendas estava muito parado”. (Carvalho, 2007, página *web* Repórter Brasil)

Nessa fala podemos ver que a busca por educação e trabalho motivaram a saída da aldeia. Nesse mesmo raciocínio foi a fala do ancião Terena, Sr. Paixão, morador da região do Indubrasil, que foi para Campo Grande para ficar perto dos filhos: “*Falta trabalho lá em Lagoinha. Só tem no corte de cana. E tem que ficar de 60 a 90 dias fora, sem ver família, filhos. Não tem roça porque não tem terra pra roça. E a que tem está muito cansada*”. Essa fala nos remete ao capítulo anterior, e deixa claro o impacto da criação das pequenas reservas para os Terena. O modo tradicional de fazer as roças foi comprometido pela falta de espaço, já que as roças eram mudadas entre uma colheita e outra, para permitir que a terra pudesse “descansar”. A esse processo histórico, o historiador e professor Antônio Brand também fez sua colocação:

"No Mato Grosso do Sul, as migrações são consequências das políticas públicas integracionistas que falharam, da criação de reservas pequenas e com uma visão de integração, da falta de demarcações de terras. Ao mesmo tempo em que o governo federal não demarca terras, as administrações locais fazem aldeias urbanas" (ONG Repórter Brasil, 2007).

Mas, logo em seguida, a maioria também faz objeções ao dizer que na aldeia “*a vida não é corrida*”, que lá se vive de forma livre, “*trabalha quando quer*” e que não tem os “*compromissos*” que se tem na cidade. Essa questão, na verdade, leva quase sempre o indígena em contexto urbano a mergulhar em contradições e a se mostrar pensativo quanto às vantagens e desvantagens de viver no meio urbano. Mas são unânimes também ao afirmarem que um dos principais motivos da migração, que sintetiza as justificativas dessa população, é a busca por “*melhores condições de vida*” na cidade.

Embora para as aldeias de origem a quantidade de indígenas que foram para as cidades na segunda metade do século XX tenha sido numericamente significativa, do ponto de vista do contexto urbano passou praticamente despercebido, sem muito impacto no reconhecimento e visualização desses indígenas como populações etnicamente diferenciadas e com demandas específicas. Notavelmente, a individualidade característica de um processo de territorialização fragmentado/disperso não permitiu aos indígenas construir um tipo de urbanização capaz de romper com a dinâmica urbana integradora e homogeneizante, e que pudessem solucionar os problemas econômicos-sociais graves que enfrentavam: falta moradias, falta de oportunidades de emprego, qualificação, condições dignas de trabalho, etc.

Conforme levantamos em nossa pesquisa de campo (nas entrevistas), bem como, nas teses de diversos pesquisadores (Fernandes Jr.,1997; Sant'Ana, 2004; Mussi, 2006), a situação socioeconômica dos indígenas de Campo Grande, na década de 1990 (sem excluir o período anterior e posterior, visto que, o fluxo demográfico continuou nos anos 2000), era de famílias vivendo em condições precárias nas periferias da cidade, em barracos, sem saneamento básico, literalmente sem endereço (por conta da clandestinidade), formando pequenas favelas. Aqueles que foram para Campo Grande e que optaram por não se somar a esse grupo, e que não tiveram um parente/amigo/patrão anfitrião que os acolhessem, submeteram-se aos contratos de aluguéis, **inserindo-se na condição subordinada de inquilino**. Se a *situação de favelas* significava inseguranças, marginalização e segregação, a *situação de aluguel*, da mesma forma, materializava a subordinação indígena no sistema hierarquizado e excludente do setor imobiliário, explicitando claramente a desigualdade nas relações de poder nesse tipo de territorialização, isto é, nesse processo de territorialização fragmentado/disperso. E não era raro, segundo proferiu em vários momentos Dona Enir Bezerra, fato confirmado ainda por outras lideranças indígenas, encontrar famílias com aluguéis atrasados, devendo os serviços de fornecimento de água e energia elétrica, e em casos extremos, famílias com falta de alimentos.

Mas, como já colocamos, a situação de carência e desigualdade foi construída ao longo do tempo como estratégia de dominação e controle. Uma vez que os indígenas foram considerados empecilhos para o “desenvolvimento” e o “progresso”, na visão da FUNAI, fazia-se necessário integrá-los à sociedade ou eliminá-los de uma vez por todas. Mas este último o Estado não poderia fazer, pelo menos de forma explícita, tendo em vista que sua imagem poderia ser “manchada” no cenário do mercado capitalista internacional, mas seguindo a ideologia positivista do “desaparecimento étnico” à medida que os nativos viessem a ser “integrados” na sociedade, poderia então atingir tal façanha pelas sutilezas da precarização e desassistência. Centenas de famílias sentiram isso de forma direta, na falta de serviços básicos de saúde e educação, na falta de projetos condizentes com a realidade indígena nas aldeias, na falta de oportunidades de trabalho, e nos casos mais críticos, na falta de alimentos, como procuramos demonstrar no capítulo 1, resultando no processo de **deslocamento “voluntário”** para os centros urbanos. Usamos o termo entre aspas, para explorar de forma proposital o seu sentido metafórico, visto que é perceptível o caráter forçado da urbanização. Assim designamos, no entanto, aquele deslocamento em que há minimamente a chance de se fazer a escolha entre ficar na aldeia ou mudar para a cidade, mas que, por força maior, por necessidades de sobrevivência, a opção de ir para a cidade acaba sendo acionada. O conjunto de famílias indígenas que tomaram essa decisão, assim o fez por motivos socioeconômicos, por necessidades de garantir a subsistência e melhores condições de vida para os filhos. Vejamos, por exemplo, a história de inserção da família Cândido, contada por Uvilson Cândido. Essa história foi-me contada enquanto tomávamos tereré⁴⁶, sentados na calçada em frente à casa do seu pai, na aldeia urbana Água Bonita.

⁴⁶ Bebida típica no estado de Mato Grosso do Sul, feito de erva mate e água gelada.

Nós saímos da aldeia em 99. Na aldeia é difícil. Pra viver na aldeia tem que ter um emprego na prefeitura, [de] professor. Meu pai não tinha. Naquela época eu tinha mais ou menos uns 14 anos. Esse pastor aqui ó (disse mostrando para a casa ao lado), tinha uns 23/24 anos. Aí o que aconteceu: quando eu ‘tava’ com 14 anos, eu falei assim né, eu vou cortar cana. Aí tinha o “adiantado” né, [que o] pessoal falava, eu peguei o ‘adiantado’ escondido do meu pai e da minha mãe. 14 anos. O ‘cabeçante’ era meu primo. Aí peguei, eu comprei as coisas, sabão, essas coisas pra levar, aí metade passei pra minha mãe. Aí não tinha como pagar mais [devolver], tinha gastado já, [ela] pegou. Aí eu fui. Aí nessa época quando a gente ‘tava’ pra lá meu pai veio pra Campo Grande, procurar serviço no japonês, aqui no Campo Novo [na lavoura de hortaliças]. Aí ele veio enquanto a gente ‘tava’ pra lá. Aí quando cheguei meu pai falou assim né, eu fui em Campo Grande procurar serviço, eu ‘tô’ esperando vocês pra avisar que a gente vai mudar pra Campo Grande, né, se der tudo certo a gente vai mudar.

Ele veio só olhar se tinha [serviço]. Aí depois meu irmão [pastor e vizinho na Água Bonita] foi pra Debrasa⁴⁷. Lá em Debrasa fizeram o convite pra ele, ir pá Rio de Janeiro ou São Paulo. Tinha uma gravadora lá, tal de Unção Louvores, eu não lembro se é Rio de Janeiro ou de São Paulo, eu acho que é RJ. Meu primo trabalhava lá. Aí fizeram um convite pra ele. Aí meu pai não deixou não, porque já ‘tava’ tudo pronto pra gente vir embora pra cá. Aí meu pai veio sozinho. Falou vou ficar um mês, vou trabalhar lá, aí vou vir buscar vocês.

Aí [ele] veio, mas foi direto no conhecido dele, porque antigamente, eu era bem criança ainda, ele veio com minha mãe trabalhar. Aí ele lembrou, e procurou esse japonês. O japonês falou, se você quiser vir de mudança, eu vou lá te buscar. Meu pai disse: então vamos. Ele foi lá buscar de caminhão. Chegou encostou F4000. Aí meu pai falou assim: nós vamos mudar pra Campo Grande. Arilson ficou chorando, porque não queria vir embora não. Aí nós viemos de caminhão, F4000. Naquela época acho que não era proibido ainda não, porque a gente ficou na carroceria né, tinha colchão, maioria era só roupa né, [a gente] não tinha nada! Aí vim embora pra cá.

Na fala de Uvilson podemos pontuar alguns elementos relevantes para a análise do processo de urbanização/proletarização que sofreram. Conforme nos relatou, a dificuldade econômica enfrentada por sua família foi o principal motivo que levou seu pai a tomar a decisão de deixar a aldeia e tentar a vida em Campo Grande. Esse processo de deslocamento e inserção na cidade, principalmente aqueles motivados pela procura por trabalho assalariado, mostra que foi possível fazer um planejamento prévio, de um membro da família ir primeiro, fazer o contato com o “japonês”, conseguir recursos (o caminhão) para depois ir os demais integrantes. Nessa situação, nota-se um fato recorrente que até hoje assola a juventude indígena: a falta de oportunidades. Aos 14 anos, Uvilson foi pela primeira trabalhar no corte de cana. Essa trajetória foi muito comum entre os indígenas nos anos 80 e 90. O pai então decide ir para Campo Grande, para tentar mudar o rumo da história dos filhos, mas como podemos ver, o opção de trabalho é na lavoura de hortaliças e essa situação ainda piora drasticamente, tendo em vista que, embora tivessem sido contemplados com casa cedida pelo patrão, optaram por apoiar o filho no curso de cabeleireiro, e com isso passara a morar de forma precária, como mostra esse trecho da fala: “Tinha casa lá [no japonês], só que meu

⁴⁷ Debrasa é o nome de uma usina de açúcar e álcool, localizado no município de Brasilândia-MS

irmão “tava” fazendo curso de cabeleireiro, aí teve que procurar um lugar, porque é distante, uns três quilômetros. Aí o pessoal entrou numa área lá, pertinho do [Bairro] José Abrão[...]. Vivemos muito tempo lá, em barraco de lona” (Uvilson, janeiro de 2020). Composta por pai, mãe e cinco irmãos (três mulheres e dois homens), a família Cândido vive atualmente na aldeia urbana Água Bonita. Inúmeras famílias indígenas fizeram o mesmo percurso, instalando-se de forma **fragmentada/dispersa** no contexto urbano da capital. Este tipo de territorialização fez com que os indígenas vivessem uma espécie de *invisibilidade* e, também, que estivessem mais expostos às situações de discriminação, violências e submissão étnica, levando muitos, inclusive, a **negar sua própria identidade** indígena para poder esquivar-se da discriminação e do preconceito.

Mas essa modalidade de territorialização não se restringe aos idos anos 1990. No dia 12/08/2014 o jornal eletrônico “Correio do Estado” publicou uma matéria relatando uma “invasão” na Vila Bordon, que fica próximo da Vila Romana, da Vila Santa Mônica, e portanto, nas redondezas do Polo Empresarial Oeste. O jornal trazia o seguinte texto:

Há seis meses, as primeiras das 11 famílias - maioria indígenas - que ocupam as margens do córrego Imbirussu, na Vila Bordon, em Campo Grande, chegaram ali. Os barracos de madeira e lona, montados sobre os alicerces de casas demolidas, são bem pequenos e precários para abrigar, em média, cinco pessoas. Há muitas crianças e a rua de terra levanta bastante pó nesse período de estiagem. Ainda assim, as mães e pais afirmam que morar ali é melhor que os locais onde viviam antes (CORREIO DO ESTADO, publicado em 12/08/2014).

O drama vivido pelos indígenas na Vila Bordon retrata bem a realidade que muitos passaram desde a década de 1980, quando chegaram em Campo Grande. A seguir transcrevemos uma parte da reportagem para retratar esse contexto.

Essa é apenas mais uma de outras invasões de áreas públicas em Campo Grande. São as “favelinhas” da capital e a maior delas, com mais de 800 famílias, é a Cidade de Deus, no bairro Dom Antônio Barbosa, em frente ao lixão. A precariedade costuma ser a mesma em todas: más condições de higiene, gambiarras de água e energia elétrica, falta de rede de esgoto, entre outros fatores.

Jânia Dias Paulino, 28 anos, é terena e chegou ali na Vila Bordon há seis meses, junto com tias, primas e outros parentes. Ela está em Campo Grande há cinco anos, quando veio da Aldeia Taunay, em Aquidauana, com o marido e o filhinho mais velho, que hoje tem seis anos de idade. Aqui na capital ela teve mais duas meninas, uma delas ainda de colo.

O marido dela, que trabalha num curtume perto dali, no Distrito Industrial, recebe R\$ 400 todos os meses, o que impossibilita a família de manter o pagamento do aluguel de R\$ 300 da casa onde moravam até o começo deste ano, na Vila Popular. “Além do aluguel, tem a água e luz pra pagar. Não tinha como”, afirmou. No holerite do esposo, segundo ela, ele recebe R\$ 800, mas “tem muito desconto e, no final, sai menos de R\$ 400”.

Numa situação que parece mais difícil, está Adriana Helena Dias Sales, 34, que é tia de Jânia. Ela também veio da Aldeia Taunay com o marido, que é funcionário do mesmo curtume. Ele recebe um salário mínimo e ocuparam a área de onde outras famílias foram retiradas anos atrás porque “não dava mais pra pagar R\$ 450 de aluguel e ainda a água e a luz”, lamentou. O mais grave aconteceu quando ela teve que parar de trabalhar, porque o filhinho do casal, de um ano, nasceu com hidrocefalia e precisa de cuidados constantes. “Eu fazia faxina pra ajudar e a gente ia levando, mas aí começou o tratamento do menino e não posso mais trabalhar”, lamentou.

No entanto, ela, Jânia e outras famílias dali afirmam que o modo como vivem hoje é muito melhor do que na aldeia de onde vieram. “Lá não tinha trabalho. Lá é só

lavoura, mas não dá pra todo mundo. E aqui na cidade a gente tem mais recurso, tem mais saúde. Aqui tem como fazer o tratamento do menino. Lá ia ser bem mais difícil”, disse, lembrando que a primeira-dama da capital, Andréa Olarte, visitou-a durante a entrega de cobertores da Campanha do Agasalho. “Ela disse que ia me ajudar”.

Dos 11 barracos erguidos ali, apenas em três as famílias não são indígenas. Mas a esperança de todos é a mesma: conseguir uma casa própria através dos programas de moradia popular. “Daqui a gente não sai até conseguir uma casa”, enfatizou Jânia”. (CORREIO DO ESTADO, publicado em 12/08/2014).

Tanto a fala de Ênio Metelo e do Sr. Paixão, quanto o relato de Uvilson e a reportagem do Jornal Correio do Estado, deixam explícitos o modo subalterno de inserção indígena na cidade e a situação de vulnerabilidade social, econômica e habitacional. Estar na cidade na condição de trabalhador assalariado não foi sinônimo de “melhores condições de vida”. Além disso, esses dramas, essas situações, essas histórias e esses relatos vão tecendo as contradições, as ambiguidades e a complementaridade da relação capital-trabalho.

Foto 6: Barracos de indígenas Terena na Vila Bordon em Campo Grande-MS



Fonte: jornal Correio do Estado

Quando o motivo da urbanização é a busca por trabalho assalariado ou escola/universidades/formação para os filhos, pudemos observar nas histórias e relatos orais que o deslocamento quase sempre é feito com certo grau de “planejamento”, e nesse caso existe vontade por parte dos envolvidos, dando, portanto, um caráter “voluntário” ao processo de urbanização/proletarização (embora, como vimos, este se caracteriza por ser um processo vertical e imposto à sociedade indígena). Já quando a ida para a cidade se dá em virtude de tratamento da saúde, o “planejamento” é um componente absolutamente secundário, podendo ou não haver, fazendo com que a vida na cidade se coloque como extremamente necessária, portanto, independente da vontade e das condições do sujeito. Nesse caso, o processo de urbanização é ainda mais agressivo, tendo em vista que além de ter que buscar solução para o problema principal, no caso, a doença, a sobrevivência na cidade passa a ser um segundo

problema, impondo a necessidade do trabalho e da obtenção de renda. É nesse sentido que afirmamos: qualquer que seja a motivação que leva os indígenas para a cidade, **o trabalho assalariado torna-se um elemento central** na medida em que é extremamente necessário para a manutenção no contexto urbano.

Conversando com Dona Élide, na Feira Indígena, em frente ao Mercado Municipal, moradora do Bairro Noroeste, ela nos contou como tudo aconteceu para ela estar em Campo Grande. Proveniente da aldeia Cachoeirinha, no município de Miranda, índia da etnia Terena, ela foi para a capital em busca de tratamento de saúde para o esposo, no ano de 1980.

“Foi por motivo de doença do meu marido, viemos pra Campo Grande procurar recurso. Antigamente não tinha recurso de remédio lá na aldeia, não tinha esse ‘postinho’ [posto de saúde] que a gente tem hoje. Então eu vim, procurei FUNAI, na época não era FUNAI, era Casa do Índio, não tinha esse negócio de ‘Polo’⁴⁸. Na época do Eliseu (Lili), Eduardo que já faleceu, por isso que tenho amizade com todo o pessoal da FUNAI. Todo mundo me conhece. Então através da saúde do meu marido eu acabei morando aqui né... eu tenho um filho que trabalha no posto de saúde faz 16 anos, lá mesmo no Noroeste, ele é coordenador lá”. (dezembro de 2019).

Esse primeiro relato da Dona Élide pode ser vinculado ao fato histórico já apresentado, da desassistência estatal na área da saúde. Como se pode notar, esse problema é transversal na história indígena, que fez com que, para que pudessem sobreviver, os indígenas tiveram que abandonar seus territórios e sair em busca de recursos e tratamentos. A ida forçada para a cidade em caso de doenças recai, ainda, em outros problemas: a falta de moradia e renda para permanecer na cidade. Aqueles que, porventura, tem parente ou amigo, encontram aí o apoio do qual precisam, embora, muitas vezes, o acolhimento de mais pessoas na casa pode acirrar ainda mais as condições já comprometidas das famílias anfitriãs. Isso implica na inserção marginal e instável dos indígenas no contexto urbano, como podemos ver na própria história da Dona Élide:

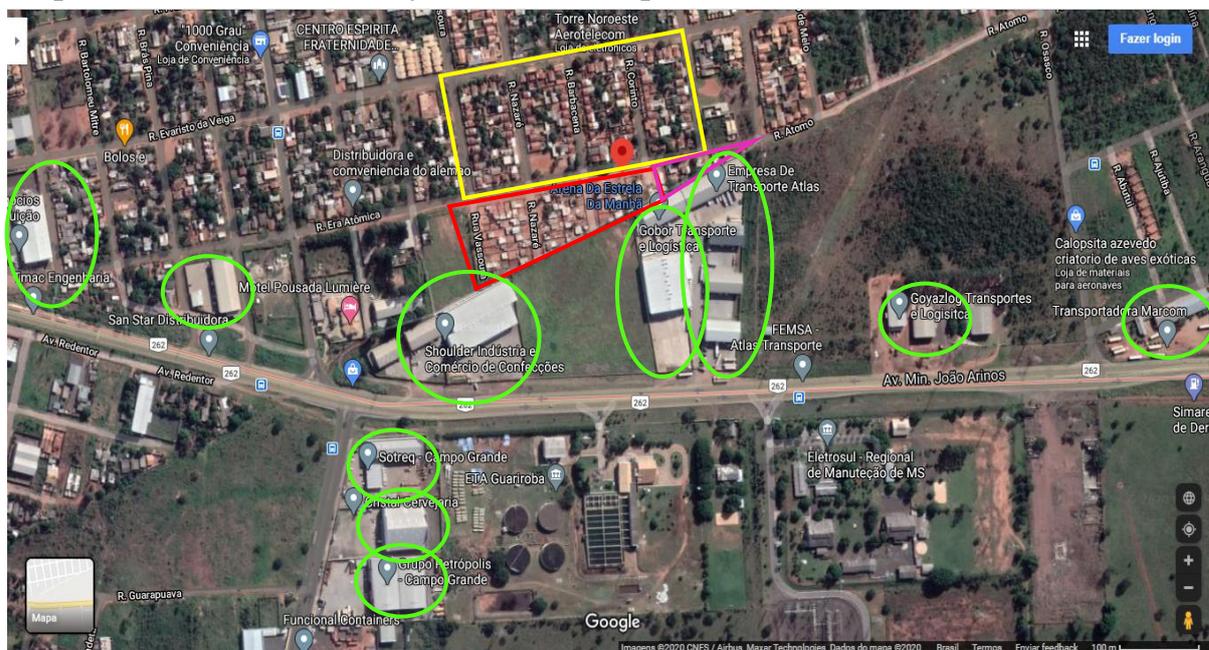
“Morei na casa do índio, morei na [Vila] Santa Carmélia, na casa do tio do meu marido. Eu acho tão... sabe? Eu vejo nossos ‘patrícios’ hoje, vem de lá já tem um lugarzinho pra eles ficarem, assentarem, arrumar um barraquinho. E antigamente? Não tinha nem um barraquinho. Eu morava na casa de um, de outro, eu morei na casa do meu irmão, morei na casa do meu sobrinho, do meu primo, morei na casa do tio do meu marido, e último onde eu morei lá na [Vila] Sayonara, fiz [lá] um barraquinho no terreno do meu irmão. E de lá dona Enir, finada né, me pegou, nós fomos lá pra Jardim Anache, levou umas vinte famílias pra lá. Nós acampamos lá pra retomar um terreno lá. E nós consegui, ela conseguiu pra nós” (dezembro de 2019).

Assim como Dona Élide, centenas de famílias indígenas não tiveram residência fixa ao chegar em Campo Grande, especialmente nas situações não programadas como é o caso de tratamento de saúde. Além disso, a fala da Dona Élide vai no sentido “positivo”, de um “avanço” conquistado, o fato da geração atual, que migra para a cidade, encontrar local para construir um “barraquinho”. A isso ela se referia aos acampamentos já existentes no contexto urbano, e também, ao novo momento histórico em que os indígenas saíram da *invisibilidade*, explicitando suas demandas e, de forma estratégica, coletiva e organizada, transformando a posição subalterna em ações de insubordinação e resistência.

⁴⁸ “Polo-Base” é o centro de apoio aos Postos de Saúde Indígena na atual configuração do Sistema de Saúde Indígena.

Para trazer mais uma vez experiências próprias, a história do meu avô, Bartolo Salvador, que teve de se mudar para Campo Grande por conta da necessidade de ficar mais próximo de hospitais e médicos especializados, se assemelha ao caso anterior. Seu filho mais novo, meu tio, Antônio Márcio, teve de acompanhá-lo em definitivo para a cidade, e com isso, foi forçado a se adaptar neste novo ambiente, a buscar trabalho e moradia. Em Campo Grande eles viveram de aluguel, de favor, compartilharam casa com parente, cuidaram de chácara em troca de moradia, até, finalmente, meu avô, adquirir um terreno com parte do dinheiro de sua aposentadoria, no Bairro Noroeste. Ao lado desse terreno, veio a se levantar, em 2004, o acampamento que se tornaria a aldeia Darcy Ribeiro. Tio Marcio (como assim o chamamos), juntamente com alguns primos que foram para Campo Grande após a ida em definitivo do nosso avô e avó, participou ativamente da formação do acampamento indígena no Bairro Noroeste, até conseguirem a consolidação da aldeia e a casa própria em 2007. O deslocamento por questão de saúde geralmente são os casos mais emblemático do **deslocamento forçado**, e acaba frequentemente favorecendo a territorialização fragmentada/dispersa, visto que a vida na cidade se impõe por extrema necessidade. Nesses casos, as opções entre ficar na aldeia ou ir morar na cidade nem chegam a ser cogitadas.

Mapa 5: Aldeia Urbana Darcy Ribeiro e acampamento Estrela da Manhã



Fonte: Google Earth

O mapa acima, um *print* do Google Earth, mostra a localização geográfica do exposto no parágrafo anterior. No retângulo em amarelo, destacamos a aldeia urbana Darcy Ribeiro; no trapézio em vermelho, fica o assentamento Estrela da Manhã; no triângulo em rosa, está o terreno adquirido pelo meu avô Bartolo. Nesse terreno, o primeiro a morar foi meu avô e avó, juntamente com a família do Tio Márcio (esposa e dois filhos). Após a morte do meu avô, em 2006, outros filhos e netos foram construindo suas casas, uma ao lado da outra, e hoje vivem lá 6 famílias. Como o Tio Márcio participou da formação do acampamento nesse bairro, em 2004, ele conseguiu dois lotes (um é sua casa e outro ficou para um dos filhos). O lote adquirido por seu pai Bartolo foi cedido para os irmãos e sobrinhos.

No mapa, podemos observar ainda, destacados pelos círculos em verde claro, a presença de grandes empresas nessa região, que foram instaladas após o desenvolvimento e urbanização dessa parte da cidade. Hoje, a região do Bairro Noroeste é bastante urbanizada,

mas à época da “ocupação” indígena dessa área (anos 2000), esse local era pouco habitado e toda a parte esquerda do mapa era área verde, formado por pastagens e pequenas reservas de cerrado. Então, sem muita dificuldade, os indígenas encontravam aí lenha, ervas medicinais, palmitos e frutos, como a guavira (fruto do cerrado muito comum nos meses de novembro e dezembro) e bocaiuva.

Para trazer outro exemplo, voltemos novamente ao caso do Tio Denilson. Denilson, conta que chegou em Campo Grande no ano de 1986, aos 17 anos. Seu pai, Damásio Gregório, e sua mãe, Gênea Fialho Gregório, já estavam em Campo Grande juntamente com suas duas irmãs, Marizete e Marilete. Seu irmão, Nerivaldo Gregório, foi um dos primeiros da família a sair da aldeia para estudar agronomia no estado do Mato Grosso. Trabalhando como agente de segurança em uma empresa de segurança privada, o pai do tio Denilson adquiriu um terreno no Bairro Serradinho, próximo ao aeroporto internacional e também ao *núcleo industrial*. Em 1988, tio Denilson “juntou-se” com a tia Maria de Fátima e foram morar com seus pais (Gênea e Damásio). No início eram 6 pessoas na mesma casa, que foi aumentando com a chegada dos filhos. Pequenos desconfortos familiares e falta de privacidade apressaram a saída da casa os pais. Tio Denilson conta que com muito esforço adquiriram uma “casinha” em regime de comodato na Vila Sayonara, ao norte da via Serradinho, composto por 5 minúsculas peças (2 quartos, sala, cozinha e banheiro). Além de servir como moradia para 5 pessoas (Denilson e esposa, mais três filhos), a casa serviu também para abrigar outros parentes (primos/as, irmãos/ãs, algumas inclusive com filhos) que iam tentar a vida na cidade, morando não raras vezes por vários meses. Essa é uma realidade comum das famílias indígenas que vivem na cidade, facilmente numa mesma casa (pequena, por sinal) ou num mesmo terreno, o número de pessoas pode chegar a 10 ou mais, incluindo adultos e crianças.

Após serem removidos pela prefeitura para a construção de rua e pavimentação, foram indenizados e no ano de 1996 adquiriram um terreno, com escritura, na Vila Nova Campo Grande, ao sul da Vila Serradinho, onde construíram uma casa (meia água) de 4 peças. Da mesma forma que a anterior, a nova casa serviu para abrigar mais pessoas do que para a qual foi planejada, sendo comum abrigarem-se no chão da sala, não como visita, mas de forma permanente.

Juntos há 30 anos eles tiveram 1 filho, duas filhas e três netas. Uma das filhas, já casada, foi morar a pouco mais de 1km, no bairro vizinho, Jardim Carioca, em um terreno adquirido pelo pai no sistema de comodato. Na Vila Nova Campo Grande, atualmente moram as irmãs, a mãe e as sobrinhas de Denilson, e no Jardim Aeroporto, há pouco mais de 4km, vivem tios e sobrinhos. Em Campo Grande, Maria de Fátima tem duas irmãs e vários sobrinhos que moram em bairros mais distantes, entretanto, alguns sobrinhos/as dela também moram no Jardim Carioca.

Essa forma de territorialização que a família do tio Denilson construiu, estabelecendo-se em vilas próximas, formando **aglomerações familiares**, é uma das principais modalidades construída pelos indígenas até os anos 1990, e que ainda são praticadas nos dias de hoje. Embora tenham demandas específicas, as famílias que construíram esse tipo de territorialização procuram viver de forma “independente”, mas prezam pelo estreito laço de reciprocidade entre seus membros. No mais das vezes, o nível de envolvimento com organizações indígenas urbanas ou com as redes de relações políticas é menor ou inexistente, sendo estes mais frequentes entre aqueles que estão nas aldeias urbanas e nos acampamentos. Mas se relacionam com os demais indígenas através de visitas, festas, jogos, eventos religiosos, entre outros. O acesso que essas famílias têm às políticas públicas resume-se geralmente aos programas/políticas destinadas à população em geral.

Uma característica marcante no processo de urbanização/proletarização indígena é, portanto, a alocação fragmentada/dispersa dos indivíduos/famílias no contexto urbano. Isso é muito comum entre os que vão tentar a vida na cidade e, embora tenha sido a principal

modalidade de territorialização anterior à formação dos acampamentos indígenas, ela não se restringe a esse período, mas é continua sendo praticada até os dias de hoje.

No entanto, o processo de territorialização fragmentada/dispersa (situação de favelas, situação de aluguel ou aglomerações familiares) no contexto urbano de Campo Grande também é mais complexo, porque não significa tão somente um processo de territorialização fragilizada política, econômica e organizativamente.

Um exemplo claro disso é o caso da região do Indubrasil, que é considerada no discurso dos indígenas e de várias instituições e autoridades governamentais também como “aldeia urbana”, mas na verdade, o que assim se chama é uma região da cidade que engloba o Núcleo Industrial, o Jardim Inápolis, a Vila Manoel Secco Thome, a Vila Entroncamento e o Indubrasil. As cercas de 130 famílias⁴⁹, que vivem nessa região, não estão localizadas em um território contínuo (formando um quarteirão, vila ou bairro exclusivamente indígena, como no caso das demais aldeias urbanas), mas espalhados nessas vilas supracitadas. Mesmo estando dispersos, os indígenas do Indubrasil se organizaram e formalizaram a Associação Indígena do Núcleo Industrial Indubrasil como forma de melhorar a interlocução com o Estado. Sobre as Associações Indígenas no contexto urbano, Sant’Ana escreve que:

“Nas cidades, palco da atuação e peso cotidiano dos *purutuye*, as associações Terena se tornam espaços de sociabilidade e reflexão, de interlocução direta com os setores governamentais (principalmente em termos de reivindicações e busca por novos espaços políticos de intervenção), são espaços de busca por reconhecimento, prestígio e poder dentro da sociedade Terena, são as principais articuladoras dos movimentos afirmativos e, às vezes, são percebidas como a luta “solitária” de uma liderança”. (SANT’ANA, 2010)

No entanto, a mudança da vida em aldeia para os centros urbanos se concretizou de forma avessa às expectativas da cidade como ambiente de prosperidade e de melhores condições de vida. A ambiguidade inerente aos propósitos do sistema capitalista levou os indígenas a se tornarem “visíveis” a partir da “invisibilidade”, ou seja, os indígenas que foram tentar a vida na cidade se tornaram visíveis não a partir de conquistas pessoais, profissionais, sociais ou econômicas, mas a partir da precariedade, da pobreza, da exclusão e, principalmente, da explosão de mobilizações e lutas urbanas que daí decorreram visando superar a grave situação econômico-social urbana, resultando na formação das chamadas *aldeias urbanas*. As inúmeras histórias de vida e trajetórias das famílias indígenas que foram para Campo Grande compartilham em comum a dura realidade de terem que viver em situações de vulnerabilidade socioeconômica, como nas situações de barracos, favelas, nas encostas de córregos, de enfrentar situações de discriminação e preconceito. Parte dessa história só veio a mudar a partir da reorganização política, cultural e social, quando acionaram a condição étnica como instrumento de luta, construindo assim novos mecanismos de relações com a sociedade e com as instituições de poder, como veremos a seguir.

3.3. A formação de acampamentos, aldeias urbanas e poderes políticos

A formação dos acampamentos indígenas clandestinos na área urbana de Campo Grande marca o início de uma nova situação histórica, a *territorialização étnica*. As condições, de exclusão e precarização indígena no contexto urbano (relatados principalmente nos itens 1.2 e 1.3 do capítulo I, e 3.1 e 3.2 deste capítulo), que caracterizaram o processo de urbanização/proletarização, foram motivos suficientes para a emergência de um “**despertar**

⁴⁹ Informação passada pelo Senhor Oíde, presidente da Associação de Moradores

étnico” que resultou na organização de **“ocupações”** de áreas urbanas, chamando a atenção do poder público para a situação étnica na cidade. Para compreender a formação dos acampamentos e das aldeias urbanas como processos distintos, é preciso acrescentar outros fatos que aconteceram de forma concomitante a esses tipos de territorialização.

O primeiro acampamento indígena, Marçal de Souza, formado no ano de 1995, coincide politicamente, no nível municipal, com a segunda gestão do prefeito Juvêncio da Fonseca (PMDB), no nível estadual com o início do segundo mandato do governador Wilson Barbosa Martins (PMDB)⁵⁰, e no nível federal com o início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Vejamos o quadro temporal dos agentes políticos (prefeitos, governadores e presidentes) e seus respectivos partidos, no período de 1993 a 2014.

Tabela 18: Prefeitos de Campo Grande (1993 – 2014)

Ano	Prefeito de Campo Grande	Governador MS	Presidente
1993	Juvêncio da Fonseca (PMDB)	Pedro Pedrossian (PTB)	Itamar Franco (PMDB)
1994			
1995			
1996	André Puccinelli (PMDB)	Wilson Barbosa Martins (PMDB)	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
1997			
1998			
1999	Nelson Trad Filho (PMDB)	José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca) (PT)	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
2000			
2001			
2002			
2003			
2004	André Puccinelli (PMDB)	Dilma Rousseff (PT)	
2005			
2006			
2007			
2008	Alcides Bernal (PP) / Gilmar Olarde (PP)		
2009			
2010			
2011			
2012			
2013			
2014			

Fonte: construção do autor com base nos dados histórico-político de Campo Grande, MS e Brasil.

Nenhum dos envolvidos (nem o poder municipal, nem os líderes do movimento indígena de “ocupação”) estava diante da situação pela primeira vez. Na década de 1990, conforme pudemos abstrair da fala da Dona Élide (p. 123), esses atores já haviam enfrentado experiências semelhantes, mas o que havia se levantado no Bairro Tiradentes (o acampamento Marçal de Souza), era o primeiro movimento de “ocupação” formado exclusivamente por indígenas. A diferença em relação às ocupações que já vinham ocorrendo na cidade em razão da precarização das condições de vida da população urbana estava no fato de aparecer nas reivindicações desse grupo o componente étnico, que emergia como uma forma reelaborada do “levante indígena” e das experiências de organização e luta do MIB dos anos 1970/80, exigindo não apenas “políticas públicas”, mas “políticas públicas específicas”, voltadas para a população indígena urbana. Aqui é importante lembrar que algumas tentativas pontuais de “reação étnica” já haviam sido sinalizadas pelos indígenas nas décadas de 1980/90 como, por

⁵⁰ O primeiro mandato foi de 1983 a 1986. Entre 1987 e 1994 foi senador

exemplo, a criação da Associação dos Moradores Indígenas – AMI (fundada em 1984)⁵¹, as mulheres da Feira Indígena já haviam conquistado, na primeira gestão do prefeito Juvêncio (1986-1988), seus quiosques em frente ao Mercado Municipal e constituído também a AFIC (Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande), que somados à candidatura de Dona Enir Bezerra ao mandato de vereadora, em 1992, mostravam sinais de mudanças e de novas relações de poder no meio urbano.

Mas não foi na segunda gestão do prefeito Juvêncio (1993-1996) que veio a conquista da tão sonhada casa própria, e ainda, da primeira “aldeia urbana” da capital. Foram quatro anos intensos de luta, persistência, negociações políticas, ordens de despejo e muito sofrimento, vivendo sob barracos de lona, até o sonho ser concretizado no ano de 1999, já no terceiro ano da primeira gestão do então prefeito André Puccinelli, e também, no primeiro ano da gestão do então governador José Orcírio Miranda dos Santos (o Zeca do PT), que aliás, havia sido derrotado, nas eleições municipais de 1996, justamente por André Puccinelli (PMDB). Nesse período ainda atuava como presidente da república o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. O prefeito André Puccinelli ingressou na prefeitura em 1997 e assumiu a administração da capital quando estava em curso o movimento indígena urbano reivindicando melhores condições para as famílias indígenas se inserirem na cidade. A aldeia urbana Marçal de Souza foi criada no ano de 1999, num contexto de forte rivalidade política envolvendo os três níveis de poder (municipal, estadual e federal) e os três grandes partidos políticos na época (PMDB, PT e PSDB).

Recorro-me aqui à memória para relatar a situação desse primeiro acampamento indígena no “Desbarrancado”, no Bairro Tiradentes, que presenciei aos 12 anos, em 1996, ano da minha chegada na cidade de Campo Grande. Tratava-se do primeiro acampamento clandestino na época formado totalmente por indígenas⁵², o Marçal de Souza. Quando cheguei em Campo Grande, os jornais televisivos noticiavam a situação dramática de dezenas de famílias indígenas que haviam “*invadido*” uma área da cidade, e que seguiam reivindicando do junto às autoridades governamentais políticas públicas, como a regularização daquela área para posse indígena e a construção de moradias no acampamento, formado por indígenas das etnias Guarani, Kadiwéu, Ofayé, Xavante e, majoritariamente, Terena. Quando fui ao acampamento, tendo em vista que também havia pessoas da minha aldeia (Lalima) envolvidas na ocupação, notei que os barracos eram construídos com todo tipo material que pudesse ser útil (pedaços de madeira, lona, placas, pedaços de telhas de Eternit, folhas de zinco, etc.) e que eram encontrados facilmente nos entulhos da cidade. Outros traziam do próprio trabalho tendo em vista que muitos trabalhavam na construção civil. Faltava estrutura básica como banheiros, e fornecimento de água e energia elétrica. A água chegava por um cano clandestino e atendia todo o acampamento. A energia elétrica também chegava por ligação clandestina, sem cuidados corretos, como por exemplo, o uso de fita isolante nas emendas dos fios. No lugar da fita usavam plástico, correndo o sério risco de um problema elétrico incendiar os barracos. A situação expressava, de fato, a precarização, a exclusão e a marginalização a que foram submetidos os indígenas.

⁵¹ Ver Mussi (2006, p.252)

⁵² Com pudemos observar, os casos empíricos da urbanização/proletarização descritas anteriormente mostra que os indígenas já haviam participado da formação de acampamentos, mas que os mesmos foram realizados junto com “não-indios”. É o que revela os relatos da família Cândido e da Dona Élide, ao integrar os grupos de ocupação da Vila José Abrão e Vila Anache, respectivamente.

Foto 7: Acampamento no Bairro Tiradentes (tornou-se aldeia urbana Marçal de Souza)



Fonte: Mussi (2006)

Mas a “ocupação” do Desbarrancado, embora improvisada e precária, não ocorreu de forma impensada. No capítulo 1 colocamos uma fala da Dona Enir em que ela afirma que a ação foi pensada, articulada e organizada desde o ano de 1992, quando ela havia sido candidata a vereadora (pelo PT), e que em razão de sua campanha percorreu a cidade conhecendo a realidade indígena, vindo a efetivar-se em 9 de junho 1995. Mas ainda assim, tal experiência não deixava de ser único. Em nenhum outro momento da história da população indígena urbana havia acontecido algo tão ousado quanto o que se construía naquele momento. Quatro meses depois, no dia 21 de outubro de 1995, os indígenas acampados criaram e registraram em cartório a “Associação de Moradores de Índios Desaldeados do Lote 13 do Bairro Desbarrancado” que veio a se tornar, depois da criação da aldeia urbana, em 1999, a “Associação dos Moradores Indígenas da Aldeia Urbana Marçal de Souza” (MUSSI, 2006), e que seguiria sendo a principal via pela qual se construiriam as negociações com o poder público.

O diálogo com o poder público via Associação demarca também outro espaço em que os indígenas ocuparam de forma estratégica para demandar políticas públicas, realizar convênios e receber recursos (SANT’ANA, 2010). O sucesso no trâmite das negociações entre os indígenas e o poder público municipal, sob o comando de André Puccinelli, para a criação da aldeia urbana Marçal de Souza, aumentou as expectativas indígenas e a pressão sobre um forte aliado indígena, e adversário político do prefeito da capital, o governador Zeca do PT, resultando também no convênio firmado entre a Associação Kaguatega⁵³ e o órgão público estadual denominado Terrasul⁵⁴. Antes mesmo da construção das casas, ou seja, da criação da aldeia urbana Água Bonita, os indígenas “ocuparam” o terreno adquirido pelo governo e construíram seus barracos, no início de 1999. Mussi (2006) relata esse processo da seguinte maneira:

Assim como foi nucleada a comunidade indígena Marçal de Souza, também a comunidade indígena de Água Bonita ocorreu o mesmo processo. O que difere é que a sua formação não se passou por um longo processo de consolidação, como ocorreu com a Marçal de Souza: é uma comunidade relativamente nova [...] a associação Kaguatega firmou um convênio com a Terrasul, órgão público estadual denominado, posteriormente, de Idaterra, iniciando-se as negociações para a construção das casas da comunidade. Em 2000, a consolidação de novos convênios,

⁵³ O nome Kaguatega veio das iniciais das etnias Kadiwéu, Guarani, Terena e Caiuá.

⁵⁴ Posteriormente se tornou em Idaterra (Instituto de Desenvolvimento Agrário e Pesquisa de Assistência Técnica e Extensão Rural do MS) e, atualmente, Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural)

para a construção de 60 casas, resultou no dia 14 de maio de 2001 a comunidade Água Bonita era oficialmente fundada (Mussi, 2006, 264, 266).

Com o êxito da criação da aldeia Urbana Marçal de Souza, a formação de acampamentos passou ser adotada **como política indígena** de territorialização da cidade. Nota-se claramente a mudança de estratégia entre aquilo que relatamos como processo de territorialização fragmentada/dispersa para um processo de territorialização baseado na formação de acampamentos, de natureza étnica, dirigida pelos indígenas. Mesmo ciente das condições precárias da situação de acampamento, e dos riscos que essa situação trazia, os indígenas persistiram nesse modelo de territorialização da cidade, tendo em vista que, nem todos os que chegaram em Campo Grande conseguiram realizar o “*sonho da casa própria*”, como nos casos relatados anteriormente, e inserir de forma adequada, digna, mas forma para na favela, nas encostas ou nos aluguéis caros e inapropriados. É o que deixa evidente a história do casal Maria Izanir Gomes e Alfredo Vieira, ambos Terena, provenientes da aldeia Lalima, no município de Miranda-MS, e que atualmente residem na aldeia urbana Água Bonita:

“Chegamos aqui [em Campo Grande] em 92/93. Primeiro nós fomos morar com a irmã dele (irmã de Alfredo), aí não deu certo, fomos para a casa da minha irmã (Elizene), depois fomos ‘pro’ aluguel, depois nós fomos ‘pro’ barraco. Saiu uns barraco ali na “Telems”⁵⁵, aí a dona Enir falou pra mim, eu ‘tava’ pagando aluguel, falou pra mim: (— Ôh minha ‘fia’, você não quer um barraquinho?). Porque ela que comandava os barracos. (— Eu ajeito um lugarzinho). Aí eu falei: (— Ôh dona Enir, se ajeitar pra mim é bom. Aí ela ajeitou um. Aí eu bestona disque, tirei, nem era certeza que ia sair ali [o loteamento], fiz meu... foi um material de construção, e fiz uma ‘conta’ [dívida] pra fazer meu barraco. Passou um mês, chegou os policial lá derrubando tudo os barracos. Aí lá da “Telems” aí saiu outra invasão, no Jardim Itatiaia. Lá sim era um barraquinho, dava só meu colchãozinho. Aí de lá veio uma ordem de novo pra nós ser despejado. Aí eu voltei pro aluguel de novo. Aí nessa época, sabe o Domingos? Aquele [esposo] da Lúci. Aí chegou falou pra mim assim, (— oh Izanir, por que que não vai lá, faz um barraco pra você no Jardim Noroeste, que tudo os indígenas diz que tem uma terra, vão construir uma casa disque, vai lá). Aí virei falei pra ele assim, será que é verdade? E não é que nós fomos e foi verdade. Ainda bem que achamos lugar lá. Ficamos 1 anos no Noroeste, no barraco” (Maria Izanir, dezembro de 2019).

Maria Izanir e Alfredo Vieira participaram de três ocupações e sofreram duas ordens de despejo, um inclusive com ação da polícia e uso trator para a destruição dos barracos, onde perderam todo o investimento feito no material de construção. Mas o acampamento Marçal de Souza e as novas negociações que seguiam em curso davam esperanças de conseguir moradia, mesmo a demanda sendo maior que a oferta.

O cacique Guarani-Kaiowá, Nito Nelson⁵⁶, da aldeia urbana Água Bonita, nos relatou numa entrevista, em 2016, que antes mesmo do governo construir as casas os indígenas entraram no local e permaneceram por 1 ano e 5 meses acampados. O grupo era formado por indígenas que se estabeleciam de forma precária na periferia da cidade e que não conseguiram ser assentadas na aldeia urbana Marçal de Souza em 1999.

⁵⁵ Era uma localidade, um terreno, de propriedade da empresa de Telecomunicações de Mato Grosso do Sul, localizado ao lado do terreno que pertencia à FUNAI e que se tornou aldeia Marçal de Souza.

⁵⁶ Nito Nelson faleceu em 16/04/2019.

Aqui é importante abrir parênteses para contextualizar e problematizar a formação da aldeia urbana Marçal de Souza e Água Bonita, desde a fundação dos acampamentos até a criação das aldeias, entre 1995 e 2001. O antropólogo e professor Andrey Cordeiro Ferreira traz um quadro em sua tese (2007) onde mostra que de 1998 a 2004 foi registrado pelo Movimento Nacional de Produtores (MNP), organização ligada aos produtores rurais do Mato Grosso do Sul, um total de 49 ocupações de terras por indígenas no meio rural. Nesse mesmo período, por pressão de lideranças indígenas e dos movimentos indígenas são criadas alguns Grupos de Trabalhos (GT's) para estudo, identificação e demarcação dos territórios Terena, a exemplo das Terras Indígenas Buriti, Limão Verde, Cachoeirinha e Taunay/Ipegue, mas que avançaram a passos lentos e que já eram reivindicações antigas dos indígenas, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988. Mesmo nos casos que culminaram com portarias declaratórias reconhecendo esses territórios como de posse indígena, o acesso à terra, de fato, pelos caminhos legais, não aconteceu⁵⁷, restando aos indígenas recorrerem às ações de “retomadas” (FERREIRA, 2007; ELOY AMADO, 2019). Como vemos, no momento em que acontecem as “ocupações” na cidade, concomitantemente no contexto rural está acontecendo um amplo e forte movimento de luta pelo território tradicional.

Além disso, neste mesmo período o prefeito André Puccinelli (PMDB) adotava uma forte política de industrialização da capital, investindo na atração de indústrias e empresas, através da concessão de incentivos, como doação de terrenos, construção de infraestruturas, isenção de impostos e promessa de garantia de mão de obra qualificada. Assim, com a chegada de André Puccinelli no posto de Prefeito Municipal a situação indígena no contexto urbano adquiriu novos contornos. Em 12 de fevereiro de 1999, Puccinelli criou a aldeia urbana Marçal de Souza, na região leste, e em 25 de outubro desse mesmo ano promulgou também a Lei do PRODES, de incentivo à indústria. Na mesma linha do governo municipal, no ano de 2001, o governo estadual também criou a aldeia urbana Água Bonita, na região norte. Neste mesmo ano, executando a Lei do PRODES, a prefeitura municipal criou o Polo Empresarial Norte, portanto, na mesma região da Água Bonita. A gerente de Produção e Planejamento da Agehab na época, Maria Tereza Rojas Palermo, tentou justificar que a aldeia urbana Água Bonita não seguia as regras dos programas habitacionais. Segundo ela, “*A política habitacional é de colocar perto de locais de trabalho, inseridos na malha urbana. A aldeia de Marçal [de Souza] tem ônibus, escola, posto de saúde. Lá em Água Bonita não tem nada*” (CARVALHO, 2007, in Repórter Brasil).

Por trás de todos esses acontecimentos existe uma lógica de *governamentalização* (FOCAULT, 2004) dos índios que não aparece de forma explícita, mas que está submerso nas entrelinhas da ação capitalista-estatal. Problematizando os pontos apresentados, nós percebemos que no momento em que estava em curso um processo de industrialização em Campo Grande, estava em curso também dois processos distintos de demarcação de terras: um avançando a passos largos na cidade, com o Estado intervindo e dando condições para sua efetivação (criação de aldeias urbanas), e outro caminhando a passos lentos no meio rural, com um Estado extremamente apático, inclusive inviabilizando a demarcação das terras tradicionais. No campo da economia, o PRODES veio a ser aprovado no primeiro ano da gestão do prefeito André Puccinelli. Ao mesmo tempo estava em curso uma política de apoio aos indígenas por parte da prefeitura, havia outra de incentivo ao processo de industrialização da capital, assegurando a garantia de trabalho assalariado aos moradores. A criação das aldeias urbanas ia, portanto, ao encontro das necessidades do capitalismo nos dois sentidos: por um lado, evitava que os indígenas fossem para o campo fazer a luta pela terra tradicional, enfraquecendo com isso esse movimento; por outro, atendia as reivindicações indígenas no

⁵⁷ Com exceção da Terra Indígena limão Verde que percorreu todos os caminhos legais (ELOY AMADO, 2019).

contexto urbano, bem como, as demandas do capitalismo industrial por mão de obra. A atuação do André Puccinelli deixa isso evidente.

Ao se tornar governador do estado de Mato Grosso do Sul, em 2007, André Puccinelli, ingressou o estado de MS como parte interessada na paralização dos estudos antropológicos e não demarcação das terras indígenas. Sua atitude ia, assim, ao encontro do nosso raciocínio: por que ao mesmo tempo em que se tem uma política de demarcação que avança na cidade, tem outra que não avança no campo? Obviamente que em ambas as situações as reivindicações apareciam como legítimas, porque a vida na cidade também poderia melhorar as condições de vida dos indígenas, de acordo com o que eles acreditavam que fosse “melhores condições”. No entanto, é muito mais interessante para o capital dar um “pedacinho” de terra para os indígenas morar em Campo Grande do que permitir que eles voltassem para a aldeia e impedir o avanço do capitalismo no meio rural. Quer dizer, para aniquilar qualquer movimento de resistência, “levante indígena” ou insubordinação no campo, a política de Puccinelli quando na função de prefeito da capital foi no sentido de investir na permanência dos indígenas na cidade, e de forma complementar, garantir um contingente de mão de obra e força/energia que poderia ser aplicada na indústria, ao invés de ser aplicada nas aldeias ou nas ações de retomadas.

Em relação ao governo estadual do PT, e que posteriormente (em 2003) veio a ser reforçado com a eleição do Presidente Lula, é que, apesar de ter se instalado uma política supostamente de aliança e proteção dos povos indígenas, tem-se, na verdade, a ampliação do modelo desenvolvimentista e o acirramento do conflito fundiários, com a diminuição da demarcação de terras e a expansão do agronegócio e da indústria.

É nesse contexto que os indígenas continuaram a realizar as “ocupações” e o Estado (a prefeitura) foi criando as aldeias urbanas. A aldeia urbana Água Bonita, localizada na microrregião do Segredo, no norte da cidade, foi fundada em 2001 por força de reivindicações da população indígena que se instalaram e montaram acampamento naquela região. Foi importante para a concretização da aldeia Água Bonita a atuação da Associação Kaguataka (Associação dos indígenas Guarani, Kaiowá, Kadiwéu, Guató e Terena), criada em 1997 para atuar em favor dos indígenas junto aos órgãos públicos.

A criação da primeira aldeia urbana de Campo Grande, Marçal de Souza, na gestão do prefeito André Puccinelli (PMDB), tornou-se um modelo, com infraestruturas desejada e reivindicada pelos indígenas (que fortalecia as “ocupações” como política de territorialização indígena). Além das casas de alvenaria, cujas fachadas lembram o formato de uma “oca”, a prefeitura construiu uma escola e um Memorial de Cultura Indígena. Atualmente a aldeia tem asfalto e rede de esgoto. Por essa razão, a aldeia Marçal de Souza entrou na rota turística da capital.

Em 2004, foi criado, na gestão do então prefeito André Puccinelli, o Conselho Municipal de Indígenas, cuja responsabilidade seria o de intermediar as demandas indígenas com o poder público. Nesse ano, ocorreu a terceira “ocupação” em Campo Grande, no Bairro Noroeste, vindo a se transformar em aldeia urbana Darcy Ribeiro em 2007, na gestão Nelson Trad Filho, sucessor e apadrinhado político de Puccinelli na prefeitura. Segundo o diretor-presidente da EMHA na época, Rodrigo Aquino,

"Na mesma semana em que o Conselho encaminhou a reivindicação, por coincidência, o prefeito [André Puccinelli, na época] tinha uma reunião com a Caixa Econômica Federal e perguntou sobre a possibilidade de projeto específico para os indígenas. Descobriu que havia recursos disponíveis pelo FNHIS [Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social]. Foi o primeiro convênio realizado no Centro-Oeste pelo Fundo" (Rodrigo Aquino, diretor-presidente da EMHA).

A atuação do Conselho resultou no loteamento e construção de 98 casas no Bairro Noroeste. Todas as aldeias urbanas da cidade de Campo Grande, com exceção do Indubrasil, principiaram na forma de *acampamentos*.

Depois do acampamento no Bairro Noroeste, parte da população indígena que não conseguiu ser contemplado com moradia continuou acampada próximo à aldeia urbana Água Bonita, até a construção da aldeia Tarsila do Amaral, que fica em frente a aldeia urbana Água Bonita. Em 2014, os indígenas vieram novamente a formar novos acampamentos, dessa vez no Bairro Santa Mônica, Vila Romana e nos fundos (no mesmo território) da aldeia Água Bonita. No entanto, no caso da Santa Mônica e Vila Romana, cada família construiu suas casas com recursos próprios, recebendo do estado (município) apenas a regularização da área. Já no acampamento que se formou nos fundos da Água Bonita, foi beneficiado pelo Programa Nacional de Habitação Rural, de onde receberam recursos para construção das casas.

Esses processos de territorialização (formação de acampamentos e aldeias urbanas) resultaram em um novo tipo de relação com as instituições de poder e com a cidade, deixando os indígenas de atuar no campo da **individualidade** para atuar de forma **coletiva**. Mas, como pudemos perceber, esse processo recupera a antiga relação dos quais fugiam em suas aldeias, (a tutela), na medida em que passaram a responsabilizar e a convocar de forma mais incisiva a FUNAI e o poder público municipal, estadual e federal para encontrar soluções para os problemas da população indígena na cidade. Foi justamente nesse momento que sentiram de perto a discriminação institucional, ao receberem da FUNAI consecutivas negativas para suas demandas, sob o argumento de que a instituição foi criada para atuar em prol dos indígenas “aldeados”, daqueles que permaneciam no contexto rural. Com isso, responsabilizava os indígenas pela situação de “desaldeados”, mas também, a instituição estatal esquivava-se de suas responsabilidades na garantia dos direitos indígenas. Nesse sentido, a “aldeia urbana” estaria fora dos critérios das políticas públicas do órgão indigenista estatal. Ao mesmo tempo em que assumiam a condição, por exemplo, com a criação da “Associação de Moradores de Índios Desaldeados do Lote 13 do Bairro Desbarrancado”, a atuação indígena foi no sentido de inverter a negativa da FUNAI e encarar o estigma de “desaldeado”⁵⁸. O mais intrigante nesse ponto é que, nesse período, a FUNAI já estava sendo dirigido por indígenas, sendo tal posicionamento contraditório ao que esperava parte do movimento indígena, que defendia a ocupação dos espaços públicos, especialmente dos órgãos indigenistas, como estratégia de “emancipação” e de melhoria do atendimento dos indígenas.

O governo do estado, por sua vez, construiu a aldeia urbana Água Bonita posicionando as casas também de alvenaria uma ao lado da outra, formando um círculo oval. A parte frontal das casas foi pintada com grafismos indígenas das diversas etnias do estado. Na entrada da aldeia foi construída uma “oca”, um salão redondo, de uso coletivo para reuniões, encontros, festas e eventos. O governador que Zeca do PT, adversário político do prefeito da capital, não mediu esforços para realizar a mesma política de apoio aos indígenas que viviam em condições precárias na capital. Assim, em 2007 inaugurou a aldeia urbana Água Bonita, na área rural da cidade, mas que atualmente encontra-se totalmente vinculada à área urbana, visto que foram “alcançados” pelo crescimento da cidade

⁵⁸ Segundo Mussi (2006), “por índios desaldeados designavam-se aqueles indígenas que saíam de suas aldeias em busca de novas condições de vida e trabalho e que não haviam sido reconhecidos como urbanos, pela sociedade envolvente e pelos seus próprios patrícios[...]. E mais: “este não reconhecimento é decorrente de um estigma disseminado pelo senso comum que os discriminava como indivíduos desaculturados, ou seja, aqueles que eram desprovidos de identidade, seja indígena seja não indígena”

3.4. Considerações finais preliminares

O processo de territorialização étnica, consolidado através da construção das aldeias urbanas é, assim, também, um fenômeno integrado aos interesses do capitalismo. Ao mesmo tempo em que atende os interesses indígenas, atende também às principais demandas capitalistas por disponibilidade de mão de obra, baixos salários e menor presença indígena no campo. Por outro lado, ao mesmo tempo em que simboliza a insurgência contra uma determinada situação social de exploração, é também uma reivindicação étnica amenizadora da situação de superexploração do trabalho indígena, que se materializaram na situação de favelados e inquilinos.

Embora os indígenas estejam em Campo Grande, conforme registros, desde a década de 1950, o que já significa o rompimento com a situação histórica de “reservado/aldeado”, imposto pelo Estado através do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), somente a partir de 1995 é que se observa a postura urbana coletiva e organizada com a finalidade de melhorar a situação econômico-social na cidade.

A análise sob a perspectiva da inter-relação desses processos aponta evidências de que a formação das aldeias urbanas foi um processo dirigido pelo Estado que atenderam a duas demandas complementares, a dos indígenas por moradia e a das indústrias/empresas por mão de obra.

Como se pode observar, os povos indígenas do Mato Grosso do Sul são ativamente partícipes da economia regional, especialmente como força de trabalho. Diversos autores⁵⁹ já haviam apontado o assalariamento como característico da organização social indígena. Isso se conjuga, a partir dos anos 1990, com mudanças importantes no perfil da cidade de Campo Grande que fortaleceram esse movimento: crescimento populacional; taxa de urbanização positiva; trabalhos formais, que contribuíram no projeto dos indígenas de fixação no espaço urbano, ou seja, aos indígenas abriram-se oportunidades na construção civil, para os homens, e nos trabalhos domésticos, as mulheres, principalmente, preenchendo assim uma lacuna trazida pelo crescimento urbano. Assim, “se apropriaram” do contexto das transformações econômicas para inovar suas estratégias de reprodução, autoafirmação identitária e resistência étnica. O processo de territorialização étnica do espaço urbano de Campo Grande se concretizou com a construção das aldeias urbanas, sendo a maioria inaugurada na década do ano 2000. Mostramos que isso tem relevância quando correlacionado com outros dois que completam a situação histórica atual: 1) as ações dos poderes executivos (municipal, estadual e federal) se mostraram favoráveis, e complementares, à expansão do capitalismo⁶⁰; 2) é desse período a criação dos polos empresariais e a revitalização do núcleo industrial na capital, bem como, a instalação do PRODES pela prefeitura municipal de Campo Grande, que possibilitou a expansão e incentivos a diversos empreendimentos.

⁵⁹ Roberto Cardoso de Oliveira, Edgar Assis de Carvalho, Andrey Cordeiro Ferreira, Mario Ney Rodrigues Salvador.

⁶⁰ No cenário político, foi marcante a atuação dos governantes: na prefeitura de Campo Grande estava o prefeito André Puccinelli, do PMDB, (gestão 1999 – 2006), que se tornaria governador em 2007; no governo do Estado estava o governador Zeca do PT (1999 – 2006) e na presidência da república o presidente Lula, também do PT (2003 – 2011).

Capítulo IV – Territorialização étnica e mudanças nas relações de poder

“Campo Grande conta com mais de 10 mil índios das etnias Terena, Guarani, Kaiowá, Guató e Kadiwéu. São quatro aldeias, além de acampamentos e aglomerados indígenas. A Marçal de Souza, localizada no Bairro Tiradentes é a primeira aldeia urbana do Brasil, criada em 1999. Os telhados das casas de alvenaria lembram o formato de ocas. No local há também o Memorial da Cultura Indígena. O espaço que virou atração turística comercializa cerâmicas e artesanatos. A aldeia tem ainda a escola municipal Sullivan Silvestre que com o trabalho de professores índios ensina aos alunos a arte e a cultura indígena, além da língua Terena.[...] No Jardim Noroeste está localizada a aldeia urbana Darcy Ribeiro. Já as aldeias Água Bonita e Tarsila do Amaral ficam na região do Bairro Vida Nova III. Na Água Bonita o município incentiva a produção de hortaliças, gerando renda para as famílias. A produção é comercializada nas feiras da cidade. Já na região central de Campo Grande, outro local que irou atração turística é a feira indígena, ícone da história dos índios de Campo Grande. A feira localizada ao lado do Mercado Municipal abriga hoje quiosques para a venda de diversos produtos. O espaço foi revitalizado pela prefeitura de Campo Grande e recebeu a visita do Coordenador dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. As lutas e as conquistas dos índios fazem parte da história da cidade morena que cresce a cada dia. Nesses anos todos muita coisa mudou, desde o acesso ao emprego, moradia, educação à recuperação da auto estima.” (Documentário. Prefeitura Municipal de Campo Grande. Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas – CMDDI)⁶¹

A epígrafe deste capítulo é parte da fala do narrador de um documentário intitulado “*Indígenas de Campo Grande – Estado de Mato Grosso do Sul*”, produzido pela Prefeitura Municipal, em 2015, como parte da comemoração dos seus 116 anos. O material audiovisual buscou enfatizar as “conquistas”, o trabalho e a luta dos indígenas na cidade, trazendo a fala de anciãos e de lideranças tradicionais para reforçar esse aspecto. Ainda que, visivelmente minimizando a dificuldade de “ser indígena” na cidade, ignorando a difícil realidade socioeconômica, o conteúdo do material não deixa de representar a elucidação de uma nova fase na história da população indígena urbana. Essa fase é marcada pela presença contundente do componente étnico nos espaços da cidade. Além disso, essa e tantas outras *situações sociais* colaboram para superação dos estereótipos e para o fato de que essas pessoas não deixam de “ser índio” quando vão morar na cidade.

Esse gesto simbólico da Prefeitura Municipal de destacar e “reconhecer” sua importância na construção da capital mostra que os indígenas estão diante (e no caminho) de uma nova fase das relações interétnicas e de poder na capital, como reforça o narrador neste trecho: “*Com muito trabalho, a comunidade indígena ajudou a construir a capital [...]*”. Esta epígrafe, síntese das “conquistas” indígena em Campo Grande, retrata parte de um processo que procuramos apresentar até aqui, e que iremos reforçar neste capítulo: a *territorialização étnica*.

Há fortes indícios de que os indígenas em Campo Grande estão vivendo um “novo tempo”, diferente daqueles tempos de outrora, quando cada qual, cada família, enfrentava

⁶¹ Vídeo documentário “Indígenas cada vez mais participando da vida econômica, social e política da nossa capital morena”. Prefeitura de Campo Grande. Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande – CMDDI, in < <http://cmddicgmsbr.blogspot.com.br/>>, acesso em 07/10/2015

sozinho as hostilidades da vida urbana. Essa mudança se deve também ao um contexto mais geral no campo das relações interétnicas, que contribuíram para a reafirmação identitária. Segundo Oliveira,

“[...] os movimentos sociais de afirmação de identidade começaram a eclodir – como, no caso dos índios, o pan-indianismo está aí para confirmar –, a autoafirmação da identidade indígena passou a ser uma regra de aceitação absoluta pelo movimento. O ser índio passou a ser fonte de dignidade e de auto-valorização do “Nós tribal”. Tal como o movimento negro norte-americano cunhou-se a expressão “Black is beautiful”, no movimento indígena expressões equivalentes começaram a surgir. O reconhecimento da identidade do indígena como ser coletivo passou então a ser mais do que um direito político; passou a ser um imperativo moral” (OLIVEIRA, 2000, p. 18).

Esse movimento de autoafirmação étnica, de autovalorização, encontrou na população indígena urbana de Campo Grande um solo fértil para sua germinação e expansão, principalmente porque essa população já havia saído de suas aldeias de origem esperando encontrar um ambiente favorável, em que fossem tratados como igual, sem preconceito, independentemente do seu pertencimento étnico, mas que acabou sendo o oposto. Segundo a antropóloga Lucia Rangel,

"Existe uma carga histórica de preconceito e ela é pesada. A discriminação leva à decisão de esconder os pertencimentos. Antes, estas pessoas não podiam dizer que eram índios porque perdiam emprego. Até hoje há desconfiança. Isso é muito pesado e é muito forte em uma sociedade como a nossa, com muita diferenciação, preconceito, hegemonias. E não acontece apenas com os índios, mas no caso deles se torna claro porque muitas vezes é dolorido esconder que são índios, porque gostariam de poder ter suas reuniões, suas religiões. Não é confortável ter que esconder quem você é. Por isso é que, quando eles sentem que há espaço para declararem seus pertencimentos, elas o fazem, mesmo que isso implique em continuar enfrentando alguns preconceitos" (Lúcia Rangel, *in* Repórter Brasil).

Ao se depararem com o contexto urbano hostil, segregacionista e preconceituoso eles descobriram que precisariam lutar para conseguir espaço na cidade, conforme afirmam várias de suas lideranças. A situação histórica atual é um retrato sólido de que esse espaço foi conquistado. Mas reconhecer este aspecto não significa obstruir nossa visão para as contradições e ambiguidades subjacentes a esses processos, ao contrário, é reafirmar dentro de parâmetros científicos e de critérios metodológicos que, comparativamente ao que foi a população indígena urbana no passado, enfraquecida do ponto de vista político, organizativo e cultural, está evidente que estamos diante de uma mudança nas relações de poder. O movimento de resistência e reafirmação identitária no contexto urbano ganhou espaço a partir da formação dos acampamentos e das aldeias urbanas. Isso não se vê apenas na prática e no discurso indígena, mas na prática e no discurso do Estado e no cotidiano da sociedade, como veremos no decorrer deste capítulo. O método utilizado será a descrição e análise.

A descrição das aldeias urbanas – da infraestrutura e características, dos recursos ambientais disponíveis em cada situação, localização, etc. – ajuda na compreensão desse processo como um novo momento da história indígena, de territorialização étnica da cidade. Sem deixar de tratar desses aspectos dentro da perspectiva dialética, ou seja, buscando atentar-se para suas ambiguidades e contradições, mostraremos neste capítulo como que, através das aldeias urbanas, os indígenas vão se apropriando dos diversos espaços urbanos, acrescentando-lhes o componente étnico como parte da identidade desses ambientes.

4.1. Aldeias urbanas e territórios indígenas urbanos: características, infraestruturas e aspectos socioambientais.

4.1.1. Aldeia urbana Marçal de Souza

A aldeia urbana Marçal de Souza é uma área de 4 hectares que foi dividido em 128 lotes, incluindo as de uso coletivo. A maioria dos lotes residenciais (98 no total) tem entre 160m² (8m x 20m) e 200m² (10m x 20m); 25 lotes tem entre 200m² e 300m² e apenas 3 lotes tem mais de 300m². Após anos vivendo em barracos de lona e em condições muito precárias, finalmente, em 1999, a Prefeitura de Campo Grande inaugurou 163 casas para os indígenas, todas de alvenaria (MUSSI, 2006), fundando a primeira aldeia urbana do país, cujo nome “*Marçal de Souza*”, foi dado em homenagem ao líder indígena Guarani, assassinado em 1983. A área da aldeia totaliza quatro hectares e na época de formação do acampamento era uma região um pouco afastada do centro da cidade, e bastante conhecida por atos de violência pela presença de gangues rivais da cidade.

A aldeia urbana Marçal de Souza é um marco na história da territorialização étnica na cidade de Campo Grande. Depois da construção das casas, os indígenas passaram a exigir outros direitos. Dentre as reivindicações estava a construção de uma “escola indígena” em que pudessem incorporar alguns anseios da população indígena urbana, como o ensino da cultura e língua materna, por exemplo, incluindo a arte (o artesanato), a dança e as histórias indígenas. Em 12 de fevereiro de 1999, a Prefeitura Municipal de Campo Grande publicou no diário oficial do município o decreto nº 7.790, criando dentro da Aldeia Urbana Marçal de Souza a “Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira Tumune Kalivono” (que na língua Terena significa “Criança do Futuro”). Interessante observar que o primeiro nome foi acrescentado em homenagem ao, então, Presidente da FUNAI, que articulou juntamente com o prefeito da cidade, na ocasião, o médico André Puccineli, a criação da aldeia. Sullivan Silvestre havia sofrido, naquele ano, um acidente aéreo vindo a falecer em 01 de fevereiro de 1999. Além, claro, de expressar o reconhecimento pelo trabalho e dedicação junto aos povos indígenas, a homenagem demarca também como o reconhecimento da importância das redes políticas que os indígenas construíram e tentam manter, como estratégia para atingir seus objetivos.

Além da escola, na aldeia urbana Marçal de Souza foi construído também um “memorial da cultura indígena” que é usado para exposição e comercialização de artesanatos, cerimônias políticas, festas e apresentações culturais. O “memorial” tem o formato de uma oca e foi construída combinando materiais usados na construção de casas tradicionais e material de alvenaria. Esta estrutura colocou a aldeia urbana Marçal de Souza na rota turística de quem deseja conhecer a história e o “povo campo-grandense”. O ônibus que realiza o *tour* pela cidade leva os turistas a conhecer a aldeia e o memorial. A concentração de indígenas em espaços específicos não deixa de ser um tanto “exótico” para quem nunca teve contato com grupos indígenas, e isto gera admiração e muitas fotografias dos indígenas.

Foto 8. Escola Municipal Tumune Kalivono e Memorial da Cultura Indígena



Fonte: foto do autor (da esquerda) e Google Earth (da direita)

Os indígenas residentes na Marçal de Souza mantêm laços familiares e de reciprocidade bastante próximas. Quando alguém está desempregado, ou quando alguém recém chegado da aldeia se encontra na cidade, há sempre a indicação de oportunidades de trabalho, até situações de intermediação entre aquele que precisa de trabalho e o patrão. É comum ainda, os indígenas da cidade, que já se encontram de certa forma estabilizados, receber parentes vindo das aldeias para tentar a vida na cidade. A tentativa de preservação da cultura indígena também é algo marcante nas aldeias urbanas de Campo Grande. Em datas festivas a Kôyxotí-Kipaé (dança da ema) é uma das mais esperadas pelo público. A língua Terena também se tem buscado preservar através do ensino na escola indígena local. Além disso, os artesanatos e os artefatos indígenas são elementos fortes de que a cultura ainda resiste no tempo e nas condições de urbanidade indígena atual.

Mapa 6: Mapa turístico de Campo Grande



Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secretaria de Turismo

Um dos aspectos a destacar da aldeia urbana Marçal de Souza é o seu reconhecimento como parte da rota turística de Campo Grande. O mapa acima mostra que sua localização privilegiada e os investimentos feitos na sua infraestrutura foram fundamentais para reconhecer os indígenas como parte da história da cidade.

A “finalização” da construção da aldeia seria, para Dona Enir, seu grande desafio enquanto cacique, que iniciava em 2009, pois, segundo ela, o projeto de aldeia “ficou pela metade”. E este “toque final” significava o asfaltamento da aldeia, a construção de um centro comunitário e a instalação de saneamento básico. Isso revela os desafios que as aldeias urbanas enfrentam após atingirem seus primeiros objetivos, que são a construção das casas. Das 4 aldeias urbanas, apenas Marçal de Souza possui asfalto hoje. A foto abaixo, tirada pelo autor em 2015 mostra que um dos objetivos traçados pela cacique foi conquistada, porém, como toda obra pública mal feita, marcado pela má qualidade, já apresenta danificações e imperfeições.

Foto 9: Asfalto da Aldeia Urbana Marçal de Souza



Fonte: foto do autor

Atualmente a aldeia já se encontra bastante diferente do seu projeto original. Cada morador foi adaptando as casas conforme as necessidades. Ampliaram, construíram muros, remodelaram a fachada, mas ainda assim, ao aproximar sobre esse tema, adentramos num aspecto fundamental da população indígena na cidade que é o **choque intercultural**.

Em nossa pesquisa de campo pudemos visitar parentes e conhecidos. Observamos que o projeto original das casas trazia quatro peças (sala, 1 quarto, cozinha e banheiro) de tamanho bastante reduzido. Para o padrão das famílias indígenas, que tem em média 5 filhos, as peças reduzidas da casa foram, por um lado, um alívio de se ter uma casa razoável para morar e, por outro, incompatível por não poder possibilitar uma instalação adequada para todos os membros da família. Até hoje, em razão do nível de renda continuar baixo, muitas famílias não conseguiram fazer acréscimos na casa na mesma proporção da quantidade de pessoas residentes. Esse desconforto acaba se tornando ainda maior com a chegada de parentes e visitas das comunidades de origem, quando muitos dão apoio como abrigo provisório para que possam encontrar trabalho e moradia.

Foto 10. Aldeia Urbana Marçal de Souza



Fonte: Google Maps

A aldeia urbana Marçal de Souza é um caso emblemático por qual perpassa a discussão sobre o que é a “urbanização indígena” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968). Da forma como foi utilizada, o termo nos leva a crer que existe um choque entre uma estrutura moderna capitalista e uma estrutura tradicional (tribal). Mas, na verdade, essas sociedades não são sociedades isoladas, homogêneas e nem o gênero de laço social que eles produzem no contexto urbano é uma repetição dos laços tradicionais. Já é outra coisa. A situação das casas é um exemplo disso. Quando se tem um número de famílias muito maior por unidade habitacional, isso não é só um traço de pobreza, porque senão nos bairros onde não se tem aldeias indígenas não teria toda a relação de vizinhança, então isso é um aspecto semelhante, e não apenas indígena. No caso dos indígenas eles passam a adotar essa estratégia, como mostramos no exemplo das aglomerações, e que se reproduzem na formação dos acampamentos e aldeias urbanas, mas que esse processo de “assimilação” (e isso já questionava Roberto Cardoso de Oliveira) não leva ao desaparecimento étnico, mas o que surge, porém, não é tribalismo. É nesse ponto que nós reencontramos novamente com Oliveira, no seu conceito atribuído à *territorialização*, principalmente no tange ao processo de “*reorganização social*”, em que ao reivindicar a identidade étnica, passam a construir uma “*nova unidade sociocultural*” com “*mecanismos políticos especializados*” e “*redefinição do controle social sobre os recursos ambientais*” (OLIVEIRA, 1998, p. 54-55)

Nós temos, portanto, um processo de *eticização* que não se limita às aldeias urbanas (onde tem a intervenção do Estado), mas se estende aos aglomerados, na medida em que nesses locais os indígenas se “apropriam do espaço” com danças, artesanatos, língua, comidas, entre outros.

4.1.2. Aldeia Urbana Água Bonita e acampamento Água Funda

"Somos nós que fazemos este recorte entre cidade e aldeia com rigor. Ir para a cidade não é sair do território. Estes povos sempre migraram muito" (Antônio Brand, referindo-se especialmente aos Terena e aos Guarani).

A fala do professor e historiador Antônio Brand é bastante emblemática do sentimento e da vida cotidiana que encontramos na aldeia urbana Marçal de Souza, Água Bonita e nas localidades frequentado pelos indígenas. Existe um consenso entre eles de que fazem parte da

capital, sem deixar de ser indígena. Vários discursos de lideranças e pessoas “comum” das próprias aldeias reafirmam isso, como por exemplo, a do Ênio Metelo, da Marçal de Souza:

Para mim, estou dentro da aldeia. São os mesmos modos, os mesmos costumes, a mesma língua, a mesma alimentação. Não muda muito. Muda casa de alvenaria. Muda organização, higiene, outro modo de viver. Mas o que a gente é está no sangue. A maioria das pessoas que vivem aqui são parentes. Os pequenos são gentis, tomam a bênção. Não é porque está na cidade que vai agir diferente. Eu posso ser o que você é sem deixar de ser o que eu sou. (Ênio Metelo para Repórter Brasil, 2007)

Referindo-se ao espaço urbano como um todo, Eliseu Lili fez a seguinte declaração no documentário de 116 anos da capital, sobre os indígenas em contexto urbano: “*Nós temos Campo Grande como nosso território também, porque nós participamos na construção dessa capital que hoje é uma metrópole muito bonita*” (Eliseu Lili, grifo nosso). Já o feirante Jurandir, indígena Terena, fez a seguinte colocação para o jornal “A crítica”:

Por mais que as famílias trabalhem na cidade, utilizando o português para se comunicar e alguns dos costumes dos brancos para trabalhar, mantemos nossa cultura e tradição. Temos uma identidade que permanece forte, ensinamos nossa língua às crianças e levamos um pouco da nossa vida para as pessoas que passam pela Feira. (Jornal eletrônico “A crítica”)

A característica física e ambiental da aldeia Água Bonita e o cotidiano indígena (os jogos, as festas, as reuniões) nos levou ao encontro dessas afirmações de maneira contundente. Durante os 13 anos que vivi na cidade isso está na memória como um aspecto muito marcante e, em certo sentido, é compartilhado por todos como pudemos observar nos discursos. De fato, os mais diferentes espaços (a política, a economia, a cultura, a paisagem) foram territorializado pelos indígenas, de maneira que não só foram transformados em razão das interações (na ideia da cultura em constante transformação), como também transformaram a cidade.

A aldeia possui 11 hectares no total, 8 deles usados para espaço de moradias e uso comum e 3 como *reserva ambiental*. A área foi adquirida e delimitada pelo governo do estado em 2001, na gestão do então governador Zeca do PT, e após convênio com a Associação Kaguateca, foram construídas as casas. A aldeia foi construída em formato oval, tendo ao centro duas ruas e ao redor a disposição das casas, conforme mostra a foto na sequência.

A Aldeia de Água Bonita, iniciativa do governo estadual, foi o segundo loteamento construído em Campo Grande. Fica na saída para Cuiabá, no final de um conjunto habitacional, e reúne 60 famílias em casas dispostas em círculos, decoradas com grafismos dos povos indígenas do Estado. Gerente de Produção e Planejamento da Agência Estadual de Habitação (Agehab), Maria Teresa Rojas Palermo ressalta que Água Bonita fez parte de uma iniciativa mais ampla do governo estadual que construiu 1055 unidades habitacionais para indígenas de todo o Mato Grosso do Sul, com recursos estaduais e federais: para saneamento básico e dentro do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PHS). (Repórter Brasil, abril de 2007).

Hoje a aldeia encontra-se na seguinte situação: existem 190 residências, segundo o líder Nito Nelson, sendo que 128 estão na situação de acampados. Uma parte da área é usada como espaço de roças, onde recentemente a prefeitura de Campo Grande implantou o projeto de incentivo à produção de hortaliças e 3 hectares é reserva ambiental. Há, na entrada principal, um espaço comunitário que eles chamam de oca, usados para reuniões, festas e atividades coletivas.

Durante nossa pesquisa de campo fizemos várias visitas aos indígenas da Aldeia Água Bonita e do acampamento Água Funda, que foi construído dentro da área adquirida pelo

governo do estado. Em 2016, conversamos com o líder da aldeia, o Guarani Kaiowá Nito Nelson, da TI Amambai, município de Amambai, região sul do estado. Segundo ele, a situação dos indígenas no contexto urbano é a mesma dos indígenas no contexto rural. Seja no campo ou na cidade, os indígenas carecem de políticas públicas, de melhoria no atendimento de saúde e educação, de projetos voltados para a produção que respeite o modo de vida indígena, e que a resistência precisa ser construída dia após dia. Da mesma forma que nas aldeias rurais há conflitos, nas aldeias urbanas esses conflitos também são reproduzidos. Ele nos contou sua própria experiência que estava enfrentando na aldeia Água Bonita por conta da sua religião. Nito Nelson além de liderança era também pajé⁶². Por cultivar sua tradição religiosa e trabalhar com remédios feitos a partir de ervas naturais, segundo ele, vinha sendo perseguido por um pastor indígena Terena de dentro da própria aldeia, e que essa perseguição extrapolava o campo da religião, produzindo conflitos também no campo político e administrativo da comunidade. Uma das investidas no sentido de prejudicar o líder Nito Nelson naquela ocasião tinha sido a derrubada parte da reserva ambiental da aldeia pela igreja administrada pelo pastor Terena para a construção de estacionamento. Para Nito, o prejuízo implicava não apenas na perda dos recursos ambientais, mas principalmente na luta pela terra. Abaixo o mapa da aldeia Água Bonita: no círculo oval em amarelo está Água Bonita; no retângulo em verde a reserva ambiental; na marcação em L na cor vermelho localizam-se as roças e no retângulo em azul está o acampamento Água Funda (que nesta visualização já consta com as casas construídas pela AGEHAB em parceria com a união, através do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR).

Mapa 7. Aldeia Urbana Água Bonita



Fonte: Google Maps

Os indígenas da Água Bonita foram contemplados por um projeto da prefeitura de Campo Grande para a produção de hortaliças e outros alimentos. A produção além de ajudar na alimentação, vem ajudando também na renda. Em Campo Grande conversamos com um indígena que participa das feiras de bairros. O feirante indígena é morador da Água Bonita e semanalmente ele compra a produção dos indígenas da Água Bonita para vender nas feiras. Ele nos contou que o feirante paga 2mil reais por um “ponto”, que lhe permite montar

⁶² Nito Nelson faleceu no dia 16 de abril de 2019

barracas em feiras durante a semana, cada dia em um bairro diferente, e mais 80 reais/mês de imposto.

É interessante observar as peculiaridades da aldeia Água Bonita, especialmente no que se refere à questão ambiental e produção de alimentos. Temos registrado, em certo sentido, que a urbanização indígena significa também a “transferência” do modo de vida da aldeia para a cidade, e com ela as técnicas, aos ofícios e o tipo de trabalho. Ao visitar a aldeia Água Bonita esse ponto de vista ficou ainda mais fortalecido. As fotos abaixo demonstram o *continuum* e a reprodução no contexto urbano da prática da agricultura. E dessa forma, deixa claro que a urbanização não significa o abandono da vida de aldeia, senão sua reprodução, que por sua vez fortalece a identidade e os aspectos culturais. O espaço de reserva e áreas para plantio que há na aldeia Água Bonita contribui para a fixação dos indígenas no contexto urbano.

Foto 11. Roça indígena na aldeia Água Bonita



Fonte: foto do autor

Segue, todavia, o desafio nesta comunidade de melhorar as condições de todos os seus residentes. Na foto seguinte visualizamos que a situação continua precária para uma parte significativa da população, que segue vivendo em barracos e com instalações clandestinas.

Foto 12: barracos na aldeia Água Bonita



Fonte: fotos do autor

Para a professora e antropóloga Lucia Rangel, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é um equívoco vincular as populações indígenas ao mundo rural.

"Não importa onde eles vivem. São indígenas de qualquer maneira, falando ou não a língua, tendo ou não religião, porque os laços de parentesco é que de fato conferem a eles vínculos de pertencimento. Eles sabem contar as histórias de seus grupos, têm vínculos. Mas o Estado trabalha com estereótipos, e muitos deles, infelizmente, são fabricados pela antropologia. Quando só o que os indígenas têm são os laços de parentesco, ninguém quer reconhecê-los. Porque direitos indígenas são justamente direitos que o Estado gostaria que não existissem" (Repóter Brasil)

A aldeia urbana Água Bonita é um traço evidente de territorialização étnica, na medida em que permite de forma única, diferente de Marçal de Souza, Darcy Ribeiro e Indubrasil, os indígenas ter acesso a recursos ambientais (terra e mata). Ainda que de forma limitada, as condições que encontraram na cidade evidentemente são melhores, visto que, nas aldeias de origem também o acesso a terra e recursos naturais é escasso. Levando em consideração esse aspecto, viver na aldeia urbana é muito melhor, pois estão mais perto dos recursos (serviços de saúde e educação) e ainda são contemplados com projetos e outras políticas públicas.

Os que essas pessoas estão buscando são direitos. Se esses direitos os alcançarem em suas aldeias de origem, certamente é pra lá que elas vão.

4.1.3. Aldeia urbana Darcy Ribeiro e Acampamento Estrela da Manhã

A aldeia Darcy Ribeiro está localizada na microrregião do Prosa, no Bairro Noroeste. Foi a terceira aldeia urbana criada em Campo Grande, inaugurada em 19 de abril de 2007. Em 2004, cerca de 20 famílias indígenas “ocuparam” o local, e da mesma forma das experiências anteriores (Marçal de Souza e Água Bonita), que travaram lutas políticas e judiciais com a Prefeitura, inclusive com ordem de despejo, resistiram e conseguiram permanecer no local. Nesta aldeia vivem cerca de 120 famílias indígenas das etnias Terena, Guarani e Kadiwéu, em 98 casas. A aldeia já não conta mais com os recursos ambientais que relatamos, quando o acampamento foi formado lá em 2004. A cidade cresceu e seu entorno está mais urbanizado, mas segue sendo uma das aldeias que se encontram na extrema periferia.

O Bairro Noroeste, onde está localizado, a aldeia Darcy Ribeiro, é um bairro periférico da cidade de Campo Grande e nele está localizado um dos maiores presídios da cidade. Portanto, é uma região em que frequentemente há casos de tiroteios, fuga de presidiários, diversos casos de violência nas ruas e nos bares, inclusive com mortes, e os indígenas desta região estão inseridos neste contexto. Esse “detalhe” mostra o contexto de vulnerabilidade e exposição à situações de violência e criminalidade, além de outras “formas de violência” que já assolam a maioria das periferias urbanas no Brasil, que é a privação de infraestruturas, saneamento básico, qualidade dos serviços de transporte, saúde e educação, essenciais para que tenham qualidade de vida.

Mas não é esse o sentimento que prevalece e que se observa na população indígena desse bairro. A conquista da casa própria por parte de alguns (no caso da aldeia Darcy Ribeiro) mantém a esperança daqueles que ainda não puderam ser contemplados (tanto dos que vivem com parentes nas casas já reduzidas dessas aldeias quanto aqueles que ainda se encontram na situação de acampamento). Enquanto isso, os indígenas mantêm o foco no trabalho e na sobrevivência do dia a dia. A foto abaixo mostra uma das situações de moradias, que são as casas de alvenaria construídas pela Prefeitura Municipal. Como se pode perceber, as ruas são de terra e um problema muito frequente ocorre no tempo de chuvas, que acaba abrindo crateras e deixando-as praticamente intransitáveis. Como todas as casas construídas

pelos programas de habitação popular, as casas visualizadas são compostas de quarto, sala, cozinha e banheiro, extremamente pequenos.

Foto 13: casas construídas pela Prefeitura e terreno adquirido por indígena



Fonte: fotos do autor

Podemos entender, também, a política de formação das aldeias urbanas (dirigida pelo Estado) como uma política de garantia de mão de obra e pró-capitalista (no sentido de que ela retira as pessoas do campo e favorece o capitalismo agrário) baseado na governamentalização das expectativas. Se observarmos o que é a aldeia urbana Marçal de Souza e a aldeia Água Bonita (que resultaram em certo sentido da “disputa” entre governo municipal e estadual de quem atendia melhor os indígenas), as aldeias que se formaram posteriormente já não foram contemplados com os mesmos recursos/infraestruturas das primeiras (escola, Memorial, asfalto, reserva ambiental, casas remetendo à cultura indígena, etc.). A aldeia Darcy Ribeiro e o acampamento Santa Mônica e Vila Romana, que foram “reconhecidas” recentemente já sofreram degradações significativas por parte da política de “assentamento” dos indígenas na cidade, visto que não foram contemplados com as mesmas estruturas das primeiras aldeias urbanas. Com isso, o Estado mantém as expectativas indígenas de garantir que sejam “inseridos” na cidade, beneficiando o capital, mas regride na qualidade dessa política de atendimento da população indígena. As conquistas adquiridas pelas aldeias urbanas Marçal de Souza e Água Bonita segue sendo referência àqueles que adotam a política de acampamento.

Foto 14: Acampamento Estrela da Manhã





Fonte: foto do autor

Ao lado da aldeia urbana Darcy Ribeiro, encontra-se este conjunto de famílias indígenas que não foram contempladas com unidades habitacionais, e até então não existe expectativa quanto à regularização do terreno. Há mais de 10 anos estão residindo nestes barracos que, como podem ver, são extremamente precários. A situação ainda piora em tempos de chuvas, pois não há tratamento de esgoto e estão em constante risco de doenças. Se não bastasse isso, nas fotos a seguir encontra-se a contradição do sistema capitalista. Grandes empresas se instalaram nos arredores após a formação da aldeia urbana e urbanização da região, consolidando visíveis contrastes entre seus gigantescos galpões e os barracos indígenas.

Mas a situação de barracos atualmente já não é um empecilho para a manifestação da cultura e da identidade indígena. Ao contrário, os indígenas em Campo Grande mantêm fortes laços de contato e reciprocidade, somando-se entre si na busca por direitos e melhores condições de vida para todos.

Todavia, mesmo na situação precária observada nas fotografias e nos relatos anteriores, viver na cidade e ter trabalho assalariado ainda têm sido a melhor opção dos indígenas. Para muitos, estar na cidade desempenhando uma função assalariada, independente das condições econômicas e sociais, é melhor que viver da roça na aldeia, onde o cultivo da roça não é garantia de colheita, onde os recursos básicos que o Estado deveria fornecer não chegam, onde os conflitos territoriais estão cada vez mais latente, enfim, inúmeras situações que tornam a cidade mais atrativa. Tal percepção do trabalho assalariado se justifica pela própria experiência da vida em aldeia, pois, além de raras as oportunidades de trabalho (muitas vezes apenas como diaristas ou “changan”), há **carências de políticas públicas, de projetos** para as aldeias, a infraestrutura é inadequada, há escassez de recursos naturais, entre outros.

Os indígenas que aí vivem compartilham a escola, posto de saúde e creches com as demais pessoas não indígenas do Bairro Noroeste. Um dos anseios que a comunidade vem solicitando junto ao poder público é a construção de um Centro de Educação Infantil (Ceinf), o que, segundo o cacique da aldeia Jânio Lara, ajudaria na educação e na preservação da língua indígena. No entanto, diferente de Marçal de Souza e Água Bonita, que foram “ornamentados” com elementos da cultura indígena, seja na arquitetura, na aparência das casas (grafismos na parede) ou na disposição das residências (formato oval/circular), Darcy Ribeiro é tipicamente um bairro de periferia que não recebeu atenção adequada, especialmente no que tange ao tratamento da especificidade étnica.

Mas não deixa de ser um exemplo da territorialização étnica, tendo em vista que aí presenciamos uma das atividades mais praticadas pelos jovens indígenas que vivem no

contexto urbano nos finais de semana: o futebol. Ao som da música chamamé (ritmo regional), muitos finais de semana são embalados pela interação entre atletas indígenas e não indígenas, onde a questão cultural não é esquecida. No campinho de chão batido, ao lado de grandes estruturas empresariais, dos barracos do acampamento Estrela da Manhã e da aldeia urbana Darcy Ribeiro, encontra-se o que entre risos chamam de “Arena Estrela da Manhã”, uma alusão aos magníficos palcos esportivos existentes pelo país. Na figura abaixo, que mostra uma tabela de equipes inscritas para o campeonato de futebol do 12º Jogos Urbanos Indígenas, podemos observar o alcance da *etnicização* e as localidades com significativa quantidade de população indígena.

Figura 3: Tabela de equipes de futebol indígena



Tabela de Futebol Masculino

(11)	Darcy Ribeiro
(14)	Estrela da Manhã
(13)	Jardim Noroeste
(04)	Jardim Inápolis
(10)	Feira Indígena
(02)	Vivenda do Parque
(19)	Tarsila do Amaral
(15)	Santa Mônica
(12)	Água Bonita
(03)	São Jorge da Lagoa
(09)	Acadêmicos UCDB
(05)	Jardim Anache
(18)	Kadwéu
(01)	Associação Indígena das Artesãs
(16)	Água Funda
(08)	Acadêmicos Indígenas
(06)	Marçal de Souza
(07)	Jardim Aeroporto
(17)	Movimento Indígena Unidos Capital (M.I.U Capital)

O B S E R V A Ç Ã O:

- > O 2º Colocado da Chave do Campeão será o 3º Lugar;
- > O 2º Colocado da Chave do Vice Campeão será o 4º Lugar;
- > O 3º Colocado da Chave do Campeão será o 5º Lugar;
- > O 3º Colocado da Chave do Vice Campeão será o 6º Lugar.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande - Funesp

Ainda que a aldeia Urbana Darcy Ribeiro não disponha dos recursos e estruturas que valorizem seu caráter étnico, essa especificidade é construída no cotidiano pelas pessoas. A identidade e os aspectos culturais são passados para outras gerações por meio da valorização da etnicidade no contexto de interação com os “não indígenas”.

4.1.4. Indubrasil e acampamentos Santa Mônica e Vila Romana

O Bairro Indubrasil não tem a configuração de aldeia urbana, como a que descrevemos até então. Localizado na região oeste, o que há nesta localidade é uma quantidade significativa de famílias indígenas que vivem dispersas pelo bairro. Os indígenas dessa localidade estão envolvidos no objetivo de conseguir para a região o que seria a quinta e maior aldeia urbana do município de Campo Grande. Segundo o senhor Oíde Felipe da Silva, presidente da Associação Indígena do Núcleo Industrial, cerca de 1200 indígenas se

encontram apenas na região do Imbirussu. Até o momento da nossa visita ao presidente da associação, cerca de 200 pessoas já haviam feito o cadastro para o programa de moradia da Caixa Econômica Federal. O que pudemos observar nas visitas a alguns moradores dessa região é que nas casas que ocupam, seja ela própria ou de aluguel, geralmente vive mais de uma família, fato que explica a grande demanda por moradia. A territorialização dispersa reduz nesse bairro o contato do dia a dia, que é comprometido ainda mais com a rotina de trabalho nas indústrias, especialmente no que se refere aos diferentes turnos. Nessa condição, a infraestrutura acessível é aquele disponibilizado também para os demais cidadãos.

Nessa mesma região, a formação dos acampamentos Santa Mônica e Vila Romana materializaram a *etnicização* desse território. As ações de “ocupação” evidenciaram a presença étnica e o potencial de organização indígena que segue determinando os rumos da política na cidade, especialmente no que se refere às políticas públicas voltadas aos índios. No Bairro Santa Mônica e Vila Romana, os indígenas ocuparam um terreno que pertencia à Prefeitura Municipal de Campo Grande. No entanto, conforme já enfatizamos, a característica desses locais é de um bairro periférico comum, onde a questão étnica é perceptível apenas pela presença das pessoas (dos índios). Esses novos territórios indígenas provavelmente não terão a mesma estrutura e característica das primeiras aldeias urbanas, visto que a área ocupada, de tamanho reduzido, impossibilita a construção de estruturas que possam remeter a especificidade étnica.

4.2. Indícios da “etnicização” dos espaços urbanos

Quando voltei para Campo Grande em 2014, percorri a cidade visitando as aldeias urbanas, os acampamentos, os amigos e os parentes que havia deixado em função da ida ao Rio de Janeiro para o curso de mestrado, em julho de 2009. Além de matar a saudade, percorrer a cidade, agora como pesquisador, foi fundamental para registrar as primeiras impressões do cotidiano indígena urbano e, assim, organizar a atividade da pesquisa. Além disso, foi fundamental para o exercício do *estranhamento* das situações e realidades com as quais eu estava habituado durante os treze anos que vivi na cidade, coincidentemente ou não, entre 1996 e 2010⁶³ (período da industrialização). De maneira nenhuma foi fácil transformar situações que me eram “naturais” em objeto de análise, ou até mesmo, fazer a separação entre o pesquisador indígena e indígena pesquisador. Na medida em que fomos “conhecendo” o campo e relatando nossas observações, começamos a nos deparar com um conjunto de elementos que apontavam para um processo que poderíamos chamar de “etnicização” da cidade, conforme mostraremos a seguir.

Observamos que a **presença indígena** em Campo Grande no século XXI havia sido redimensionada a partir de uma série de *situações sociais*, revelando um “novo tempo” da história indígena urbana, fruto do protagonismo e resistência étnicos. A categoria “presença indígena” é compreendida aqui não apenas como o aspecto físico-material (pessoas, aldeias urbanas, acampamentos, objetos culturais), mas principalmente como o “choque” provocado pela postura ativa e pelo caráter contundente da personalidade étnica, que conduziram a outro patamar as relações entre os indígenas e a sociedade nacional.

⁶³ Em 1996, aos 12 anos, com permissão dos meus pais, saí da aldeia para estudar e fui morar com meus tios Adolfo (homem “branco”) e Aurora (índia Terena) em Campo Grande. No ano seguinte, minha mãe alegando não suportar a distância e a dificuldade de me acompanhar, me colocou para morar com meus tios Teófilo e Rita (ambos Terena) na cidade de Miranda. Em 1998 voltei a morar com meus tios em Campo Grande, concluí e ensino médio e a graduação e saí em 2010 para o curso de mestrado no Rio de Janeiro.

Ao conversar com diversos indígenas na cidade de Campo Grande, é fácil de perceber a **satisfação** de estarem vivendo atualmente um momento completamente distinto de alguns anos atrás. A união em torno de interesses comuns, como moradia e educação para os filhos, por exemplo, transformou a reivindicação do direito de viver na cidade numa **“causa étnica” de amplas proporções**, inimaginável para um grupo predestinado a viver na **“invisibilidade”**. Hoje o pertencimento étnico é motivo de **“orgulho”**, e não mais de **“receio”** ou **“vergonha”** dos tempos de outrora.

Como forma de reafirmar tamanha envergadura dessa mudança, é comum eles mencionarem os recentes **espaços** ocupados pelos indígenas (nas empresas, nos órgãos públicos, no ensino superior, nas profissões, na política), cuja origem, dizem estar num **“despertar étnico”**, que na cidade se materializou nas lutas de formação dos acampamentos e aldeias urbanas. Um exemplo ao qual recorrem com frequência é a aldeia urbana Marçal de Souza, fundada em 1999, que é vista com **“orgulho”** pelos indígenas, como um símbolo da **“união”** e da **“luta”** dos que se encontravam marginalizados e do **“reconhecimento”** do poder público, pois esse fato não se resume apenas na conquista de um local de moradia (na regularização, na construção de casas de alvenaria com suas fachadas em forma de **“oca”**), mas na **evidência dada à população indígena**. A aldeia Marçal de Souza é **símbolo da resistência indígena** na cidade. A importância dada à presença étnica se mostra de forma concreta, por exemplo, na transformação da aldeia em ponto turístico (na aldeia foi construída uma **“oca gigante”** que é referência da cultura indígena e centro de comercialização de artesanatos). O espaço é destinado ao turismo e aos eventos da comunidade. Além disso, a aldeia ganhou ainda uma escola municipal de ensino bilíngue.

Esse **“modelo”** de territorialização, que em certo sentido, reposicionou o componente indígena no campo das relações interétnicas, foi assimilado pelos indígenas como referência para ações concretas, políticas e culturais, especialmente para a formação de novos acampamentos e aldeias. Resultou daí, nos anos seguintes, a fundação das aldeias Darcy Ribeiro, Água Bonita, Tarsila do Amaral e Indubrasil⁶⁴, e a formação de vários acampamentos já mencionados: Santa Mônica, Vila Romana, Estrela da Manhã e Água Funda. A **“inaceitação”** e a **“insubordinação”** à situação marginal, reservada à população indígena na cidade, resultaram no desenvolvimento dessa **nova modalidade de ocupação** do território urbano: acampamentos e aldeias.

Como forma de mostrar e reafirmar a identidade étnica na cidade, tantos as aldeias quanto os acampamentos são espaços **“culturais”** de suma importância para os indígenas. Ao se agruparem, conseguem reproduzir na cidade os elementos de sua cultura como a dança, a língua, as pinturas, os costumes e as tradições. Mas não param por aí, atualmente com indígenas atuando dentro das instituições estatais, vários eventos culturais e esportivos que **“valorizam”** os indígenas e suas culturas acontecem na cidade. Na fotografia abaixo, a dança tradicional Terena *Kohixoti kipaé* (dança da ema) é apresentada no Memorial da Cultura Indígena na aldeia urbana Marçal de Souza.

⁶⁴ Embora na categoria de aldeia urbana, seu território não é contínuo, é assim chamado pela grande quantidade de indígenas que vivem aí de forma dispersa.

Foto 15: Kohixoti kipaé (dança da ema)



Fonte: site da Prefeitura de Campo Grande

Mas essas ações de ocupação só tiveram êxito porque os indígenas **“dominaram o campo da política”**. Isso se refere tanto à capacidade de auto-organização, quanto à capacidade de compreender os caminhos que deveriam ser percorridos para atingir seus objetivos: formalização de organizações (associações), conhecer a estrutura e os trâmites burocráticos do Estado, entender as relações políticas e o jogo de interesses, entrar no jogo de alianças/rupturas, construir relações políticas/clientelistas, etc. Nota-se que adentraram não apenas como contrapeso no sistema político, ou como atores sujeitos de demanda, mas exigiram seus espaços dentro das estruturas estatais e partidos políticos, ocupando coordenadorias, secretarias e instituições, nas estruturas municipal, estadual e federal.

A mudança nas estratégias políticas certamente foi o principal mecanismo que levou a um reequilíbrio nas relações de poder entre os indígenas e o Estado, bem como, na relação entre os indígenas e a sociedade envolvente. A isso nos referimos tanto ao uso de mecanismos tradicionais da política, como o a instituição da figura do **cacique** no contexto das relações político-sociais urbana, por exemplo, quanto à assimilação das **Associações** jurídicas como instrumento estratégico “do mundo dos brancos” para atender as demandas indígenas.

Todas as aldeias urbanas e os acampamentos indígenas são “administrados” por um “cacique”, que conta com outros membros da comunidade, as lideranças de apoio, para a tomada de decisões. O cacique é responsável pelas articulações políticas, pela busca por recursos, por reivindicar projetos, por intermediar o diálogo entre o grupo indígena urbano e as instituições externas. No entanto, as Associações indígenas também ocupam esse espaço, podendo atuar em harmonia com o cacique ou, em algumas situações, em conflitos, já que são espaços, também, por onde perpassam os recursos que chegam para a comunidade e onde há possibilidades de destacar-se no campo da política.

No Bairro Indubrasil, por exemplo, o líder indígena, Sr. Oíde Felipe da Silva, a quem conhecemos e entrevistamos em duas ocasiões diferentes, nos informou que desde que

assumiu a liderança na região, ele vem atuando como Presidente de Associação, mas que por se destacar como liderança, “foi colocado” pelos demais como “cacique”. Ele foi mais enfático ao dizer que “trabalha com Associação”, mas que não faz objeção pelo título de “cacique”. O título de “cacique” foi, na verdade, uma abstração do movimento indígena na cidade como parte do contexto de afirmação cultural-identitária, mas principalmente um mecanismo estratégico de instituir na “figura da linha de frente” a autoridade da liderança maior de suas aldeias de origem “em nível equivalente” às autoridades da cidade. No caso do Sr. Oíde ele exerce as duas funções, com consentimento do seu grupo de liderados, o que, segundo ele, evita desgaste político. Nesse sentido, Oíde faz uma crítica à política indígena:

“O nosso patrício é muito por parte política né, se não houvesse tal de política no meio do nosso patrício era muito bom, mas só que cada um arruma a sua própria cama, e hoje mais ainda por parte política. Eu penso assim: se a política indígena se for igual política de ‘purutuye’ será muito ótimo, mas nós que somos indígenas não sabemos politizar, a gente mistura as coisas né. Você tem que ser igual partido político de ‘purutuye’ né, a política [referindo-se à disputa política] já foi né, quem está na frente hoje tem que ajudar todo mundo né. Eu acho que é por isso que não estamos podendo ser igual política ‘purutuye’”. (Entrevista dada em janeiro de 2020).

Segundo ele, o fato da “disputa” não cessar entre os indígenas após o período das eleições prejudica a política indígena. Para Oíde há sempre no meio dos “patrícios” aquele que busca benefícios apenas para si próprio, e que isso poderia ser superado na medida em que os indígenas viessem a praticar a “política de *purutuye*”, ou seja, adotando como princípio de gestão a “administração para todos”. Essa leitura feita por Oíde é bastante simplória já que não retrata o comportamento dos gestores públicos. Fica evidente, na verdade, o contrário, que os indígenas adotam comportamentos semelhantes a dos políticos “*purutuye*”, que é beneficiar-se, sempre que possível, em detrimento do coletivo. Oíde levanta uma questão que precisa ser abordada. A territorialização étnica dos espaços políticos foi fundamental para a mudança nas relações de poder entre os indígenas e as autoridades municipais, estaduais e federais, mas ela é também um campo de disputa interna. É o que podemos notar nesse relato situacional, de 2007, do cacique aldeia urbana Marçal de Souza sobre a atuação do Conselho Tribal e a Associação de Moradores.

“O Conselho tem modo diferente de trabalhar, nos modos tradicionais. O objetivo é andar na comunidade, manter a língua, os costumes, as danças. Zelar por isso e não deixar acabar. A Associação é uma entidade de branco, para buscar melhoria, como asfalto e rede de esgotos, que não tem ainda. **Mas o presidente da associação não pode assinar, é o cacique que assina.** Eu falo pro Adierison [outra liderança de Campo Grande]. Eles querem trabalhar só com as associações, que podem arrecadar dinheiro, fazer projetos. Tinha é que organizar conselhos tribais, para trabalhar com índio mesmo”. (Ênio Metelo, 2007, in Repórter Brasil)

Mas o avanço, as conquistas e a construção desse novo momento histórico tiveram nas Associações o seu grande mentor. Segundo Oíde, com formação das Associações indígenas a relação com a prefeitura/estado mudou, já não é mais uma relação individual, mas uma relação entre entidades/instituições/organização, que além da figura do Presidente, a legitimidade da Associação é reforçada pela figura do “cacique”. Como registramos no capítulo anterior, foi a criação e uso estratégico das Associações que permitiu a consolidação das aldeias urbanas.

O “despertar étnico” dos anos 1990, que resultou num processo de territorialização étnica, ainda que isso possa ser considerado como um processo subordinado a um processo de

industrialização, rendeu avanços significativos no campo da política e do trabalho segundo Sander Terena – Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Povos Indígenas em 2015.

“Bom, hoje nós tivemos avanços grandes né, nós temos aí a criação do Conselho Municipal dos Direitos do Povos Indígenas, uma conquista da população da capital, e também tivemos também a criação da Subcoordenação Indígena de Campo Grande que foi um avanço muito grande, a prefeitura está acreditando na população indígena, tem dado reconhecimento e visibilidade aqui na nossa capital. Isso pra nós é uma grande conquista né, então nós temos que agradecer muito isso, porque é uma valorização do município para com a população indígena de Campo Grande” (Sander Terena – Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Povos Indígenas em 2015).

“Hoje o índio está inserido na comunidade né, na capital, no cenário das empresas, do comércio, das indústrias, na instituição do governo do estado, do município. Temos também graduados, formados. Nós temos aí advogados, temos aí psicólogos, nós temos professores né, professor de educação física, biólogos, então são fatores que fortalece aqui cada vez mais a nossa presença aqui na capital, e também contribuindo ativamente no progresso e crescimento da capital”. (Sander Terena – Presidente do Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande em 2015).

A fala de Sander é emblemática daquilo que podemos considerar como um evidente processo de etnicização, da territorialização étnica do espaço das instituições, da política pública na cidade.

Outra situação ilustrativa desse novo momento histórico está localizada no centro da cidade. Na praça Oshiro Takemori, em frente ao Mercado Municipal, funciona uma **feira indígena**. No local, membros da etnia Terena, a maioria mulheres, **trabalham** comercializando diversos produtos que trazem das aldeias, em geral alimentos (farinha, mandioca, batata, milho verde, feijão verde, palmito, abóbora, maxixe, limão, manga, mel, guavira, entre outros), ervas medicinais, doces e artesanatos. Segundo Vanda, uma das feirantes, a quantidade de vendedores durante o ano varia entre 25 e 80 indígenas (número que acompanha o período de baixa e alta temporada).

A Feira Indígena, como o próprio nome já menciona, é um espaço reservado ao comércio de produtos das comunidades indígenas, predominantemente Terena. É também um espaço importante para a permanência e inserção das mulheres indígenas no contexto urbano. O local é representativo em vários sentidos, pois além de servir como fonte de obtenção de renda, o local expressa a luta diária de inserção na cidade e, frequentemente está fortalecendo a tradicionalidade, a cultura e a identidade indígena.

Foto 16: Feira indígena



Fonte: kekanto.com.br

A estrutura da feira soma três quiosques de alvenaria, com balcão para abrigar os indígenas e seus produtos, e uma área com banheiros e lavatórios. Esse “tradicional” ponto da cidade (que também é ponto turístico), bem como, o trabalho de comercialização que as mulheres indígenas fazem de porta em porta estão **simbolicamente** representados por um monumento na praça, de 4,5 metros, de uma índia Terena carregando seus produtos em uma bacia apoiado sobre a cabeça. Essa estátua foi inaugurada na gestão do prefeito Nelson Trad Filho (2005-2012).

A praça foi sendo “**apropriada**” pelas mulheres e homens Terena de forma mais frequente ainda nos anos 80⁶⁵, quando se deslocavam principalmente das aldeias localizadas nos municípios de Miranda, Aquidauana e Anastácio para vender seus produtos na capital. Sant’Anna (2010, p.124) coloca que “*Essas mulheres vendiam os produtos e permaneciam por dias na praça de forma bastante precária*”. Na epígrafe deste capítulo a fala da dona Enir Terena também relata essa situação crítica: “*as mulheres indígenas dormiam ali no chão na frente do Mercado*”. Dona Élide, uma de nossas entrevistadas, disse que antes não havia estrutura sequer para as atividades fisiológicas e de higienização (pessoal e dos produtos), e que isso alimentava a **discriminação e o preconceito** contra os indígenas. À época, Eliseu Lili contou a Sant’Anna que a FUNAI recebia várias multas por causa dos indígenas que vendiam na cidade (ibidem), deixando claro que a prefeitura, através do órgão de fiscalização, atuava com frequência no sentido de eliminar das ruas o comércio clandestino e a presença indígena.

⁶⁵ Outros registros apontam a presença indígena na praça já nos anos 60. O jornal eletrônico “A crítica” em um artigo escreveu: “Mas a história dos índios no Mercado não é recente, apesar da construção do espaço destinado as etnias do Estado pela prefeitura de Campo Grande, em 1998. Já em 1967 indígenas de aldeias do interior utilizavam a praça para comercializar frutas e ervas produzidas em uma época em que a distância e o preconceito eram muito maiores” (<http://www.acritica.net/editorias/economia/na-feira-do-mercadao-territorio-de-resistencia-da-cultura-indigena/405/>, acesso em 13/05/2020)

As primeiras mudanças dessas condições só vieram no final dos anos 80, a partir da **reivindicação das feirantes**. A intervenção da FUNAI junto à prefeitura municipal também foi fundamental para a consolidação de melhorias. Na época, durante o primeiro mandato do prefeito Juvêncio Cesar da Fonseca (1986-1988), foram construídos os dois primeiros quiosques, e por sugestão da “Secretaria de Bem-Estar Social”, do seu governo, e com auxílio da FUNAI, os/as feirantes também criaram a “Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande” (AFIC), um **novo instrumento de atuação política e de exercício poder**. Desde então, os/as feirantes passaram a assumir uma nova postura e a atuar em novos ambientes, reafirmando a identidade étnica e reivindicando ações específicas do poder público para melhorar as condições de trabalho e garantir mais dignidade, visibilidade e reconhecimento aos indígenas. Municípios com o instrumento jurídico ficou mais fácil adentrar na “*arena de interação atores*” onde se determinam os fatos, o espaço das relações política. Nessa arena, contatando diversos agentes políticos, do legislativo e executivo, conseguiram com que em 20__ a prefeitura de Campo Grande realizasse a obra de revitalização da feira, construindo mais um quiosque e dando um *upgrade* na praça.

As conquistas materiais e simbólicas que vieram nas gestões dos prefeitos Juvêncio Cesar da Fonseca (1986-1988), André Puccinelli (1997-2004) e Nelson Trad Filho (2005-2012) foram frutos do **atrevimento étnico** em não aceitar mais as condições a que foram submetidas. Na ocasião da inauguração da escultura “Índia Terena” no dia 10/12/2012, o prefeito em exercício, Edil Albuquerque, ao lado do então governador André Puccinelli, disse que a escultura simboliza o “**respeito**” aos Terena. Já dona Enir Terena disse que a mesma “*Significa a valorização da mulher e dos povos indígenas*”. Na mesma ocasião, a índia terena Rosinete Gregório comentou: “*Achei muito bonita a escultura. É bom esse **reconhecimento**, mostra como é o nosso trabalho*”⁶⁶. Hoje, a feira é apenas uma entre tantos símbolos da “mudança” no tratamento dos indígenas e da “luta e resistência étnica” na cidade, mas nem sempre foi assim.

⁶⁶ <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/escultura-inaugurada-na-capital-simboliza-a-mulher-trabalhadora-indigena>, acesso em 03/02/2020

Foto 17: Estátua “mulher indígena” - inauguração



Fonte: msreporter

A situação social da feira indígena é um exemplo claro do redimensionamento da presença indígena na cidade. A presença e discurso do governador e do prefeito na inauguração da estátua são sinais dessa mudança, mostra o “poder simbólico” (Bourdieu, 1989) conquistado pelos feirantes (na foto o governador André Puccinelli proferindo o seu discurso). Mas não é só isso, a feira é uma **extensão da aldeia, especialmente da roça para dentro da cidade**, um processo de territorialização feito através da presença física, dos produtos da agricultura, da cultura tradicional e do conhecimento passado de geração em geração. A identidade e a cultura indígena estão mais fortalecidas. Embora tenham sido “engolidos” pela cidade, os indígenas valorizam muito mais a sua cultura e os elementos da tradicionalidade étnica.

Ao percorrer a cidade de Campo Grande, pelos espaços ocupados indígenas, como as aldeias urbanas, os acampamentos, os aglomerados e os espaços públicos observamos que diversos lugares da cidade fazem referência aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul demonstrando reconhecimento tanto da bravura quanto de sua participação na construção do estado e da cidade de Campo Grande. Embora reconheçam a contribuição indígena no passado, os indígenas do presente carecem de mais atenção do poder público. Um dos mais importantes parques da cidade leva o nome de Parque das Nações Indígenas. A estátua de um Guerreiro Guaicuru montado em seu cavalo foi construída dentro do Parque em homenagem àqueles que contribuíram na Guerra do Paraguai.

Foto 18: monumento indígena no Parque das Nações Indígenas



Fonte: panoramio.com

As mudanças não param por aí. No **campo do trabalho** observamos ainda que a mão de obra indígena não está apenas nas funções de caráter “braçal” ou menos valorizada, mas está inserida nos trabalhos de caráter técnico e também profissional. O conhecimento de máquinas e equipamentos para exercer determinadas funções também apresentam avanços. O mercado de trabalho competitivo levou mais indígenas para a universidade, o que faz desta geração mais preocupado com a questão do futuro e do trabalho. Os indígenas deixaram de simplesmente atuar como serventes de pedreiro e domésticas, por exemplo, e atuam hoje como técnicos de enfermagem, técnico em agropecuária, técnico em informática, eletricidade automotiva, etc., como também nos trabalhos profissionais de enfermagem, advocacia, administração de empresas, odontologia, para ficarmos em alguns exemplos. Essas situações revelam que está em curso em Campo Grande um amplo processo de “eticização” da cidade, decorrente da sua presença no espaço físico-geográfico (as modalidades de territorialização), no espaço econômico (como trabalhador, desde funções que exigem pouca ou nenhuma escolaridade ao nível superior, e como consumidor), no espaço político (atuando como membro de organizações indígenas ou como agentes do Estado), no espaço da cultura (imprimindo mais um elemento à cultura da cidade, o componente étnico) e no campo simbólico (que são situações ou objetos de reafirmação da presença indígena, como discursos, homenagens, reconhecimentos, estátuas, nomes de ruas, parques e praças, etc.).

Por outro lado, os indígenas não ficaram isentos das influências da urbanidade e da “modernidade”, que foram incorporados a suas culturas e modos de vida. Trata-se, por exemplo, desde o consumo de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, veículos automotores, vestuários, etc., a mudanças estruturais no sistema organizativo das famílias e sistema ocupacional do território (na cidade as formas de ocupação são regidas pela delimitação do espaço de cada um – chamado *terrenos* – e os grupos de parentesco nem sempre ficam dispostos próximos um dos outros como comumente se organizam nas aldeias).

Em que pese um contexto claro de **territorialização étnica** trazido nesse relato etnográfico (a ocupação não apenas do espaço físico e econômico, como relatamos nos dois

primeiros itens, mas também da política e da cultura que acabamos de mencionar), importa registrar ainda suas ambiguidades e contradições. Podemos dizer que, do que foi exposto até aqui, a territorialização étnica apresenta três características: 1) ao percorrermos a cidade de Campo Grande pudemos observar que a população indígena, nas diversas modalidades de ocupação do espaço urbano, encontra-se majoritariamente nos bairros mais afastados do centro e das regiões “nobres”. Esse aspecto mostra que a territorialização étnica é essencialmente **periférica**; 2) o segundo aspecto, complementar ao primeiro, é que, ao se formar no entorno dos Polos Empresariais, do Núcleo Industrial e do Anel Rodoviário, as aldeias, os acampamentos, as aglomerações e as famílias que vivem dispersas dão à territorialização étnica um caráter **subordinado**, ao deixar evidente a dependência da mão de obra indígena ao trabalho assalariado. Sendo assim, a situação de periferia não se refere apenas ao caráter físico-geográfico, mas ao agregarmos a situação de precarização decorrente da exploração da mão de obra, os indígenas se encontram também na periferia do capitalismo; 3) ainda que a luta pela terra na cidade (as ocupações) seja uma tarefa delicada, não estando os indígenas isentos da ação violenta do Estado, e que pode levar alguns anos para resultar naquilo que desejam (as aldeias), pode ser dizer que os indígenas vem tendo enorme sucesso, mas esse sucesso é também o fracasso da luta pela terra no campo (no contexto rural). Nesse mesmo lapso de tempo em que aumenta a quantidade de indígenas na cidade, também estão acontecendo as lutas no campo, as ações de retomada, as ações de reintegração de posse, os trancamentos de BR’s, as ocupações de prédios públicos, etc⁶⁷. Isso significa que um contingente significativo (quantidade e força, recurso fundamental das lutas sociais) não está participando desses movimentos porque estão subordinados às relações de trabalho. A territorialização étnica é, assim, **enfraquecedora** da luta no campo.

O mais interessante de perceber em tudo isso é que esses fluxos demográficos (territorialização e “urbanização indígena) observados no espaço urbano de Campo Grande, bem como as objeções inerentes a esse tema, é a materialização da política econômica neoliberal e desenvolvimentista.

⁶⁷ Ver Andrey Cordeiro Ferreira (2007)

Conclusão

Em mais de quinhentos anos de contato com povos oriundos de diversas partes do mundo, os grupos étnicos brasileiros vivenciaram (e muitos sobreviveram a) um ataque sistêmico que transformou, destruiu e/ou subordinou seus modos de vida. Nesse ataque sistêmico viram-se obrigados a curvar-se a uma religião, a um centro de poder e a uma política dominante; o conhecimento e o saber (aplicados as suas necessidades da vida e para a vida) deram lugar a um sistema educativo alienante voltado para o mercado de trabalho, cíclico, saturado e explorador; a riqueza cultural e os modos de vida foram categoricamente considerados como subculturas e barbáries; a autonomia deu lugar à dependência e à servidão; todo esse sistema de conquista consagrou-se como uma abominável guerra mundial não declarada e não reconhecida como tal. O genocídio e o etnocídio provocados pelas nações europeias (Wolf, 2005) foram justificados pelos avanços e progresso necessários à humanidade (leia-se: à Europa). O que não foi levado em consideração é que centenas dos “*povos sem história*”, para parafrasear Wolf (2005), não apenas sobreviveriam a este ataque sistêmico, mas, àqueles cujo projeto foi o de arrancar suas culturas e “civilizá-los” nos padrões da sociedade europeia, desenvolveram, dentro de determinadas condições, alternativas de sobrevivência que os mantiveram enquanto grupo etnicamente diferenciados, um dos quais é o processo de territorialização levado a cabo em diferentes condições e graus, em várias partes do mundo.

Nos dois últimos séculos assistimos a construção do *colapso* de um sistema de produção baseado no desenvolvimento capitalista. A produção de riquezas e tecnologias em escalas gigantescas, os avanços científicos, somado aos interesses das elites/nações dominantes, gerou em contrapartida crises social, ambiental, política e humanitária sem precedentes, e frequentemente ligadas a disputas por recursos naturais. Todo o conjunto de “benefícios” e conhecimentos, quanti e qualitativamente inigualáveis, pouco tem contribuído para o sistema escapar das suas próprias ambiguidades e antagonismos. Ao mesmo tempo em que o capitalismo reverencia suas próprias conquistas, a revés, produz índices cada vez maiores de pobreza, violência, marginalização, exclusão e mortes. Nesse contexto, o surgimento de movimentos antissistêmicos e de resistências tem sido cada vez maior.

O processo de territorialização indígena de Campo Grande é um exemplo dessas ambiguidades. As diversas tentativas de aniquilar as populações indígenas têm sido acompanhadas de “reações”, de resistências. O confinamento levou os indígenas a construir novas territorialidades, o regime de tutela provocou forças antitutela (FERREIRA, 2007), o aniquilamento étnico abriu portas para a autoafirmação étnica, a expropriação forçada fez emergir a luta pela terra e o movimento organizado. Assim, diversas formas de resistência indígena, que se reforçaram nas contradições do próprio sistema, emergiram e se multiplicaram desde final dos anos 1970, no Brasil, e deram “corpo” ao fenômeno caracterizado aqui como um *territorialização étnica*.

O estudo dos indígenas que vivem nas cidades, de forma permanente ou temporária, tem sido fundamental para o desenvolvimento do pensamento científico sobre a etnicidade na contemporaneidade. Em países onde o quantitativo da população indígena urbana compõe parte significativa da população total, os estudos têm sido mais frequentes, em países como México e Equador, por exemplo. No Brasil, porém, o interesse dos pesquisadores nessa abordagem mais específica ainda é incipiente. Embora algumas pesquisas tenham sido realizadas na segunda metade do século XX, houve uma produção bibliográfica pequena comparada ao aumento dessa população nas cidades brasileiras.

No estado de Mato Grosso do Sul (MS), o tema ganhou notoriedade nas últimas décadas e vem sendo alvo de várias pesquisas. Vários acontecimentos recentes contribuíram,

em efeito dominó, para que o fenômeno da “urbanização indígena” viesse à tona: 1) as reservas indígenas se tornaram ambientes limitados para suportar o crescimento demográfico; 2) a expansão do capitalismo impulsionou a industrialização, estimulou a disputa dos recursos naturais, principalmente terra e energia, pressionando os territórios indígenas; 3) com isso os conflitos fundiários no campo tornaram-se mais acirrado e frequente; 3) o Estado estimulou a exploração da mão de obra indígena ao reforçar sua aliança com o capital; 4) por fim, os indígenas se viram a expansão do capitalismo das diversas situações reveladas pelo crescimento da população indígena urbana na cidade de Campo Grande-MS.

Inicialmente, a inserção indígena no contexto urbano nem de longe foi sinônimo de melhores condições de vida. Os direitos negados aos indígenas do campo também foram negados aos da cidade. À margem da sociedade e do mercado de trabalho (formal e “qualificado”), para a maioria dos indígenas não restou alternativas senão reproduzir na cidade as formas de lutas existentes no contexto rural, mostrando as ambiguidades e antagonismos do processo de ocupação indígena do espaço urbano. Ao mesmo tempo em que a tendência à urbanização/proletarização indígena se mostrava favorável ao controle da situação no campo pelo Estado e pelos capitalistas, a condição precária e marginalizada dos índios na cidade favorecia, a revés, a emergência e o fortalecimento da luta por direitos, dignidade, inclusive por território em pleno meio urbano.

Os indígenas estão deixando de ocupar posições de inferioridade/invisibilidade na estrutura social e estão assumindo posições de vanguarda, embora ainda continuem subalternos no campo das relações de trabalho assalariado. Esse reposicionamento étnico no campo das relações de poder se construiu a partir do processo coletivo de insubordinação ao sistema de dominação e exploração (instituído na aliança entre capitalismo e Estado), que determinou a situação de marginalização e invisibilização étnica. Tal situação tem sua gênese ainda na situação histórica de reservas (confinamento, privação de recursos naturais/ambientais), e evoluiu (exploração do trabalho, negação de direitos) acompanhado a expansão do capitalismo a nível mundial.

Os indígenas urbanos saíram da posição de meros expectadores da vida urbana, cultural e política para se tornarem protagonistas de ações que refletissem em melhores condições e oportunidades para eles e para as gerações futuras de índios urbanos. Isto foi interessante porque passaram não apenas a exigir e esperar, mas a provocar mudanças na cidade de Campo Grande, dando a este momento outra dimensão ao processo da urbanização indígena. Segundo a antropóloga e demógrafa Marta Azevedo, do Instituto Socioambiental (ISA), isso se deve a um novo momento histórico, favorável aos indígenas.

"Sem ouvir estas pessoas, tudo o que se pode afirmar é que hoje existe, no Brasil, um ambiente mais favorável para que as pessoas se autodeclarem indígenas: houve um movimento de valorização étnica, de valorização de temas do meio ambiente, além de políticas públicas que priorizam e valorizam segmentos específicos da população; existem políticas compensatórias e afirmativas. Contam também a existência do movimento indígena organizado, e uma tendência da política internacional" (Repórter Brasil, 19/04/07)

Nesta tese nós mostramos que a população indígena urbana em Campo Grande se apropriou desse momento favorável para demarcar territórios. Saíram da extrema invisibilidade e marginalização e passaram a determinar a política pública e o modo da cidade perceber os indígenas. Esse processo, chamado de territorialização étnica, expressa profundas mudanças nas relações de poder, na medida em que os indígenas passaram ocupar os diversos espaços urbanos de forma incisiva, demarcando esses espaços com o componente étnico. No entanto, salientamos durante toda a tese as contradições, antagonismos e complementaridades desse processo. Ainda que em condições precárias, condições essas que muitos ainda vivem, o

orgulho do pertencimento étnico é expressado, publicizado e reafirmado, tornando válido dizer que os indígenas em Campo Grande protagonizaram sua própria história e estão em outro patamar de relação com a cidade.

Bibliografia

- ALVES, Daise. A legislação indigenista no Brasil Republicano do SPI à FUNAI: avanços e continuidades. *Albuquerque: revista de história*. vol. 9, n.º18. jul.-dez. de 2017, p. 85-109.
- AMADO, Luiz Henrique Eloy. *Vukápanavo – O despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político*. Tese. PPGAS-MN/UFRJ. 2019. 241p.
- BAINES, Stephen G. As chamadas aldeias urbanas ou índios na cidade. Artigo publicado no site do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. 2004. Acesso em 01/11/2014.
- BALANDIER, G. *The colonial situation: a theoretical approach (1951)*. In Wallerstein Immanuel, *Social Change: the colonial situation*. John Wiley & Sons, New York, 1966.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. *In: Cadernos de Campo*, ano 3, n.3. São Paulo: USP, 1993.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BARBOSA, Rodrigo Lins. O Estado e a questão indígena. Crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969). Dissertação (mestrado). PPGH/UFPE. 2016
- BARTH, Fredrick. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. Fondo de Cultura Economica, México, 1976.
- _____, Fredrick. O guru e o iniciador e outras variações antropológicas (organização de Tomke Lask). *Contra Capa Livraria*. Rio de Janeiro, 2000.
- BELLO M., Alvaro. *Mapuche migration, identity and community in Chile: from utopia to reality*. *Revista Indigenous Affairs*, 3-4, 2002
- BENITES, Tónico. *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha*. Tese. PPGAS/MN-UFRJ. 2014.
- BEZERRA, Edmundo Cunha Monte. *Migrações Xukuru do Ororubá. Memórias e Histórias (1950-1990)*. Dissertação (mestrado). PPGH/UFPE. 2012
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: movimento, cidadania e Direitos (1970-2009)*. Tese. PPGH/UnB. Brasília-DF. 468p.
- BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Editora Bertrand Brasil S/A. Rio de Janeiro. 1989.
- BORGES, Célia Regina Congilio. A atual reestruturação produtiva e a crise econômica global. Trabalho apresentado na 48ª Reunião da SBPC, de 7 a 12 de julho/96, na PUC-SP, 1996.
- BRAND, AntonioJ.; FERREIRA, EvaM.L.; ALMEIDA, FernandoA.A. de. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. *In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História –história, guerra e paz*. Londrina, ANPUH, CD-ROM. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0129.pdf>.
- CACHO, Geraldini e CARLING, Joan. *The situation of poor indigenous people in Baguio City, The Philippines*. *Revista Indigenous Affairs*, 3-4, 2002

CAMARGO, Leila Maria. Viver entre dois mundos: uma análise das práticas discursivas das mulheres indígenas na cidade de Boa Vista-RR sobre o direito de ser índia urbana. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Letras-UFRR. 141p. 2011

CAMPOS, André. Índio na cidade. Reportagem publicada pela organização Repórter Brasil, 2006. In www.reporterbrasil.org.br, acesso em 01/11/2014.

CÂNDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Livraria Duas Cidades, 3ª edição, São Paulo, 1975.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. Paralelo 15, Editora Unesp, 2ª Edição, Brasília, 2006.

_____, Roberto. Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____, Roberto. A crise do indigenismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARMO, Jefferson Carriello do. Processo de Industrialização do Município de Campo Grande/MS e Políticas de Educação Profissional. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade E Educação No Brasil”, Anais Eletrônicos, UFPB, 2012.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. 1ª Ed. São Paulo: Unesp/Unicamp. 2005.

CARVALHO, Edgard de A. As alternativas dos vencidos: índios Terena no estado de São Paulo, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTRO, Rômulo de Souza. Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012. Tese. UFRRJ/CPDA. 2016. 296p.

IBGE, Censo Demográfico 2010. www.ibge.gov.br

CHAPLIN, Charles. Tempos modernos. Filme. 1936.

COSTA, Quando os índios vêm para a cidade: magia e narrativa no Instituto Tamoio dos Povos. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 2011.

COSTA, W. P. Economia primário-esportadora e padrões de construção do Estado na Argentina e Brasil. Economia e Sociedade Campinas, (14): 175-202, 2000.

DELFIN NETO, A. Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição externa. In Giambiagi, F. et al (org). Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004). Campus, Rio de Janeiro, 2005.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In Jaccoud, L. (org). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo, Brasília, 2005.

DELGADO, Guilherme C. A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In Jaccoud, Luciana (Org). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. IPEA. Brasília, 2005.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. Martins Fontes. São Paulo, 2003.

_____, Émile. Da divisão do trabalho social. Martins Fontes. São Paulo, 2008.

_____, Émile. As regras do método sociológico. Martins Fontes. São Paulo, 2007.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo. Editora UNESP, 2010.

FERNANDES JR., José R. Da aldeia do campo para a aldeia da cidade: implicações sócio-econômicas no êxodo dos índios terena para o perímetro urbano de Campo Grande. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 1997.

_____, José R. Índio urbano em campo grande: conflito cultural e estratégias de sobrevivência – desenvolvimento local. Tese. 2005

FERRARI, Monica de Melo. A migração nordestina para São Paulo no segundo Governo Vargas (1951 – 1954) – seca e desigualdades regionais. (dissertação). UFSCar, São Carlos-SP, 2005.

FERREIRA, Andrey C. Mudança Cultural e Afirmação Identitária: a Antropologia, os Terena e o debate sobre Aculturação. Dissertação. PPGAS/MN-UFRJ. 2002.

_____, Andrey C. Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro. Tese PPGAS/MN-UFRJ. 2007.

_____, Andrey C. Dialéticas coloniais: a construção do estado e as transformações da organização social indígena sul-americana. Artigo. Rev. Bras. C. Sociais, vol.26, n.77, São Paulo, Oct. 2011.

_____, Andrey C. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. Revista eletrônica Anuário Antropológico. 2016

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. Cobiçada carne. Revista da História da Biblioteca Nacional, 2008.

GLUCKMAN, M. *Tribalism in modern British Central Africa (1960)*. In Wallerstein Immanuel, Social Change: the colonial situation. John Wiley & Sons, New York, 1966.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulândia Moderna. 1958. In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Bela Feldman-Bianco (org). 2ª Edição. Ed Unesp. 2009.

GOLÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil: políticas agrícolas e modernização econômica brasileira, 1960-1980. Hucitec, São Paulo, 1997.

GURVICH, Georges. Dialética e sociologia. Vértice, editora dos tribunais. São Paulo. 1987.

HANNERZ, Ulf. *Exploración de la ciudad. Hacia una antropología urbana*. Fondo de cultura economica. México.1986

HARRIS, M. *Labour Emigration Among the Moçambique Thonga: cultural and political factors (1959)*. In Wallerstein Immanuel, Social Change: the colonial situation. John Wiley & Sons, New York, 1966.

HELFAND, S. M. e REZENDE, G. C. A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In Gasques, J. G., Conceição, J. C. P. R. (orgs). Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília. IPEA. 2001.

Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB. *Perfil Sócio Econômico de Campo Grande*. 17ª Edição revista, Campo Grande, junho/2010.

Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB. *Perfil Sócio Econômico de Campo Grande*. 20ª Edição revista, Campo Grande, julho/2013.

- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Mobilidade ocupacional e social dos migrantes no estado de São Paulo: 1980-1993*. (Tese). Unicamp, Campinas-SP, 1998.
- KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Série IPEA, 127, Brasília, 1990.
- KAUNGA, Johnson. The living and working conditions of urban-based indigenous people: the case of the Maasai of Tanzania. *Revista Indigenous Affairs*, 3-4, 2002
- LANDA, Beatriz dos Santos. *Os Nãndeva/Guarani e o uso do espaço na terra indígena Porto Lindo/Jacarey, Município de Japorã/MS*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS.
- LEITE, Sérgio Pereira. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 13, n.º. 2, 2005.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1995
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia 322, DAN/UnB. 2002
- LOMBARDI, Maria Rosa. Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores. *Educação e Sociedade*, ano XVIII, n.º 61, 1997.
- MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. Outubro, n.20. 1º semestre 2012.
- _____, Ruy Mauro. Dialética da dependência. 1973. Acessado em maio de 2016, In: <<http://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra" Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 1848
- MARX, Karl. O capital. 1980
- MEILLASOUX, Claude. *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Crítica e Sociedade – Edições Afrontamento, Porto 1976. 271p.
- MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio. Brasiliense, 5ª Edição, São Paulo, 1982.
- MOURA, Noemia dos Santos Pereira. UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)
- MULLICK, Samar B. *Tribal domestic working woman in Delhi, India*. *Revista Indigenous Affairs*, 3-4, 2002.
- MURA, Fábio. À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. Tese. PPGAS-MN/UFRJ. 2006. 504p.
- MUSSI, Vanderléia Paes Leite. As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2006 (Tese de Doutorado em História).
- NANEM, Alexandre Machado. Relato de dois processos migratórios entre indígenas brasileiros. *Textos & Debates*, n.2, 1996.
- NANEM, Alexandre Machado. Trabalho e Marginalização Indígena em Boa Vista (Roraima). IV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste – Associação Brasileira de Antropologia. João Pessoa – PB, maio de 1995.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v.4, n.1, p.9-30, jan/jun.2010.

OBBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil. Washington D.C: Department of State, US Government Printing Office/ Smithsonian Institution Institution/Institute of Social Anthropology, Publication NO. 9, 1948. 74 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. COHN, Clarice. (Orgs.). Belo Monte e a questão indígena. Brasília-DF. ABA, 2014

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O Nosso Governo – os Ticuna e o Regime Tutelar. Editora Marco Zero, 1988

_____, João Pacheco de. O efeito “túnel do tempo” e a suposta inautenticidade dos índios atuais. Revista Sociedade e Cultura, v.6, n.2, p.167-175, jun/dez.2003.

_____, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998.

_____, João Pacheco de. Viagens de Ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. In: Travessia: Revista do Migrante. Centro de Estudos Migratórios. 24 (jan-abr): 5-9. 1996.

OLIVEIRA, Natália A. de. Ser Xavante, morar e estudar na cidade: os Xavantes em Nova Xavantina/MT. Revista Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v.10, n.2, p.235-253, jun/dez.2014.

PATRÍCIO, Marlinda Melo. Índios de verdade: o caso dos Xipaia e Curuaia em Altamira-Pará. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. 137 f., 2000.

PEREIRA, Levi Marques. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. Artigo. Revista História em Reflexão: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.

PEREIRA, Levi Marques Expropriação dos territórios kaiowá e guarani: Implicações nos processos de reprodução social e sentidos atribuídos às ações para reaver territórios – tekoharã Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul.-dez., p.124-133, 2012

PONTE, Laura Arlene S. X. A população indígena na cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade. Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 2, p. 261-275, maio-ago. 2009.

PONTE, Laura Arlene S. X. Políticas Públicas e os indígenas citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010). Tese. UFPA-PPGDSTU, 2009.

POPOLO, Fabiana Del (*at all*). *Indigenous people and urban settlements: spatial distribution, internal migration an living conditions*. Série Población y desarrollo. CEPAL, July, 2007.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Índios proletários em Manaus: o caso dos Sateré-Mawé citadinos. 1982. 322 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, [1982].

SÁ, Luisa Vieira. Rondon: o agente público e político. 230p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SALVADOR, Mario Ney R. Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul: a relação-capital trabalho e a questão indígena atual. Dissertação. UFRRJ/CPDA, 2012.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. Editora Best Seller, 1994.

SANT'ANA, Graziela Reis. História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena. Tese. Campinas, SP: [s. n.], 2009.

_____, Graziela Reis. Uma análise do processo migratório dos índios Terena para o perímetro urbano da cidade, Revista de Iniciação Científica da FFC, v.4, n.1, 2004.

SANTOS, Daiane Amaral dos. Práticas e táticas de um fazer econômico: os Kaingng do setor Pedra Lisa – TI Guarita. Dissertação (mestrado). PPGCS/UFMS. 2011.

SILVA, Fernando Altenfelder. Mudança Cultural dos Terena. Revista do Museu Paulista N.S. São Paulo: volume III, 1949. p. 271-379.

SILVA, Raimundo Nonato Pereira da. O universo social dos indígenas no espaço urbano: identidade étnica na cidade de Manaus. 2001. 113 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SKINNER, E.P. *Labour migration and its relationship to socio-cultural change in Mossi society (1960)*. In Wallerstein Immanuel, Social Change: the colonial situation. John Wiley & Sons, New York, 1966.

TURNER, Victor. Dramas, campos e metáforas, 1971.

VARGAS, Vera Lúcia. A construção do Território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção. Dissertação de mestrado. UFMS, 2003. 165 p.

_____, Vera Lúcia. A dimensão sociopolítica do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI. Tese. Niterói-RJ, 2011. 188 p.

VARRASCO V., Tania. *Ethnic identity and poverty: indigenous people in the city of México*. Revista Indigenous Affairs, 3-4, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis*. Duke University Press, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. Social Change: the colonial situation. John Willey & Sons Inc. New York, London, Sidney. 684p. 1966

WOLF, Eric R. A Europa e os povos sem história. Editora USP. 2005.

ZAMBERLAN, Carlos Otávio, *at all*. Análise da industrialização sul-matogrossense em face da industrialização brasileira. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, UNITAU, 2009.

ZAPATA, Fernando C. *The uncertain future of the Embera of the upper Sinú in Colombia*. Revista Indigenous Affairs, 3-4, 2002.

Sites de internet

Terra dos índios *in* <https://www.youtube.com/watch?v=zeeTx6kQ19s>, acessado em 01/06/2014.

IBGE: <https://www.ibge.gov.br/>

Ong Repórter Brasil: <https://reporterbrasil.org.br/>

Jornal eletrônico: <https://www.campograndenews.com.br/>

Jornal eletrônico: <https://www.acritica.com/>

Jornal eletrônico: <https://www.midiamax.com.br/>

Confederação Nacional da Indústria: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>